Brasil
pronto para mais!

Cadernos do
Futuro do Brasil

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Maurício Grabois

Fundação Herbert Daniel

FLB - AP

Fundação João Mangabeira

FUNDAÇÃO REDE

Sumário

1. Apresentação 13

2. Introdução 16

3. Brasil de todos: por um Brasil democrático, seguro e soberano 20

3.1. Introdução 20

3.2. Brasil democrático: governar mais próximo das pessoas 21

3.2.1. Reformar o sistema político e aprofundar a democracia 22

3.2.2. Fortalecer o Estado e democratizar as decisões sobre políticas públicas: gestão pública e participação 23

3.2.3. O desafio do governo digital: tecnologia, participação e soberania 24

3.2.4. Aprofundar e aperfeiçoar as políticas de gestão, combate à corrupção e promoção da integridade 27

3.2.5. Fortalecer a organização do Estado brasileiro é fortalecer a democracia 30

3.2.6. Apoiar a democratização do sistema de justiça do Brasil 33

3.3. Brasil seguro: enfrentar as violências para uma vida livre do medo 35

3.3.1. Enfrentamento ao Crime Organizado, Fortalecimento da Segurança Pública e Defesa Social no Brasil 37

3.3.2. Instituições fortes e articuladas – governança e reforma legislativa 43

3.3.3. Gestão Prisional 46

3.3.4. Proteção de Direitos, Políticas de Prevenção e Reparação 51

3.3.5. Profissional de segurança preparado e respeitado 53

3.4. Brasil soberano: liderar a construção de um mundo mais plural e menos desigual 56

3.4.1. Cooperação internacional 59

3.4.2. Integração regional 61

3.4.3. Defesa, segurança e soberania 63

3.4.4. Reforma da governança global 69

3.4.5. Cuidar do Brasil é cuidar do brasileiro, onde quer que esteja.....72

4. Brasil Produtivo: desenvolvimento econômico e social, ciência, tecnologia, inovação, crescimento, soberania e trabalho.....73

4.1. PLANEJAMENTO E INVESTIMENTO DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO.....75

4.1.1. Planejamento e capacidade de atuação do Estado.....76

4.1.2. Política fiscal para um Brasil mais justo rico e democrático.....77

4.1.3. Política monetária, juros e estabilidade de preços.....77

4.1.4. Política cambial e desenvolvimento produtivo.....79

4.1.5. Investimento público e privado e financiamento de longo prazo.....80

4.1.6. Estatais e Bancos públicos.....81

4.1.7. Poder de compra do Estado, conteúdo nacional e compras públicas....83

4.1.8. Comércio exterior, internacionalização e investimento estrangeiro..84

4.2. Desenvolvimento científico, inovação e tranformação produtiva.....88

4.2.1. Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento.....89

4.2.2. Formação e qualificação para um Brasil inovador, produtivo e soberano..92

4.2.3. Política industrial e transformação da estrutura produtiva.....97

4.2.4. Empreendedorismo e Pequenos Negócios.....100

4.3. Setores estratégicos e soberania.....103

4.3.1. Energia, biocombustíveis e transição energética justa.....104

4.3.2. Minerais críticos e terras raras.....104

4.3.3. Soberania digital: semicondutores, infraestrutura de dados e Inteligência Artificial.....107

4.3.4. Regulação, economia de dados, direitos e segurança digital.....110

4.3.5. Inclusão Digital e cidadania digital.....111

4.3.6. Semicondutores e tecnologias digitais estratégicas.....112

4.3.7. Tecnologias quânticas.....113

4.4. Segurança alimentar, agricultura e agroindústria.....114

4.5. Complexo Econômico-Industrial da Saúde....116
4.6. Bioeconomia, Amazônia e demais biomas....117
4.7. Trabalho e emprego....118
4.7.1. Jornada de trabalho, produtividade e qualidade do emprego....120
4.7.2. Trabalho por plataformas, digitalização e proteção dos trabalhadores....121
4.7.3. Sistema público de emprego, qualificação profissional e SINE....123
4.7.4. Proteção social, Previdência e proteção da renda....124
4.7.5. Instituições do trabalho, fiscalização e negociação coletiva....126
4.7.6. Saúde, segurança e direitos no trabalho....129
5. Desenvolvimento com inclusão e redução das desigualdades....131
5.1. Igualdade de gênero, raça e oportunidades no mundo do trabalho....132
5.1.1. Diretrizes....133
5.2. Economia Popular e Solidária....133
5.2.1. Diretrizes....133
5.3. Trabalho por conta própria e pequenos negócios....136
5.3.1. Diretrizes....136
5.4. Juventude, qualificação, permanência digna nos territórios e inserção protegida no trabalho....138
5.4.1. Diretrizes:....138
5.5. Trabalho rural e inclusão produtiva....139
5.5.1. Diretrizes....139
5.6. Desenvolvimento regional e redução das desigualdades territoriais....140
5.6.1. Diretrizes....140
5.7. Crédito e superação do endividamento das famílias....142
5.7.1. Diretrizes....142
5.8. Queremos um país que combata ainda mais todas as desigualdades e promova a equidade respeitando a diversidade....143
5.8.1. Enfrentar o racismo e promover a equidade racial....145

5.8.2. Garantir o bem viver das pessoas LGBTQIAP+.....147
5.8.3. Proteger e promover a juventude.....147
5.8.4. Promoção das pessoas com deficiências;.....149
5.8.5. Garantir, fortalecer e ampliar o sistema único de assistência social.....149
5.8.6. Renda mínima universal.....152
5.9. Economia do cuidado como dimensão do desenvolvimento.....152
5.9.1. Política Nacional de Cuidados e ampliação dos serviços públicos...153
5.9.2. Envelhecimento ativo e transição geracional.....154
5.9.3. Infraestrutura social e serviços de cuidado.....155
5.9.4. Trabalho remunerado de cuidados e proteção social.....156
5.9.5. Conciliação entre trabalho, família e responsabilidades de cuidado...156
5.9.6. Cuidados, igualdade de gênero e autonomia econômica das mulheres...157
6. Brasil que avança: mulheres,equidade e autonomia.....162
6.1. Destruição e reconstrução.....162
6.1.1. O golpe contra a dilma abriu as portas da destruição da política para as mulheres.....162
6.1.2. Vitórias e retomadas das políticas para as mulheres.....164
6.1.3. Diálogo com o Caderno Brasil Produtivo: Tempo, renda, autonomia e desenvolvimento econômico com igualdade de gênero e raça.....167
6.1.4. Da deterioração social à recuperação do emprego e da renda.....168
6.1.5. Tempo de cuidado serviços públicos e autonomia econômica.....170
6.1.6. Transformação produtiva trabalho decente e igualdade salarial.....171
6.1.7. Desafios para um novo ciclo de desenvolvimento.....173
6.2. BRASIL QUE AVANÇA: O cuidado no centro do desenvolvimento...174
6.2.1. O cuidado no centro do desenvolvimento.....174
6.2.2. O Plano Nacional de Cuidados Brasil que Cuida em números e eixos...175
6.2.3. Por que o cuidado deve ser eixo estratégico do programa de governo.....177
6.2.4. Cuidado e desenvolvimento econômico: investimento, não gasto...178

6.2.5. Transição demográfica e crise dos cuidados.....179
6.2.6. Cuidado, raça e interseccionalidade.....180
6.2.7. Cuidado, clima e transição justa.....181
6.3. Diretrizes para o programa de governo.....182
6.3.1. Principais diretrizes: escala, sustentabilidade e inovação.....182
6.3.2. Cuidado como eixo transversal do desenvolvimento.....188
6.3.3. Governança, territorialização, arquitetura institucional e prioridade política.....188
6.3.4. Financiamento.....189
6.3.5. Mensagem-chave.....190
6.4. BRASIL QUE AVANÇA: com igualdade para as mulheres.....190
6.4.1. Fortalecer a democracia e a participação social.....191
6.4.2. Gestão democrática tem paridade de gênero e raça.....192
6.4.3. Direito de viver sem violência.....193
6.4.4. Cidades mais democráticas.....195
6.4.5. Mulheres do campo e soberania alimentar.....197
6.4.6. Saúde Integral das Mulheres.....199
6.4.7. Educação não-sexista e cultura para igualdade.....202
6.4.8. Modernizar o Brasil com as mulheres.....204
6.4.9. Energia e mudanças climáticas: protagonismo das mulheres nas soluções.....209
6.5. Mulheres com lula.....209
6.5.1. Carta das mulheres pelo futuro do brasil.....209
6.5.2. A maternidade na agenda política brasileira.....212
6.5.3. Carta mães com lula.....216
6.5.4. Primeira infância.....218
6.5.5. Bebês e gestantes.....221
6.5.6. Viver sem violência.....221

7. Brasil para Todos: Educação, saúde, cultura e lazer.....224

7.1. Educação, cultura, comunicação e esporte como pilares da cidadania e do desenvolvimento inclusivo.....224

7.2. Educação para transformar vidas e o país.....229

7.2.2. Fortalecimento do Ensino Superior Público para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e para a soberania nacional.....236

7.2.3. Educação especial inclusiva, e garantia de direitos.....237

7.2.4. Garantia do Direito à Educação às populações indígenas, do campo e quilombolas Educação para as relações étnico-raciais e diversidade territorial.....237

7.3. Por uma cultura transformadora.....238

7.4. Políticas para a comunicação.....242

7.5. Políticas para o turismo.....244

7.6. Esporte e Lazer como elementos da transformação cultural.....246

7.7. Saúde na reconstrução nacional: o sus como base do desenvolvimento, da democracia e da soberania 247

7.7.1. Reconstrução: o SUS ao lado do povo brasileiro.....248

7.7.2. Perspectivas: a Esperança e a Saúde vão vencer de novo.....256

7.7.3. Atenção Primária à Saúde (APS) como base estruturante do SUS...246

7.7.4. Ciência e inovação para a saúde: fortalecimento da produção nacional e do Complexo Econômico e Industrial na Saúde (CEIS).....259

7.7.5. Farmácia Popular com exames e consultas e mais acesso a medicamentos e tecnologias 262

7.7.6. Vacinação, emergências de saúde pública e resiliência climática...263

7.7.7. Saúde integral das mulheres em todas as fases da vida.....264

7.7.8. Saúde integral da população idosa.....268

7.7.9. Saúde integral dos trabalhadores e das trabalhadoras.....269

7.7.10. Saúde mental.....271

7.7.11. Equidade em saúde.....277

7.7.12. Valorização e proteção dos trabalhadores e das trabalhadoras da saúde...274

7.7.13. Saúde Suplementar: o cidadão em primeiro lugar.....275

7.7.14. Saúde e inteligência artificial a serviço do cuidado.....276

7.7.15. Participação, Controle Social e Orçamento adequado: pilares centrais da democracia e da construção do SUS.....277

8. Brasil soberano é país que alimenta: comida de verdade, do campo à mesa.....279

8.1. Fome nunca mais: dignidade e comida de verdade na mesa de todos os brasileiros.....279

8.2. Adaptar o agronegócio frente aos riscos climáticos.....282

8.2.1. Renovar e inovar as políticas de seguro rural.....282

8.2.2. Fortalecer o crédito rural.....284

8.2.3. Ciência e tecnologia para o agronegócio do século XXI.....285

8.2.4. Conquistar novos mercados internacionais.....286

8.2.5. Fortalecer a pecuária sustentável.....288

8.2.6. Avançar na produção nacional de fertilizantes.....290

8.2.7. Infraestrutura para o agronegócio brasileiro.....292

8.3. Cidades para viver bem em qualquer clima.....293

8.3.1. Um pacto nacional pelas cidades.....294

8.3.2. Saneamento universal e segurança hídrica.....295

8.3.3. Economia circular, resíduos e desenvolvimento verde.....295

8.3.4. Meio ambiente urbano, resiliência climática e infraestrutura verde...296

8.3.5. Planejamento e gestão democrática da cidade.....296

8.3.6. Integrar planejamento urbano, orçamento público e avaliação permanente de resultados.....297

8.3.7. Sistema nacional de desenvolvimento urbano.....298

8.3.8. Desenvolvimento local, regional e governança metropolitana.....298

8.3.9. Tecnologia, inovação e inteligência territorial.....299

8.4. Direito à cidade.....300

8.4.1. Habitação digna, requalificação urbana e direito à cidade.....300

8.4.2. Qualidade de vida para a periferia e para as zeis — o combate à exclusão, ao racismo ambiental, ao risco e a vulnerabilidade.....301
8.4.3. Consolidar políticas de mobilidade urbana sustentável.....303
8.4.4. Garantir o direito ao transporte.....303
8.4.5. Justiça e segurança urbana, direito à cidade e desenvolvimento humano.....303
8.4.6. Biodiversidade, saúde e proteção animal.....304
8.4.7. Financiamento do desenvolvimento urbano e inovação fiscal.....304
8.5. Transição energética sem deixar ninguém pra trás.....307
8.5.1. Diagnóstico Governo Bolsonaro.....307
8.5.2. Governança e transição energética.....308
8.5.3. Matriz energética e renováveis.....309
8.5.4. Sistema elétrico e redes inteligentes.....310
8.5.5. Biocombustíveis e mobilidade.....311
8.5.6. Petróleo, gás e transição energética.....312
8.5.7. Petrobras, energia nuclear e soberania.....313
8.6. Uma economia que cresce cuidando do clima.....313
8.6.1. Indústria e energia limpa.....313
8.6.2. Ciência, tecnologia e minerais críticos.....314
8.6.3. Instrumentos econômicos para a transição.....315
8.6.4. Bioenergia e biocombustíveis.....316
8.7. Florestas em pé com quem sempre cuidou da terra.....323
8.7.1. Da fiscalização desmontada à floresta em recuperação.....323
8.7.2. Diagnóstico Governo Lula 3.....324
8.7.3. Meio Ambiente e Clima.....325
8.7.4. Conservação, biodiversidade e restauração.....326
8.8. Quem decide o futuro do clima.....327
8.8.1. Povos indígenas e comunidades tradicionais.....327

8.8.2. Gênero na transição energética.....327

9. Amazônia e nordeste na política nacional de desenvolvimento sustentável e solidário.....335

9.1. Introdução.....335

9.2. Amazônia.....339

9.2.1. Política de Governança Democrática com e para a Amazônia.....340

9.2.2. Políticas de Provisão de Serviços Públicos de Qualidade nas Cidades e no Campo.....341

9.2.3. Política de Segurança Pública e Soberania Territorial.....341

9.2.4. Políticas de Educação Pública de Qualidade.....342

9.2.5. Política de Soberania, Equidade e Inovação em Saúde na Amazônia....343

9.2.6. Políticas de Cultura, Memória e Identidade Amazônica.....344

9.2.7. Políticas de Trabalho e Proteção Social 344

9.2.8. Políticas Conectadas aos Modos de Vida e às Múltiplas Dimensões Socioculturais das Cidades Amazônicas.....346

9.2.9. Políticas de Produção de Alimentos Saudáveis com redução das desigualdades sociais e assistência e tecnologia adequadas.....346

9.2.10. Políticas de Meio Ambiente e Transição Justa.....347

9.2.11. Desenvolvimento Amazônico, Bioeconomia da Sociobiodiversidade...348

9.2.12.Política de Ciência, Tecnologia e Inovação Territorial.....350

9.2.13.Política Externa e Soberania: Dimensão Geopolítica da Amazônia...351

9.3. Nordeste.....352

9.3.1. A Evolução das Ferramentas da Nova Política do Plano de Governo Lula/Alckmin.....352

9.3.2. O Nordeste: hoje e potencial.....354

9.3.3. Diretrizes regionais: Visão nordestina das 13 diretrizes nacionais.....359

9.3.4. Conclusões.....372

10. Equipe.....373

1. Apresentação

Em junho desse ano, os presidentes das fundações partidárias (Perseu Abramo, Mauricio Grabois, Herbert Daniel, Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, João Mangabeira, e a Rede do Brasil Sustentável), além da presidente nacional do PSOL, lançaram um manifesto em que diziam:

O povo brasileiro sonha e almeja um futuro melhor. A esperança é o que nos move e faz seguir em frente. Temos desejos e queremos melhorar de vida. Sem sonhos, sem criatividade e sem desejos, nada acontece. E, com fé, esperança e trabalho, podemos continuar transformando realidades.

Governamos, sobretudo, para quem mais precisa, para aqueles cujos sonhos parecem mais distantes e cujas necessidades ainda não foram plenamente atendidas. Esse é o nosso compromisso histórico. A construção de um Brasil como potência criativa e sustentável. Nosso compromisso existencial.

Queremos fortalecer a democracia real e efetiva, para que todos e todas participem dos benefícios do crescimento e dos frutos do progresso social e econômico, sem exclusões, com um olhar fraterno e equitativo. E isso se faz com políticas públicas identificadas com esses propósitos.

Mas o Brasil que este programa de governo propõe executar não é uma utopia distante nem uma promessa vaga sem compromisso com a implementação de políticas públicas. É um projeto concreto de ampliação de direitos e aprofundamento de transformações estruturais que já estamos implementando com muito trabalho e seriedade.

Todos os compromissos aqui assumidos são factíveis, necessários e possíveis de realização para a construção de um país em que o trabalho é mais valorizado, em que os serviços públicos sejam continuamente aprimorados e funcionem para qualquer pessoa, em que a democracia seja praticada e não apenas declarada, e em que a soberania seja efetivamente exercida, e em que condições naturais e culturais extraordinárias do país são geridas com inteligência estratégica visando à felicidade e à satisfação das necessidades das pessoas e à soberania do Brasil. Um país em que a economia cresce mais, ampliando as oportunidades para realizações de sonhos coletivos e individuais, reduzindo as desigualdades.

O fio que conecta todas essas escolhas é a concepção de um governo que assume responsabilidade ativa pelo desenvolvimento social e

ambientalmente sustentável e trabalha em parceria com os demais poderes e entes federados, com a iniciativa privada, com a sociedade civil, com outros países e com organismos internacionais.

E mais adiante as Diretrizes propostas afirmavam:

O Brasil tem condições históricas para continuar edificando um novo modelo de desenvolvimento, baseado na justiça social e distributiva, na sustentabilidade ambiental, na liberdade, na soberania nacional e no papel estratégico das empresas públicas, potencializando a felicidade coletiva, reduzindo as desigualdades e assegurando oportunidades para amplas parcelas da população.

Somos capazes, por meio de um ciclo adequado de gerenciamento orçamentário, de buscar o equilíbrio fiscal, sem ignorar a necessidade imperiosa da responsabilidade social.

Fizemos bem antes, fazemos melhor agora e faremos muito melhor no futuro.

Nós somos o verdadeiro novo. Nós somos os que enfrentam o velho sistema que procura manter o Brasil no atraso e na desigualdade. Queremos continuar perseguindo esses objetivos, o que exige enfrentar as forças políticas do passado, que atuam para conservar privilégios e não democratizar o uso adequado dos recursos públicos, com transparência e foco nas grandes questões nacionais.

Por isso, enfrentamos desde sempre o sistema que, há séculos, reproduz a injustiça social, mantém as desigualdades regionais, não amplia os recursos para priorizar a melhoria da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia, pilares essenciais para o desenvolvimento de qualquer país soberano.

Nossa tarefa política é derrotar o projeto liberal-conservador, sendo nossa missão histórica continuar construindo o Brasil para os brasileiros e as brasileiras. O Brasil popular e democrático. O Brasil que sonhamos e que seja partilhado para todos e todas.

Foi aberto um processo de ampla escuta social com centenas de reuniões com diversos segmentos da nossa sociedade e uma plataforma de participação via internet – Brasil Participativo – que recebeu 1553 propostas, sendo 400 de entidades organizadas.

Foram formados 13 grupos de trabalho, com centenas de técnicos, profissionais do governo, da academia e da sociedade, que sistematizaram as propostas, resultando em um projeto de programa de governo que foi submetido à apreciação dos partidos que compõem a chapa Lula/Alckmin, sofrendo modificações que resultaram no programa eleitoral inscrito no TSE.

Esses cadernos agora publicados apresentam detalhes das políticas que não foram incluídos, mas estavam subjacentes ao programa oficial da chapa, que se concentrou nas diretrizes gerais das políticas. Os cadernos recuperam o material gerado nos grupos de trabalho, agrupado em temáticas que vão das funções clássicas do Estado, com a defesa nacional, segurança, democracia e soberania nacional, passando pelo Brasil produtivo com transformações da economia, inovações, ciência e tecnologia, trabalho, ocupações e renda, além da gestão macroeconômica. Tratam também da ocupação do espaço com propostas para as cidades, o campo, as florestas, a energia e o meio ambiente. Enfrentam várias dimensões da vida, abordando políticas para a educação, saúde, cultura, lazer, esportes e as várias desigualdades — racial, de gênero, pessoas com deficiência, LGBTQIAN+, de idade — como um problema central do futuro do país. Um outro caderno é sobre a dimensão territorial do desenvolvimento, destacando uma visão nordestina e amazônica das políticas nacionais. Há um caderno exclusivamente dedicado às políticas para as mulheres e aos cuidados.

Esses cadernos não fazem parte do programa de governo da chapa que é o que foi registrado no TSE. Eles servem, no entender dessas fundações partidárias, para contribuir para o debate na sociedade sobre o futuro do Brasil, servindo para orientar os partidos da frente de Lula/Alckmin, mas também para orientar alternativas a governos de outras orientações político-partidárias. Esses são cadernos que expressam o grau de consenso alcançado entre os membros das várias fundações no processo de elaboração coletiva e participativa da construção do futuro do país.

2. Introdução

O Brasil vive um tempo decisivo.

Em todo o mundo, antigas certezas estão sendo abaladas. Crescem os conflitos internacionais, a disputa entre grandes potências, os riscos à democracia e os efeitos cada vez mais severos da emergência climática. Ao mesmo tempo, milhões de pessoas enfrentam a inflação dos alimentos, a insegurança econômica, a violência e a sensação de que o futuro se tornou mais incerto.

Mas os períodos de transformação também são períodos de oportunidade.

O Brasil possui tudo o que é necessário para construir uma sociedade mais justa, segura, democrática e desenvolvida. Somos uma das maiores economias do mundo. Possuímos riquezas naturais incomparáveis, uma matriz energética limpa, enorme capacidade produtiva, um povo criativo e uma das maiores experiências de políticas públicas de inclusão social da história contemporânea.

Nos últimos anos, depois de um período marcado pelo enfraquecimento das instituições democráticas, pela destruição de políticas públicas e pelo aumento das desigualdades, o país iniciou um processo de reconstrução nacional. A volta da democracia à normalidade institucional, a redução da fome, a retomada do crescimento econômico, a valorização do salário-mínimo, a recuperação do investimento público e o fortalecimento das políticas sociais demonstraram que o Brasil pode voltar a avançar quando coloca o interesse de seu povo no centro das decisões.

Mas reconstruir não basta.

Os desafios do século XXI exigem mais do que recuperar aquilo que foi destruído. Exigem construir um novo ciclo de desenvolvimento nacional capaz de enfrentar simultaneamente a desigualdade social, a emergência climática, as transformações tecnológicas, a violência, a desinformação e as ameaças à soberania nacional.

Nosso desafio é fazer com que o crescimento econômico produza mais qualidade de vida. É garantir que quem trabalha viva melhor. É assegurar que mulheres tenham mais autonomia. Que jovens tenham mais oportunidades. Que as cidades sejam mais humanas. Que o campo produza riqueza sem destruir a natureza. Que a revolução digital sirva ao povo e não apenas às grandes corporações. Que o Brasil ocupe seu lugar no mundo com independência, respeito e capacidade de decidir seu próprio destino.

O futuro que queremos não é uma promessa abstrata. Ele pode ser visto em metas concretas: comida saudável na mesa de todas as famílias; transporte público digno; escolas de qualidade; acesso universal à saúde; moradia adequada; trabalho protegido; energia limpa e barata; segurança pública baseada na proteção da vida; cidades adaptadas às mudanças climáticas; um Estado eficiente, transparente e participativo.

A construção desse futuro depende da capacidade de transformar esperança em projeto coletivo.

Por isso, estes cadernos são uma contribuição para o debate público sobre o país que queremos construir nas próximas décadas. Resultam de um amplo processo de participação popular, envolvendo movimentos sociais, gestores públicos, pesquisadores, militantes e especialistas comprometidos com a democracia, a justiça social e a soberania nacional. Seu objetivo é oferecer diretrizes para um novo ciclo histórico de desenvolvimento inclusivo, sustentável e democrático.

Acreditamos que o Brasil pode ser mais justo porque já avançou quando colocou o povo no centro das prioridades nacionais. Acreditamos que pode ser mais desenvolvido porque possui as capacidades produtivas, científicas e institucionais necessárias para isso. E acreditamos que pode ser mais democrático, porque a participação popular sempre foi a principal força das grandes transformações da história brasileira.

O Brasil que defendemos é um país onde a prosperidade não seja privilégio de poucos, mas direito de todos.

Os cadernos que seguem apresentam os caminhos para transformar essa visão em realidade.

O primeiro caderno parte da convicção de que não existe desenvolvimento duradouro sem democracia forte, segurança cidadã e soberania nacional. Apresenta propostas para aprofundar a participação popular, democratizar o Estado, fortalecer a gestão pública, proteger os direitos da cidadania e enfrentar as novas ameaças à democracia brasileira. Também propõe uma nova agenda de segurança pública baseada na inteligência, na prevenção da violência, na retomada de territórios dominados pelo crime organizado e na defesa da vida. Por fim, apresenta estratégias para fortalecer a soberania brasileira em um cenário internacional cada vez mais instável.

O segundo caderno apresenta uma estratégia para transformar a estrutura produtiva nacional e construir uma economia mais dinâmica, inovadora e inclusiva. Defende a reindustrialização, o fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação, a soberania digital, a ampliação dos investimentos públicos e privados, o fortalecimento dos bancos públi-

cos e das empresas estatais estratégicas. Ao mesmo tempo, coloca o trabalho no centro do desenvolvimento, propondo a valorização dos salários, a ampliação dos direitos, a proteção social, a redução das desigualdades e a construção de novas oportunidades para trabalhadores, empreendedores, cooperativas e pequenos negócios. Várias políticas de enfrentamento das várias dimensões das desigualdades são apresentadas contra o racismo, garantias de direitos para populações LGBTQIA+, pessoas com deficiências e para a juventude.

O terceiro caderno trata dos avanços que o pais deve buscar na luta por maior autonomia e equidade das mulheres. Atualmente, mais de 50% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres. São elas que decidem o que colocar na mesa, as contas que serão pagas e as necessidades básicas de toda a família. Elas enfrentam a desigualdade salarial, a violência, o preconceito no mercado de trabalho, os piores postos de trabalho, são demitidas em sua maioria na volta da licença-maternidade, cumprem as jornadas de trabalho doméstico e de cuidados, sem falar que 44% das mulheres negras brasileiras estão na informalidade. Então, mesmo que o desemprego tenha reduzido, ainda há uma diferença muito grande em relação aos homens; e entre brancas e negras. O peso da sobrecarga de cuidados também empurra as mulheres para longe da autonomia econômica e financeira. 30% das mulheres persistem fora do mercado de trabalho, embora desejassem estar no mercado de trabalho. E as razões pelas quais não estão motivadas são, justamente, questões relacionadas com o trabalho doméstico de cuidados.

O quarto caderno aborda os pilares que permitem a emancipação individual e coletiva da população brasileira. Defende a educação pública de qualidade como principal instrumento de igualdade de oportunidades; a cultura como motor de desenvolvimento, identidade nacional e transformação social; a comunicação democrática como condição para a liberdade de expressão e o fortalecimento da democracia; e o esporte, o lazer e o turismo como políticas capazes de promover inclusão, saúde, pertencimento e qualidade de vida. Seu objetivo é ampliar capacidades humanas e assegurar que todas as pessoas possam participar plenamente da vida econômica, social, cultural e política do país.

Nesse caderno também abordamos as questões da saúde do nosso povo. O SUS é uma das maiores conquistas do povo brasileiro. Resultado da Constituição de 1988 e das lutas da Reforma Sanitária, consolidou a saúde como “direito de todos e dever do Estado”, tornando-se o maior sistema público universal de saúde

do mundo e referência para outros países.

O quinto caderno trata do território onde a vida acontece: as cidades, o campo, as florestas e os sistemas que garantem alimento, energia e bem-estar à população. Apresenta propostas para enfrentar a emergência climática, promover a adaptação dos territórios aos eventos extremos, universalizar o saneamento e a moradia digna, fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar, impulsionar uma transição energética justa e proteger a biodiversidade brasileira. Propõe um modelo de desenvolvimento territorial capaz de combinar crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e redução das desigualdades.

Há também um caderno dedicado às características específicas do Nordeste e da Amazônia, territórios fundamentais para o crescimento nacional e sustentável. Abordam-se as especificidades regionais e a importância das políticas nacionais incluírem essa dimensão territorial, destacando-se as importâncias estratégicas que essas regiões apresentam para o país.

Os cadernos são frutos de um intenso processo de escuta e elaboração, com centenas de reuniões e centenas de colaboradores. Procurou-se destacar o caráter transversal de muitas das políticas que foram pensadas em função dos problemas a serem enfrentados, mais do que a partir das estruturas governamentais que implementam as políticas.

Juntos, esses seis cadernos apresentam uma visão integrada de país: um Brasil soberano, democrático, produtivo, inclusivo e sustentável, capaz de garantir mais direitos, mais oportunidades e uma vida melhor para todas e todos.

3. Brasil de todos: por um Brasil democrático, seguro e soberano

3.1 - Introdução

O Brasil não será um país desenvolvido enquanto milhões de pessoas continuarem convivendo com o medo, a desigualdade e a sensação de que têm pouco poder sobre os rumos de suas próprias vidas.

A democracia não é apenas o direito de votar. É o direito de viver com dignidade. É poder criar os filhos em segurança. É acessar serviços públicos de qualidade. É ter voz nas decisões que afetam a comunidade. É saber que as instituições existem para servir ao povo e não para protegê-lo apenas em tempos de eleição.

Foi para defender esse projeto de país que o povo brasileiro derrotou o autoritarismo nas urnas em 2022. A reconstrução da democracia, das políticas públicas e da capacidade de atuação do Estado foi uma conquista importante. Mas o desafio agora é maior: transformar a reconstrução em um novo ciclo de avanços democráticos, sociais e nacionais.

Queremos um Estado mais próximo das pessoas. Um Estado capaz de ouvir, cuidar, proteger e promover oportunidades. Um Estado que utilize a tecnologia para facilitar a vida da

população e ampliar a participação cidadã. Um Estado forte o suficiente para enfrentar a corrupção, o crime organizado e a captura das decisões públicas por interesses privados.

Queremos também um Brasil em que as pessoas possam viver sem medo.

Nenhuma democracia é plena quando comunidades inteiras vivem sob a ameaça da violência, das milícias, do narcotráfico, do racismo, da violência contra as mulheres ou da intolerância. Segurança pública é proteger vidas. É garantir que crianças possam brincar nas ruas, trabalhadores possam voltar para casa em paz e mulheres possam exercer plenamente sua liberdade. Combater o crime organizado, recuperar territórios abandonados pelo Estado e prevenir a violência são condições para ampliar a cidadania e fortalecer a democracia.

Ao mesmo tempo, o Brasil precisa defender seu direito de decidir seu próprio destino.

Em um mundo marcado por conflitos, disputas econômicas e tentativas de interferência externa, a soberania nacional deixou de ser apenas um tema da política internacional. Ela é a condição para proteger empregos, desenvolver tecnologia, preservar recursos naturais estratégicos, fortalecer a democracia e garantir que as decisões sobre o futuro do país sejam tomadas pelo povo brasileiro.

Democracia, segurança e soberania não são objetivos separados. São partes de um mesmo projeto nacional.

Este caderno apresenta propostas para aprofundar a participação popular, fortalecer as instituições democráticas, modernizar o Estado, garantir segurança cidadã e ampliar a capacidade do Brasil de defender seus interesses em um cenário internacional cada vez mais desafiador.

Porque um Brasil democrático é um Brasil mais justo.

Um Brasil seguro é um Brasil onde a esperança vence o medo.

E um Brasil soberano é um Brasil capaz de construir seu próprio futuro.

3.2 - Brasil democrático: governar mais próximo das pessoas

Partimos do pressuposto de que fortalecer a democracia e fortalecer o Estado brasileiro são duas faces de um mesmo desafio. O governo precisa estar mais próximo das pessoas e isso tem a ver tanto com uma maior possibilidade de interferir em decisões políticas como com a capa-

cidade do Estado de entregar políticas e serviços públicos. Sem uma conexão entre esses dois eixos - democracia e capacidades estatais - o regime democrático fica à mercê dos ataques da extrema-direita. Um povo que não reconhece que o sistema político importa em sua vida não o defende.

3.2.1. Reformar o sistema político e aprofundar a democracia

O novo governo Lula terá como uma de suas tarefas centrais a reforma do sistema político brasileiro, com o objetivo de aprofundar a democracia e fortalecer a confiança da população nas instituições. A defesa da República e a proteção do regime democrático contra ataques autoritários exigem que o povo se sinta efetivamente representado e que o sistema político seja capaz de refletir a diversidade e a soberania popular.

A reforma política e eleitoral é considerada inadiável para ampliar a representatividade do Congresso Nacional, fortalecer partidos programáticos e garantir igualdade de oportunidades para mulheres, pessoas negras, indígenas e demais segmentos historicamente sub-representados. Ao mesmo tempo, é necessário reduzir a influência do poder econômico sobre as eleições, aperfeiçoar mecanismos de transparência no exercício dos mandatos e enfrentar distorções que comprometem o interesse público, como o atual sistema de emendas parlamentares.

A democratização do sistema político também depende da regulação das plataformas digitais, de critérios mais justos na distribuição de recursos públicos e tempo de propaganda, e da ampliação da acessibilidade diante das mudanças demográficas do país. Por fim, uma reforma abrangente deve ser construída com participação popular, por meio de uma grande conferência nacional capaz de mobilizar a sociedade e orientar mudanças estruturais no sistema político brasileiro.

(a) Diretrizes

Reformar o sistema político para torná-lo mais representativo, participativo e próximo das pessoas.

Ampliar a representatividade do Congresso Nacional e fortalecer partidos programáticos.

Implementar lista partidária com divisão paritária de gênero e incentivos à representação de pessoas negras e indígenas.

Aprofundar medidas que diminuem a influência do poder econômico nas eleições.

Manter doações de pessoas físicas com limites mais rigorosos e progressivos.

Incentivar mecanismos democráticos de financiamento coletivo de pequenas contribuições.

Criar mecanismos de regramento e fiscalização para evitar influência desproporcional e captura das decisões públicas.

Aperfeiçoar critérios de distribuição de recursos públicos e tempo de propaganda eleitoral.

Ampliar a acessibilidade para eleitores e eleitoras diante do crescimento da população acima de 60 anos.

Avançar na regulação das plataformas digitais para impedir desinformação, campanhas de ódio e práticas nocivas à democracia.

Garantir liberdade de expressão e uma opinião pública plural.

Debater publicamente o sistema de emendas parlamentares, incluindo emendas impositivas e orçamento secreto.

Reduzir distorções que dificultam a renovação política e reproduzem clientelismo.

Realizar uma grande conferência nacional para a reforma do sistema político no primeiro ano do mandato.

Garantir representação paritária de gênero e ponderação étnico-racial.

3.2.2. Fortalecer o Estado e democratizar as decisões sobre políticas públicas: gestão pública e participação

O fortalecimento da democracia brasileira exige o resgate do orçamento público como instrumento de planejamento estatal e participação cidadã. Para isso, o governo federal deve criar condições institucionais que ampliem a presença da sociedade na definição das prioridades orçamentárias, no curto, médio e longo prazo. A centralidade do Plano Plurianual, a cooperação in-

terfederativa e interinstitucional e a busca por eficiência, equidade e efetividade das políticas públicas são elementos essenciais para orientar os investimentos e assegurar que o orçamento cumpra os objetivos fundamentais da República.

A democratização do orçamento passa pela participação social na definição das prioridades das emendas parlamentares, pela transparência das decisões e pelo alinhamento entre projetos estruturantes e os planos de desenvolvimento nacional, estaduais e municipais. Ao mesmo tempo, é necessário enfrentar assimetrias técnicas e orçamentárias entre ministérios e fortalecer capacidades institucionais dos entes federativos, integrando saberes tradicionais, universidades, institutos de pesquisa, movimentos sociais e comunidades locais na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

A territorialização das políticas públicas deve ser acompanhada de mecanismos permanentes de participação social, garantindo consulta pública em grandes programas nacionais e assegurando controle social em todas as etapas das políticas federais. A participação cidadã também depende da reorganização das instâncias participativas, da descentralização de estruturas burocráticas e da integração do governo federal com coletivos locais e movimentos sociais que produzem inovação social nos territórios.

(a) Diretrizes

Resgatar o Orçamento Público como instrumento democrático, criando condições institucionais para ampliar a participação cidadã na definição do orçamento público.

Reforçar o papel do Plano Plurianual como eixo central do planejamento estatal.

Promover cooperação interfederativa e interinstitucional para maior eficiência e equidade das políticas públicas.

Assegurar transparência, controle social e alinhamento das emendas parlamentares com planos de desenvolvimento.

Fortalecer capacidades institucionais dos entes subnacionais para formular, implementar e monitorar políticas públicas.

Integrar universidades, institutos de pesquisa, movimentos sociais e comunidades tradicionais nos processos de formulação e avaliação.

Valorizar saberes tradicionais como fundamento das políticas públicas.

Territorializar políticas considerando especificidades regionais.

Garantir participação social na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de todas as políticas públicas federais.

Assegurar consulta livre, prévia e informada em projetos de grande impacto ambiental e sobre comunidades tradicionais.

Superar a fragmentação das instâncias permanentes de participação.

Fortalecer a plataforma Brasil Participativo como ferramenta central de participação social digital.

Considerar riscos de dependência de plataformas privadas estrangeiras e barreiras de acesso para movimentos sociais.

Estabelecer indicadores, metas e instrumentos de monitoramento participativos com recorte de gênero e raça.

3.2.3. O desafio do governo digital: tecnologia, participação e soberania

A defesa da democracia passa necessariamente por aproximar cada vez mais a população do Estado brasileiro. E, neste tema, torna-se urgente aprofundar a transformação digital em curso nas políticas públicas e no serviço público oferecido aos cidadãos e cidadãs. Mais que isso, a transformação digital do Estado é parte fundamental de uma estratégia soberana de cidadania e eficiência.

Uma parte expressiva da população tem acesso limitado à internet no Brasil, com apenas 20% da população atingindo “conectividade significativa”, o que demanda uma estratégia de disseminação de redes comunitárias para oferecer conexão de maior qualidade à população de baixa renda. Vamos promover a cultura digital na construção da autonomia tecnológica dos cidadãos, com políticas para propiciar o acesso às tecnologias e para a formação de servidores e usuários de serviços públicos digitalizados. Nesse sentido, propomos instituir uma Política Nacional de Letramento Digital estruturada para capacitar cidadãos de todas as idades a navegar criticamente na rede, combater a desinformação, proteger sua privacidade e transformar o ecossistema digital em um espaço de geração de renda, educação continuada e pleno exercício da cidadania.

Vamos investir na universalização de serviços públicos digitais de qualidade, o que envolve avançar na construção de infraestruturas públicas digitais, como a Infraestrutura Nacional de Dados, que deem suporte à personalização dos serviços e alavancar iniciativas que melhorem e facilitem a experiência de uso de plataformas públicas como o Gov.br. Para não deixar nenhum brasileiro ou brasileira para trás, o governo deverá também ampliar postos físicos de atendimento para quem não tem condições ou não deseja migrar integralmente para o digital, viabilizando o acesso a serviços públicos digitais na ponta.

Essas ações devem estar articuladas ao fortalecimento da estratégia de participação social mediada digitalmente, consolidada nesses anos na plataforma Brasil Participativo. Ela deve ser apoiada para se transformar na grande plataforma digital de participação social de todos os órgãos federais, avançando na ideia de que todas as políticas públicas devem estar conectadas com a participação cidadã.

O país precisa consolidar a transição de um governo digital passivo para um governo proativo, que utiliza Inteligência Artificial para antecipar necessidades, recomendar benefícios e simplificar a vida das pessoas.

Essa transformação digital deve estar conectada com as necessidades de soberania digital e tecnológica. As grandes corporações de tecnologia ainda possuem, majoritariamente, o controle da infraestrutura de dados responsável pela coleta, armazenamento e processamento de informações da população brasileira, com efeitos deletérios de múltiplas ordens, inclusive sobre a segurança nacional, a dependência econômica e a preservação da democracia. Para assegurar a soberania nacional e evitar dependências tecnológicas externas, dados públicos estratégicos serão mantidos sob custódia em estruturas de nuvem governamental operadas por estatais públicas de tecnologia. Vamos também avançar no desenvolvimento de tecnologias digitais próprias, incluindo aplicações de IA e de serviços de Nuvem.

a) Diretrizes

Articular com atores e forças políticas, tais como organizações sociais, sindicatos e entidades representativas dos trabalhadores, pesquisadores e profissionais de tecnologia para a construção de alternativas fora do controle das big techs.

Disseminar, no Estado Nacional, soluções que permitam alcançar níveis elevados de soberania, que conciliem a necessidade de serviços públicos escaláveis e de alta performance – hoje viabilizados sobretudo pelas big techs – com a exigência de contrapartidas significativas e regulamentação estrita.

Utilizar o poder de compra do Estado para incentivar o desenvolvimento produtivo e autonomia tecnológica nacional, viabilizando escala para bens e serviços de empresas nacionais.

Investir em uma infraestrutura digital soberana e federada para sistemas críticos do Estado – correio eletrônico, repositórios e dados do SUS, do MEC, dos sistemas sociais e científicos, fortalecer sistemas de informação, como o territorial, e bases de dados para subsidiar o planejamento e a formulação de políticas públicas.

Impulsionar uma Rede Soberana Na-

cional de Computação Cooperativa, visando reduzir a dependência do Brasil em relação às grandes corporações estrangeiras de tecnologia, cuja característica seria unificar os centros de processamento de dados de universidades, institutos de pesquisa e órgãos públicos em um sistema federado e descentralizado de nuvem e supercomputação nacional.

Utilizar modelagens estatísticas avançadas para antecipar demandas habitacionais, gargalos de infraestrutura, surtos epidemiológicos e flutuações no mercado de trabalho, com essa governança orientada por dados de alta precisão permitindo a formulação de políticas públicas cirúrgicas, melhorando a qualidade do gasto e agindo preventivamente para garantir a estabilidade social (governo "preditivo").

Preparar uma regulamentação humana e soberana para a inteligência artificial, focada na salvaguarda de direitos, na mitigação de vieses algorítmicos e no desenvolvimento de capacidades tecnológicas nacionais. A tecnologia deve ser vista como um instrumento de emancipação nacional, social e de eficiência pública, onde auditorias de algoritmos e critérios éticos rigorosos asseguram que as decisões automatizadas estejam sempre sob supervisão humana e alinhadas aos interesses de desenvolvimento do país.

O uso da IA na administração pública deve priorizar a transparência, a proteção de dados pessoais e a segurança jurídica, garantindo que a automação contribua para o desenvolvimento tecnológico nacional.

3.2.4. Aprofundar e aperfeiçoar as políticas de gestão, combate à corrupção e promoção da integridade

O terceiro governo do presidente Lula reconstruiu a capacidade do Estado de detectar e investigar grandes esquemas de corrupção e fraude. O fortalecimento institucional e orçamentário da Controladoria-Geral da União (CGU), do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), da Receita Federal e da Polícia Federal foi decisivo para enfrentar esquemas que se formaram ou prosperaram no governo anterior. O enfrentamento desses esquemas avançou porque o governo preservou as competências dos órgãos de controle e investigação e não interferiu em sua atuação.

A autonomia dos órgãos de investigação, enfraquecida durante o governo Bolsonaro, foi restabelecida. Essa autonomia, entretanto, não deve significar ausência de responsabilidade ou de controles. O exercício das funções relacionadas ao combate à corrupção deve respeitar as garantias legais e estar sujeito à responsabilização por abusos, instrumentalizações políticas e vazamentos ilícitos.

Foi instituído, sob coordenação da

CGU, o Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC) 2025–2027, que mobilizou 55 órgãos federais em torno de 266 ações de prevenção e repressão à corrupção, fortalecimento da integridade e proteção dos recursos públicos. O Plano consolidou uma estratégia integrada, articulando os órgãos federais em torno de objetivos e prioridades comuns.

A reconstrução institucional envolveu ainda o fortalecimento da inteligência financeira produzida pelo Coaf e da articulação promovida pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). O governo também criou a Secretaria de Prêmios e Apostas, responsável por regulamentar, fiscalizar e sancionar as empresas do setor, e instituiu a Política Nacional de Recuperação de Ativos. Essas iniciativas fortaleceram o Estado para acompanhar setores vulneráveis a fraudes e à lavagem de dinheiro, coordenar a atuação de suas instituições e identificar, apreender, administrar e destinar bens e recursos provenientes de atividades ilícitas.

Para recuperar a transparência dos órgãos públicos, a CGU revisou centenas de sigilos indevidamente impostos pela gestão anterior e restabeleceu a correta aplicação da Lei de Acesso à Informação. O governo também criou o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (Sitai), estruturando uma política integrada e permanente de fortalecimento da integridade pública. Com o auxílio de ferramentas como o Analisador de Licitações, Contratos e Editais (Alice), a CGU aprimorou a prevenção de riscos e desperdícios, contribuindo para uma economia superior a R$ 3 bilhões desde 2023, ampliando a capacidade de transformar o gasto público em entregas para a população.

Essa reconstrução expressa uma concepção política de combate à corrupção: enfrentar não apenas desvios individuais, mas também a influência desmedida dos setores econômicos que procuram capturar as decisões do Estado. Trata-se de combater a corrupção praticada pelos que estão “no andar de cima”, protegendo as instituições e os recursos públicos da apropriação por interesses particulares.

(a) Diretrizes

Consolidar a repressão aos ilícitos, mas também avançar para combiná-la com políticas preventivas de integridade, transparência, gestão de riscos e controle social.

Preservar a autonomia dos órgãos responsáveis, aperfeiçoar sua coordenação e assegurar que sua atuação respeite as garantias legais.

O controle e a integridade devem ser compreendidos como instrumentos que fortalecem a capacidade do Es-

tado para desenvolver políticas públicas, não como inibidores de inovações executadas por servidores públicos bem-intencionados.

Aprofundar e aperfeiçoar o Plano de Integridade e Combate à Corrupção, assegurando a execução e o acompanhamento público de suas ações e sua atualização para o próximo ciclo. O Plano deve combinar medidas preventivas e repressivas e orientar-se por cinco diretrizes: (i) aperfeiçoar o controle sobre os gastos públicos; (ii) reduzir os espaços de decisão arbitrária ou não fundamentada, preservando a discricionariedade necessária à gestão pública; (iii) conferir transparência aos processos decisórios que envolvam a interação entre agentes públicos e privados, como a concessão de licenças e autorizações e a realização de fiscalizações; (iv) aprofundar o uso de tecnologias, respeitados os direitos fundamentais relacionados à proteção e ao uso de dados; e (v) aprimorar a arquitetura institucional de integridade e transparência.

Aperfeiçoar a atuação dos órgãos de controle interno na avaliação de políticas públicas, ampliando o uso de ferramentas e métodos de avaliação em suas auditorias. O trabalho do controle interno deve se concentrar não apenas no mau uso ou no desvio de recursos, mas também na prevenção de riscos e na formulação de recomendações que apoiem a implementação e melhorem as entregas das políticas públicas.

Aprofundar a política de integridade pública e empresarial, fortalecendo o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação e aperfeiçoando os mecanismos de prevenção de conflitos de interesses. É necessário fortalecer a integridade nas relações administrativas entre os setores público e privado, prevenindo falhas jurídicas e contratuais, reduzindo riscos de desvios e promovendo compromissos de integridade entre as empresas que contratam com o poder público, são por ele reguladas, recebem incentivos estatais ou, de outras formas, relacionam-se com o Estado.

Modernizar e integrar os instrumentos digitais de transparência pública, fazendo o Portal da Transparência avançar como plataforma inteligente, baseada em dados abertos e inteligência artificial e integrada à plataforma gov.br. Deve-se permitir que qualquer cidadão acompanhe, em linguagem simples e em um único ambiente digital, a execução das políticas públicas, dos investimentos e dos orçamentos, bem como os dados disponíveis sobre as contas públicas de municípios, estados e União, respeitadas as competências de cada ente federativo e os direitos relacionados à proteção de dados.

Instituir um Sistema Integrado de Inteligência Regulatória e Combate

a Fraudes, promovendo a atuação coordenada do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência de Seguros Privados, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, da Receita Federal, do Coaf e dos demais órgãos competentes. O sistema deve fortalecer o intercâmbio de informações, a supervisão integrada dos mercados financeiro e de capitais e a prevenção e o combate a fraudes, à lavagem de dinheiro, aos crimes financeiros e às práticas anticoncorrenciais, preservadas a autonomia e as competências legais de cada instituição.

Ampliar a participação e o controle social nas políticas de integridade e combate à corrupção, fortalecendo os conselhos de políticas públicas, as ouvidorias, as consultas públicas e os espaços transparentes de diálogo entre o Estado e a sociedade. Esses mecanismos devem estabelecer maior conexão com as juventudes e incorporar laboratórios de inovação cívica, consultas digitais e observatórios temáticos.

Realizar uma Conferência Nacional de Integridade e Combate à Corrupção, com ampla participação social, para avaliar as políticas existentes e definir as prioridades do próximo ciclo.

Avançar de forma contínua e cumulativa na construção de um Estado íntegro, capaz de prevenir riscos, corrigir falhas e mobilizar suas capacidades para enfrentar os grandes desafios nacionais. A integridade não deve ser concebida apenas como proteção contra desvios, mas como condição para que o Estado cumpra sua função pública, orientado pelo interesse coletivo e protegido da captura por interesses particulares. Esse avanço deve ocorrer sem prejuízo da preservação e do aperfeiçoamento da capacidade de detectar, investigar e responsabilizar com rigor os atos de corrupção.

3.2.5. Fortalecer a organização do Estado brasileiro é fortalecer a democracia

A razão de ser do Estado é dar suporte ao desenvolvimento da sociedade, nos termos em que circunscrevemos esse processo de desenvolvimento hoje em dia, e seu principal desafio é servir à população e, em última análise, à democracia, que é o que o legitima e torna instrumento da vontade popular. Atender às necessidades das pessoas, entregando-lhes os bens e serviços de que necessitam, no círculo de suas possibilidades, e reduzir as desigualdades na sociedade brasileira são objetivos fundamentais da atuação estatal, como já mencionamos, mas é preciso reforçar esse ponto.

A administração pública não é formada só de pessoas, mas também por imóveis, equipamentos, instalações, redes, fluxos, informações,

legislações e outros ativos tangíveis e intangíveis. Melhorar a gestão pública implica produzir mudanças em todas essas esferas à luz dos desafios contemporâneos que precisamos enfrentar como sociedade. As organizações do Estado devem inovar e buscar maior efetividade nas políticas públicas, com elevados padrões de governança, transparência e integridade, proporcionando maior qualidade no uso de recursos e nas entregas à população.

Além disso, é importante dizer que as políticas públicas são, em sua grande maioria, intergovernamentais. Isso significa que o governo federal precisa estruturar uma política permanente de assistência técnica e capacitação aos municípios e estados, com soluções customizadas conforme o porte e a realidade local, garantindo que os recursos federais e estaduais se traduzam em projetos bem desenhados e serviços públicos de qualidade na ponta. Nesse contexto, inovações em serviços públicos que permitam processos de cocriação e participação social na elaboração e implementação de políticas públicas são fundamentais.

(a) Diretrizes

Avançar na aprovação de um novo arcabouço jurídico que dê suporte a essa nova visão do setor público. Propomos uma Nova Lei Geral da Administração Pública, que simplifica e moderniza as normas de interação entre União, estados e municípios, aprimorando o controle e fortalecendo as inovações nas organizações, com base no anteprojeto de revisão do Decreto-Lei nº 200/67 produzido por Grupo de Especialistas.

Consolidar e aprimorar o modelo de

centralização e compartilhamento de serviços de suporte (gestão de pessoas, orçamento, contratações etc.) entre ministérios e órgãos do Executivo federal (Colaboragov) e estudar a exportação deste modelo para a administração indireta.

Inovar nos modelos de gestão, a regularização fundiária-ambiental como acesso a direitos e o planejamento ecológico como vetor da ação do Estado na Amazônia.

Seguir colocando a gestão pública como indutora do desenvolvimento, por meio da mobilização do uso das empresas públicas em prol de um projeto de desenvolvimento soberano, sustentável e inclusivo, fortalecendo seu papel no suporte às políticas públicas.

Usar o patrimônio da União como lastro para políticas e serviços públicos nos territórios, de forma descentralizada.

Aprimorar os mecanismos de utilização do poder de compra do Estado em todos os níveis da federação, estimulando o desenvolvimento regional e de micro, pequenas e médias empresas (por meio de plataformas como o Contrata+ Brasil), e o desenvolvimento industrial e tecnológico nacional, tendo a encomenda tecnológica, os requisitos de conteúdo local, as margens de preferência e as compras de empresas nacionais como instrumentos relevantes.

Transformar a cooperação federativa em instrumento permanente de desenvolvimento nacional, articulando União, estados e municípios na implementação de estratégias voltadas à industrialização, transformação digital e ecológica e redução das desigualdades regionais.

Fortalecer a Sudam, Sudene e outras estruturas federais de desenvolvimento regional, assim como ampliar a presença da Conab, Embrapa, Incra, Ibama, Serviço Florestal e outras autarquias e órgãos federais nos territórios amazônicos, saindo das capitais e chegando às microrregiões estratégicas.

Fortalecer a capacidade dos estados e municípios de prestar melhores serviços à população por meio de mecanismos de cooperação, incluindo infraestrutura pública digital, formação de servidores e elaboração de estratégias nacionais. Nesse âmbito, avançaremos na consolidação e expansão do Programa Nacional de Gestão e Inovação (PNGI) como instrumento de fortalecimento das capacidades estatais de estados e municípios, ampliando a cooperação técnica, a formação de servidores, o compartilhamento de soluções, a inovação pública e a implementação coordenada de políticas em todo o território nacional.

Avançar na territorialização das estratégias nacionais de desenvolvimento, assegurando que as políticas

sejam adotadas de forma coordenada entre os entes, respeitando as potencialidades econômicas, sociais e ambientais dos territórios. A elaboração compartilhada de estratégias nacionais, da integração entre planejamento, orçamento e implementação e da ampliação da participação dos entes subnacionais na formulação das políticas públicas nacionais é um compromisso a ser firmado em várias áreas.

Promover a expansão coordenada da conectividade, da identidade digital, da interoperabilidade, da infraestrutura de dados, da computação em nuvem, da inteligência artificial e de plataformas públicas compartilhadas, permitindo que todos os entes federativos disponham de condições para promover a transformação digital do Estado e impulsionando a autonomia tecnológica e a soberania digital.

Fomentar o intercâmbio de experiências, a aprendizagem entre governos, a disseminação de boas práticas, o fortalecimento das redes de cooperação e dos consórcios públicos, promovendo a cooperação horizontal e a difusão de soluções inovadoras entre os entes. Estados e municípios serão fortalecidos como ambientes de inovação pública, ampliando sua capacidade de desenvolver soluções tecnológicas, utilizar inteligência de dados, realizar compras públicas inovadoras, testar novos modelos de prestação de serviços e compartilhar experiências bem-sucedidas com os demais entes federativos.

3.2.6. Apoiar a democratização do sistema de justiça do Brasil

A reforma do sistema político deverá passar pelo apoio a uma reforma do sistema de justiça que se detenha sobre a competência e composição constitucional dos Tribunais superiores, visando maior celeridade dos processos, previsibilidade e segurança jurídica. Deve-se aprimorar os mecanismos recursais e as portas de entrada de processos nas cortes superiores, enquanto forma de racionalização do sistema de justiça brasileiro e fortalecimento da segurança jurídica nacional.

Defendemos o fortalecimento institucional dos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público. Nestes espaços, apoiaremos a maior participação social, pautada num redesenho da composição destes conselhos, voltada à efetividade na ampliação democrática do sistema de justiça brasileiro, com participação de entidades da sociedade civil afim de promover maior vínculo dessas instituições com a população brasileira.

A reforma do sistema de justiça deve fortalecer mecanismos de transparência, de integridade e combater privilégios. É necessário democratizar não apenas a composição e o

acesso ao sistema de justiça, mas também as relações de poder que se estabelecem em torno de suas instituições. A opacidade das interações entre magistrados, agentes econômicos e demais interessados em decisões judiciais favorece o acesso desigual à Justiça e cria riscos de influência indevida, conflitos de interesses e captura das instituições por interesses privados. Defendemos o fortalecimento da integridade pública no Poder Judiciário, mediante a adoção de parâmetros nacionais de ética e conduta. Isso requer maior transparência das agendas de magistrados e ministros dos tribunais superiores, publicidade das audiências com representantes de interesses privados e regras efetivas sobre impedimentos, atividades externas, recebimento de benefícios e conflitos decorrentes de relações pessoais, familiares ou profissionais. Essas medidas devem assegurar a prevalência do interesse público e, ao mesmo tempo, preservar a independência necessária ao exercício da função jurisdicional.

É preciso aproximar o poder judiciário do povo, com o fortalecimento das defensorias públicas, dos juizados especiais cíveis, de iniciativas como a dos defensores populares e da justiça restaurativa, combatendo a hiper judicialização da vida social e política brasileira. Nesse sentido, iniciativas que possam combater a baixa representatividade de mulheres e pessoas negras nos tribunais são fundamentais. Apoiamos aprimorar os mecanismos de indicações aos Tribunais, em diálogo com os demais poderes, incluindo maior participação e representatividade social, garantindo-se, ao mesmo tempo, o resguardo do princípio da publicidade e maior democratização dos tribunais.

(a) Diretrizes

Apoiar a maior celeridade processual, previsibilidade das decisões e segurança jurídica dos sistema de justiça brasileiro, com racionalização das portas de entrada dos processos.

Ampliar a participação social e integrar entidades da sociedade civil do CNJ e do CNMP, aproximando o sistema de justiça da população e ampliando sua legitimidade democrática.

Fortalecer defensorias públicas, juizados especiais, defensores populares e práticas de justiça restaurativa, enfrentando a hiperjudicialização e ampliando o acesso à justiça, especialmente para grupos historicamente sub-representados, como mulheres e pessoas negras.

Avaliar os processos de indicação dos membros dos tribunais superiores ampliando participação da sociedade nessas escolhas, assim como os mecanismos de transparência e controle.

3.3 - Brasil seguro: enfrentar as violências para uma vida livre do medo

A segurança é um direito de cada brasileira e de cada brasileiro e uma responsabilidade indeclinável do Estado. O medo da violência não pode fazer parte da vida das pessoas. Quem sai para trabalhar, estudar, empreender ou cuidar da família precisa ter a tranquilidade de voltar para casa em segurança. É por isso que o compromisso do governo Lula é proteger a vida, garantir os direitos da população e assegurar que o Estado esteja presente onde a violência e o crime organizado tentam impor o medo e controlar territórios.

O quarto governo do presidente Lula traz a segurança pública como absoluta prioridade nacional, fortalecendo o papel coordenador da União para integrar políticas, ampliar investimentos e liderar uma grande mobilização federativa em defesa da paz, da cidadania e do Estado Democrático de Direito. A atuação do governo federal combinará inteligência, tecnologia, integração entre as instituições, valorização dos profissionais de segurança pública e cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios para produzir resultados ainda mais concretos na vida da população brasileira.

A prioridade será enfrentar o crime organizado, as milícias e as redes criminosas que lucram com crimes financeiros, tráfico de drogas, armas,

pessoas, ouro, madeira e outros mercados ilícitos, que promovem a violência, corrompem instituições e agentes públicos e ameaçam a democracia. Vamos fortalecer a investigação, a inteligência, o controle das fronteiras, a cooperação internacional, o combate à lavagem de dinheiro, a recuperação de ativos ilícitos e a atuação integrada das forças de segurança e justiça criminal para desarticular essas organizações e recuperar para o Estado os territórios dominados pela criminalidade.

Ao mesmo tempo, reafirmamos o conceito de Segurança Cidadã, porque a violência não se enfrenta apenas com repressão e ostensividade. Ela exige um Estado presente, capaz de prevenir a criminalidade, proteger direitos e ampliar oportunidades. Levaremos aos territórios mais vulneráveis investimentos articulados em educação, cultura, saúde, esporte, assistência social, urbanização, geração de emprego e desenvolvimento local, fortalecendo comunidades e reduzindo os espaços ocupados pelo crime.

A proteção das mulheres ocupará posição central nesta agenda. O combate ao feminicídio e a todas as formas de violência de gênero será tratado como prioridade permanente do governo federal, com fortalecimento da rede de proteção, ampliação das Casas da Mulher Brasileira, das Delegacias Especializadas, das Patrulhas Maria da Penha, do monitoramento eletrônico de agressores, do enfrentamento à misoginia e da proteção das mulheres também no ambiente digital. Fundamental, também, é combater o racismo, não apenas sendo intransigentes no cumprimento da lei, mas trabalhando para que o sistema de segurança pública diminua sensivelmente os seus padrões racistas de funcionamento, desde a prática policial cotidiana, até o enviesamento contra pessoas negras na justiça penal.

Também fortaleceremos, ainda mais, o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), consolidando uma política nacional baseada em planejamento, inteligência, integração de informações, inovação tecnológica e valorização e preservação da integridade e vida dos profissionais de segurança pública. Investiremos na formação permanente, na saúde física e mental dos policiais, na modernização dos equipamentos, na produção de evidências, no uso responsável da força e em mecanismos de transparência que ampliem a confiança entre a sociedade e suas instituições.

Vamos fortalecer a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Polícia Penal Federal (PPF), a Força Nacional de Segurança Pública e a cooperação com as polícias estaduais, Guardas Municipais, modernizar e aperfeiçoar a gestão do sistema penitenciário, e impedir que as

organizações criminosas continuem utilizando os presídios como centros de comando e ampliar as políticas de prevenção da violência, proteção às vítimas e redução dos homicídios.

Nosso compromisso é construir um Brasil onde a população possa viver sem medo. Um país em que o Estado seja mais forte que o crime organizado, em que a paz seja resultado da presença permanente do poder público, da proteção dos direitos, da valorização da vida e da confiança nas instituições democráticas. Saibam, que garantir segurança pública é proteger pessoas, fortalecer a cidadania e assegurar que cada brasileira e cada brasileiro possa viver com liberdade, dignidade, esperança e com seus direitos e garantias individuais preservados.

A seguir, apresentamos as principais indicações pensadas para uma política de segurança pública eficiente em seus processos e eficaz no seu objetivo de proteger e oferecer condições para que as pessoas possam ter condições de fazer planos, batalhar pelos seus sonhos, estudar, realizar-se profissionalmente, formar famílias e construir amizades. Sem segurança, nada disso é possível.

3.3.1. Enfrentamento ao Crime Organizado, Fortalecimento da Segurança Pública e Defesa Social no Brasil

O enfrentamento ao crime organizado no Brasil exige uma política de Estado fundada na capacidade soberana de formular, coordenar e executar estratégias próprias de segurança pública e defesa social, em articulação com os entes federativos e com respeito ao Estado Democrático de Direito.

Para fins de esclarecimentos prévios, é fundamental distinguir, no plano jurídico, político e criminológico, organizações criminosas – ORCRIMs, tais como PCC e CV, de grupos terroristas. Enquanto as ORCRIMs estruturam-se, em regra, para a obtenção de vantagens ilícitas e econômicas, mediante divisão de tarefas, controle de mercados, territórios e fluxos econômicos.

Por sua vez, o terrorismo caracteriza-se por uma lógica própria de violência destinada à produção deliberada de terror social, como instrumento de intimidação coletiva e produção de efeitos políticos, ideológicos ou sociais, conforme o enquadramento jurídico aplicável e nos termos previstos pelas Organização das Nações Unidas - ONU.

Essa distinção é indispensável para que respostas estatais sejam proporcionais à natureza de cada fenômeno e não resultem na importação acrítica de categorias, estratégias ou paradigmas de segurança formulados para realidades distintas da brasileira.

A cooperação internacional, especialmente no enfrentamento de redes criminosas transnacionais, é

necessária e estratégica, mas deve ocorrer sob bases de reciprocidade, respeito à legislação nacional e igualdade soberana entre os Estados Nação. Nessa direção, compreendemos que a atuação de potências estrangeiras nas questões internas de segurança pública brasileira não pode ultrapassar os limites da cooperação institucional e converter-se em mecanismos de ingerência, pressão política e/ou econômica.

(a) Diretriz

Assegurar que o Estado tenha autonomia para definir seus conceitos, suas prioridades, seus instrumentos de investigação, inteligência, prevenção e repressão qualificada, fortalecendo suas instituições e sua capacidade de proteger a sociedade, enfrentar o crime organizado e garantir o direito de todas e todos a viver em um país seguro e sem violência.

Consolidar o Programa Brasil Contra o Crime Organizado e a implementação de projetos e ações de enfrentamento do tráfico de armas, munições, acessórios e explosivos; asfixia financeira do crime organizado e milícias; qualificação da investigação de homicídios; retomada de territórios, e fortalecimento da segurança no sistema prisional sob a coordenação do Ministério da Segurança Pública, em articulação com os demais órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da efetivação das medidas prioritárias previstas no Decreto n. 12.966, de 12 de maio de 2026. A execução ocorre, com investimento previsto de R$ 1 bilhão direto da União e R$ 10 bilhões via BNDES para estados e municípios, e mediante a instituição de comitês ou núcleos interinstitucionais, com a participação de suas unidades, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e demais órgãos e entidades da administração pública federal, no âmbito de suas atribuições legais.

Estabelecer e ampliar a inovação tecnológica como pilar da política de Segurança Pública e orientar a articulação cooperativa entre os órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), de modo a promover a integração segura e progressiva das bases de dados e conhecimentos. A iniciativa observa os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, compartimentação e proteção de dados, e pressupõe o fortalecimento institucional e a adequada estruturação dos órgãos de inteligência, com definição de competências, fluxos, capacidades técnicas e recursos compatíveis com suas atribuições. A estruturação visa fomentar o desenvolvimento de capacidades analíticas avançadas para o mapeamento de vínculos, identificação de fluxos ilícitos e detecção de intermediários

estratégicos em redes criminosas, por meio de análise criminal e análise de redes. Também contempla diretrizes de governança, interoperabilidade de sistemas e segurança da informação, respeitando níveis de classificação e acesso, com a finalidade de fortalecer a integração federativa, a padronização de procedimentos e a efetividade das ações de prevenção e repressão qualificada ao crime organizado.

Reestruturar e modernizar o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP) e a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Infoseg). Essa medida visa o aperfeiçoamento da plataforma nacional integrada de dados para segurança pública. A reestruturação contempla a modernização da arquitetura tecnológica, o aperfeiçoamento e interoperabilidade de sistemas e atualização das bases de dados, a ampliação da integração com sistemas estaduais e federais, a implementação de mecanismos avançados de segurança cibernética, monitoramento contínuo, rastreabilidade e auditoria dos acessos em conformidade fortalecendo a confiabilidade, a governança e o compartilhamento seguro de informações estratégicas para o enfrentamento da criminalidade organizada

Criar o Cadastro Nacional de Empresas vinculadas ao Crime Organizado e atualizar o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), inserindo as empresas com vinculação financeira, patrimonial e operacional ao crime organizado. A medida visa a asfixia financeira, prevenção de ativos, prevenção à infiltração das organizações criminosas em obras públicas e nos projetos de parceria com o poder público, bem como impactos em estruturas empresariais utilizadas por organizações criminosas.

Fortalecer, ainda mais, as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs) como principal estrutura permanente de coordenação operacional entre a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Polícia Penal Federal (PPF) e as forças de segurança estaduais, sob a coordenação do Ministério da Segurança Pública. A iniciativa aperfeiçoará a governança das FICCOs no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), promovendo sua integração com o Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas (ENFOC), os Escritórios Nacionais Antifacção (RJ e SP), a Força Nacional de Segurança Pública e demais estratégias coordenadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), ampliando a inteligência integrada, a atuação interestadual e a capacidade de enfrentamento às organizações criminosas em todo o território nacional.

Fortalecer a presença do Estado nas fronteiras, com investimento em infraestrutura, uso de tecnologia e inteligência artificial; atuação coordenada/integrada entre órgãos de defesa, segurança pública e de aduana; e estreitamento da cooperação com os países limítrofes, para combater o tráfico transnacional e garantir a defesa e soberania nacional. Aprimoraremos a cooperação e integração entre a PF, PRF e polícias estaduais com as Forças Armadas no combate aos ilícitos transnacionais na faixa de fronteira.

Expandir o Programa Município Mais Seguro, com aumento dos investimentos federais e da quantidade de municípios atendidos, fortalecendo as capacidades institucionais das gestões locais para atendimento de proximidade e integração com a comunidade. A iniciativa apoia a estruturação das Guardas Municipais, a qualificação da gestão da segurança pública, a valorização dos profissionais e a implementação de políticas de segurança cidadã baseadas em evidências, observados os requisitos da Lei nº 13.022/2014, contribuindo para a integração dos municípios ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e para o fortalecimento da atuação preventiva nos territórios.

Instituir o Plano Nacional de Recuperação Territorial de Áreas sob Domínio de Organizações Criminosas em atendimento à ADPF 635 (ADPF das Favelas) em âmbito nacional para articular, em regime de cooperação entre o Poder Judiciário, Ministério da Segurança Pública, União, estados e municípios, o papel indutor federal com a responsabilidade executiva concorrente dos entes subnacionais na execução das políticas de segurança e garantia dos direitos civis.

Priorizar investimentos continuados na urbanização de favelas e periferias, na requalificação de espaços públicos e na ampliação do acesso a serviços públicos essenciais, bem como o estabelecimento de parcerias com o setor privado e concessionárias de serviços públicos para estimular atividades econômicas lícitas, reduzir mercados explorados pelo crime organizado e fortalecer a presença permanente do Estado como estratégia de promoção da cidadania, do desenvolvimento e da paz social.

Incorporar ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) métricas específicas de prevenção ao controle territorial como critério vinculante para a execução dos recursos, condicionando os repasses estaduais ao cumprimento dessas métricas nos planos estaduais, com avaliação anual de metas alcançadas.

Instituir a Rede Nacional de Inteligência Territorial, coordenada pela Polícias da União, em articulação com as Polícias estaduais, as Secretarias de Segurança Pública e de-

mais órgãos do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), para monitorar permanentemente os territórios sob influência de organizações criminosas, mapear suas estruturas, atividades ilícitas e dinâmicas de expansão. A iniciativa fortalecerá a produção e o compartilhamento de inteligência estratégica, subsidiando operações integradas, a recuperação de territórios e a formulação de políticas públicas de segurança baseadas em evidências.

Aprimorar a Estratégia Integrada de Segurança e Justiça Transnacional. A medida visa enfrentar, cada vez mais, a crescente internacionalização das organizações criminosas, mediante a cooperação jurídica e policial como pilar central da política criminal, priorizando a celeridade e a plena integração entre órgãos de segurança, unidades de inteligência financeira e instâncias de execução patrimonial.

Focar no bloqueio ágil de ativos ilícitos, na interrupção sistemática dos fluxos de armas e drogas e na localização eficaz de criminosos, assegurando que o enfrentamento ao crime organizado ocorra de forma coordenada, transnacional e dotada da contundência necessária para desarticular as estruturas financeiras e operacionais que sustentam essas redes criminosas.

Apoiar a expansão das Delegacias Especializadas no Controle de Armas, Munições e Explosivos, inspiradas em modelos bem-sucedidos já adotados em seis estados brasileiros (ES, RJ, PB, BA, CE, RS), com o objetivo de especializar e otimizar as investigações, identificar padrões de desvio e desarticular as rotas de tráfico de armas e fabricação ilícita.

Coibir a circulação ilegal de material bélico e enfraquecer o braço armado de grupos criminosos, a redução da violência e o aumento da segurança nos territórios.

Fortalecer a Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Armas, Munições, Acessórios e Explosivos (Renarme). A iniciativa visa reforçar a integração entre órgãos, viabilizar operações conjuntas e aprimorar a troca de dados e inteligência, e garantir o compartilhamento de informações entre entes federais, polícias estaduais e Forças Armadas, priorizando a investigação de furtos e roubos de armas para coibir desvios ao crime.

Aprimorar os mecanismos rastreabilidade de armas e munições por meio da ampliação da marcação individual de munições e da redução do tamanho dos lotes de compras públicas, aperfeiçoando os mecanismos de identificação de desvios. Temos que promover, ainda, a expansão do Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB), para integração e comparação automatizada de vestígios balísticos em investigações

criminais, e reforçará a aplicação da Lei nº 13.880/2019, com a apreensão de armas e suspensão do registro de posse nos casos previstos em lei, além da atuação integrada das polícias e dos órgãos de fiscalização para restringir o acesso a armas por autores de violência doméstica e pessoas que representem risco à segurança pública.

Aprimorar a fiscalização de desvios no mercado doméstico de armas, reforçando a capacidade da Polícia Federal e do Exército Brasileiro de realizar a efetiva fiscalização de registros de empresas de segurança privada, de defesa pessoal e de caçadores, atiradores e colecionadores, com investimento em sistemas automatizados, verificação completas da concessão de registro e com busca ativa por situações atípicas que indiquem alto risco, como pessoas sob investigação ou processo criminal, ou com renda incompatível com as armas adquiridas.

Criar o Programa Nacional de Redução dos Homicídios Dolosos e outras Mortes Violentas, em parceria com estados, municípios, Poder Judiciário, Ministério Público, Ministério dos Direitos Humanos e demais instituições públicas e sociedade civil, especialmente nos territórios em que há concentração de homicídios, estabelecendo metas para redução por faixa etária, território, grupos raciais e de gênero, contemplando a redução dos feminicídios, assassinatos de jovens negros e pessoas trans e travestis. O programa deve contemplar a investigação de desaparecimentos, circunstâncias que podem ocultar mortes não notificadas, e priorizar iniciativas intersetoriais de prevenção à violência nos territórios mais vulneráveis, com policiamento de proximidade para reduzir as mortes em decorrência da intervenção policial e, principalmente, uma ação

permanente de enfrentamento às organizações criminosas.

Equipar os Departamentos Estaduais de Homicídios e Proteção à Pessoa com efetivo proporcional à criminalidade local, além de um esforço a respeito da preservação dos locais do crime, com a elaboração de protocolos rígidos e formação continuada para os profissionais do SUSP, visando a garantia e a integridade dos vestígios para a perícia.

Garantir a integração operacional e interoperabilidade informativa das polícias, estabelecendo diretrizes nacionais para a pactuação de protocolos de fluxo contínuo de dados entre as forças de polícia investigativa e ostensiva. Na direção que os resultados e elementos de informação colhidos em sede de inquérito policial sejam compartilhados de forma sistêmica com as unidades territoriais da Polícia Militar responsáveis pela respectiva circunscrição. O intercâmbio estratégico destina-se a subsidiar o planejamento do patrulhamento preventivo, a qualificar o atendimento de ocorrências e a subsidiar a matriz de gestão de riscos e alocação de recursos operacionais.

Fortalecer e ampliar o Programa Celular Seguro, em curso, mediante a expansão da parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com a intenção de expandir o enfrentamento à Rede de Receptação de Celulares Furtados e Roubados, que além de identificar, investigar, monitorar aparelhos de origens ilícitas, fará o bloqueio de redes sociais, do número telefônico e de aplicativos bancários em caso de extravio, de roubo ou furto, entres outras ações, o que tornará o dispositivo inutilizável e desestimula o ato criminoso. Vamos fortalecer, ainda, a integração e interoperabilidade entre o MJSP, a Anatel e as Empresas de Telefonia no âmbito do Banco Nacional de Celulares com Restrição (BNCR).

3.3.2. Instituições fortes e articuladas – governança e reforma legislativa

No campo legislativo, é urgente a aprovação da PEC da Segurança Pública (PEC 18/2025), que consolida e fortalece o SUSP como política de Estado, define competências concorrentes, integra forças de segurança, prevê financiamento contínuo, inclui guardas municipais no sistema constitucional de segurança pública e reforça o combate ao crime organizado por meio da interoperabilidade de sistemas, padronização de protocolos e planejamento estratégico. A integração das Guardas Municipais ao SUSP ampliará a coordenação federativa, o policiamento preventivo e comunitário, o compartilhamento de dados e os mecanismos de controle externo, transparência e proporcionalidade no uso da força.

Parte essencial desse esforço legislativo será a reforma do art. 142 da Constituição Federal, para reafirmar a missão constitucional das Forças Armadas na defesa da soberania nacional, na garantia dos poderes constitucionais e no apoio à política externa, vedando o desvio de função que as leve a exercer papel de polícia ou a realizar ocupações territoriais sob justificativa de GLO.

Por fim, será encaminhado projeto de lei para criação da Lei de Integridade no Serviço Público para Enfrentamento à Infiltração do Crime Organizado, estruturada em dois eixos: penal, com agravamento de sanções para crimes cometidos com abuso da função pública em benefício de facções, milícias ou tráfico; e administrativo, com fortalecimento das corregedorias, integração de bases de dados, procedimentos céleres de apuração, medidas cautelares de afastamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle patrimonial e funcional. O objetivo é prevenir a captura das instituições públicas pelo crime organizado, reforçar a integridade do Estado e ampliar a confiança da sociedade nas instituições de segurança e fiscalização.

A construção de um Estado brasileiro mais seguro e menos violento exige uma reforma institucional abrangente, que articule mudanças no sistema político, no sistema de justiça e na arquitetura da segurança pública. Nesse contexto, após aprovação da PEC da Segurança Pública, será criado o Ministério da Segurança Pública (MISP), responsável por atuar de forma central no enfrentamento ao crime organizado, na prevenção ao crime, na garantia de direitos civis e na redução da percepção de insegurança da população. O MISP desenvolverá políticas integradas com os entes federados e executará, de maneira robusta, as ações do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), fortalecendo a inteligência estatal, a coordenação federativa e a capacidade soberana do Estado de responder a desafios internos e pressões externas.

A Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG) será restabelecida como instância permanente de participação social, pactuação federativa e formulação estratégica, reunindo União, estados, Distrito Federal, municípios, profissionais da segurança, sistema de justiça, comunidade científica e sociedade civil. Seu papel será definir diretrizes nacionais, promover integração institucional, avaliar resultados e construir consensos voltados à prevenção da violência, ao enfrentamento da criminalidade e à promoção da paz social, em consonância com a responsabilidade constitucional da União na indução e coordenação da política nacional de segurança pública.

Para o enfrentamento de desastres

ambientais, será instituído um programa interministerial envolvendo MJSP, MIDR e MMA, articulado ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), para fortalecer ações de prevenção, resposta e recuperação diante de emergências climáticas, incêndios florestais — especialmente na Amazônia e no Pantanal — e outros desastres ambientais, com atuação integrada da Força Nacional e demais órgãos federativos.

Como parte do fortalecimento institucional, será criado o Departamento Portuário, Imigração e Controle Migratório, com quadro próprio de servidores especializados, para assumir gradualmente a gestão dos serviços migratórios, portos, emissão de passaportes e rotinas administrativas de controle migratório em aeroportos, portos e fronteiras. Isso permitirá que a Polícia Federal concentre seus efetivos na prevenção e repressão ao crime organizado, à corrupção, à lavagem de dinheiro, aos crimes transnacionais e à proteção das fronteiras.

(a) Diretrizes:

Instituir programa interministerial de integração entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), considerando o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), para fortalecer a prevenção, a resposta do poder executivo e a recuperação diante de emergências climáticas, incêndios florestais, especialmente na Amazônia e no Pantanal, e demais desastres ambientais e com atuação integrada da Força Nacional de Segurança Pública e dos demais órgãos federativos.

Criar o Departamento Portuário, Imigração e controle migratório com quadro próprio de servidores administrativos especializados (PF), do Departamento de Migrações do MJSP e Guardas Portuárias, para assumir gradualmente a gestão dos serviços migratórios, portos, emissão de passaportes e das rotinas administrativas de controle migratório em aeroportos, portos e fronteiras, permitindo que a Polícia Federal concentre seus efetivos e capacidades na prevenção e repressão ao crime organizado, à corrupção, à lavagem de dinheiro, aos crimes transnacionais e à proteção das fronteiras.

Integrar as Guardas Municipais no rol de órgãos de Segurança Pública, fortalecendo a integração das Guardas Municipais ao SUSP, em coordenação com a União e os Estados nas ações de segurança urbana, no policiamento preventivo e comunitário, articulação obrigatória entre as forças de segurança pública e mecanismos robustos de controle externo, ouvidorias autônomas, governança,

transparência e proporcionalidade sobre o uso da força, compartilhamento de dados e padronização de protocolos para proteção da vida, a redução de crimes e a recuperação de territórios.

Assegurar a missão constitucional das Forças Armadas na Defesa da Soberania Nacional, na garantia dos poderes constitucionais e em apoio à política externa, a fim de contribuir com o esforço nacional de defesa, a soberania nacional, a defesa das riquezas brasileiras, das fronteiras e na integridade do Estado brasileiro, impedindo o desvio de função que as levem a exercer o papel de polícia.

Criar a Lei de Integridade no Serviço Público para Enfrentamento à Infiltração do Crime Organizado. O PL visa fortalecer a responsabilização de agentes públicos vinculados a organizações criminosas, estruturado em dois eixos complementares: (i) Eixo Penal, com agravamento das sanções para crimes praticados com abuso da função pública em benefício de facções criminosas, milícias ou do tráfico de drogas; e (ii) Eixo Administrativo, com o fortalecimento das corregedorias e dos mecanismos de integridade, procedimentos mais céleres de apuração e responsabilização, integração de bases de dados, medidas cautelares para afastamento de agentes de funções sensíveis e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle patrimonial e funcional. A iniciativa visa prevenir a captura das instituições públicas pelo crime organizado, reforçar a integridade do Estado e ampliar a confiança da sociedade nas instituições de segurança e fiscalização.

3.3.3. Gestão Prisional

O fortalecimento da governança da execução penal no Brasil exige uma estratégia nacional articulada entre União, estados, Distrito Federal, Judiciário, Ministério Público, Defensorias e sociedade civil. Para isso, será instituído o Pacto Nacional da Execução Penal, coordenado pela Senappen, estruturado em três eixos: controle e segurança das unidades prisionais; gestão e execução penal; e políticas penais voltadas à redução da reincidência e à garantia de direitos.

Em paralelo, será aprimorada a implementação do Plano Pena Justa, em articulação com o CNJ e os entes federativos, priorizando a redução da superlotação, a melhoria da infraestrutura, a ampliação de oportunidades de educação e trabalho, a valorização dos policiais penais e o fortalecimento da gestão da execução penal.

O Sistema Penitenciário Federal (SPF) será ampliado com novas penitenciárias federais para isolar lideranças criminosas e custodiados de alta periculosidade. Serão criadas unidades federais específicas para presos da Justiça Federal, conforme a legislação vigente, e implantado um protocolo

nacional de classificação baseado em critérios objetivos para orientar transferências e isolamento de chefes de organizações criminosas.

A política penitenciária será aperfeiçoada com a institucionalização de um modelo nacional de gestão prisional, padrões de monitoramento e avaliação, e fortalecimento da Senappen e do CNPCP. O governo federal financiará a modernização da infraestrutura penitenciária, ampliando vagas e corrigindo déficits, por meio do fortalecimento do FUNPEN e da ampliação das fontes de financiamento previstas em lei.

A Diretoria de Inteligência Penal (DIPEN) será fortalecida, com integração do Sistema Nacional de Inteligência Penal, interoperabilidade de sistemas e implantação de modelo nacional de classificação baseado em metodologias de singularização, com atenção especial a jovens entre 18 e 35 anos.

Haverá universalização de tecnologias de segurança, com bloqueio de comunicações ilícitas, expansão de scanners, monitoramento inteligente, fortalecimento de centros integrados de inteligência e ampliação da monitoração eletrônica para casos de menor periculosidade. Será criado o Sistema Nacional de Alternativas Penais, com comitê gestor envolvendo Judiciário, estados e sociedade civil.

A governança das políticas penais será fortalecida com a recriação das Coordenações Nacionais de Mulheres e Grupos Vulneráveis, Saúde, Trabalho, Educação e Assistência Social e Religiosa, ampliando a capacidade federal de apoiar estados na implementação de políticas especializadas. Será instituído o Programa Nacional de Atenção às Pessoas com Dependência de Substâncias Psicoativas, integrando sistema prisional, SUS, SUAS e RAPS.

A Política Nacional de Trabalho no Sistema Prisional (PNAT) será modernizada para ampliar qualificação profissional, inclusão produtiva e empregabilidade durante e após o cumprimento da pena. A Política Nacional de Educação nas Prisões será fortalecida, ampliando acesso à educação básica, profissional e superior, com expansão de salas de aula, bibliotecas e capacitação de servidores.

Serão revisadas e fortalecidas a PNAISP e a Política Nacional de Assistência Social para pessoas privadas de liberdade. Para o público feminino, será ampliada a PNAMPE, com ações de saúde, educação, assistência social e qualificação profissional, além de projeto nacional para produção de absorventes e fraldas no sistema prisional, articulando capacitação e trabalho ao atendimento das necessidades das mulheres e ao Programa Dignidade Menstrual.

A Saju fortalecerá a atuação das Defensorias Públicas na assistência jurí-

dica a pessoas privadas de liberdade e egressos, promovendo um Mutirão Nacional de Revisão Processual para reavaliar condenações e processos, com prioridade para casos de possível enquadramento inadequado entre usuário e traficante, assegurando correta aplicação da lei e redução do encarceramento indevido.

(a) Diretrizes:

Instituir o Pacto Nacional da Execução Penal, coordenado pela Senappen e com integração entre União, estados e Distrito Federal, e parcerias com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensorias Públicas e sociedade civil, para fortalecer a governança do sistema prisional e a integração interfederativa no enfrentamento das facções criminosas e redução da reincidência. O Pacto será estruturado em três eixos: (i) controle e segurança das unidades prisionais; (ii) gestão e execução penal; e (iii) políticas penais, redução de reincidência e garantias de direitos.

Aprimorar a implementação do Plano Pena Justa, em articulação com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os estados e o Distrito Federal, acelerando o cumprimento de suas metas e o monitoramento de resultados. A iniciativa priorizará a redução da superlotação prisional, a melhoria da infraestrutura e das condições de custódia, a ampliação das oportunidades de educação, trabalho e reinserção social, o fortalecimento da gestão da execução penal e a valorização dos policiais penais, consolidando o sistema prisional como instrumento de garantia de direitos, redução da reincidência e enfrentamento às organizações criminosas.

Fortalecer o Sistema Penitenciário Federal SPF) e ampliar a capacidade operacional do Sistema Penitenciário Federal, por meio da construção de Penitenciárias Federais, aumentando a capacidade de isolamento de lideranças criminosas, milícias, e de custodiados de alta periculosidade, fortalecendo a política nacional de enfrentamento ao crime organizado. Além disso, criaremos unidades prisionais federais para custódia de presos da Justiça Federal, destinadas à custódia de presos provisórios e condenados da Justiça Federal, dando efetividade ao art. 85 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que atribui à União a responsabilidade pela custódia de presos federais, promovendo o cumprimento da Lei de Execução Penal, maior racionalidade, segurança e eficiência na promoção de assistências e alternativas penais para pessoas privadas de liberdades. Também vamos implantar protocolo nacional para classificação com critérios baseados em evidências, objetivos e seletivos relacionados à transferência de presos de alta periculosidade e isolamento de chefes de organizações criminosas entre unidades estaduais e federais.

Aperfeiçoar as Diretrizes Nacionais de Gestão Prisional, com a institucionalização de modelo nacional de gestão prisional, com padrões nacionais de gestão, monitoramento e avaliação, ancorados no fortalecimento da Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, bem como com a criação de parâmetros nacionais de gestão prisional e adoção de estratégias de monitoramento de eficiência e efetividade no âmbito da União, dos estados e do Distrito Federal.

Modernizar a infraestrutura penitenciária visando construir, ampliar e modernizar estabelecimentos penais e corrigir o déficit de vagas no sistema penitenciário. A ausência de vaga física submete a pessoa presa a condições degradantes e intensifica as condições para o fortalecimento de organizações criminosas nas prisões. Para isso, vamos fortalecer o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN e ampliar os mecanismos de financiamento, com a ampliação de fontes de financiamentos por meio de novas alterações legislativas (fontes de custeios) e inclusão na Lei 13.756/2018 (que destina recursos para o Fundo Nacional de Segurança Pública).

Fortalecer a governança nacional das políticas penais por meio da recriação das Coordenações Nacionais de Mulheres e Grupos Vulneráveis, Saúde, Trabalho, Educação e Assistência Social e Religiosa, ampliando a capacidade do governo federal de coordenar, induzir e apoiar tecnicamente os estados na implementação de políticas penais especializadas. A iniciativa promoverá maior padronização, cooperação federativa e monitoramento das ações no sistema prisional, assegurando a garantia de direitos, a humanização da execução penal e a redução da reincidência criminal e penal em todo o país.

Instituir o Programa Nacional de Atenção às Pessoas com Dependência de Substâncias Psicoativas no Sistema Prisional, para ampliar o acesso à prevenção, ao tratamento, à redução de danos e à reinserção social de pessoas privadas de liberdade e fortalecendo a integração entre o sistema prisional, o SUS, o SUAS e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com foco na redução da reincidência criminal e na promoção da saúde e da cidadania.

Modernizar, revisar e fortalecer a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (PNAT), com foco na ampliação da qualificação profissional, na inclusão das pessoas privadas de liberdade nas novas dinâmicas do mundo do trabalho e na expansão das oportunidades de emprego e geração de renda. A iniciativa priorizará a formação profissional alinhada às demandas do mercado, o fortalecimento de par-

cerias com o setor produtivo e a criação de mecanismos de incentivo à empregabilidade durante e após o cumprimento da pena, promovendo a reintegração social, a redução da reincidência criminal e o desenvolvimento econômico com responsabilidade social.

Fortalecer a Política Nacional de Educação nas Prisões, em articulação com o Ministério da Educação, ampliando o acesso à educação básica, profissional e superior para pessoas privadas de liberdade, mediante a expansão de salas de aula, da oferta de cursos superiores e de qualificação profissional, da implantação e modernização de bibliotecas e de espaços de aprendizagem nas unidades prisionais. A iniciativa também promoverá a capacitação contínua dos servidores penais, o fortalecimento dos projetos de remição de pena pela leitura e o incentivo a atividades de educação não formal, como instrumentos de ressocialização, redução da reincidência criminal e promoção da cidadania.

Fortalecer a Política Nacional para Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), ampliando ações de saúde, educação, assistência social, qualificação profissional e preparação para a reinserção social. Também fomentar articulação entre o MJSP, MS e MDS visando implementar Projeto Nacional para a produção de absorventes higiênicos e fraldas no sistema penitenciário, associando capacitação profissional e trabalho prisional ao atendimento das necessidades das mulheres privadas de liberdade e ao fornecimento de itens destinados às pessoas beneficiárias do Programa Dignidade Menstrual, promovendo inclusão produtiva e o fortalecimento das políticas públicas de proteção social.

Fortalecer, por meio da Secretaria Nacional de Acesso à Justiça (Saju), a atuação das Defensorias Públicas na assistência jurídica a pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional, promovendo, em articulação com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministério Público, os Tribunais de Justiça e as administrações penitenciárias estaduais, um Mutirão Nacional de Revisão Processual para reavaliar condenações e processos em curso, com prioridade para casos de possível enquadramento inadequado entre usuário e traficante, nos termos da legislação e da jurisprudência aplicáveis. A iniciativa buscará assegurar a correta aplicação da lei, reduzir o encarceramento indevido, conferir maior celeridade à execução penal e fortalecer as garantias do devido processo legal.

Promover a implementação da Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas, com o fomento à expansão da rede de serviços especializados de

atendimento a este público, de forma articulada à Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário (Resolução nº 307/2019, do CNJ).

3.3.4. Proteção de Direitos, Políticas de Prevenção e Reparação

A construção de uma política nacional de segurança cidadã, proteção territorial e garantia de direitos exige a articulação entre diferentes áreas do Estado brasileiro e a integração de ações voltadas à prevenção da violência, ao enfrentamento do crime organizado, à proteção de populações vulneráveis e ao fortalecimento da governança pública. As diretrizes a seguir organizam um conjunto de iniciativas interministeriais destinadas a ampliar a segurança, promover direitos civis, proteger comunidades tradicionais, assegurar ambientes digitais mais seguros para crianças e adolescentes, fortalecer políticas migratórias humanistas, aprimorar o atendimento às vítimas de crimes, expandir mecanismos de mediação de conflitos e consolidar políticas públicas sobre drogas baseadas em evidências, cuidado e reinserção social.

Essas ações buscam integrar segurança pública, justiça, direitos humanos, meio ambiente, saúde, assistência social e educação, articulando União, estados, municípios, órgãos do sistema de justiça e sociedade civil. O objetivo é construir respostas coordenadas para desafios complexos como violência no campo, conflitos territoriais, vulnerabilidades digitais, xenofobia, dependência de substâncias psicoativas, violência de gênero, racismo estrutural e exposição de jovens a contextos de risco. Ao mesmo tempo, reforçam a governança participativa, a prevenção, a proteção de populações ameaçadas e a promoção de ambientes seguros — físicos, territoriais e digitais.

(a) Diretrizes

Instituir o Programa Interministerial de Proteção Territorial e Segurança dos Povos e Comunidades Tradicionais, coordenado pelos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, dos Povos Indígenas, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, dos Direitos Humanos e da Cidadania e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), para acelerar a demarcação e a regularização fundiária de terras indígenas, territórios quilombolas e assentamentos rurais, fortalecer a proteção de lideranças ameaçadas, estruturar uma Política Nacional de Segurança para os Povos Indígenas, apoiar mecanismos comunitários de autoproteção e integrar ações de segurança pública, proteção territorial, conservação ambiental e prevenção de conflitos, como estratégia de en-

frentamento ao crime organizado, à violência no campo e às mudanças climáticas.

Implementar integralmente o ECA Digital, consolidando, cada vez mais, uma política nacional de proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital por meio da regulamentação dos deveres das plataformas, do fortalecimento da classificação indicativa, da verificação etária com preservação da privacidade, da ampliação das ferramentas de supervisão parental, da criação do Centro Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente no Ambiente Digital e do fortalecimento da governança digital, assegurando a promoção de um ambiente online mais seguro, saudável e adequado ao desenvolvimento infantojuvenil.

Consolidar uma política migratória humanista e estratégica, assegurando a plena implementação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (PNMRA), o acolhimento digno de migrantes e refugiados, o combate à xenofobia e a ampliação do acesso a direitos e serviços públicos.

Fortalecer o Programa Recomeçar de Apoio às Vítimas de Crimes, gestado pelo MJSP, com mais investimentos em Rede de Cuidado, Orientação e Apoio às Vítimas de Crimes, estruturando uma rede nacional integrada de atendimento para assegurar acolhimento humanizado, apoio psicológico, assistência social, orientação jurídica e encaminhamento aos serviços públicos. A iniciativa visa promover a articulação entre União, estados e municípios, garantindo atenção integral às vítimas e seus familiares, fortalecendo sua proteção, recuperação e acesso aos direitos.

Retomar e ampliar a Política Nacional de Prevenção e Solução Consensual de Conflitos, expandindo programas de mediação comunitária e justiça restaurativa em parceria com estados e municípios, apoiando iniciativas de segurança cidadã e polícia comunitária e consolidando mecanismos permanentes de mediação de conflitos fundiários, urbanos e rurais, em articulação com o Poder Judiciário, os entes federativos e a sociedade civil.

Fortalecer a atuação da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), em articulação com os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, para coordenar programas intersetoriais de prevenção, cuidado e reinserção social.

Criar o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), para promovermos a ampliação da rede pública de atenção biopsicossocial por meio de atendimento especializado, integração entre consultórios na rua, Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS-AD), unidades de acolhimento e demais

serviços da rede, assegurando tratamento baseado em evidências científicas e ações articuladas de educação, qualificação profissional, trabalho, renda e inclusão social para populações em situação de vulnerabilidade, especialmente jovens expostos à violência e ao uso problemático de drogas.

Implementar integralmente o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (PLANAD 2026–2030), fortalecendo a atuação integrada entre segurança pública, saúde, assistência social, educação e justiça para executar seus oito eixos estratégicos: desenvolvimento social sustentável; prevenção; redução de danos; segurança pública cidadã e justiça criminal; acesso ao cuidado, acolhimento e tratamento; governança participativa; políticas baseadas em evidências; e cooperação internacional. A iniciativa promoverá prevenção, cuidado, reinserção social, enfrentamento qualificado ao crime organizado e recuperação de ativos, com participação social, integração federativa, monitoramento permanente e respeito aos direitos civis.

Reestruturar o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci II, com a ampliação de suas dimensões políticas e programática, por meio de execuções de projetos integrados às relações interministeriais reforçando sua identidade como política nacional de prevenção à violência, redução de vulnerabilidades sociais, com viés de interseccionalidade e com especial atenção à violência de gênero e às questões raciais.

3.3.5. Profissional de segurança preparado e respeitado

O fortalecimento da segurança pública no Brasil exige uma agenda integrada que combine transparência, profissionalização, prevenção, valorização das carreiras e modernização tecnológica. As diretrizes a seguir organizam um conjunto de ações voltadas a aprimorar a atuação policial, qualificar o uso da força, ampliar mecanismos de controle e integridade, fortalecer a saúde e a proteção dos profissionais de segurança, modernizar a formação e expandir políticas de prevenção à violência.

Essa agenda busca consolidar padrões nacionais de atuação, promover maior proximidade entre polícia e sociedade, ampliar a diversidade nos espaços de comando, reforçar mecanismos de controle interno e externo e prevenir a infiltração do crime organizado nas instituições. Ao mesmo tempo, investe na saúde física e mental dos profissionais, na valorização das carreiras, no acesso à moradia segura e na ampliação de oportunidades de formação e qualificação.

A modernização da segurança pública também passa pela expansão de tecnologias, pela criação de estrutu-

ras nacionais de ensino e pesquisa, pela revisão curricular e pela integração entre diferentes áreas do Estado. As diretrizes apresentadas articulam segurança, justiça, direitos humanos, educação e assistência social, com foco na eficiência institucional, na proteção da vida, na redução de vulnerabilidades e na construção de uma atuação policial mais transparente, profissional, diversa e orientada ao interesse público.

(a) Diretrizes

Fomentar a ampliação do uso de câmeras corporais e a adoção de padrões nacionais de uso, gestão e preservação das imagens, com gravação contínua ou acionamento automático em áreas de maior incidência criminal e em operações, em conformidade com as diretrizes da Portaria MJSP n.º 648/2024 do MJSP. A iniciativa fortalece a produção de provas, a transparência da atuação policial, a proteção dos direitos dos cidadãos e a segurança jurídica e operacional dos profissionais de segurança pública.

Assegurar a efetividade do Decreto nº 12.341/2024, que disciplina o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública, por meio da formulação, implementação e divulgação de uma Doutrina Nacional coesa. A proposta prevê a atualização da Matriz Curricular Nacional, a capacitação obrigatória e periódica dos profissionais nos diferentes entes federativos, o fortalecimento dos mecanismos de controle interno, monitoramento e avaliação de impacto, e a promoção de ações de conscientização junto à sociedade civil sobre os princípios da legalidade, proporcionalidade e não discriminação no uso da força.

Fomentar diretrizes nacionais sobre policiamento de proximidade em todos os estados e no DF, incluindo a escuta ativa da população e o investimento no aprimoramento da relação entre polícia e cidadão pública, com foco na prevenção e redução dos índices criminais. Vamos também incentivar a formação de novas lideranças femininas e de pessoas negras dentro das instituições policiais. A diversidade nos postos de comando enriquece a tomada de decisão estratégica e ajuda a quebrar padrões de cultura institucional que favorecem a discriminação e o racismo.

Fortalecer as políticas de integridade e prevenção nas instituições de segurança pública por meio da ampliação da autonomia técnica e funcional das Ouvidorias e corregedorias, do aprimoramento dos mecanismos de auditoria, inteligência de integridade e transparência institucional. A iniciativa visa prevenir a infiltração do crime organizado nos órgãos de Estado, coibir desvios de conduta e mercados ilícitos de

proteção, reforçando a governança, a credibilidade das instituições e a eficiência da atuação estatal na promoção da segurança pública e na defesa do interesse público. Assim, visando a reforçar o controle interno e externo das atividades de segurança pública.

Ampliar investimentos na Política Nacional de Saúde Integral dos Profissionais de Segurança Pública, com a expansão da rede de apoio psicossocial, reforço das equipes multiprofissionais e qualificação permanente dos serviços de atenção à saúde física e mental. Apoiar os estados concorrencialmente com custeio de seguro de vida por meio do FNSP. A iniciativa contempla a regulamentação de protocolos de monitoramento do bem-estar e da letalidade individual, com avaliação especializada para adoção de medidas preventivas, além da recomendação de períodos obrigatórios de recuperação e acompanhamento psicossocial para profissionais envolvidos em ocorrências de elevado impacto emocional, promovendo valorização profissional, prevenção de adoecimentos, cuidado, e maior qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Instituir o Projeto Nacional de Valorização das Carreiras Policiais, em consonância com os princípios de valorização profissional previstos na Lei nº 13.675/2018 (Lei do SUSP), apoiando a construção de uma entendimento nacional relacionado à remuneração e as iniciativas legislativas em tramitação no Congresso Nacional voltadas à instituição de pisos salariais para os profissionais do SUSP, respeitadas as competências dos entes federativos e a sustentabilidade fiscal.

Ampliar o Programa Habite Seguro para os Profissionais da Segurança Pública com a expansão das linhas de crédito habitacional, elevação dos limites de renda elegíveis e atualização dos tetos de financiamento e dos valores dos imóveis, de forma a ampliar o acesso dos profissionais da segurança pública federais, estaduais e municipais à casa própria. Em parceria com a Caixa Econômica Federal, a iniciativa fortalecerá as condições de financiamento para aquisição, construção, reforma e melhoria habitacional, contribuindo para que esses profissionais possam residir em locais mais seguros, afastados de áreas de maior risco, promovendo maior proteção às suas famílias, valorização profissional e melhoria da qualidade de vida.

Investir em Ensino, Pesquisa e Tecnologia para o Enfrentamento ao Crime Organizado, com a criação da Escola Nacional de Ensino, Pesquisa, Justiça e Segurança Pública do MJSP, por meio da unificação da Escola Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Esnad; da

Escola Nacional de Acesso à Justiça - NAJU; da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) e da Escola Nacional de Segurança Pública da Senasp. A iniciativa visa modernizar a formação e a gestão por meio da otimização de recursos e aprimorando a eficiência e racionalidade orçamentária. Essa reestruturação estratégica promove uma visão sistêmica e multidisciplinar indispensável ao enfrentamento do crime organizado, uma vez que supera silos organizacionais para integrar conhecimentos sobre drogas, ativos, consumo e acesso à justiça em um núcleo único de pesquisa aplicada e inteligência, além de elevar a qualidade acadêmica mediante a padronização de currículos e o fortalecimento da marca institucional.

Ampliar a Bolsa-Formação para profissionais do SUSP e promover a expansão no número de operadores de segurança pública atendidos e diversificação das modalidades de incentivos educacionais, em substituição e/ou complementação ao benefício financeiro direto. Incentivos vinculados ao custeio de cursos de idiomas, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, bem como a formações técnicas alinhadas às necessidades estratégicas do SUSP e vinculados aos eixos do Pronasci II.

Atualizar a Matriz Curricular Nacional para a formação e capacitação dos profissionais de segurança pública, incorporando eixos voltados ao enfrentamento dos crimes cibernéticos, ao atendimento especializado de vítimas em situação de vulnerabilidade, à prevenção e ao enfrentamento do racismo, em consonância com o Estatuto da Igualdade Racial, e da discriminação de gênero. Para os cursos destinados às funções de liderança e direção, incluir competências em gestão de pessoas, governança, liderança e gestão por resultados, fortalecendo a capacidade institucional e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

3.4 - Brasil soberano: liderar a construção de um mundo mais plural e menos desigual

Depois do desastre bolsonarista, em que o Brasil se tornou pária entre as nações do mundo todo, voltamos a ocupar nosso lugar como protagonistas na política internacional. O Brasil restabeleceu relações estratégicas, retomou seu papel nos principais fóruns multilaterais, fortaleceu

a integração latino-americana, ampliou sua participação no Sul Global e reafirmou sua tradição de dialogar com todos os países, orientado pela defesa do interesse nacional.

O presidente Lula demonstrou liderança junto a diversos setores da política internacional e reuniu os líderes de toda a América do Sul no Consenso de Brasília, retomando o diálogo político na região; em 2024 seu governo presidiu o G20, lançando a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e colocando a tributação dos super-ricos na agenda internacional; e, em 2025, a frente do BRICS, impulsionou o debate sobre a reforma da governança global e o fortalecimento de instituições financeiras alternativas. Essa atuação recuperou a credibilidade brasileira na comunidade mundial e devolveu ao país a capacidade de contribuir para a construção de soluções diante dos grandes desafios globais.

A reconstrução da liderança ambiental tornou-se um dos principais símbolos desse novo momento. No mesmo ano em que o Brasil alcançou o menor nível de desmatamento de sua história, o país sediou a COP 30 e lançou o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, reafirmando seu compromisso com a proteção das florestas e com o financiamento de soluções globais para a crise climática. No campo dos direitos humanos, o governo Lula retomou a defesa dos direitos fundamentais, particularmente no que tange aos direitos femininos, que haviam sido abandonados, no governo Bolsonaro.

Entretanto, com o segundo governo de Trump, o mundo e o Brasil vêm sendo forçados a lidar com uma ruptura total da ordem internacional que conhecíamos. Experimentamos, com a nova administração dos EUA, uma tentativa de criar uma ordem mundial baseada no uso irrestrito da força (força comercial, econômica, financeira, militar etc.) e na "bilatelarização" das relações internacionais. O atual governo de Washington busca ativamente eliminar o multilateralismo e as regras mais elementares do direito internacional público, as quais antes mantinham uma relativa ordem e estabilidade jurídica no campo mundial.

O movimento "Faça América grande de novo" (MAGA, em inglês) está ressuscitando uma visão do mundo arcaica que enfatiza o protecionismo exacerbado, a apropriação direta de recursos físicos e estratégicos, o domínio territorial e a homogeneidade cultural, civilizacional e racial interna como instrumentos fundamentais da criação de uma verdadeira e sólida hegemonia internacional e da "prosperidade interna". Ademais, o novo governo de extrema-direita dos EUA resolveu ressuscitar também o Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe, com o apoio da opo-

sição interna brasileira, que enfatiza o continente americano como área de influência exclusiva dos EUA e já produziu efeitos profundamente negativos em países como o Panamá, a Venezuela, a Colômbia e o México.

Tal estratégia política de Trump tem como tática o constrangimento de figuras públicas no Brasil, em articulação direta com a família Bolsonaro. A utilização da Lei Magnistsky contra ministros do Supremo Tribunal Federal, como ocorreu no caso do ministro Alexandre de Moraes, em maio passado, é uma ação que reforça a visão imperialista de que a autonomia dos países é parcial e que os EUA teriam legitimidade para exercer poder de polícia no mundo todo e sobretudo na América Latina. Trata-se, em realidade, de um ataque direto à democracia brasileira. Também as sanções covardes contra a esposa e a filha do ministro da Saúde Alexandre Padilha - por ter o ministro liderado o Programa Mais Médicos e a vinda de médicos cubanos para atuarem nosso país - são a expressão de que a maior potência bélica do mundo, liderada por Trump, tem rompido toda a construção de décadas sobre a construção da soberania de cada nação.

O Brasil é grande e não cabe no quintal de ninguém. É um líder global que, diante desse colapso "da ordem mundial baseada em regras", consegue proteger seu povo e dinamizar e diversificar alianças com outros países. Assim, o quarto governo do presidente Lula deverá representar uma nova etapa desse processo. Uma etapa mais árdua, que exigirá posturas políticas ainda mais assertivas. Se o terceiro mandato foi dedicado à reconstrução da presença internacional do Brasil, o próximo ciclo deve consolidar um projeto de inserção internacional voltado à reafirmação da soberania, ao fortalecimento da democracia e à promoção do desenvolvimento nacional, num quadro mundial mais hostil, difícil e permeado de conflitos, como os relativos a Gaza e ao Irã. A questão palestina se torna parte fundamental dessa conjuntura.

Nesse novo cenário, conflitivo e anômico, queremos um Brasil que lidere grandes decisões do século XXI como defensor da paz, da democracia, da cooperação entre os povos e do desenvolvimento sustentável. Um Brasil que fortaleça sua integração com a América Latina e o Caribe, aprofunde as relações com a África e com o Sul Global, amplie sua presença nos espaços multilaterais e mantenha diálogo construtivo com todas as nações, preservando sempre sua independência, sua soberania e sua autonomia estratégica.

Mais do que recuperar o prestígio internacional do país, queremos transformar esse protagonismo em benefícios concretos para a popu-

lação brasileira. Um Brasil mais respeitado no mundo é um Brasil mais capaz de gerar empregos, produzir conhecimento, atrair investimentos produtivos, proteger seus recursos naturais e ampliar oportunidades para seu povo. É com essa visão que apresentamos as diretrizes de política externa para o próximo mandato: uma política externa comprometida com a soberania nacional, o desenvolvimento sustentável, a democracia, a justiça social e a construção de um Brasil cada vez mais importante no mundo, a desafiar um cenário mundial restritivo e cambiante.

Estas diretrizes organizam-se em torno de cinco eixos complementares: a cooperação internacional; a integração regional; a reforma da governança global; a defesa, a segurança e a soberania; e o comércio exterior e as finanças internacionais. Em conjunto, eles traduzem uma política externa que articula soberania, desenvolvimento e justiça social, colocando a inserção internacional do Brasil a serviço do bem-estar do seu povo.

3.4.1. Cooperação internacional

Neste cenário, diante dos riscos de ingerência e de exploração de vulnerabilidades, o Brasil fortalecerá a cooperação Sul-Sul, em especial a integração com países da América Latina, da América do Sul e da África, investindo no multilateralismo e na cooperação regional contra desafios mútuos, como criminalidade organizada, corrupção, epidemias, eventos climáticos extremos, desastres naturais e tráfico de drogas, de armas e de pessoas.

As diretrizes a seguir organizam um conjunto de ações voltadas a aprofundar a cooperação Sul-Sul, especialmente com países da América Latina, da América do Sul e da África; consolidar o papel do Brasil em temas nos quais o país é referência global; ampliar a soberania científica e tecnológica; fortalecer a presença institucional brasileira no continente africano; e promover o Atlântico Sul como região de paz, cooperação e desenvolvimento.

Essa agenda também contempla o fortalecimento da diplomacia federativa, a ampliação da cooperação internacional no combate ao crime organizado transnacional, a proteção da comunidade brasileira no exterior e o tratamento das regiões de fronteira como espaços estratégicos de integração, desenvolvimento sustentável e segurança. Ao mesmo tempo, reafirma a defesa da soberania nacional diante de classificações unilaterais que possam comprometer a cooperação técnica e abrir espaço para interferências externas.

As diretrizes apresentadas refletem uma visão integrada de política externa, segurança, desenvolvimento e ciência, orientada pela cooperação internacional, pela proteção dos

recursos naturais, pela redução das desigualdades globais e pela construção de capacidades nacionais que assegurem autonomia, estabilidade e protagonismo do Brasil no cenário internacional.

(a) Diretrizes

Liderar a Cooperação Sul-Sul em áreas em que o Brasil é referência mundial, como a segurança alimentar e a agricultura tropical, a saúde pública e o fortalecimento de sistemas nacionais de saúde, a educação e a formação técnica, as energias renováveis, a bioeconomia e a proteção social, contribuindo para a redução das desigualdades globais.

Fortalecer a resiliência produtiva e a soberania científica e tecnológica do Brasil, ampliando a cooperação internacional em pesquisa, inovação e desenvolvimento de capacidades nacionais em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável e a autonomia do país, com especial ênfase na região latino-americana, em temas como inteligência artificial, na bioeconomia, nos fármacos e insumos estratégicos para a saúde, nas energias renováveis e nas tecnologias aplicadas à transição ecológica.

Aprofundar as relações do Brasil com o continente africano, reconhecendo a centralidade crescente da África na ordem internacional e os laços históricos e culturais que unem os dois lados do Atlântico Sul. Promoveremos o diálogo Brasil–África por meio de mecanismos permanentes de cooperação coordenados com a União Africana, fortalecendo a presença institucional brasileira no continente e organizando uma estratégia permanente de cooperação técnica, inserção econômica e coordenação política.

Consolidar o Atlântico Sul como uma região de paz, cooperação e desenvolvimento, fortalecendo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e os espaços de diálogo entre a América do Sul e a África.

Ampliar a cooperação internacional dos entes subnacionais por meio da diplomacia federativa, com a participação de estados e municípios, articulando universidades, centros de pesquisa, movimentos sociais e o setor produtivo.

Fortalecer a cooperação internacional no combate ao crime organizado transnacional, ao tráfico de pessoas, de armas e de drogas e aos fluxos financeiros ilícitos, ampliando a articulação com os organismos regionais e internacionais competentes. Contudo, continuaremos a repelir a classificação unilateral, por parte do governo dos EUA, de organizações criminosas comuns como “organizações terroristas estrangeiras”, pois isso dificulta a cooperação técnica e abre caminho para intervenções geopolíticas indevidas que podem

afetar profundamente a soberania nacional.

Valorizar e proteger a comunidade de brasileiras e brasileiros no exterior, fortalecendo a assistência e a proteção consular, ampliando os mecanismos de participação e de diálogo com a diáspora e reconhecendo seu papel como elo cultural, econômico e afetivo entre o Brasil e o mundo.

As regiões de fronteira serão tratadas como espaços estratégicos de integração, articulando infraestrutura, bioeconomia e desenvolvimento fronteiriço, com maior presença e atuação do Estado e com ampliação da oferta de transporte, energia e comunicação, de outros serviços públicos e da cooperação com os países vizinhos.

Expandir e ampliar a cooperação regional será, especialmente tendo em garantia da América do Sul como região de paz, com vista à proteção das fronteiras, o intercâmbio de informações e o compartilhamento de experiências e de melhores práticas, sobretudo no que se refere ao enfrentamento aos crimes transnacionais (como o tráfico de drogas, de armas e os crimes ambientais). Também serão buscadas parcerias de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para o desenvolvimento de equipamentos e sistemas visando à vigilância das nossas fronteiras e à proteção dos nossos recursos naturais, em especial na Amazônia e na Amazônia Azul, reduzindo a dependência externa em áreas estratégicas.

3.4.2. Integração regional

A integração regional é uma prioridade estratégica da política externa brasileira, consagrada no parágrafo único do Artigo 4 da nossa Constituição Federal. Queremos uma América Latina mais integrada, democrática, próspera e solidária, capaz de promover o desenvolvimento compartilhado, fortalecer a soberania de seu povo e ampliar sua capacidade de atuação em um mundo multipolar. A integração regional é um caminho para impulsionar a transformação produtiva, reduzir desigualdades, ampliar oportunidades para nossas populações e construir soluções comuns para os desafios do século XXI. Queremos manter a presença soberana e altiva do Brasil no mundo, em especial fortalecendo a integração regional latino-americana e caribenha, em particular uma América do Sul garantida como zona de paz, com infraestrutura física e digital, cadeias energéticas e produtivas complementares, governança cooperativa capaz de ampliar o bem-estar, reduzir assimetrias e prevenir conflitos, sempre orientados pelos princípios estabelecidos no Artigo 4º da Constituição Federal.

A integração sul-americana é o primeiro círculo de projeção estratégica do Brasil e o principal amplificador

de sua soberania no reordenamento global em curso. Num mundo marcado por fragmentação produtiva, disputas por recursos e recomposição das ordens de segurança, a defesa dos interesses nacionais exige, simultaneamente, densidade regional e capacidades próprias de dissuasão e proteção do território — inclusive por meio da retomada do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), da integração da base industrial de defesa e da Escola Sul-Americana de Defesa. É nesse ponto que política externa, defesa e desenvolvimento se encontram como faces de um mesmo projeto de soberania.

(a) Diretrizes

Consolidar o Mercosul como principal plataforma de integração econômica, produtiva, política e social da América do Sul, fortalecendo sua união aduaneira, consolidando a Tarifa Externa Comum, ampliando a integração das cadeias produtivas, fortalecendo o Parlamento do Mercosul, o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) e outros mecanismos de financiamento regional, promovendo a integração financeira, o uso de moedas locais nas transações comerciais e o desenvolvimento de instrumentos que ampliem a autonomia econômica regional, inclusive um sistema regional de pagamentos instantâneos coordenado pelos bancos centrais. Apoiaremos a ampliação do bloco, com a conclusão da adesão da Bolívia, diálogo para o retorno da Venezuela e adesão de outros países. Combateremos as tendências, estimuladas por atores extrarregionais, de tornar o bloco uma mera área de livre comércio, extinguindo sua dimensão soberana e desenvolvimentista.

Fortalecer os mecanismos de concertação política e de integração regional, reconstruindo e ampliando espaços de diálogo e cooperação, como o Consenso de Brasília, que deve buscar convergência com a UNASUL, e a CELAC, aprofundando a coordenação entre os países latino-americanos e caribenhos na defesa da democracia, da paz, da soberania, da integração regional e da consolidação da América Latina e do Caribe como Zona de Paz.

Implementar, após negociações com nossos parceiros, um Plano Conjunto de Integração Regional, capaz de articular as políticas de infraestrutura, energia, logística, desenvolvimento produtivo, ciência e tecnologia, defesa e financiamento em uma estratégia de Estado para a América do Sul.

Aprofundar a interdependência estrutural da América do Sul, corrigindo rotas e articulando, de forma coordenada, infraestrutura, produção e financiamento regionais.

Avançar das obras isoladas para redes territoriais integradas com in-

fraestruturas multimodais, com prioridade para o Corredor Bioceânico de Capricórnio e para as conexões com o Pacífico, o Caribe e a integração pan-amazônica, retomando e atualizando o Cosiplan.

Construir um mercado comum sul-americano de energia com interconexões, coordenação regulatória e um Conselho Energético Sul-Americano que articule segurança energética, transição justa e recursos estratégicos, tendo Itaipu como referência para uma nova geração de projetos binacionais e multinacionais.

Promover conectividade, soberania de dados e cooperação em inteligência artificial.

Consolidar a Pan-Amazônia como eixo estruturante da nova agenda regional, ampliando o protagonismo da OTCA na bioeconomia, na ciência, no financiamento verde — inclusive articulado ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) — e no enfrentamento coordenado aos ilícitos transnacionais

Construir cadeias regionais de valor em setores estratégicos, transformando a dotação de recursos da América do Sul em capacidade produtiva compartilhada. Nos minerais críticos e terras raras, formularemos uma estratégia soberana de mapeamento, beneficiamento e agregação de valor em território regional, articulando o Brasil como polo industrial ao triângulo do lítio (Bolívia, Chile e Argentina) e promovendo padrões comuns de sustentabilidade, tributação e conteúdo local.

Retomar e ampliar a agenda do complexo econômico-industrial da saúde sul-americana, com produção e compra compartilhada de vacinas, medicamentos, equipamentos e insumos estratégicos para os sistemas públicos, apoiada em cooperação científica, compras públicas regionais e financiamento coordenado por CAF, NBD e BNDES. Essa é uma integração que articula base de recursos, industrialização e política social, reduzindo vulnerabilidades externas e fortalecendo a soberania econômica regional.

3.4.3. Defesa, segurança e soberania

Em um contexto internacional cada vez mais marcado pela competição entre grandes potências, pela utilização de instrumentos econômicos, tecnológicos e militares como formas de coerção política e pela crescente contestação das normas multilaterais, a defesa nacional volta a assumir papel central na proteção da soberania. O Brasil não pode depender exclusivamente da boa vontade de terceiros para garantir sua segurança, seus recursos estratégicos e sua liberdade de decisão. A paz é mais sólida quando apoiada em uma capacidade efetiva de dissuasão.

Por isso, o país deve fortalecer suas Forças Armadas, suas capacidades de inteligência, ciberdefesa e moni-

toramento territorial, construindo os meios necessários para desencorajar qualquer tentativa de agressão ou ingerência externa. A dissuasão não é incompatível com a tradição diplomática brasileira; ao contrário, complementa-a, ao assegurar que o diálogo, a cooperação e a solução pacífica das controvérsias sejam sustentados por uma capacidade autônoma de defesa dos interesses nacionais.

Mas não haverá soberania militar sem soberania tecnológica e industrial. Um país que precisa importar os sistemas e componentes essenciais à sua defesa está renunciando à sua capacidade de decidir sobre o seu futuro. Por isso, fortalecer a defesa nacional significa reconstruir uma Base Industrial de Defesa à altura do tamanho, das riquezas, dos interesses e das responsabilidades do Brasil. Além de proteger o nosso país, investimentos na Base Industrial de Defesa tendem a ser intensivos em conhecimento e alta tecnologia, gerando inovações tecnológicas, renda e empregos qualificados, inclusive em outros setores, por meio de "transbordamentos" de conhecimento decorrentes da dualidade tecnológica civil-militar.

(a) Diretrizes

A atividade de inteligência será valorizada com maior previsibilidade orçamentária e novos concursos. A prioridade será a antecipação de riscos e a redução de vulnerabilidades, com foco especial na proteção de infraestruturas críticas (como energia, telecomunicações, finanças e bases de dados governamentais), assim como na salvaguarda da soberania digital e informacional do Brasil em um mundo em que tecnologias avançam aceleradamente.

Consolidar a atuação interagências. O Brasil ainda possui diversas estruturas fragmentadas para atuar em prol do bem comum e na defesa dos interesses da sociedade e do Estado Democrático de Direito. Essa fragmentação pode gerar assimetrias de informação, desperdício orçamentário, sobreposição de canais e redundância desnecessária de ações e de sistemas. Além disso, vários desafios contemporâneos de segurança e defesa nacionais demandam estruturas de governança e gestão no nível interagências, envolvendo componentes de política externa, inteligência, políticas industrial e tecnológica, segurança pública, meio ambiente e defesa nacional.

Fortalecer a governança dos sistemas e a integração por meio de um protocolo nacional de enlace de dados, aumentando a capacidade de apoio à decisão e a interoperabilidade entre eles. É importante buscarmos a soberania tecnológica, diminuindo a dependência de fornecedores estrangeiros e investindo no desenvolvimento de inteligência artificial (IA) aplicada à análise de dados, incluin-

do a expansão de redes seguras de comunicação criptografadas.

Fortalecer a coordenação nacional de cibersegurança será uma das prioridades, em especial no que se refere à sinergia de órgãos e entidades como ABIN (Casa Civil), o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o Gabinete de Segurança Institucional (GSI/PR) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Modernizar a defesa nacional. A política de defesa será orientada pelo respeito ao Estado Democrático de Direito, pelo controle civil e pelos objetivos da segurança e do desenvolvimento nacionais. Como um dos resultados da consolidação da atuação interagências, o governo federal priorizará no âmbito da defesa nacional a dissuasão convencional contra ameaças militares externas, reduzindo o emprego das forças armadas em missões subsidiárias e de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Fortalecer a prontidão operacional e a preparação conjunta das Forças Armadas, reequilibrando as despesas com pessoal em relação ao custeio e aos investimentos em projetos estratégicos para o País. A postura defensiva combinará a diplomacia ativa com a capacidade real de impor custos proibitivos a quaisquer agressores, sob a firme liderança do Presidente da República, na condição de Comandante Supremo das Forças Armadas, e coordenação do Ministro da Defesa, exercendo a direção superior das Forças Armadas, apoiado pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA).

Conforme previsto em Lei (Lei Complementar 136/2010), faremos uma ampla e democrática revisão da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), envolvendo Congresso Nacional, Poder Executivo e Sociedade Civil, para que a Defesa Nacional possa ter balizamento e rumo seguros para que o seu preparo e emprego sejam adequados para o momento de transformação que o mundo está vivendo. Esses documentos precisam prever uma Defesa Nacional baseada na autonomia estratégica, na inovação tecnológica de uso militar e civil, na capacidade de inibir ataques militares e que inclua o desenvolvimento econômico e social. A soberania nacional passa pela proteção do território e dos recursos naturais.

A política pública de defesa nacional e a modernização das Forças Armadas serão guiadas pelo conceito de defesa em camadas, que organiza o espaço nacional em frentes estratégicas. Na frente Leste-Norte (Atlântico Sul e Pré-Sal), a estratégia priorizará o Antiacesso e a Negação de Área (A2/AD) - ou seja, dificultar ao máximo a aproximação e a atua-

ção de forças hostis na região. Já na frente Oeste-Sul, o foco será a vigilância territorial e a cooperação com os países vizinhos.

Para superar lacunas históricas na produção e na capacidade de uso de armas guiadas de longo alcance, como mísseis e foguetes, assim como de defesa cibernética, o governo federal trabalhará para coordenar de forma centralizada, no âmbito do Ministério da Defesa, as principais aquisições das Forças Armadas, incentivando aquisições conjuntas (ou seja, envolvendo mais de uma Força) e interagências (isto é, buscando articulações com inteligência, segurança pública, defesa civil e proteção ambiental). O intuito é garantir escala para a Base Industrial, a gestão adequada, o acompanhamento e os recursos previsíveis para projetos estratégicos previstos na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END), incluindo o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), as fragatas da classe Tamandaré, a entrega completa dos caças F-39 Gripen, das aeronaves KC-390 e do Sistema Astros.

Os sistemas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica necessitam aumentar o compartilhamento de informações e operar de forma mais coordenada. O Brasil já investiu em vigilância, comunicações, radares, satélites e sensores, mas um dos principais desafios é fazê-los funcionar como partes de um sistema integrado nacional, combinando presença das Forças Armadas com tecnologia, redes de fibra ótica, sensoriamento e monitoramento de áreas estratégicas e cabos subfluviais, terrestres e submarinos. Desse modo, uma das prioridades do governo será a aceleração e integração, no âmbito do Ministério da Defesa, do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) e do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Sisdabra).

Investir no desenvolvimento e no domínio de tecnologias de ponta para a defesa nacional, incluindo: sistemas de defesa cibernética, veículos autônomos, sensores avançados, guerra eletrônica, tecnologias aeroespaciais, infraestruturas críticas, sistemas de comando e controle integrados, drones de curto, médio e longo alcance, inteligência artificial, radares de longo alcance, mísseis, satélites nacionais e seus veículos lançadores, sistemas de comunicação seguros, redes de fibra ótica interligando todo o território nacional e protocolos nacionais de enlace de dados.

Continuar com a política de valorização e preparo do pessoal civil e militar que atuam na área da Defesa, pilares que são estabelecidos na Estratégia Nacional de Defesa e que são essenciais para garantir a sobe-

rania nacional e a eficiência da tropa para cumprir a missão. A valorização é refletida pela permanente recomposição do poder de compra do pessoal por meio de reajustes salariais graduais, pelo suporte ao militar e sua família nas áreas de assistência social e saúde, criando um ambiente de estabilidade emocional e social, fundamentais para a manutenção da capacidade operacional das Forças Armadas.

Na área do preparo, as novas tecnologias empregadas na guerra moderna trazem desafios para o domínio de inteligência artificial, cibernética, de dados e dos sistemas complexos que envolvem armamentos, comunicação e logística, além do fortalecimento do emprego de força conjunta. A capacitação continuada é uma das marcas do setor de Defesa. Desse modo, as Academias, Escolas e Institutos de Engenharia Militares devem ser fortalecidos para que façam frente a esses desafios.

No que diz respeito à Amazônia, sua segurança e defesa requerem o fortalecimento e expansão dos sistemas de vigilância e monitoramento existentes, ampliando o uso de satélites nacionais e radares de longo alcance para monitorar fronteiras e atividades suspeitas. Torna-se necessário interligar a Amazônia e o Brasil por meio de fibras óticas seguras, o que também pode requerer o uso de drones e veículos autônomos para o patrulhamento aéreo e terrestre em áreas de difícil acesso, a integração de sensores, radares, comunicações e tropas, resultando em uma Defesa Integrada. Por fim, é necessário o fortalecimento de unidades militares da Marinha, Exército e Aeronáutica na região amazônica para rápida resposta.

Fortalecer a Defesa Cibernética e Informacional, promovendo a proteção digital para evitar ataques que possam comprometer sistemas de monitoramento, de dados estratégicos e de comando e controle. No campo da comunicação estratégica e informacional, torna-se importante combater campanhas externas que tentem deslegitimar a soberania brasileira sobre a Amazônia. O uso da inteligência artificial (IA) deverá ser largamente desenvolvido para análise e integração de grandes volumes de dados para antecipar e detectar padrões de ameaça.

Fortalecer a Base Industrial de Defesa e Segurança, por meio de um planejamento integrado, especialmente consolidando as diferentes necessidades dos campos da inteligência, segurança pública, defesa civil, proteção ambiental e defesa nacional, de modo a assegurar maior autonomia nacional e estimular inovações com impactos positivos sobre o desenvolvimento e a economia nacionais.

Priorizaremos tecnologias duais

(aplicações civis e militares), com o objetivo de explorar necessidades comuns, por exemplo, no campo de drones, armamentos e equipamentos, para gerar economia de escala e diminuir custos de manutenção.

Retomar o Programa Espacial, incluindo o fortalecimento da Agência Espacial Brasileira (AEB) em um quadro de crescente importância da Nova Economia Espacial e seus desdobramentos para o desenvolvimento produtivo e tecnológico nacional.

Reduzir a dependência de tecnologia estrangeira e assegurar a soberania tecnológica, priorizando a nacionalização de componentes-chave tecnológicos, criando reservas estratégicas de produção nacional desses itens, celebrando acordos de cooperação internacionais que definam transferência de tecnologia de ponta, e buscando tecnologias de uso dual (militar e civil).

Aumentar o percentual do PIB destinado à defesa nacional. Estabelecer um orçamento mínimo equivalente para o Ministério da Defesa com foco nos projetos estratégicos que priorizem a indústria nacional e contribuam para a Base Industrial de Defesa.

Estabelecer o Termo de Licitação Especial (TLE) como instrumento prioritário para a realização de compras públicas de defesa ou de produtos de uso dual. No setor de defesa do mundo todo, o uso do poder de compra do Estado é fundamental para viabilizar economicamente essa Base Industrial. O TLE permite que a licitação seja desenhada não apenas para comprar o equipamento pelo menor preço, mas para assegurar desenvolvimento industrial e tecnológico de empresas estratégicas e, consequentemente, soberania.

Aumentar as condicionantes e as exigências para evitar a desnacionalização de empresas estratégicas. Isso pode envolver medidas como o aumento do uso de golden shares com poder de influência nas suas decisões estratégicas, maior participação de entes estatais na sua estrutura societária e mecanismos de triagem mais robustos para evitar que as empresas estratégicas, especialmente aquelas que possuem inovações bancadas com recursos públicos, sejam vendidas ao exterior.

Criar centros nacionais integrados de inovação em áreas críticas, como o desenvolvimento de drones, de sistemas autônomos, de mísseis e de tecnologias de comando e controle (especialmente em áreas como infraestrutura digital), integrando centros de pesquisa, universidades, empresas, Forças Armadas e Forças de Segurança em ambientes de projeto, prototipagem, testes e produção. O objetivo é reduzir o tempo entre pesquisa e emprego operacional, fortalecer soluções nacionais, ampliar a capacidade industrial e permitir evolução contínua diante

das rápidas mudanças tecnológicas.

As políticas públicas de inteligência, segurança pública, defesa civil, meio ambiente e defesa nacional deverão ser elaboradas e implementadas para contribuir para a estratégia de desenvolvimento social, econômico e institucional do Brasil. Os recursos destinados a esses setores terão de atuar como vetores de industrialização e de geração de empregos qualificados e de inovação, mediante a cooperação entre governo, universidades e o setor produtivo.

Fomentar as áreas de ciência, tecnologia e engenharias das Universidades, Institutos de Tecnologia, Academias Militares, Escolas e Institutos de Engenharia Militares, além de estabelecer acordos de cooperação internacionais na área de ciência e tecnologia que abarquem intercâmbios acadêmicos, projetos conjuntos e capacitação tecnológica civil e militar. O tripé universidade, indústria e governo (Tríplice Hélice) é fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Convergir esforços organizacionais, consolidar a presença federal na Faixa de Fronteira e na Amazônia, proteger os recursos socioambientais e garantir a autonomia decisória do País. Os investimentos em equipamentos para inteligência, segurança pública, defesa civil, meio ambiente e defesa nacional reverterão em CT&I, empregos, renda e exportações.

3.4.4. Reforma da governança global

A construção de uma ordem internacional mais democrática, representativa e multipolar é condição para que o Brasil e os demais países em desenvolvimento enfrentem os grandes desafios do século XXI. O Brasil reúne características singulares no cenário internacional. Somos um país em desenvolvimento, que ainda enfrenta profundas desigualdades sociais, mas também uma das maiores economias do mundo, com capacidade de influenciar os principais debates globais. Essa posição confere ao país legitimidade para defender uma agenda internacional comprometida com a redução das desigualdades entre os países e dentro deles, promovendo um modelo de desenvolvimento que combine crescimento econômico, inclusão social, sustentabilidade e cooperação internacional. Jamais seremos quintal de ninguém, como propõem os candidatos da extrema-direita, inteiramente comprometidos com a submissão estratégica aos EUA.

A liderança internacional do presidente Lula representa um importante ativo estratégico para o Brasil. Reconhecido mundialmente por sua capacidade de diálogo e construção de consensos, Lula consolidou credibilidade junto a diferentes governos e regiões do mundo, fortalecendo o papel do Brasil como interlocutor confiável entre Norte e Sul Global. Essa liderança amplia a capacidade

do país de contribuir para a reforma da governança internacional, fortalecer o multilateralismo e promover soluções negociadas para os desafios comuns da humanidade.

A reforma da governança global deve caminhar lado a lado com o fortalecimento da integração regional, já abordada no item anterior. É na construção de uma América do Sul mais integrada, cooperativa e soberana que o Brasil amplia sua capacidade de promover o desenvolvimento compartilhado, enfrentar desafios comuns e projetar uma voz mais forte e representativa no cenário internacional.

(a) Diretrizes:

Fortalecer a tradição diplomática brasileira de diálogo, mediação e solução pacífica de controvérsias internacionais, reafirmando o compromisso do Brasil com a construção da paz, a prevenção de conflitos e o fortalecimento do direito internacional como fundamento das relações entre os Estados, em contraponto às ações disruptivas do governo Trump, o qual procura impor uma desordem internacional baseada exclusivamente na força e na geração de uma hegemonia predatória.

Liderar a construção de uma ampla agenda de reforma das instituições multilaterais, em especial das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança, tornando-as mais democráticas, representativas e compatíveis com a realidade contemporânea, ampliando a participação dos países em desenvolvimento, fortalecendo seus mecanismos de tomada de decisão e reafirmando o compromisso com o direito internacional, a solução pacífica das controvérsias, a multipolaridade e a cooperação entre os povos. Robusteceremos o papel dos BRICS, e das demais coalizões com participação do Sul Global como instrumentos para democratizar a governança internacional, ampliar a coordenação política entre os países em desenvolvimento e impulsionar reformas nas instituições multilaterais, fortalecendo o diálogo entre BRICS, UNASUL, CELAC, União Africana e outras iniciativas de cooperação voltadas à construção de uma ordem internacional mais equilibrada, solidária e comprometida com o desenvolvimento sustentável.

Contribuir para promover a reforma da arquitetura financeira internacional, tornando-a mais democrática, multipolar e resiliente. Defendemos a democratização do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e dos demais bancos multilaterais de desenvolvimento e o fortalecimento do Novo Banco de Desenvolvimento, do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS e de outros mecanismos capazes de ampliar a autonomia financeira dos países do Sul Global e reduzir sua vulnerabilidade diante de crises internacionais.

Atuar, em conjunto com os BRICS e outros parceiros do Sul Global, para ampliar o uso de moedas locais no comércio e nos investimentos internacionais, aperfeiçoar instrumentos de pagamento, financiamento e liquidação, enfrentar os desafios da dívida soberana, combater os fluxos financeiros ilícitos, promover uma tributação internacional mais justa — inclusive a cooperação tributária e a tributação dos super-ricos no âmbito do G20 e da ONU — e ampliar os mecanismos de financiamento ao desenvolvimento sustentável.

Colocar o combate às desigualdades, à fome e à emergência climática no centro da governança global, fortalecendo a implementação da Agenda 2030, da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, defendendo mecanismos permanentes e suficientes de financiamento climático, proporcionais às responsabilidades históricas dos países desenvolvidos, capazes de promover a proteção da biodiversidade, a segurança alimentar, a adaptação às mudanças climáticas e uma transição ecológica justa, inclusiva e socialmente orientada.

Liderar a construção de uma governança internacional das tecnologias digitais e da inteligência artificial, baseada na democracia, na soberania digital, na proteção de dados, na cooperação científica e na redução das desigualdades tecnológicas. O Brasil defenderá regras multilaterais que assegurem que a inovação tecnológica esteja a serviço do desenvolvimento humano, da paz, da justiça social e da democracia, promovendo a cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação, a construção de infraestruturas digitais seguras, a transferência de tecnologias estratégicas para os países em desenvolvimento e a regulamentação democrática das plataformas digitais e da inteligência artificial.

Renovar o engajamento do Brasil com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, fortalecendo o diálogo com a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, e promoveremos redes internacionais comprometidas com a democracia, os direitos humanos, o combate às desigualdades e a defesa do multilateralismo, inclusive trabalhando para que a igualdade étnico-racial seja incorporada como prioridade na Agenda 2030 das Nações Unidas.

Robustecer a dimensão democrática da política externa brasileira, ampliando os mecanismos permanentes de participação social na sua formulação e valorizando o diálogo entre governo, universidades, centros de pesquisa, movimentos sociais, setor produtivo e sociedade civil organizada. Para isso, defendemos a implementação e a con-

solidação do Conselho Nacional de Política Externa (CONPEB) como espaço institucional permanente para a participação popular, o diálogo social e as redes internacionais de centros de pensamento. Também fortaleceremos a Diplomacia Federativa, garantindo apoio técnico e institucional para que estados, municípios e consórcios subnacionais ampliem sua capacidade de cooperação internacional direta em projetos que acelerem o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

3.4.5. Cuidar do Brasil é cuidar do brasileiro, onde quer que esteja.

O maior elo do Brasil com os outros países são os próprios brasileiros

Mais de 5 milhões vivem hoje no exterior, trabalhando, estudando, empreendendo e construindo suas vidas. São eles que levam, todos os dias, a nossa cultura, a nossa identidade e o nosso jeito de ser para o mundo.

Os brasileiros no exterior também participam cada vez mais da vida política do nosso país

Em 2026, quase 1 milhão de brasileiros estão aptos a votar no exterior — são mais de 918 mil eleitores, um crescimento de mais de 30% em relação a 2022. E, nas eleições de 2022, nós vencemos entre o eleitorado brasileiro no exterior.

Cuidar desses brasileiros é também dever do nosso Estado

Nossos governos entendem que quem deixa o país não deixa para trás seus direitos. O Estado brasileiro deve estar presente para proteger, acolher e facilitar a vida dos seus cidadãos, onde quer que estejam. Isso significa fortalecer a assistência consular e ampliar o acesso a direitos e serviços. Só em 2025, o Ministério das Relações Exteriores registrou mais de 95 mil atendimentos consulares.

Precisamos estar presentes também nos momentos mais difíceis

A Operação Voltando em Paz, por exemplo, repatriou mais de 1.500 pessoas em meio ao conflito no Oriente Médio. Da mesma forma, brasileiros deportados dos Estados Unidos receberam acolhimento e transporte em território nacional. Também é nosso dever defender os brasileiros contra o tráfico de pessoas, a xenofobia, a discriminação e outras violações de direitos.

Os brasileiros no exterior também fazem parte do nosso projeto de futuro.

São milhões de brasileiros que acumulam experiências, conhecimentos e vínculos com o mundo. Queremos aproximá-los cada vez mais do país e fazer com que também sejam parte do nosso projeto de desenvolvimento, contribuindo para um Brasil mais próspero, soberano e conectado com o mundo.

4. Brasil Produtivo: desenvolvimento econômico e social, ciência, tecnologia, inovação , crescimento, soberania e trabalho

O Brasil pode e deve crescer mais, mas o verdadeiro desafio não é apenas crescer. É garantir que o crescimento melhore a vida das pessoas.

Nenhuma economia pode ser considerada forte quando milhões de trabalhadores enfrentam salários insuficientes, dificuldades para encontrar emprego de qualidade, insegurança diante do futuro e crescente endividamento das famílias. Nenhum país pode ser verdadeiramente soberano quando depende da importação de tecnologias estratégicas, perde capacidade industrial e vê suas riquezas produzirem mais benefícios para outros países do que para seu próprio povo.

Nosso desafio é construir uma economia que combine prosperidade, inovação e justiça social.

Durante muito tempo, disseram aos brasileiros que bastava deixar o mercado agir sozinho. Prometeram que a redução do papel do Estado, as privatizações, a desregulamentação e a

abertura indiscriminada da economia trariam desenvolvimento. O resultado foi uma economia menos complexa, uma indústria enfraquecida, maior dependência tecnológica e um mercado de trabalho mais precário.

Nos últimos anos começamos a mudar essa trajetória.

A recuperação do investimento público, a valorização do salário-mínimo, o fortalecimento das políticas sociais, a retomada da política industrial, o crescimento do emprego formal, os investimentos em ciência e tecnologia e o apoio à produção nacional demonstraram que existe um caminho capaz de combinar crescimento econômico e redução das desigualdades.

Mas esse é apenas o começo.

O mundo está entrando em uma nova era de transformação econômica. A inteligência artificial, a revolução digital, a transição energética, a corrida tecnológica e as mudanças na geopolítica global estão redefinindo a riqueza e o poder das nações.

O Brasil não pode assistir a essas mudanças como espectador.

Precisamos produzir mais conhecimento, desenvolver mais tecnologia, industrializar nossos recursos naturais, fortalecer nossas empresas nacionais e criar empregos de alta qualidade. Precisamos transformar nossas universidades, institutos de pesquisa, empresas públicas e empreendedores em motores de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a economia deve voltar a servir às pessoas.

Queremos um Brasil onde trabalhar permita viver com dignidade. Onde os jovens encontrem oportunidades. Onde as mulheres possam participar plenamente da vida econômica. Onde pequenos empreendedores tenham acesso a crédito. Onde a inovação gere inclusão e não exclusão. Onde o desenvolvimento reduza desigualdades em vez de reproduzi-las.

Também queremos um Brasil preparado para liderar a economia do futuro.

Temos uma das maiores biodiversidades do planeta, enorme potencial energético, capacidade científica reconhecida internacionalmente, uma forte agricultura, instituições públicas estratégicas e um grande mercado consumidor. Poucos países reúnem condições tão favoráveis para combinar transformação ecológica, revolução digital e desenvolvimento social.

A tarefa do próximo período é transformar essas vantagens em prosperidade compartilhada.

Este caderno apresenta as diretrizes para construir uma economia mais produtiva, inovadora, sustentável e soberana. Uma economia capaz de gerar empregos qualificados, ampliar a renda, fortalecer a indústria

nacional, desenvolver tecnologias estratégicas e colocar o Brasil entre os protagonistas do século XXI.

Porque não existe soberania sem desenvolvimento.

Não existe desenvolvimento sem trabalho valorizado.

E não existe prosperidade verdadeira enquanto ela não alcançar a maioria do povo brasileiro.

4.1 - planejamento e investimento do estado para o desenvolvimento

O novo ciclo de desenvolvimento brasileiro exige superar a separação entre política macroeconômica e política de desenvolvimento. Política fiscal, monetária, cambial, de crédito, industrial, científica, tecnológica e de infraestrutura devem convergir para um objetivo comum: elevar a produtividade, ampliar o emprego de qualidade, reduzir desigualdades, fortalecer o mercado interno e ampliar a autonomia econômica e tecnológica do Brasil. O Estado deve recuperar plenamente sua capacidade de planejamento, coordenação e indução do desenvolvimento, articulando União, estados, municípios, empresas públicas, empresas privadas, universidades, institutos de pesquisa, trabalhadores e organizações da sociedade.

O Brasil dispõe de ativos importantes para dar o salto do desenvolvimento: universidades e institutos de pesquisa consolidados, infraestrutura científica de excelência, experiência em setores tecnologicamente complexos, biodiversidade, matriz energética predominantemente renovável e mercado interno de grande escala. O desafio é fazer com que esses ativos operem de forma coordenada.

Também é indispensável valorizar e reter pesquisadores. A formação científica avançada representa investimento público de longo prazo, e a perda desses profissionais para outros países transfere conhecimento e recursos nacionais para outras economias. Bolsas adequadas, carreiras científicas estáveis, infraestrutura de pesquisa e expansão dos setores intensivos em conhecimento são fundamentais para criar perspectivas profissionais no país e ampliar a diversidade da comunidade científica.

A experiência brasileira demonstra que o país conhece os elementos necessários para produzir transformação tecnológica. Agricultura tropical e exploração de petróleo em águas profundas resultaram da mesma combinação: ciência básica

financiada pelo Estado, formação de pesquisadores, objetivos nacionais concretos, demanda estruturada e financiamento estável de longo prazo. O desafio do próximo ciclo é reproduzir essa capacidade em novas áreas estratégicas, aproveitando as transições energética, digital, climática e demográfica. Para isso, ciência básica, inovação, política industrial e financiamento devem formar uma estratégia única. A inovação não nasce simplesmente da disponibilidade de crédito: nasce do conhecimento que o financiamento permite produzir e transformar em capacidade tecnológica. Valorizar a ciência significa, portanto, ampliar a capacidade brasileira de enfrentar desafios complexos, agregar valor à produção, gerar empregos qualificados, reduzir dependências externas e construir uma economia moderna, sustentável, soberana e menos desigual.

4.1.1. Planejamento e capacidade de atuação do Estado

O planejamento deve voltar a ser uma função permanente do Estado brasileiro. O Brasil precisa recuperar sua capacidade de planejar o futuro, coordenar políticas de desenvolvimento e executar projetos estratégicos com visão de longo prazo. Depois da descontinuidade institucional, fragmentação federativa e enfraquecimento das carreiras públicas responsáveis por planejamento, engenharia, ciência, tecnologia, regulação e fiscalização, torna-se essencial avançar na reconstrução do Estado como agente capaz de antecipar cenários, orientar investimentos, planejar e implementar políticas públicas e buscar um desenvolvimento sustentável, territorialmente equilibrado e tecnologicamente avançado.

Nenhum país se desenvolve sem instituições fortes, quadros técnicos qualificados e mecanismos permanentes de coordenação federativa. Isso implica ampliar a capacidade estatal, fortalecer carreiras estratégicas, territorializar políticas de desenvolvimento; e garantir que grandes empreendimentos públicos e privados sejam planejados com rigor, transparência e alinhamento às vocações produtivas de cada região.

(a) Diretrizes:

Ampliar e fortalecer a capacidade do Estado de avaliar cenários prospectivos e planejar, implementar e coordenar o desenvolvimento nacional em uma perspectiva de longo prazo.

Reforçar as carreiras de Estado responsáveis por planejamento, engenharia, ciência, tecnologia, regulação, fiscalização e gestão de projetos estratégicos.

Criar mecanismos de coordenação federativa e de interoperabilidade para que políticas nacionais e locais de desenvolvimento sejam ter-

ritorializadas, se retroalimentem e considerem as diferentes estruturas produtivas das regiões brasileiras.

Recuperar a capacidade pública de elaboração de projetos, estudos de viabilidade e gerenciamento de grandes empreendimentos.

4.1.2. Política fiscal para um Brasil mais justo rico e democrático

O Brasil precisa de um regime fiscal que sustente o crescimento inclusivo, dê previsibilidade ao investimento produtivo e fortaleça a capacidade do Estado de planejar o futuro. É essencial consolidar um arcabouço que garanta estabilidade, responsabilidade social e espaço para investimentos públicos e privados. Um regime fiscal sustentável precisa assegurar uma trajetória responsável da dívida, reduzir juros de forma contínua e ampliar investimentos estratégicos. Isso implica reconhecer que áreas de grande impacto social exigem previsibilidade e compromisso estatal com investimentos de longo prazo. O objetivo central é construir um ambiente macroeconômico que combine estabilidade e justiça tributária, permitindo que o país cresça com inclusão, produtividade e segurança para o setor público e privado.

(a) Diretrizes:

Consolidar um Regime Fiscal Sustentável orientado ao crescimento inclusivo, articulando políticas fiscal, monetária, cambial e de crédito, assegurando trajetória sustentável da dívida, estabilidade de preços, previsibilidade e expansão dos investimentos produtivos.

Promover a redução sustentada dos juros de forma a abrir espaço fiscal para o investimento público e reduzir o custo de capital para o investimento privado.

Estruturar arquitetura fiscal que assegure responsabilidade do Estado com o crescimento sustentado do investimento público nas áreas de elevado impacto social, e maior previsibilidade para as iniciativas do setor privado.

Orientar as decisões de alocação de recursos orçamentários a incorporar de forma transversal as perspectivas de gênero, raça e território, com vistas a assegurar a efetiva atuação do Estado no enfrentamento das desigualdades estruturais do país.

Estabelecer horizonte de cumprimento flexível e socialmente responsável para as metas fiscais.

4.1.3. Política monetária, juros e estabilidade de preços

Este é um momento crítico de reconfiguração da arquitetura financeira internacional, marcada pela ascensão de novos polos de poder, pela presença de moedas privadas e pela ausência de uma governança global mais democrática. Para proteger sua soberania financeira, o

Brasil precisa controlar sua moeda, seus instrumentos de pagamento — especialmente o PIX, hoje infraestrutura crítica — e regular a atuação das instituições financeiras e das plataformas digitais que concentram dados e fluxos econômicos.

Esse esforço exige modernizar a governança das autoridades monetárias. O Conselho Monetário Nacional (CMN), desde o Plano Real, deixou de incluir representantes da sociedade civil e de ministérios ligados à produção, trabalho e desenvolvimento. Hoje, decisões que afetam crédito, juros, investimento, emprego e renda são tomadas apenas pelos ministros da Fazenda e Planejamento e pelo presidente do Banco Central. É necessário ampliar a participação e garantir que a política monetária dialogue com os objetivos nacionais de desenvolvimento.

O Banco Central, por sua vez, teve sua autonomia operacional definida pela Lei Complementar 179/2021, que estabeleceu como objetivo fundamental a estabilidade de preços, relegando a segundo plano o pleno emprego e a suavização dos ciclos econômicos. Além disso, o acúmulo de funções — política monetária, cambial, regulação prudencial, supervisão e resolução bancária — gera potenciais conflitos de interesse e reduz a transparência.

A política monetária deve considerar a dinâmica dos preços, do crédito, do investimento, do emprego e da capacidade produtiva. Em um país que convive historicamente com juros reais entre os mais altos do mundo, spreads bancários elevados e forte volatilidade cambial, torna-se essencial construir um ambiente em que o combate à inflação não produza recessão, desemprego ou desestímulo ao investimento. A manutenção de juros elevados por períodos prolongados desestimula o investimento produtivo, gera desnacionalização de ativos estratégicos e realimenta pressões inflacionárias ao limitar a ampliação da capacidade produtiva da economia.

(a) Diretrizes:

Reorganizar a arquitetura institucional quanto aos papéis do CMN e BC, e às competências “não monetárias” hoje privativas do BC, com base em critérios de especialização funcional e ampliação do controle democrático.

Esse esforço exige modernizar a governança das autoridades monetárias. O Conselho Monetário Nacional (CMN), desde o Plano Real, deixou de incluir representantes da sociedade civil e de ministérios ligados à produção, trabalho e desenvolvimento. Hoje, decisões que afetam crédito, juros, investimento, emprego e renda são tomadas apenas pelos ministros da Fazenda e Planejamento e pelo presidente do Banco Central. É necessário ampliar a participação

social e garantir que a política monetária dialogue com os objetivos nacionais de desenvolvimento.

Ampliar o mandato principal do BC, com a assunção do compromisso de suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego, de forma que o cumprimento das metas de inflação não seja um objetivo inegociável per si, e que se permita reduzir a dominância da política monetária – inclusive seu impacto sobre a distribuição de renda via taxa de juros - ao articulá-la às demais políticas macroeconômicas e sociais.

Viabilizar redução sustentada da taxa de juros é parte da estratégia de estabilidade de preços.

Aprimorar o regime de metas de inflação quanto à sua capacidade de identificar e mensurar as efetivas causas da elevação de preços, se localizadas na demanda, na oferta, no comportamento do câmbio etc., e assim adotar estratégias para o seu enfrentamento mais adequadas a cada circunstância e que mitiguem ao máximo os impactos sobre o emprego e nível de atividade.

Assegurar atenção especial aos preços dos alimentos, que pesam desproporcionalmente no orçamento das famílias de menor renda, mediante tratamento diferenciado da regulação e da oferta de crédito rural, a ser articulado a medidas de outras políticas macro, tais com a formação de estoques reguladores estratégicos e o fortalecimento das compras públicas da agricultura familiar (PAA e PNAE).

4.1.4. Política cambial e desenvolvimento produtivo

O fortalecimento da soberania econômica do Brasil exige uma estratégia capaz de reduzir vulnerabilidades externas, ampliar a estabilidade macroeconômica e criar condições mais previsíveis para o investimento produtivo. Um país com moeda menos exposta a choques, com instrumentos eficazes para lidar com ciclos internacionais e com maior autonomia nas decisões de política econômica consegue proteger melhor seu desenvolvimento, sua capacidade de gerar empregos e sua competitividade global. O objetivo central é construir um ambiente cambial e financeiro que sirva ao crescimento sustentável — não aos movimentos especulativos — e que permita ao Estado atuar de forma responsável, moderna e alinhada às melhores práticas internacionais.

(a) Diretrizes:

Buscar taxas de câmbio mais competitivas para o desenvolvimento produtivo nacional.

Manter reservas internacionais adequadas para preservar soberania nas decisões do setor externo; fortalecer as exportações e reduzir a dependência de serviços importados.

Atenuar a sensibilidade do Real aos ciclos de preços de commodities com instrumentos fiscais anticíclicos, como tributação de rendas extraordinárias em períodos de alta.

4.1.5. Investimento público e privado e financiamento de longo prazo

O Brasil precisa ampliar a taxa de investimento, recuperar infraestrutura econômica e social e criar condições para que os investimentos públicos e privados nacionais se retroalimentem.

(a) Diretrizes:

Sustentar crescimento robusto, elevando a taxa de investimento e produtividade como eixos centrais do novo ciclo, reduzindo pressões inflacionárias e gerando empregos de melhor qualidade.

Questionar, no plano político e jurídico, o volume atual de emendas parlamentares, que comprometem parte substantiva do orçamento discricionário da União com gastos pulverizados e de baixa relevância estratégica.

Elevar a taxa de investimento privado via mecanismos de financiamento de longo prazo e parcerias público-privadas, superando a concentração bancária, taxas de juros reais elevadas e preferência pela liquidez de curto prazo.

Ampliar o papel de bancos e fundos públicos no financiamento de longo prazo — sobretudo infraestrutura, inovação e minerais críticos —, com mais recursos, governança, transparência e avaliação de resultados, complementar ao crédito privado e coordenada com a política monetária.

Tratar investimentos prioritários em CT&I, política industrial, infraestruturas críticas (incluindo digitais) e defesa nacional não como gastos sujeitos

a instabilidades de curto prazo nas regras fiscais, mas como garantidores da soberania nacional e das oportunidades futuras dos brasileiros.

4.1.6. Estatais e Bancos públicos

O país precisa fortalecer seus instrumentos estratégicos, ampliar sua autonomia e reconstruir sua capacidade de planejar o futuro.

As empresas estatais federais são pilares desse esforço. Em 2025, investiram R$ 115,9 bilhões, ampliaram sua participação para 4,93% do PIB, recolheram R$ 240,6 bilhões em tributos e empregaram diretamente 441 mil trabalhadores, com R$ 153,1 bilhões em salários e benefícios. Fecharam o ano com R$ 7,2 trilhões em ativos, R$ 1 trilhão em patrimônio líquido, faturamento de R$ 1,4 trilhão e lucro líquido de R$ 169,4 bilhões. Para cada R$ 1,00 investido pelo orçamento federal, R$ 1,40 retornaram aos cofres públicos, reforçando seu papel na sustentabilidade fiscal.

Além dos resultados financeiros, as estatais executam políticas essenciais e atuam em setores estratégicos. A Conab realizou o maior PAA da história, garantindo segurança alimentar. Serpro e Telebras avançaram na digitalização do Estado. A Imbel inaugurou a maior planta de munições de grosso calibre da América Latina. O Banco do Nordeste registrou seu melhor resultado histórico, ampliando o desenvolvimento regional. A Autoridade Portuária de Santos movimentou volume recorde. A Petrobras retomou sua capacidade de investimentos e atingiu sua maior produção operada, e a Hemobrás entregou volumes históricos de medicamentos ao SUS. Esses resultados demonstram que as estatais são instrumentos centrais para inovação, infraestrutura, segurança, inclusão e soberania nacional.

Ao mesmo tempo, o Brasil enfrenta uma reconfiguração da arquitetura financeira internacional, marcada pela ascensão de novos polos de poder, pela presença de moedas privadas e pela ausência de uma governança global mais democrática.

Para que o Brasil avance, é preciso fortalecer as estatais como motores de investimento e inovação, alinhando suas estratégias de atuação aos objetivos do nosso projeto de desenvolvimento econômico e social, inclusivo, sustentável e inovador. O país precisa de instituições capazes de defender o interesse nacional, coordenar políticas públicas e garantir que o excedente econômico produzido no Brasil seja reinvestido no Brasil.

No caso dos bancos públicos federais, defendemos seu papel de assegurar uma direcionalidade efetiva para a estratégia de desenvolvimento econômico, social e ambiental - menos desigualdade, mais sustentabilidade e mais inovação tecnológica -, incorporando esses atributos, ou melhor esses resultados esperados,

como critérios estruturantes (condicionalidades) da definição de linhas e condições de oferta crédito e na avaliação de propostas de empréstimos e financiamentos de projetos públicos e privados, incluindo a adoção de bônus pelo cumprimento dos compromissos assumidos pelos tomadores.

(a) Diretrizes:

ampliar o papel das estatais na indução do investimento produtivo, na inovação tecnológica e na criação de novos mercados — especialmente em áreas como transformação digital, transição energética, semicondutores, biotecnologia, defesa e infraestrutura crítica.

consolidar as estatais como instrumento da produção e da economia, ampliando sua capacidade de gerar receitas, dividendos e lucros para o Estado, sem comprometer sua função pública e estratégica.

ampliar e integrar a atuação das estatais em políticas de abastecimento, saúde, segurança, infraestrutura, comunicação e tecnologia, reforçando sua função social e sua capacidade de resposta a desafios contemporâneos.

agir como controlador informado e ativo, assegurando a solidez da governança, a transparência e a realização dos objetivos dos bancos públicos federais, definidos em metas operacionais, financeiras, de estrutura de capital e de tolerância a riscos, a serem estabelecidas nos seus planejamentos estratégicos, guardando aderência ao disposto as peças orçamentárias do Governo Federal;

constituir condições adequadas na oferta de funding e incentivos regulatórios, especialmente para as operações com recursos de Fundos Constitucionais, e aquelas com suporte de Fundos Garantidores de Crédito e nos segmentos de crédito direcionado, tais como o rural, imobiliário, microcrédito e de longo prazo;

definir a alocação de recursos, a precificação dos produtos e serviços e a remuneração dos acionistas, de forma a respeitar o interesse público e assegurar o cumprimento das missões estabelecidas para cada instituição, tendo por referência critérios, parâmetros e metas que ao tempo que não comprometam a obediência aos índices exigidos pela regulação prudencial do Sistema Financeiro Nacional e contemplem os interesses dos acionistas, também não sejam impeditivos ao crescimento da oferta de crédito de forma sustentável e inclusiva de amplos segmentos da sociedade e da atividade econômica.

garantir segurança jurídica, modernização tecnológica e proteção institucional das estatais, reconhecendo-as como pilares da soberania econômica, digital, energética e alimentar do país.

4.1.7. Poder de compra do Estado, conteúdo nacional e compras públicas

No âmbito das contratações públicas, o foco está nos instrumentos que o Estado pode utilizar para fomentar o desenvolvimento, como as margens de preferência e a exigência de conteúdo nacional; compensações tecnológicas, industriais e comerciais (offsets); exigência de requisitos associados à sustentabilidade, encomendas tecnológicas e compras de inovação. O Estado é o maior comprador do país de uma ampla gama de bens e serviços. Isso lhe outorga um poder que, se utilizado de forma estratégica, permite disseminar benefícios que não apenas a obtenção do produto necessário para executar suas atividades e prover serviços públicos.

O objetivo deve ser a integração das diferentes políticas e instrumentos disponíveis no Estado Brasileiro a fim de orientar os esforços para a utilização do poder de compra do Estado para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. Isso quer dizer que as ações aqui relacionadas, além de terem por finalidade os objetivos tradicionais relacionados ao aumento da eficiência do gasto estatal, cumprem diferentes funções para a promoção do desenvolvimento.

(a) Diretrizes:

Criar metas nacionais, graduais e progressivas de participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas, incluindo soluções inovadoras, produtos regionais e serviços locais, com painel de transparência em tempo real e relatório anual ao Congresso.

Simplificar editais e prover em parceria com instituições de fomento assistência técnica para que pequenas empresas participem das licitações.

Aprofundar o Contrata+Brasil, com adesão de todos os órgãos da administração direta e indireta, indução de estados e municípios a aderirem ou criarem plataformas semelhantes, cadastro único, avisos de oportunidades por segmento e território e jornada digital completa, do edital ao pagamento.

Realizar compras locais e induzir desenvolvimento territorial, conectando escolas, hospitais e órgãos públicos aos fornecedores do próprio território, com atenção especial à agricultura familiar e à economia criativa.

Criar metas nacionais, graduais e progressivas de participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas, incluindo soluções inovadoras, produtos regionais e serviços locais, com painel de transparência em tempo real e relatório anual ao Congresso.

Simplificar editais e prover em parceria com instituições de fomento assistência técnica para que pequenas

empresas participem das licitações.

Aprofundar o Contrata+Brasil, com adesão de todos os órgãos da administração direta e indireta, indução de estados e municípios a aderirem ou criarem plataformas semelhantes, cadastro único, avisos de oportunidades por segmento e território e jornada digital completa, do edital ao pagamento.

Realizar compras locais e induzir desenvolvimento territorial, conectando escolas, hospitais e órgãos públicos aos fornecedores do próprio território, com atenção especial à agricultura familiar e à economia criativa.

Ampliar o poder de compra do Estado como instrumento de reindustrialização, inovação e transição ecológica, fortalecendo margens de preferência para bens e serviços produzidos no País e incorporando critérios de conteúdo nacional, valor agregado, domínio tecnológico, P&D, eficiência energética, circularidade e desempenho socioambiental.

Adotar o princípio da equivalência regulatória socioambiental, exigindo de fornecedores estrangeiros padrões equivalentes aos aplicados às empresas que produzem no Brasil, inclusive quanto à rastreabilidade, logística reversa e responsabilidade pós-consumo.

Usar compras públicas, concessões, regulações e benefícios condicionados a conteúdo local, valor agregado nacional, margens de preferência e exclusividade para empresas brasileiras de capital nacional.

Estabelecer metas e mecanismos para maior inclusão da economia associativa, cooperativa, pequenos produtores e economia solidária nas compras públicas.

Exigir contrapartidas dos beneficiários de incentivos em três dimensões: geração e qualidade do emprego, desempenho ambiental, adensamento produtivo e tecnológico — incluindo condicionalidades para capital estrangeiro, seguindo boas práticas internacionais e assegurando segurança nacional.

Desenvolver o Complexo Econômico-Industrial da Saúde para agregação de valor e redução de dependência tecnológica.

Desenvolver e ampliar o acesso a tecnologias assistivas e soluções inteligentes voltadas à inclusão, autonomia e qualidade de vida de pessoas com deficiência, idosos e populações vulneráveis.

Revisar sistematicamente os subsídios fiscais (mais de 6% do PIB), com base na TSB e nos resultados da política.

4.1.8. Comércio exterior, internacionalização e investimento estrangeiro

O Brasil precisa de uma estratégia de inserção internacional que fortaleça sua capacidade produtiva, redu-

za vulnerabilidades externas e amplie o espaço de decisão soberana sobre seu próprio desenvolvimento. A política comercial deve servir ao projeto nacional de reindustrialização, inovação tecnológica e geração de valor agregado. Precisamos construir um ambiente regulatório e institucional que proteja o país de práticas desleais, estimule parcerias estratégicas, amplie o aprendizado produtivo e garanta que a abertura econômica seja conduzida de forma responsável, equilibrada e alinhada às prioridades nacionais. O comércio exterior e as finanças internacionais devem estar a serviço do desenvolvimento nacional. Queremos uma política comercial e financeira articulada à política industrial, à transformação ecológica e à geração de empregos de qualidade, capaz de ampliar a competitividade da economia brasileira, agregar valor à produção nacional e reduzir as vulnerabilidades externas do país.

Queremos uma estratégia exportadora voltada à diversificação de mercados e à ampliação das exportações de bens e serviços de maior valor agregado, com ênfase nos produtos verdes, na bioeconomia e na biotecnologia, superando a dependência da exportação de produtos primários e densificando as cadeias produtivas nacionais. Queremos ampliar a presença brasileira em mercados estratégicos da Ásia, da África e do Oriente Médio e detalhar os instrumentos públicos de apoio às exportações, incluindo o financiamento e os mecanismos de promoção comercial. Essas justas e corretas diretrizes do Brasil se chocam, porém, com o atual quadro de protecionismo exacerbado, irracional e geopoliticamente motivado promovido por Washington, em total desrespeito às regras acordadas na Organização Mundial do Comércio (OMC).

(a) Diretrizes

Alinhar a política de comércio exterior aos objetivos da política industrial, tecnológica e de inovação: potencializar aprendizado produtivo, facilitar acesso a insumos para os setores prioritários da NIB e proteger temporariamente bens e serviços de concorrência internacional desleal.

Considerar a assimetria entre capacidades industriais e tecnológicas dos países em novos acordos bilaterais e multilaterais, para não aprofundar a especialização brasileira em bens de baixa complexidade.

Implementar política de atração de investimentos que contribua para o desenvolvimento de capacidades industriais e tecnológicas nacionais e assegure a soberania econômica do país.

Negociar com outros países acordos internacionais simétricos e equilibrados que contribuam para os objetivos estratégicos do desenvolvimento nacional, ampliando opor-

tunidades para a indústria brasileira, promovendo inovação, cooperação tecnológica, agregação de valor e sustentabilidade, e assegurando que seus diferentes pilares — comercial, político e de cooperação — fortaleçam a capacidade produtiva do país e preservem sua autonomia para implementar políticas públicas de desenvolvimento.

Celebrar novos acordos evitando arranjos puramente comerciais que aprofundem a especialização regressiva da economia brasileira. No caso do Acordo Mercosul–União Europeia, defendemos a conclusão e a implementação de todos os seus pilares — não apenas o comercial, mas também o político e o de cooperação —, com salvaguardas que garantam reciprocidade, desenvolvimento produtivo, sustentabilidade e a preservação dos instrumentos de política industrial, e que assegurem cooperação técnica e científica e mecanismos efetivos de transferência de tecnologias estratégicas.

Preservar e fortalecer os instrumentos de política industrial nos acordos comerciais, assegurando o direito legítimo do país de utilizar compras públicas, subsídios direcionados, investimentos públicos em pesquisa e inovação e instrumentos soberanos de proteção da propriedade intelectual a serviço da geração de emprego de qualidade e do desenvolvimento nacional, recusando a imposição de condicionalidades que restrinjam o espaço de políticas públicas do Brasil.

Defender a reforma e pelo fortalecimento da Organização Mundial do Comércio e do sistema multilateral de comércio, defendendo a retomada do seu mecanismo de solução de controvérsias, o tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento e a articulação entre comércio, desenvolvimento sustentável e acesso a tecnologias verdes.

Ampliar a capacidade do Estado brasileiro de proteger a economia nacional diante de pressões externas unilaterais, como tarifas, sanções, boicotes e tentativas de ingerência sobre a infraestrutura financeira nacional. Para isso, propomos a criação de um mecanismo permanente de defesa econômica soberana, com regras claras para o acionamento de contramedidas proporcionais e legítimas e com um fundo de contingência estável para proteger setores produtivos, empregos e infraestruturas críticas, como o Pix, substituindo o improviso pela prontidão institucional e pela capacidade de resposta soberana e tempestiva.

Fortalecer mecanismos internacionais e regionais de financiamento ao desenvolvimento, ampliando o papel do BNDES, do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), da CAF, do FONPLATA e de outras instituições financeiras, estimulando investi-

mentos produtivos, infraestrutura sustentável, inovação, integração regional e transição ecológica, bem como aperfeiçoando mecanismos de compensação de pagamentos e liquidação em moedas locais, e recuperando e modernizando instrumentos regionais que fortaleçam a autonomia financeira da América Latina e do Sul Global, a exemplo do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI.

Racionalizar os instrumentos da política de importações e de defesa comercial, incluindo tarifas, regimes aduaneiros especiais e outros mecanismos de política comercial, garantindo sua compatibilidade com os objetivos da política industrial, da transformação produtiva, da inovação tecnológica e da geração de empregos, e fortalecendo a capacidade do Estado de utilizá-los em favor do desenvolvimento nacional, sem que isso represente uma nova rodada de abertura indiscriminada.

Comprometer a política comercial com a transição ecológica e o desenvolvimento sustentável, promovendo a descarbonização da economia, fortalecendo cadeias produtivas sustentáveis, ampliando o comércio de produtos verdes, da bioeconomia e da biotecnologia e participando ativamente da construção de regras internacionais que articulem comércio, clima e desenvolvimento, respeitando as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e evitando que medidas ambientais sejam utilizadas como instrumentos de protecionismo ou aprofundem desigualdades entre países. Nesse contexto, apoiaremos a implementação de um mecanismo soberano brasileiro de ajuste fronteiriço de carbono, articulado à política industrial e à oferta de energia limpa, como forma de o Brasil liderar a regulação das relações entre comércio e meio ambiente e de responder, de modo soberano, a mecanismos semelhantes adotados por terceiros países.

4.2 - Desenvolvimento científico, inovação e tranformação produtiva

Foto: Ricardo Stuckert

A inovação não surge apenas do crédito, dos incentivos fiscais ou da iniciativa empresarial. Ela constitui o estágio final de um processo que começa na pesquisa científica, especialmente na ciência básica, desenvolvida muitas vezes sem aplicação econômica imediata ou resultado previamente determinado.

Nenhum país alcançou inovação sustentada sem construir uma sólida base científica. A ciência básica é, portanto, infraestrutura estratégica do desenvolvimento. Além de produzir conhecimento, formar pesquisadores e profissionais capazes de formular problemas, experimentar, interpretar dados, criar tecnologias e responder a desafios ainda desconhecidos.

O Brasil construiu, ao longo de décadas, uma importante rede de universidades públicas, institutos de pesquisa, hospitais universitários e centros tecnológicos. Esse patrimônio científico foi responsável pela formação de gerações de pesquisadores e pela constituição de competências que permitiram avanços tecnológicos relevantes. Após um período de retração dos investimentos e enfraquecimento das instituições científicas, a partir de 2023 iniciou-se a recomposição do sistema, com recuperação de bolsas, investimentos em infraestrutura, fortalecimento das agências de fomento e desbloqueio dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. O de-

safio agora é consolidar essa reconstrução como política permanente de Estado.

As experiências da Embrapa e da Petrobras demonstram que o Brasil já dispõe de modelos bem-sucedidos de transformação econômica apoiada em ciência e tecnologia. Em ambos os casos, o Estado combinou investimento científico continuado, formação avançada de pesquisadores, objetivos nacionais concretos, demanda de longo prazo e financiamento estável.

Na agricultura, décadas de pesquisa permitiram adaptar culturas às condições tropicais, desenvolver tecnologias para o Cerrado e alcançar resultados científicos de grande impacto, como a fixação biológica de nitrogênio. Na energia, a formação de engenheiros, geólogos, químicos e outros especialistas, associada à pesquisa realizada pela Petrobras, universidades e centros científicos, possibilitou o domínio da exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas e a viabilização do pré-sal.

Esses casos demonstram que políticas orientadas a desafios nacionais, sustentadas por ciência básica e mantidas no longo prazo, podem transformar estruturalmente setores produtivos. O êxito não decorreu de um instrumento isolado, mas da articulação entre conhecimento científico, formação de pessoas, financiamento, instituições e demandas (ou encomendas) tecnológicas.

A pesquisa básica possui características que justificam seu financiamento predominantemente público: seus resultados são imprevisíveis, sua maturação pode levar décadas e seus benefícios frequentemente ultrapassam a capacidade de apropriação econômica de quem a financia. Por isso, tais pesquisas não devem depender de empréstimos. Requer recursos não reembolsáveis, avaliação por mérito científico, continuidade plurianual e autonomia das instituições de pesquisa.

4.2.1. Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento

O Brasil precisa transformar conhecimento em capacidade produtiva, autonomia estratégica e bem-estar social. Para isso, é indispensável reconstruir e expandir o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação como base estruturante do desenvolvimento, capaz de gerar tecnologias de fronteira, formar talentos, reduzir desigualdades regionais e conectar pesquisa, indústria e sociedade. Somente um Estado capaz de planejar, financiar e coordenar esforços de longo prazo — em parceria com universidades, institutos federais, centros de pesquisa, empresas e comunidades — pode assegurar que o país avance em áreas críticas, fortaleça sua soberania tecnológica, democratize o acesso ao conheci-

mento, fortaleça a popularização da ciência e transforme inovação em oportunidades concretas para todas as regiões. O Estado deve atuar como indutor do investimento público em P&D, voltado para construir capacidades soberanas em áreas de fronteira (inteligência artificial, semicondutores, processamento de imagens e Big Data, robótica, computação quântica, fármacos avançados e novos materiais, tecnologia aeroespacial e nuclear, entre outros). O objetivo central é construir um ecossistema robusto, estável e inclusivo, que permita ao Brasil buscar a liderança científica, gerar valor agregado e enfrentar desafios nacionais com soluções próprias, sustentáveis e socialmente orientadas.

(a) Diretrizes

- Consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) como eixo estruturante do desenvolvimento, com estabilidade institucional, financiamento contínuo e articulação federativa entre União, estados, universidades, institutos federais, centros de pesquisas e setor produtivo, além de ampliar a internacionalização da CT&I brasileira, utilizando, também, as ações em parceria com o MRE.

- Ampliar o investimento em P&D dos atuais 1,2% do PIB, destinando parcela do Fundo Social do Pré-Sal ao financiamento da área, fortalecendo permanentemente o FNDCT, através de novos Fundos Setoriais no seu âmbito, atualizando sua arquitetura de financiamento para os novos vetores da transformação produtiva, digital, energética e climática, com fontes próprias e estáveis de receita.

- Incluir a parcela não reembolsável do FNDCT no regime excepcional instituído pela Lei nº 15.184/2025, para permitir que o superávit financeiro das fontes vinculadas ao Fundo também seja utilizado na abertura de créditos adicionais destinados a ações não reembolsáveis de ciência, tecnologia e inovação.

- Ampliar o arcabouço de financiamento contemplando os sistemas estaduais de CT&I (FAPs), reduzindo assimetrias regionais, mediante contrapartidas dos estados (criação de conselhos estaduais de CT&I, estabelecimento de legislação com percentual mínimo de financiamento e comprovação de repasse). Tal ampliação também deve se refletir na retirada das receitas de universidades, unidades de pesquisa do MCTI e institutos federais dos limites do arcabouço fiscal e no aumento do número de bolsas da iniciação científica à pós-graduação com equidade, de forma a enfrentar a evasão de talentos e reduzir as diferenças de gênero e raça.

- Utilizar os mecanismos previstos no Novo Marco legal de Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento produtivo (encomendas tecnoló-

gicas, bônus tecnológico, poder de compra do estado e outros).

- Reconstruir e expandir o SNCTI, reorganizando o MCTI e sua articulação com as agências de fomento federais que promovem a pesquisa básica e aplicada (CAPES, CNPq e FINEP) e àquelas que fomentam a articulação entre setores da CT&I e o setor produtivo (EMBRAPII, BNDES, SEBRAE e outras), além da repactuação com os estados, fortalecendo os sistemas regionais de CT&I. A ciência, a tecnologia e a inovação devem ser tratadas como elemento estratégico central para o desenvolvimento econômico e social, tornando-se vetor para o uso sustentável das condições naturais que possuem o país (Biomas, biodiversidade, reservas de minerais estratégicas, condições para a produção de energia limpa e outras), assim como, na ampliação da nossa capacidade produtiva e como agente para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população.

- Considerar Universidades, Institutos Federais, Centros de Pesquisa e outras Instituições de Ciência e Tecnologia como motores de desenvolvimento regional e nacional.

- Fortalecer a Embrapii como braço tecnológico da política industrial, ampliando sua articulação com Finep, BNDES e compras públicas para criar uma trajetória contínua entre desenvolvimento tecnológico, escalonamento produtivo e acesso ao mercado. Priorizar tecnologias estratégicas, inovação empresarial, PMEs e projetos alinhados às missões da Nova Indústria Brasil.

- Integrar o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM/MCTI) e o Serviço Geológico do Brasil (SGB/MME) em uma nova instituição estratégica dedicada à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico, à inovação, ao conhecimento geológico e à agregação de valor nas cadeias de minerais críticos e estratégicos: a Empresa Brasileira de Minerais Críticos e Estratégicos (EMBRAMEC).

- Criar uma política específica de mapeamento e escalamento de empresas tecnológicas brasileiras, articulando subvenção, crédito, participação acionária, compras públicas, acesso a infraestruturas científicas e tecnológicas e apoio à internacionalização, com prioridade para empresas detentoras de tecnologias, dados, propriedade intelectual ou posições estratégicas nas cadeias produtivas.

- Fortalecer os sistemas regionais através dos sistemas estaduais, especialmente das Fundações de Amparo à Pesquisa, com cofinanciamento e estímulo a arranjos produtivos regionais e polos tecnológicos como vetores de desenvolvimento nacional e descentralização industrial ordenada, recuperando e modernizando a base nacional de pesquisa, expandindo laboratórios

de uso compartilhado e implantando centros de desenvolvimento em periferias e territórios vulneráveis.

- Criar Corredores de Inovação Territorial, orientados por missões nacionais e ancorados nas vocações produtivas, biomas e bacias hidrográficas de cada região (especialmente Norte e Nordeste), integrando academia, empresas, cooperativas, povos originários e comunidades tradicionais, com governança compartilhada entre União, estados e municípios

- Executar os compromissos do Brasil firmados na COP30 como um marco para uma nova estratégia de desenvolvimento sustentável. A região amazônica deve receber atenção especial. O Sistema Nacional de CT&I para a Amazônia deve ampliar universidades, institutos e centros de pesquisa na região, fortalecer redes de cooperação científica, tecnológica e de inovação na Amazônia e na Pan-Amazônia, integrando instituições de pesquisa, sociedade e territórios para ampliar a produção compartilhada de conhecimento e o desenvolvimento sustentável regional, desenvolver cadeias produtivas baseadas na biodiversidade, fortalecer a pesquisa em mudanças climáticas, e implantar o Fundo Amazônico de Inovação Territorial.

- Atuar, além da Amazônia, em todos os nossos biomas. O Semiárido enfrenta sérios problemas de desertificação e é preciso ciência e tecnologia para reduzir os impactos ambientais e transformar a região em território produtivo. O Cerrado, tem sido alvo de conflitos, desmatamento agressivo e perda da biodiversidade.

- Transformar o conhecimento em instrumento de mobilidade social, desenvolvimento regional e democratização de oportunidades. Sob esse prisma, o fomento às tecnologias sociais, as pesquisas orientadas a impacto comunitário, social e a tecnociência solidária devem ser priorizadas, garantindo extensão e suporte técnico-científico direto a cooperativas de economia solidária, associações populares e redes produtivas de base local.

- Difundir o conhecimento científico e enfrentar a desinformação como condição para políticas baseadas em evidências e para o fortalecimento das instituições democráticas.

4.2.2. Formação e qualificação para um Brasil inovador, produtivo e soberano

No novo ciclo, o Brasil deverá integrar de forma definitiva a educação, a formação e o desenvolvimento de talentos ao seu projeto nacional de desenvolvimento. Formar pessoas deverá constituir um dos pilares do crescimento econômico e social, da redução das desigualdades, da ascensão social e da soberania nacional. A nova industrialização, as transições digital e ecológica, o avanço

da ciência, da tecnologia e da inovação, assim como o combate ao negacionismo e à discriminação, dependerão da capacidade do País de formar, atrair, desenvolver e reter talentos capazes de criar, desenvolver, adaptar, operar e governar tecnologias e instituições, elevar a produtividade e enfrentar os grandes desafios da sociedade brasileira.

Todos os estudantes brasileiros deverão poder conhecer as oportunidades de formação existentes e saber como acessá-las, das qualificações mais básicas às formações científicas e tecnológicas mais avançadas, incluindo aquelas necessárias ao pleno exercício da cidadania no mundo contemporâneo. Para isso, será necessário construir trajetórias formativas mais claras e articuladas entre a educação básica, o ensino médio, a educação profissional e tecnológica, o ensino superior, a pesquisa, a formação ao longo da vida e o mundo do trabalho, ampliando as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, independentemente da renda, da origem social ou do território.

O País deverá, ainda, adotar estratégias consistentes de formação, atração, circulação e permanência de talentos e profissionais estratégicos, ao mesmo tempo que amplia a internacionalização de suas instituições de ensino, ciência, tecnologia e inovação. As tecnologias digitais e a inteligência artificial deverão ser utilizadas para democratizar o acesso ao conhecimento, ampliar e personalizar as oportunidades de aprendizagem e desenvolver competências, fortalecendo a autonomia das pessoas e do País. O objetivo será assegurar que os brasileiros não sejam apenas usuários das novas tecnologias, mas tenham capacidade para compreendê-las, desenvolvê-las, adaptá-las, utilizá-las criticamente e governá-las, fortalecendo a autonomia tecnológica e a capacidade do País de definir seu próprio futuro diante da presença crescente de sistemas digitais e algoritmos na vida econômica e social.

(a) Diretrizes

Planejamento e inteligência estratégica associados ao desenvolvimento de competências

Desenvolver as competências necessárias ao domínio de tecnologias estratégicas, por meio de ações voltadas à formação, atração, inserção e retenção de talentos.

Integrar, sistematizar e disponibilizar informações sobre as necessidades de formação e qualificação do País, mapeando continuamente:

A oferta, a demanda e os déficits de profissionais por área estratégica, cadeia produtiva, nível de qualificação e território;

Antecipar mudanças tecnológicas e seus impactos sobre competências

e ocupações; e

Subsidiar o planejamento e a expansão de cursos, vagas, bolsas, infraestruturas e programas de formação e qualificação profissional, bem como iniciativas de atração e retenção de talentos e de cooperação internacional.

Revisar, a partir da articulação federativa e do alinhamento com as demandas do mundo do trabalho em transformação, as necessidades estruturais e de financiamento da rede institucional de qualificação profissional, composta por universidades públicas, institutos federais, centros de pesquisa, Sistema S (Senai, Sesc, Senac, Senar) e instituições de ciência e tecnologia, fortalecendo essa infraestrutura educacional como política permanente de Estado, garantindo que a formação profissional seja inclusiva, acessível, de qualidade e orientada por missões estratégicas nacionais.

Formação desde a base e trajetórias da juventude

Expandir, em parceria com estados e municípios, a iniciação científica e tecnológica desde a educação básica, estruturando-a como uma das portas de entrada para trajetórias integradas de formação e inserção profissional da juventude, em parceria com estados e municípios

Promover conexão da iniciação científica com a educação profissional e tecnológica, programas de aprendizagem, estágios, orientação profissional e primeiro emprego, com prioridade para áreas estratégicas e setores associados às transformações tecnológica, produtiva e ecológica.

Reforçar a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia como instrumento permanente de mobilização, divulgação científica e atração de estudantes, professores, pesquisadores, técnicos e profissionais para a ciência, a tecnologia e a inovação.

Instituir e fomentar Trilhas Nacionais de Competências Técnicas e Profissionais Estratégicas, compostas por conteúdos, projetos e experiências formativas em áreas prioritárias para o desenvolvimento e a soberania nacional.

Formação avançada, domínio de competências estratégicas e internacionalização

Ampliar, em escala nacional, a formação e a qualificação de profissionais em inteligência artificial, ciência de dados, software, computação avançada, computação em nuvem, segurança digital, hardware e outras tecnologias estratégicas, contemplando competências para projetar, desenvolver, integrar, operar, adaptar, utilizar e governar tecnologias digitais.

Instituir um Programa Nacional de Residências Científicas, Tecnológicas e Profissionais e de Extensão Orientada a Desafios, articulando

universidades, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, entidades do Sistema S, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), empresas, órgãos públicos, escolas e comunidades. O Programa deverá promover a formação de estudantes, técnicos, engenheiros, pesquisadores e servidores por meio de sua participação na solução de problemas concretos e desafios estratégicos do setor produtivo, do Estado e da sociedade

Estabelecer e fortalecer, nas grandes infraestruturas científicas e tecnológicas — incluindo laboratórios, supercomputadores, plantas-piloto e centros de pesquisa —, programas permanentes de formação interdisciplinar e capacitação em rede, com metas de estágios, residências, intercâmbios, mobilidade e qualificação de estudantes, técnicos, engenheiros e pesquisadores.

Ampliar o acesso de instituições e profissionais de todas as regiões do País a infraestruturas de pesquisa, promovendo a formação, disseminação e compartilhamento de competências estratégicas, bem como a articulação de redes nacionais de conhecimento e capacitação.

Estabelecer contrapartidas de formação, qualificação, transferência e absorção de conhecimento e desenvolvimento de competências nos grandes projetos apoiados por crédito público, incentivos fiscais, compras governamentais, investimentos em infraestrutura e recursos de ciência, tecnologia e inovação.

Ampliar programas de mestrado e doutorado orientados a missões e desafios científicos, tecnológicos e produtivos, promovendo a coorientação e a cooperação entre universidades, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), empresas e órgãos públicos. Os programas deverão estimular o desenvolvimento de projetos voltados a problemas concretos e possibilitar o reconhecimento de protótipos, softwares, processos, sistemas e outras entregas tecnológicas como resultados da formação e da pesquisa, preservados os requisitos acadêmicos e os critérios de qualidade e avaliação de cada programa.

Ampliar e valorizar a pós-graduação e o pós-doutorado, assegurando bolsas e remunerações competitivas.

Reforçar o acesso à infraestrutura científica e tecnológica e a instrumentos competitivos e plurianuais de financiamento que permitam a jovens pesquisadores e engenheiros constituir e liderar equipes, desenvolver projetos próprios e coordenar missões científicas e tecnológicas, fortalecendo sua autonomia, inserção profissional, permanência e trajetória no País.

Ampliar e tornar permanente o Programa Conhecimento Brasil e outros instrumentos destinados à atração,

repatriação e retenção de talentos brasileiros e estrangeiros, assegurando condições competitivas para pesquisa e desenvolvimento, bolsas e auxílios diferenciados quando necessários, acesso a infraestruturas científicas e tecnológicas, recursos para a constituição de equipes e condições de inserção institucional de longo prazo.

Criar e ampliar cursos e programas de graduação, pós-graduação e formação avançada com oferta em múltiplos idiomas, especialmente português, inglês e espanhol, em áreas estratégicas como instrumento de atração de estudantes, pesquisadores e profissionais estrangeiros.

Estimular outras formas de cooperação e presença acadêmica, científica e tecnológica brasileira no exterior, com prioridade para países, áreas e tecnologias relevantes aos objetivos estratégicos da cooperação internacional brasileira e, quando pertinente, em articulação com a presença e a expansão de empresas brasileiras no exterior.

Ampliar a cooperação internacional para além das parcerias tradicionais com instituições do Norte Global incluindo acordos bilaterais e multilaterais com Países da América Latina e Caribe, Países Africanos e Asiáticos e com instituições como o Mercosul, Celac, União Africana e Bric

Promover parcerias entre instituições nacionais voltadas para a cooperação internacional conjunta como forma de superar as assimetrias regionais presentes e garantir o desenvolvimento regional qualificado.

Fomentar a institucionalização da internacionalização como forma de estender a experiência internacional dentro das instituições nacionais

Superar o modelo de mobilidade internacional unidirecional promovendo a cooperação no desenvolvimento científico e tecnológico com uma maior presença de parceiros internacionais no Brasil.

Diversificar as formas de internacionalização, fomentando a construção de Centros e Institutos de Pesquisa Internacionais, dedicados ao desenvolvimento de temas estratégicos para o País, em cooperação com parceiros internacionais

Aumentar a cooperação entre instituições brasileiras e pesquisadores brasileiros residentes no exterior.

Inclusão, capacidade do Estado e Avaliação

Fortalecer o Programa Mais Professores para o Brasil e ampliar o Pé-de-Meia Licenciaturas, articulando instrumentos de atração, formação, permanência e inserção na carreira docente, por meio de bolsas e incentivos à formação inicial, iniciação e residência docente, formação continuada e valorização profissional e remuneratória

Criação do pé-de-meia universitário para todos os/as cotistas e cadúnico.

Reforçar as ações afirmativas e cotas nas instituições de educação profissional e tecnológica, assegurando representatividade étnico-racial, de gênero e de pessoas com deficiência entre estudantes, docentes e gestores.

Criar e expandir programas de educação profissional adaptados a contextos rurais, indígenas e quilombolas, respeitando saberes ancestrais e modos tradicionais de vida, com oferta de cursos que fortaleçam atividades produtivas locais e gerem oportunidades de renda.

Ampliar a oferta de cursos de qualificação profissional de curta duração, com flexibilidade de horários e modalidades (presencial, semipresencial, a distância), permitindo que trabalhadores em atividade, desempregados e pessoas em situação de vulnerabilidade acessem formação contínua.

Expandir os programas de bolsas e auxílios para estudantes de educação profissional e tecnológica, priorizando populações historicamente excluídas: mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência, jovens em situação de vulnerabilidade, jovens da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, e moradores de territórios periféricos.

Estabelecer metas e instrumentos de acesso, permanência, conclusão, inserção e progressão profissional destinados a ampliar a participação de mulheres, população negra, estudantes de baixa renda e jovens de regiões com menos acesso à políticas de desenvolvimento nas formações e carreiras científicas, tecnológicas, das humanidades, da saúde e profissionais de maior qualificação, especialmente em áreas estratégicas. Com foco em promover o desenvolvimento com profissionais dos próprios territórios.

Criar programas permanentes de formação e desenvolvimento de quadros especializados e capacidades estratégicas do Estado, articulando escolas de governo, universidades, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e instituições especializadas.

4.2.3. Política industrial e transformação da estrutura produtiva

Após 10 anos sem políticas industriais, o Brasil construiu no primeiro mandato do Presidente Lula uma política industrial moderna, com horizonte de longo prazo e tendo como propósito orientar o investimento público e privado para grandes missões da sociedade brasileira, mobilizando setores estratégicos, garantindo autonomia produtiva, inovação tecnológica, geração de empregos de qualidade e melhora da qualidade de vida das pessoas. Isso exigiu uma desafiadora reconstrução, já que governos anteriores

procuraram diminuir a capacidade do Estado de intervir na economia. Tivemos avanços importantes nesse sentido, com destaque para a diversificação das fontes de financiamento e a recapacitação institucional, mas precisamos ir além.

Para o próximo período será preciso, sobretudo, institucionalizar a política industrial e tecnológica como uma política de Estado, garantindo sua priorização política e uma articulação efetiva com outras políticas públicas, além de ampliar e fortalecer os instrumentos à sua disposição. Aprendizado industrial e tecnológico leva tempo, os investimentos são arriscados e as barreiras à entrada são elevadas, pois países e empresas que dominam os setores mais estratégicos da economia mundial, especialmente os de alta tecnologia, possuem muitas formas de impedir a entrada de novos competidores. Além disso, o cenário internacional de intensa disputa geopolítica e de medidas unilaterais coercitivas de grandes potências exigirá do Brasil uma economia forte, industrializada e tecnológica para que possamos exercer nossa soberania de fato e de direito.

(a) Diretrizes

Institucionalizar a NIB como política de Estado e fortalecer sua governança

Aumentar o grau de institucionalização da política industrial e tecnológica, garantindo sua continuidade como uma política de Estado, nos moldes de outras políticas como a política agrícola e a educacional.

Fortalecer o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial e instâncias similares, dotando-as de estrutura e hierarquia para que sejam capazes de articular e coordenar governo, setor privado e sociedade civil.

Recuperar o controle sobre o orçamento público e capacitar os órgãos e servidores responsáveis pelo planejamento de longo prazo, com reorientação para a lógica de missões.

Prever o aumento das contrapartidas das empresas às medidas de apoio e, sobretudo, assegurar que o Estado tenha capacidade de exigir o cumprimento dessas contrapartidas.

Adotar uma macroeconomia do desenvolvimento

Considerar investimentos em política industrial e tecnológica como garantidores da soberania nacional e das oportunidades futuras dos brasileiros, com tratamento diferenciado nas regras fiscais.

Buscar taxas de câmbio mais competitivas e estáveis com o propósito de viabilizar o desenvolvimento produtivo nacional.

Quanto à política de juros, garantir participação de representantes ligados à produção na governança, fortalecer os objetivos de suavização das flutuações do nível de atividade

econômica e de fomento ao pleno emprego e aprimorar a capacidade estatal de identificar e mensurar as efetivas causas da elevação de preços, mitigando ao máximo os impactos sobre o emprego e o nível de atividade.

Ampliar o papel das estatais na indução do investimento produtivo, na inovação tecnológica, na soberania econômica e na criação de novos mercados — especialmente em áreas como transformação digital, transição energética, semicondutores, biotecnologia, defesa, e infraestrutura e minerais críticos.

Ampliar o financiamento do desenvolvimento, crédito e fundos públicos

Fortalecer o Plano Mais Produção, alinhando ainda mais os critérios de crédito público (ex: regras de conteúdo local) para grandes projetos industriais e de inovação, e expandir linhas atrativas como a TR.

Ampliar o Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST) para um novo ciclo de conectividade regional, permitindo mais digitalização da economia.

Transformar o Plano Brasil Soberano em linha permanente de crédito para empresas relevantes à balança comercial e à corrida tecnológica.

Fortalecer o Fundo Nacional de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (FNDIT).

Tornar permanente a linha de bens de capital do BNDES para renovação do parque fabril, com destaque para MPMEs.

Expandir o Fundo Clima com nova rodada de títulos soberanos sustentáveis; criar fundo para mobilidade urbana (redução de tempo de deslocamento, emissões, adensamento de cadeias e empregos qualificados).

Criar e fortalecer instrumentos regulatórios

Usar compras públicas, concessões, regulações e benefícios condicionados a conteúdo local, valor agregado nacional, margens de preferência e exclusividade para empresas brasileiras de capital nacional, buscando a entrada e a consolidação de novos concorrentes nacionais, especialmente em setores de alta intensidade tecnológica e estratégicos para o desenvolvimento de longo prazo.

Impulsionar a atração de investimentos estrangeiros alinhados aos objetivos da política industrial e tecnológica e que assegurem a soberania econômica e a segurança nacional.

Alinhar a política de comércio exterior aos objetivos da política industrial, tecnológica e de inovação: potencializar aprendizado produtivo, facilitar acesso a insumos para os setores prioritários da NIB e proteger temporariamente bens e serviços de concorrência internacional desleal.

Considerar a assimetria entre ca-

pacidades financeiras, industriais e tecnológicas dos países em novos acordos bilaterais e multilaterais de comércio, para não aprofundar a especialização brasileira em bens de baixa complexidade.

Ampliar as possibilidades de contramedidas em casos de medidas unilaterais de países estrangeiros que prejudiquem a nossa economia.

4.2.4. Empreendedorismo e Pequenos Negócios

O Brasil precisa transformar o empreendedorismo e os pequenos negócios em motores estruturantes do desenvolvimento nacional, da inclusão produtiva e da redução das desigualdades. Em um país onde milhões de pessoas empreendem para gerar renda, inovar e sustentar suas famílias, é papel do Estado construir um ambiente simples, acessível, moderno e capaz de apoiar cada etapa da vida de um empreendimento — da formalização ao acesso a mercados, do crédito à inovação tecnológica. Fortalecer pequenos negócios significa fortalecer o território, ampliar oportunidades para mulheres, jovens, negros, indígenas e comunidades tradicionais, dinamizar cadeias produtivas locais e expandir a capacidade do país de gerar riqueza com base em trabalho, criatividade e tecnologia nacional.

(a) Diretrizes:

Integrar progressivamente os cadastros e as bases de dados públicas, tendo a plataforma gov.br como

porta de referência do pequeno negócio, com serviços agregados em uma jornada única: formalização, capacitação, certificações, oportunidades de mercado e acesso a crédito, permitindo que o Estado acompanhe cada etapa da vida do empreendimento e ofereça a solução certa na hora certa.

Instituir uma governança federativa da simplificação, com União, estados e municípios, apoio técnico do Sistema S, das universidades e dos observatórios de políticas públicas, e reconhecimento dos municípios que mais facilitam a vida de quem empreende.

Atualizar os limites do Simples e do MEI, corroídos pela inflação, e criar mecanismo permanente de correção, eliminando a exclusão silenciosa de empresas que não cresceram de verdade.

Expandir fundos garantidores de crédito, dando escala ao que funciona, democratizando o acesso ao capital produtivo e alcançando quem ainda está fora do balcão.

Construir a nova etapa da política nacional de inovação voltada aos pequenos negócios, orientada por missões estratégicas nacionais, com metas, monitoramento contínuo e avaliação de resultados, mediante coordenação entre BNDES, FINEP, EMBRAPII, FNDCT, bancos públicos, fundos garantidores, universidades, instituições científicas e tecnológicas e entes federativos.

Fomentar negócios digitais em estágio inicial, com recursos não reembolsáveis para aplicativos, programas e plataformas inovadoras, enfrentando a lacuna de financiamento da economia digital e fortalecendo a soberania tecnológica nacional.

Modernizar o regime do MEI para acolher os profissionais de tecnologia, ciência e inovação, com enquadramento específico para atividades de base tecnológica, superando a ausência de classificações adequadas e evitando que desenvolvedores e pequenos negócios digitais sejam empurrados à informalidade.

Ampliar o Brasil Mais Produtivo, com crédito barato e simplificado para a aquisição de máquinas, equipamentos e tecnologias de pequeno porte, preferencialmente produzidos no Brasil, e capacitação no uso de ferramentas de inteligência artificial.

Criar programas setoriais ao longo das cadeias de valor, começando por setores de grande capilaridade como a construção civil, com crédito produtivo orientado, certificações que abram mercados e prioridade à transformação ecológica e à reindustrialização.

Arranjos produtivos locais, empreendimentos de economia solidária e o cooperativismo deverão ser observados com o mesmo cuidado que às MEIs. São alternativas de organiza-

ção produtiva que precisam ser fomentadas e valorizadas.

Promover e reforçar a cultura exportadora nos pequenos negócios, para colher os ganhos dos acordos comerciais, em especial o acordo Mercosul e União Europeia, com capacitação, inteligência comercial, adequação a padrões internacionais, certificações e inserção em plataformas digitais, com prioridade aos arranjos produtivos locais.

Criar programas específicos para as mulheres empreendedoras, com crédito, capacitação técnica e digital, redes de mentoria, compras públicas, cadeias produtivas e apoio à exportação, com atenção especial às mulheres em situação de vulnerabilidade e às pessoas com deficiência.

Criar a política nacional de fortalecimento do empreendedorismo negro e indígena, com autodeclaração étnico-racial na abertura do CNPJ e na declaração anual das empresas, permitindo mapear, focalizar e monitorar as ações de apoio com precisão.

Apoiar ao empreendedorismo das comunidades quilombolas, adaptado à realidade de áreas rurais e isoladas, com crédito facilitado para equipamentos e tecnologias produtivas, suporte logístico e comercial para o escoamento da produção e fomento ao turismo de base comunitária e à economia criativa, respeitando os modos de vida e o saber ancestral.

Gerar oportunidades para os jovens que não acessam as universidades, com expansão massiva da capacitação em planos de negócio, gestão e tecnologias, e acompanhamento dos primeiros negócios criados por jovens, com acesso facilitado às demais políticas públicas de apoio.

Fortalecer as cooperativas como mecanismos de inclusão econômica que garantem escala, governança e competitividade a milhares de produtores, e como plataformas de tecnologia, assistência técnica, acesso a mercados e crédito orientado para a transição produtiva.

Reconhecer os empreendimentos de economia solidária como pilares da geração de oportunidades, com formalização por regime tributário diferenciado e proteção previdenciária.

4.3 - Setores estratégicos e soberania

A abundância de recursos naturais oferece ao Brasil uma oportunidade estratégica, desde que seja convertida em conhecimento, tecnologia e produção de maior valor agregado. Minerais críticos e terras raras constituem exemplo emblemático. A vantagem nacional não deve restringir-se à extração e exportação de matérias-primas: é necessário desenvolver capacidades de processamento, beneficiamento, fabricação de componentes e aplicações tecnológicas.

Esse objetivo depende diretamente de investimentos em áreas científicas como química, metalurgia e ciência dos materiais. Sem domínio científico e tecnológico, a exploração dos minerais estratégicos pode perpetuar a posição brasileira de fornecedor de matéria-prima para cadeias produtivas controladas no exterior.

O mesmo princípio se aplica ao agronegócio, à biodiversidade e à bioeconomia. A agregação de valor à produção agropecuária depende de pesquisa em biotecnologia, bioinsumos, engenharia de alimentos, equipamentos e novas aplicações industriais.

A transformação ecológica deve igualmente constituir eixo transversal da política de desenvolvimento. A transição para uma economia de baixo carbono cria oportunidades de inovação em energias renováveis, bioeconomia, soluções baseadas na

natureza, segurança hídrica, alimentar e energética e tecnologias de adaptação às mudanças climáticas.

4.3.1. Energia, biocombustíveis e transição energética justa

A Energia oferece ao Brasil uma oportunidade histórica de transformar vantagens naturais em liderança industrial, tecnológica e geopolítica. Para que isso aconteça, é preciso ir além da manutenção de uma matriz limpa: é necessário converter nossos recursos renováveis em cadeias produtivas robustas, capazes de gerar inovação, empregos qualificados e autonomia estratégica. A política energética deve ser tratada como política de desenvolvimento — articulando financiamento público, conteúdo local, diplomacia comercial e domínio nacional sobre ativos críticos — para que o país avance na produção de combustíveis avançados, consolide setores industriais de alta complexidade e amplie sua presença em mercados globais emergentes. O objetivo central é construir uma transição energética justa que fortaleça a soberania, dinamize a economia, crie empregos de alto valor agregado e posicione o Brasil como referência mundial em tecnologias limpas.

(a) Diretrizes:

Manter o Fundo Clima como grande instrumento de financiamento da indústria verde.

Fortalecer a produção de biocombustíveis nacionais e combustíveis sintéticos.

Implementar a produção de SAF (Combustível Sustentável de Aviação) e combustível marítimo no Brasil.

Instituir conteúdo local nos leilões de energia e armazenagem.

Garantir controle nacional em ativos e atividades estratégicas de energia, inclusive reservas de capacidade.

Usar o poder de compra para viabilizar escala em produtos e serviços de maior complexidade tecnológica.

Consolidar e aprimorar o “Combustível do Futuro”, acelerando sua adoção mundial via diplomacia comercial e atuação em organismos internacionais de normas e padrões.

Criar e expandir programas de valorização das comunidades nos territórios, garantindo condições de vida, produção e renda sustentável, com prioridade para as mulheres e jovens, que permita que futuras gerações sigam salvaguardando nossos biomas.

4.3.2. Minerais críticos e terras raras

O mundo entrou em uma nova era econômica ancorada na transição energética e digital e na busca por soberania nacional e autonomia produtiva e tecnológica.

Inteligência artificial, veículos elétricos e seus componentes críticos,

como baterias e motores elétricos, produtos de defesa avançados, semicondutores, equipamentos médicos de imagem, turbinas eólicas e painéis solares são alguns dos produtos e tecnologias que assumiram importância estratégica para o desenvolvimento econômico de longo prazo e para a segurança nacional. Todos eles são intensivos em alguns tipos de minerais, os chamados minerais críticos/estratégicos, cujo acesso agora é questão de Estado para as principais potências econômicas mundiais.

Nesse contexto, pode-se dizer que poucas vezes na história um país esteve tão bem-posicionado para aproveitar uma janela de oportunidade para o desenvolvimento nacional quanto neste momento. Possui reservas significativas, as maiores de nióbio, as segundas de terras raras e grafita e as terceiras de manganês e níquel. Tem a matriz elétrica mais limpa entre as economias relevantes do planeta, resultado de décadas de planejamento e de investimentos públicos. Possui um dos maiores mercados internos do mundo. Conta com boa imagem internacional decorrente da sua tradição diplomática.

Porém, essas vantagens comparativas por si sós não serão o suficiente para garantir o aproveitamento dessa janela histórica. Na realidade, a história econômica brasileira é predominantemente a história dos ciclos das commodities, como os do pau brasil, do açúcar, do ouro, da borracha, do café, do minério de ferro e da soja. Esses ciclos geraram crescimento no curto prazo, mas não garantiram desenvolvimento de longo prazo, muitas vezes deixando passivos socioambientais permanentes.

O país é especialista em extrair minérios, mas os envia para fora para serem refinados e transformados. Quando esse minério volta como um ímã ou uma bateria, o valor dele foi multiplicado. A desindustrialização prematura de décadas, uma das mais graves do mundo, cobra o seu preço, dificultando a geração de renda e de empregos de qualidade e a segurança nacional. Ou nós brasileiros assumimos o controle desse processo e implementamos uma estratégia robusta, inovadora e ambiciosa que mobilize a sociedade para superar o modelo primário-exportador, ou continuaremos a ser uma "grande mina" enquanto outros países enriquecem às nossas custas.

(a) Diretrizes:

- Implementar a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), voltada à pesquisa, lavra, beneficiamento, transformação mineral e mineração urbana, priorizando os projetos que agreguem valor em território nacional, contratem mão de obra, serviços e fornecedores locais, mantenham diálogo com as comunidades e adotem as me-

lhores práticas socioambientais e de segurança de barragens.

- Instalar o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE), vinculado à Presidência da República, com participação de estados, municípios, setor privado e academia, que será responsável por elaborar o Plano Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, definir os projetos prioritários para acesso aos instrumentos da PMNCE e homologar mudanças de controle societário, contratos, acordos ou parcerias internacionais.

- Criar o Fundo Garantidor da Atividade Mineral (FGAM), com participação da União, para dar garantias de crédito e mitigar riscos de projetos prioritários de minerais críticos e estratégicos, em coinvestimento com bancos públicos, multilaterais e agências de desenvolvimento.

- Instituir contribuição das empresas do setor (pesquisa mineral, lavra, beneficiamento e transformação mineral) para PD&I, e destinar recursos à diversificação econômica dos territórios impactados pela mineração, sob governança participativa e controle social.

- Criar o Programa Federal de Beneficiamento e Transformação de Minerais Críticos e Estratégicos (PFMCE), com crédito fiscal (CSLL), concedido por procedimento concorrencial a projetos prioritários habilitados pelo CIMCE, em percentual proporcional à agregação de valor na cadeia, extensível a compradores com contratos de longo prazo (mínimo de cinco anos) e sujeito a requisitos de conteúdo nacional mínimo e de oferta de parte da produção ao mercado interno.

- Ampliar o financiamento público e privado, por meio de autorização ao BNDES para aplicar recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) em financiamento reembolsável ao beneficiamento, à transformação e à mineração urbana; debêntures incentivadas e de infraestrutura para projetos prioritários; inclusão da cadeia no Reidi e no PPI; e apoio de bancos oficiais e agências de fomento.

- Instituir a Rede Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação Profissional em Minerais Críticos e Estratégicos (RNMCE), reunindo universidades, ICTs, startups e entidades do setor, com recursos do FNDCT, encomendas tecnológicas e programa de bolsas, para dar suporte científico às cadeias minerais e formar mão de obra especializada.

- Adotar instrumentos regulatórios de agregação de valor interna, mediante compromissos de agregação de valor vinculados à exportação, critérios de preferência e priorização administrativa para projetos que internalizem etapas da cadeia produtiva, e obrigação de informar volume, destino, beneficiário final e grau

de processamento dos minerais exportados.

- Criar o Certificado Mineral de Baixo Carbono (CMBC), de adesão voluntária, baseado em análise do ciclo de vida e harmonizado com padrões internacionais, para valorizar a produção com menor intensidade de carbono e uso preponderante de energia renovável.

Fortalecer órgãos-chave para a execução da PNMCE como o Serviço Geológico Brasileiro (SGB), a Agência Nacional de Mineração (ANM) e o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM).

Combater a retenção especulativa por inatividade de detentores de direitos minerários.

Implementar arranjos societários público-privados, inclusive por meio de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e ações de classe espacial, em projetos considerados estratégicos para a soberania nacional e para a coordenação e o desenvolvimento das cadeias produtivas.

Escalonar incentivos financeiros, priorizando etapas a jusante da cadeia (beneficiamento, refino, industrialização) e que sejam progressivos conforme a agregação de valor e ao grau de prioridade estratégica do elo industrial na NIB.

4.3.3. Soberania digital: semicondutores, infraestrutura de dados e Inteligência Artificial

O Brasil precisa assumir plenamente sua soberania digital e tecnológica para garantir que a transformação econômica em curso fortaleça o desenvolvimento nacional, reduza desigualdades e proteja os direitos do povo. Em um mundo marcado pela disputa por dados, infraestrutura crítica e inteligência artificial, não basta apenas regular plataformas ou ampliar conectividade. Torna-se essencial construir capacidades próprias, consolidar instituições públicas fortes, desenvolver tecnologias estratégicas e assegurar que a economia digital opere em benefício do país. Os dados produzidos pelo povo brasileiro, a infraestrutura digital e a nuvem brasileira, os talentos formados em universidades nacionais e o mercado consumidor de 215 milhões de pessoas são ativos estratégicos da nação, fatores de produção que devem ser geridos pelo Estado para gerar inovação, autonomia e prosperidade, e não explorados por corporações ou potências estrangeiras.

A soberania digital, portanto, não se resume à dimensão regulatória ou de dados. É preciso encará-la como assentada em uma base material e computacional própria. Não há autonomia sobre algoritmos, nuvens e modelos de inteligência artificial sem capacidade mínima de produzir semicondutores, materiais avançados e computação de alto desempenho. Mesmo que não se busque o isolamento, o país precisa de semi-

condutores, computação de alto desempenho e tecnologias quânticas estruturando cadeias produtivas de altíssimo valor agregado e determinando sua autonomia científica, industrial e geopolítica.

Em um cenário global marcado pela disputa por padrões tecnológicos, infraestrutura crítica e domínio de conhecimento, não basta apenas acompanhar a inovação. Torna-se necessário criar condições para que o país produza seus próprios chips, desenvolva materiais avançados, amplie sua infraestrutura computacional, clássica e quântica, e forme uma comunidade científica capaz de atuar na fronteira do conhecimento, aproveitando a janela de oportunidade antes que padrões globais se consolidem sem a participação brasileira. A soberania tecnológica não é um objetivo abstrato, mas um requisito para garantir segurança nacional, competitividade industrial, inclusão social e capacidade de decidir o próprio futuro.

O objetivo central é estabelecer um projeto de soberania digital e tecnológica completo, do hardware ao dado, do chip ao modelo de IA, da computação clássica à quântica, que articule inclusão, segurança, desenvolvimento industrial e liderança tecnológica, posicionando o Brasil como protagonista na economia do século XXI, com instituições fortes, financiamento estável, participação social e articulação entre Estado, academia, trabalhadores e setor produtivo. Esse projeto precisa também de projeção externa, porque as regras que hoje se desenham nos foros internacionais definirão, por décadas, o espaço de que o país disporá para fazer política industrial e tecnológica.

Diretrizes:

Governança e institucionalidade da soberania digital

Instituir a Política Nacional de Soberania Digital, reunindo em um único marco as ações de infraestrutura, dados, inteligência artificial, semicondutores, conectividade e computação de alto desempenho, com metas, orçamento plurianual e indicadores públicos de acompanhamento, articulada desde a origem com a Nova Indústria Brasil e com as prioridades do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

• Criar o Conselho Nacional pela Soberania Digital, com participação da sociedade civil, da comunidade científica, das entidades de trabalhadores e do setor produtivo, responsável por coordenar a ação dos órgãos federais envolvidos, dar transparência às decisões sobre infraestrutura crítica, dados e inteligência artificial e submeter a agenda digital ao controle social.

• Consolidar a Base de Dados do Brasil como infraestrutura nacional de

dados, ampliando os ecossistemas setoriais já em construção, estabelecendo padrões comuns de interoperabilidade, qualidade, segurança e proteção de dados pessoais e estendendo o compartilhamento a estados e municípios, de modo que a base sustente políticas públicas mais eficazes e a personalização dos serviços digitais oferecidos ao cidadão.

• Abrir a infraestrutura nacional de dados, sob regras claras de finalidade, anonimização e responsabilidade, como insumo para a pesquisa científica, para o treinamento e a avaliação de modelos nacionais de inteligência artificial e para o desenvolvimento de produtos e serviços por empresas brasileiras, tratando o dado público como ativo estratégico da nação e não como passivo a ser custodiado.

Infraestrutura digital crítica e soberana

Criar programa de nuvem soberana de dados, com alternativas de atores nacionais para armazenamento e processamento, estrutura de data centers desconectados e gestão de chaves criptográficas por atores nacionais.

Condicionar a instalação e a expansão de data centers e de infraestruturas de inteligência artificial em território nacional a salvaguardas socioambientais obrigatórias, com exigência de eficiência energética, uso progressivo de fontes cem por cento renováveis e avaliação prévia dos impactos sobre o sistema elétrico, os recursos hídricos e as populações locais.

Estabelecer contrapartidas obrigatórias para os empreendimentos de data centers instalados no país, com conteúdo local, encomendas à indústria nacional, formação e contratação de trabalhadores brasileiros, transferência de tecnologia e reserva de capacidade computacional para o mercado interno, para a pesquisa pública e para empresas brasileiras.

Articular a expansão da infraestrutura computacional com a política de transição energética e com o desenvolvimento regional, aproveitando a oferta de energia renovável do Nordeste e a integração do sistema elétrico nacional para converter a demanda por computação em adensamento industrial nos territórios, e não em enclave exportador de capacidade.

Condicionar remessas de royalties de big techs a investimento local, transferência de tecnologia e formação de trabalhadores brasileiros.

Fortalecer SERPRO, DATAPREV e Telebrás, com parcerias para produção nacional de satélites de baixa órbita e cabos submarinos, reduzindo a dependência de constelações privadas estrangeiras.

Consagrar legalmente o PIX como infraestrutura crítica, blindada de pressão externa e expandida a pagamentos internacionais e ao Sul Global.

Inteligência artificial, software e desenvolvimento tecnológico nacional

Tratar IA e infraestrutura computacional soberana como capacidade científica e industrial a construir, para além da dimensão regulatória, investindo em instituições públicas de P&D e na indústria de hardware e software de alto desempenho, uma vez que a infraestrutura computacional soberana, com supercomputadores nacionais, é condição para o Brasil participar da fronteira da produção de IA.

Ampliar recursos e ações do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), priorizando a adoção pelos setores público e privado de modelos de IA generativa em português desenvolvidos e treinados no Brasil, e incluindo ações de IA preditiva para apoiar a transformação digital de MPMEs.

Orientar o desenvolvimento de IA no Brasil pelas necessidades do povo brasileiro e a soberania nacional, enfrentando desigualdades econômicas e sociais e assegurando participação popular, com atenção a que modelos respeitem direitos, evitando reprodução de desigualdades de gênero e raça.

Investir na formação e nos arranjos produtivos de mulheres e da população negra e povos tradicionais como sujeitos desse desenvolvimento da IA.

Retomar políticas de fomento ao software livre e ao software público, articulando políticas de estímulo ao uso com financiamento de equipes permanentes, projetos cooperativos, participação em comunidades internacionais de código aberto e desenvolvimento de componentes críticos nos quais o País deseje reduzir dependências externas.

4.3.4. Regulação, economia de dados, direitos e segurança digital

Enviar ao Congresso projeto de lei instituindo a Política Nacional de Economia de Dados, garantindo que o valor gerado pelos dados de cidadãos e empresas brasileiras seja processado e transformado em produtos e serviços que gerem divisas no país.

Atualizar o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para ordenar relações assimétricas on-line, integrando Senacon, Procons, ANPD, Cade e Anatel.

Enviar ao Congresso projeto de lei de serviços digitais, responsabilizando plataformas por danos sistêmicos, com transparência algorítmica, interoperabilidade e proteção da integridade da informação.

Criar governança dedicada ao combate a golpes e fraudes digitais via Sistema Nacional de Segurança Digital, articulando Banco Central, Polícia Federal, MPO, GSI, Anatel, Receita Federal e plataformas em fluxos de prevenção, rastreamento

e responsabilização, com metas públicas de redução de perdas e de devolução de valores às vítimas.

Reforçar a prevenção, a inteligência, a investigação e a repressão qualificada aos crimes cibernéticos e financeiros, assegurando a proteção dos direitos no ambiente digital, com prioridade para as fraudes bancárias eletrônicas, os crimes de alta tecnologia, a exploração sexual de crianças e adolescentes, a violência contra mulheres e pessoas LGBTQIAP+, o racismo e os crimes de ódio e os delitos praticados contra o Estado brasileiro ou de caráter transnacional.

Ampliar o Programa Celular Seguro e a Base Nacional de Celulares com Restrição, integrando-os ao enfrentamento das redes de receptação de aparelhos e das fraudes associadas, e estender a cooperação internacional para a investigação de crimes cibernéticos que atravessam fronteiras e jurisdições.

Desenvolver capacidade nacional em segurança cibernética como frente explícita de política industrial e tecnológica, com formação de especialistas, fomento a empresas brasileiras do setor e certificação de produtos, reduzindo a dependência de soluções estrangeiras na proteção de infraestruturas críticas e de bases de dados governamentais.

4.3.5. Inclusão Digital e cidadania digital

Associar a universalização da conectividade à efetiva inclusão e cidadania digital, garantindo que o acesso à infraestrutura seja acompanhado

do desenvolvimento das capacidades necessárias para utilização crítica, segura e produtiva das tecnologias digitais.

Alcançar conectividade significativa em todos os municípios até 2030.

Implementar política de Letramento Digital, aumentando a proporção de usuários com habilidades acima do básico em TICs.

Incorporar educação em dados e IA desde a educação básica.

Oferecer serviços públicos proativos e personalizados, respeitando privacidade e segurança da informação (Governo Agêntico), com expansão de credenciais verificáveis e identidade digital pública soberana, e maior interoperabilidade com estados e municípios.

Governança internacional e inserção estratégica

Liderar a construção de uma governança internacional das tecnologias digitais e da inteligência artificial fundada na soberania digital, com proteção de dados, cooperação científica, transferência de tecnologias estratégicas e regulamentação democrática das plataformas e dos sistemas de IA, com atuação coordenada nas Nações Unidas, no G20, nos BRICS e nos foros técnicos de padronização, onde se decidem hoje regras que condicionarão por décadas o espaço de política industrial dos países em desenvolvimento.

Defender, na reforma da Organização Mundial do Comércio e nos demais foros comerciais, regras sobre comércio digital, fluxos transfronteiriços de dados e tributação da economia digital que preservem a capacidade dos países em desenvolvimento de exigir processamento local, transferência de tecnologia e acesso a informações sobre sistemas algorítmicos, rejeitando compromissos que congelem a atual divisão internacional do trabalho tecnológico.

Articular BRICS, CELAC, Mercosul e CPLP para compartilhamento de infraestrutura digital, pagamentos regionais, interconexão de redes e transferência de tecnologia, consolidando uma diplomacia digital Sul-Sul que combine capacidade material instalada e construção conjunta de posições nos foros multilaterais.

Ampliar a cooperação científica e tecnológica internacional em semicondutores, inteligência artificial, computação de alto desempenho e tecnologias quânticas, sempre condicionada à geração de capacidade instalada no Brasil, com formação de pesquisadores, co-desenvolvimento e propriedade compartilhada dos resultados.

4.3.6. Semicondutores e tecnologias digitais estratégicas

Promover avanços na Lei de Informática e na Lei do PADIS com vistas a intensificar o investimento de semicondutores no Brasil.

Ampliar recursos humanos e financeiros para consolidar a CEITEC — única fábrica de chips em front end da América do Sul — como porta de entrada do Brasil na cadeia global de semicondutores. Investir na produção soberana de materiais purificados (como lâminas de silício) e em Carbeto de Silício (SiC), que garante mais de 95% de eficiência na conversão de energia em condições que o silício tradicional não suporta, com forte relevância para a transição energética.

Reconstruir o Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (SINAPAD) em todas as suas dimensões (encomendas, desenvolvimento de hardware, softwares e fornecedores nacionais, formação de recursos humanos, financiamiento plurianual), sustentando a oferta soberana de computação de alto desempenho sob demanda a universidades, institutos de pesquisa e demais instituições públicas e privadas.

Criar novos Centros Nacionais de Processamento de Alto Desempenho (CENAPADs), integrando grupos de pesquisa e projetos de (co) desenvolvimento da Pilha de HPC e IA e projetos de formação em engenharia computacional, IA, ciência de dados e computação de alto desempenho pelo país.

Estruturar a Aliança Nacional Estratégica em HPC e IA, a partir do LNCC, RNP, Petrobrás e Serpro, para articular e monitorar uma rede de instituições e projetos de PD&I orientados para o desenvolvimento de componentes críticos da Pilha de HPC e IA Brasileira, em articulação com o Sinapad e com as ações associadas à nuvem soberana.

4.3.7. Tecnologias quânticas

Priorizar as tecnologias quânticas (computação, comunicação e sensores quânticos) como fronteira estratégica do século XXI, com implicações para criptografia, defesa, saúde, exploração de recursos naturais e infraestrutura crítica. O Brasil já possui comunidade científica qualificada e infraestrutura laboratorial nascente. Incluir as tecnologias quânticas como prioridade explícita do SNCTI, com financiamento estável, formação de recursos humanos, desenvolvimento de indústria e serviços locais e articulação internacional, aproveitando a janela de oportunidade antes da consolidação de padrões dominados por outros países.

Consolidar um Programa Nacional de Tecnologias Quânticas, com financiamento plurianual, governança integrada entre MCTI, MDIC e Ministério da Defesa e prioridade para a construção de autonomia tecnológica.

Priorizar a soberania criptográfica, com migração das infraestruturas críticas do Estado para criptografia pós-quântica e expansão das redes nacionais de comunicação quântica.

Avançar no desenvolvimento de software, algoritmos e aplicações quânticas para problemas de interesse nacional, particularmente simulação molecular e desenvolvimento de fármacos, otimização logística, energia, agroindústria, defesa e sensoriamento de alta precisão.

Formar e reter recursos humanos especializados, ampliar bolsas e pós-graduação, estimular a repatriação de pesquisadores e fortalecer a cooperação entre universidades, institutos de pesquisa e empresas. O financiamento deve combinar FNDCT, Finep, MEC, CAPES, Embrapii, bancos e instrumentos públicos de inovação, FAPs estaduais, recursos de defesa e cooperação internacional condicionada à geração de capacidade tecnológica no país juntamente com investimentos privados de incentivo à atividade.

4.4 - Segurança alimentar, agricultura e agroindústria

Foto: Ricardo Stuckert

O Brasil precisa fortalecer sua soberania alimentar e tecnológica no campo, garantindo que a produção de alimentos, a inovação agropecuária e o acesso a insumos estratégicos estejam alinhados às necessidades do povo brasileiro. Em um cenário global marcado por instabilidade geopolítica, crises de suprimento e dependência externa em áreas sensíveis como fertilizantes, é essencial que o país desenvolva capacidades próprias, valorize a agricultura familiar, amplie a produção sustentável e integre ciência, tecnologia e políticas públicas para proteger sua au-

tonomia. O desenvolvimento rural deve combinar inclusão social, sucessão rural, inovação, sustentabilidade ambiental e fortalecimento das instituições públicas — com a Embrapa, universidades, movimentos populares do campo e a Petrobras desempenhando papéis estratégicos.

(a) Diretrizes:

Reforçar a atuação da Petrobras na produção de fertilizantes nitrogenados e biofertilizantes, acelerando a redução da dependência externa, conforme o Plano Nacional de Fertilizantes — relevância reforçada pelas crises de suprimento decorrentes das guerras na Europa e no Oriente Médio.

Fomentar tecnologias específicas para a agricultura familiar, com investimento em mecanização, tecnificação e digitalização, tendo os movimentos populares do campo como sujeitos do desenvolvimento científico e tecnológico (Tecnologia Social) — estratégia para a soberania alimentar.

Fortalecer a agropecuária sustentável e a produção de alimentos para o mercado interno, com crédito, assistência técnica e compras públicas (PAA, PNAE), combinadas com política industrial de bioinsumos para reduzir a dependência de fertilizantes importados, tendo a Embrapa como ativo estratégico.

Promover a elevação da escolaridade e qualificação profissional no campo, a difusão da agricultura digital e a sustentabilidade ambiental, incluindo estudos sobre os efeitos da inteligência artificial na produção agropecuária e nos postos permanentes e safristas.

Promover ações que reconheçam o protagonismo das mulheres rurais e dos povos e comunidades tradicionais na produção de alimentos saudáveis e na preservação da natureza e cuidados com o clima.

Promover políticas de valorização para a permanência dos e das jovens no campo, garantindo a produção de alimentos saudáveis, bem como, na sua formação e inclusão produtiva para o desenvolvimento local, ofertas de serviços e políticas sociais para os territórios rurais.

Expandir o mapeamento geológico brasileiro visando aumentar a produção de fertilizantes fosfatados e potássicos no Brasil para diminuição da dependência externa;

Investir em pesquisa e desenvolvimento de bioinsumos para aumentar a eficiência dos fertilizantes e diminuir a demanda por fertilizantes químicos

4.5 - Complexo Econômico-Industrial da Saúde

O Brasil precisa fortalecer seu Complexo Econômico Industrial da Saúde para garantir que o SUS tenha autonomia, previsibilidade e capacidade de responder às necessidades da população com inovação, produção nacional e segurança regulatória. Para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar acesso à saúde, é necessário fortalecer o CEIS com base na soberania sanitária, ampliando a fabricação de medicamentos, vacinas e equipamentos e reduzindo a dependência externa de insumos — meta da NIB de produzir 70% das necessidades nacionais até 2033. Isso exige consolidar instrumentos que ampliem o protagonismo das empresas brasileiras, acelerem o desenvolvimento de tecnologias estratégicas e assegurem que o Estado tenha meios eficazes para induzir aprendizado produtivo

(a) Diretrizes:

Consolidar por lei ordinária o marco legal do Programa de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), ampliando o protagonismo de fornecedores privados nacionais, com manutenção de ativos tecnológicos no país em caso de venda ao exterior.

Utilizar Encomendas Tecnológicas (ETECs), acordos de compensação comercial (offsets), margens de preferência, conteúdo local e outros instrumentos de compras públicas para desenvolver produção e tecnologia nacionais.

Usar estrategicamente a política de comércio exterior para dar prazo de aprendizado científico-industrial às empresas nacionais e reduzir a dependência externa de medicamentos, insumos, radioisótopos e tecnologias críticas.

Assegurar a conclusão e a operação do Reator Multipropósito Brasileiro, com recomposição de pessoal técnico qualificado e modelo estatal economicamente sustentável, ampliando a produção nacional de radioisótopos e o acesso do SUS à medicina nuclear.

Fortalecer a atuação da Anvisa na agilização de desenvolvimento, ensaios e registro de produtos inovadores e desenvolver plataformas nacionais de dados de saúde com proteção da privacidade e propriedade pública dos dados.

4.6 - Bioeconomia, Amazônia e demais biomas

Foto: Neil Palmer

O Brasil precisa transformar a Amazônia e os demais biomas em centros de produção de conhecimento, inovação e desenvolvimento sustentável, fortalecendo a presença do Estado, das instituições científicas e das comunidades locais na construção de um futuro que una proteção ambiental, inclusão social e dinamismo econômico. Em um contexto de emergência climática e de crescente valorização internacional dos ativos socioambientais, o país deve consolidar uma base científica robusta na região, capaz de gerar tecnologias, formar talentos, apoiar cadeias produtivas sustentáveis e orientar políticas públicas de longo prazo. A Amazônia — assim como o Semiárido e outros biomas — não é apenas território a preservar, mas espaço estratégico para inovação, produção industrial baseada na sociobiodiversidade e liderança global em sustentabilidade. O objetivo central é enfrentar desafios ambientais como a desertificação e transformar seus biomas em motores de desenvolvimento soberano, científico e socialmente justo.

(a) Diretrizes:

Estruturar a base científica dos estados e territórios amazônicos a partir de instituições de pesquisa dedicadas à região, integrando universidades, institutos, centros locais, empresas e sociedade na produção de conhecimento das redes pan-amazônicas e na produção industrial baseada em ativos da floresta.

Fortalecer a pesquisa climática na Amazônia, absorvendo o legado da COP30 como marco de desenvolvimento sustentável.

Criar o Fundo Amazônico de Inovação Territorial.

Dedicar atenção científica e tecnológica também a outros biomas — como o Semiárido, que enfrenta grave desertificação — para reduzir impactos ambientais e transformar a região em território produtivo.

Criar e expandir programas de valorização das comunidades nos territórios, garantindo condições de vida, produção e renda sustentável, com prioridade para as mulheres e jovens, que permita que futuras gerações sigam salvaguardando a Amazônia e outros biomas.

4.7 - Trabalho e emprego

A partir de 2023, o governo Lula iniciou a reconstrução das políticas públicas de trabalho e emprego após um período de desestruturação institucional, marcado pelo enfraquecimento da proteção trabalhista, da fiscalização, da qualificação profissional e do diálogo social. A recomposição dessas políticas foi acompanhada por resultados expressivos, como a redução do desemprego aos menores níveis desde 2014, a criação de cerca de cinco milhões de empregos formais entre 2023 e 2026, o crescimento da renda do trabalho, o recorde da massa salarial e a menor desigualdade de renda da série histórica.

Apesar dos avanços recentes, o mercado de trabalho brasileiro continua marcado por desafios estruturais decorrentes de décadas de desregulamentação, precarização e aprofundamento das desigualdades. A

elevada informalidade, a intensa rotatividade, a concentração de trabalhadores em ocupações de baixa remuneração e reduzida proteção social, bem como as persistentes desigualdades de raça, gênero, território e escolaridade, ainda limitam a universalização do trabalho decente. Notadamente, os e as jovens são os mais precarizados. Dados da PNADC referentes ao primeiro trimestre de 2026 mostram que 26,0% da população ocupada com 14 anos ou mais trabalhava por conta própria, o equivalente a cerca de um quarto dos ocupados. Os empregadores representavam 4,1% da ocupação, enquanto os empregados sem carteira assinada correspondiam a 20,6%, evidenciando a expressiva presença da informalidade. Já os trabalhadores com vínculo formal — empregados com carteira assinada e servidores públicos — representavam 48,9% da população ocupada. Considerando o conjunto dos empregados, formais e informais, essa categoria reunia 69,5% da população ocupada, o que corresponde a mais de 70 milhões de trabalhadores e trabalhadoras

A emergência climática, as transformações tecnológicas e a reconstrução da capacidade produtiva nacional exigem que o Brasil articule desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e justiça social. A transição para uma economia de baixo carbono deve ser uma oportunidade para gerar empregos de qualidade, fortalecer a indústria, estimular a inovação e reduzir desigualdades, sem transferir seus custos aos trabalhadores e trabalhadoras. Para isso, são indispensáveis planejamento público, proteção aos trabalhadores afetados e uma estratégia integrada que combine transição ecológica, desenvolvimento produtivo, acessibilidade, qualificação profissional e valorização do trabalho.

Construir uma Política Nacional de Transição Justa para Trabalhadores e Trabalhadoras, articulando desenvolvimento sustentável, justiça social e valorização do trabalho, com participação social e sindical. Essa política deve implementar um Plano Nacional de Empregos Verdes e Transição Justa, capaz de gerar trabalho decente e apoiar a adaptação às mudanças climáticas por meio de investimentos em energias renováveis, saneamento, economia circular, recuperação de áreas degradadas, reflorestamento, agricultura sustentável, mobilidade de baixo carbono e outras iniciativas adequadas aos diferentes biomas brasileiros. A estratégia deve assegurar proteção social, igualdade de gênero, qualificação e requalificação voltadas à nova economia, proteção contra estresse térmico, protocolos de atendimento a trabalhadores afetados por eventos climáticos extremos, equipes públicas permanentes de prevenção e resposta a desastres e proteção de renda durante as transformações tec-

nológicas, ambientais e climáticas.

Apesar da baixa taxa de desemprego, a elevada rotatividade continua sendo uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro, utilizada para reduzir custos e pressionar salários. Esse processo aumenta a insegurança, enfraquece a negociação coletiva e reduz a produtividade. Por isso, é fundamental adotar mecanismos de proteção contra a dispensa imotivada e de desestímulo à rotatividade, promovendo relações de trabalho mais estáveis, produtivas e socialmente justas.

Retomar a ratificação da Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), fortalecendo a proteção contra a demissão involuntária e aproximando o Brasil dos padrões internacionais de trabalho decente. Regulamentar o § 4º do artigo 239 da Constituição Federal, instituindo mecanismos que onerem empresas e setores econômicos com elevados índices de rotatividade laboral, desestimulando a substituição frequente da força de trabalho e reduzindo os impactos sobre o sistema de proteção social e o seguro-desemprego.

Fortalecer o FAT, o FGTS e outros fundos públicos de investimento, garantindo a utilização de seus recursos para suas finalidades constitucionais e ampliando sua capacidade de financiar políticas de desenvolvimento, geração de trabalho e inclusão produtiva. A proposta prevê articular os instrumentos de fomento existentes para apoiar a qualificação profissional, a intermediação de mão de obra, o crédito produtivo, o cooperativismo, a habitação, a infraestrutura social e econômica, a inovação produtiva e a transição ecológica. Os investimentos devem estar vinculados à geração de empregos de qualidade, à formalização do trabalho, ao aumento da produtividade e à redução das desigualdades regionais.

Reconhecer o potencial dos setores de cultura, esporte e lazer como vetores de desenvolvimento econômico, inclusão social e geração de trabalho e renda, ampliando investimentos públicos e fortalecendo suas cadeias produtivas para estimular empregos formais e valorizar ocupações frequentemente marcadas pela informalidade.

4.7.1. Jornada de trabalho, produtividade e qualidade do emprego

O Brasil precisa construir um novo modelo de desenvolvimento que substitua a lógica da competitividade baseada em baixos salários por um projeto nacional apoiado na inovação, na qualificação profissional, na infraestrutura, na digitalização e no crédito produtivo. Em um país que busca elevar produtividade, gerar empregos de qualidade e ampliar o tempo livre como dimensão de bem-estar, a valorização do

trabalho e a redução progressiva da jornada devem ser tratadas como políticas estruturantes, articuladas a cultura, educação, esporte, cuidados, economia solidária e fortalecimento das comunidades. Produtividade e dignidade caminham juntas: é necessário vincular crédito público, incentivos fiscais e compras governamentais à geração de empregos de qualidade, à inovação tecnológica e à formação profissional; manter uma política permanente de valorização do salário-mínimo com reposição inflacionária e ganhos reais; e instituir um programa de redução progressiva da jornada que compartilhe os ganhos de produtividade com os trabalhadores, definido por indicadores e metas construídos em instância tripartite. O objetivo central é reorganizar o desenvolvimento brasileiro para que crescimento econômico, qualidade do trabalho e ampliação do tempo livre sejam partes inseparáveis de um mesmo projeto nacional.

(a) Diretrizes

A redução da jornada de trabalho deve integrar esse projeto, compartilhando os ganhos de produtividade e ampliando o tempo livre, em articulação com políticas de cultura, educação, esporte, cuidados, economia solidária e fortalecimento das comunidades.

É fundamental a criação de uma política de produtividade associada à valorização do trabalho, vinculando crédito público, incentivos fiscais e compras governamentais à geração de empregos de qualidade, acessível, à inovação tecnológica e à qualificação profissional, com prioridade para a população trabalhadora jovem

Nesse mesmo sentido, deve ser mantida e aperfeiçoada uma política permanente de valorização do salário-mínimo que assegure a reposição da inflação e ganhos reais. Esta política deverá ser construída com previsibilidade e estabilidade, preservando o salário-mínimo como instrumento estratégico de distribuição de renda, combate à pobreza e promoção do desenvolvimento econômico e social.

É preciso também instituir um programa de redução progressiva da jornada de trabalho, estabelecendo a diminuição de uma hora na jornada semanal sempre que a produtividade total dos fatores atingir determinado percentual de crescimento acumulado. A definição dos indicadores, metas e percentuais de referência ficará sob responsabilidade de uma instância tripartite, assegurando que os ganhos de produtividade sejam compartilhados por meio da melhoria das condições de trabalho e da ampliação do tempo livre.

4.7.2. Trabalho por plataformas, digitalização e proteção dos trabalhadores

O mercado de trabalho vem sendo profundamente transformado pela digitalização, pela expansão das plataformas e pelo avanço acelerado da inteligência artificial. A digitalização amplia produtividade e oportunidades, mas também intensifica a substituição de postos, precarização, informalidade e vigilância — dinâmica expressa na expansão das plataformas digitais (cerca de 2 milhões de trabalhadores) e no avanço da IA e do gerenciamento algorítmico. Esse cenário exige ação pública coordenada, capaz de garantir direitos, transparência, proteção social e condições de trabalho seguras em um ambiente cada vez mais mediado por sistemas automatizados.

A expansão do trabalho intensivo em conhecimento, inclusive em startups, deep techs e outras empresas inovadoras, deve integrar a estratégia nacional de desenvolvimento. O país precisa criar condições para que conhecimento científico e tecnológico se converta em produção, emprego qualificado e renda, acompanhando as novas formas de trabalho geradas pela digitalização.

O desenvolvimento tecnológico deve ser guiado pelo princípio da centralidade humana, com regulação robusta, fiscalização eficaz, liberdade sindical, negociação coletiva e inclusão previdenciária. Isso implica consolidar um sistema de proteção para trabalhadores de plataformas, fortalecer o SINE como porta de entrada para direitos, criar governança nacional para a IA, assegurar transparência algorítmica e articular instituições como MTE, MPT, Justiça do Trabalho e ANPD para enfrentar abusos e garantir que a inovação não seja sinônimo de precarização. Tecnologia e trabalho precisam caminhar juntos — com dignidade, segurança, direitos e oportunidades reais para todos

(a) Diretrizes

Consolidar sistema de proteção aos trabalhadores da economia de plataformas, com ratificação das Convenções nº 193 e nº 191 da OIT e adequação da legislação nacional: correto enquadramento das empresas, isonomia de direitos, inclusão previdenciária, acessibilidade, transparência de dados e sistemas algorítmicos, direito à explicação e revisão humana de decisões automatizadas, liberdade sindical, negociação coletiva, condições seguras e remuneração nunca inferior ao salário-mínimo.

Fortalecer o SINE com registro das atividades de trabalhadores de plataformas (inclusive pessoas com deficiência), garantindo portabilidade de dados e acesso à proteção social.

Adotar o princípio da centralidade humana no desenvolvimento e uso da IA — aprovação do PL 2.338/2023, criação do Sistema Nacional de Governança da IA, garantia de informa-

ção, proteção de dados e consulta a organizações sindicais, políticas de requalificação para categorias afetadas e incentivo a startups nacionais de IA.

Fortalecer a articulação entre MTE, MPT, Justiça do Trabalho e ANPD para regramento robusto e fiscalização eficaz.

Garantir igualdade de condições, direitos e proteção entre o trabalho por plataformas digitais e o presencial, ampliando políticas de qualificação e requalificação que preparem trabalhadoras e trabalhadores para as transformações tecnológicas, considerando peculiaridades de grupos sociais, setores e regiões, a extinção de postos e a intermediação para recolocação produtiva.

No campo da qualificação profissional, propõe-se a instituição de um Sistema Nacional de Qualificação Profissional, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, integrando os entes federativos, Sistema S, Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia e setor produtivo. Voltado à formação permanente em tecnologias, inteligência artificial, economia verde, infraestrutura, economia do cuidado e novas demandas produtivas.

4.7.3. Sistema público de emprego, qualificação profissional e SINE

O Brasil necessita superar a fragmentação das políticas voltadas ao emprego, trabalho, ao empreendedorismo popular, à economia solidária, à qualificação profissional e à assistência social. Milhões transitam continuamente entre desemprego, informalidade, trabalho autônomo, microempreendedorismo, plataformas digitais e inatividade, sem que exista uma estratégia articulada de apoio às suas trajetórias ocupacionais.

Criar o Sistema Público de Emprego, Trabalho, Renda e Inclusão Produtiva (SPETR) articulando qualificação profissional, certificação de competências, intermediação de mão de obra, empreendedorismo, economia solidária, microcrédito produtivo orientado e proteção social, garantindo acompanhamento das trajetórias laborais ao longo da vida.

Também é imprescindível a criação, na rede SINE, de uma Plataforma Pública Nacional de Empregabilidade, utilizando inteligência artificial para integrar vagas, cursos, certificações e serviços de orientação profissional.

(a) Diretrizes

articular qualificação profissional, certificação de competências, intermediação de mão de obra, empreendedorismo, economia solidária, microcrédito produtivo orientado e proteção social, com acompanhamento das trajetórias laborais ao longo da vida.

Garantir igualdade de condições, direitos e proteção entre o trabalho por plataformas e o presencial, ampliando qualificação e requalificação diante das transformações tecnológicas, considerando peculiaridades de grupos sociais, setores e regiões.

Instituir o Sistema Nacional de Qualificação Profissional, coordenado pelo MTE, integrando entes federativos, Sistema S, MEC, MCTI e setor produtivo, voltado à formação permanente em tecnologias, IA, economia verde, infraestrutura, economia do cuidado e novas demandas produtivas.

Criar, na Rede SINE, a Plataforma Pública Nacional de Empregabilidade, com IA para integrar vagas, cursos, certificações e orientação profissional.

Construir o Sistema Nacional de Proteção da Renda, integrando seguro-desemprego, Previdência Social, BPC, Bolsa Família, abono salarial, garantia-safra, benefícios emergenciais e mecanismos de proteção para autônomos e trabalhadores de plataformas.

4.7.4. Proteção social, Previdência e proteção da renda

O Brasil dispõe de um sistema de proteção social relativamente abrangente em comparação com outros países da América Latina, mas ainda apresenta importantes lacunas na cobertura previdenciária e na proteção ao trabalho. Em um mercado de trabalho marcado por elevados níveis de informalidade, rotatividade e vínculos precários, assegurar direitos e proteção social a todas as pessoas que trabalham, independentemente da forma de contratação ou da natureza da atividade exercida, constitui um desafio central e uma condição para efetivar o princípio constitucional de proteção ao trabalho e a universalização dos direitos sociais.

A fragmentação das trajetórias ocupacionais mantém o acesso aos direitos previdenciários fortemente condicionado à inserção formal. É expressiva a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras que não conseguem acumular tempo suficiente de contribuição para garantir proteção na velhice, em situações de incapacidade ou diante de outros riscos sociais. Essa realidade atinge de forma mais intensa mulheres, pessoas negras, trabalhadores rurais, trabalhadores por conta própria e aqueles inseridos em ocupações de baixa remuneração e elevada vulnerabilidade, evidenciando a necessidade de ampliar a cobertura e adaptar o sistema de proteção às novas dinâmicas do mundo do trabalho.

As transformações recentes no mercado de trabalho agravaram o desafio da proteção social. A expan-

são do trabalho por plataformas, do trabalho autônomo e das formas flexíveis de contratação ampliou o contingente de trabalhadores sem cobertura previdenciária: no 1º trimestre de 2026, 33,4% dos ocupados não contribuíam para a Previdência, percentual que alcançava 69% entre os informais e 64,1% entre os trabalhadores por conta própria (PNADC). Diante do envelhecimento da população, é necessário fortalecer a formalização dos 21 milhões de trabalhadores sem carteira e dos 16,8 milhões de trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social, ampliar a inclusão previdenciária e criar mecanismos de financiamento e cobertura que assegurem proteção social a todos, independentemente da forma de inserção no mercado de trabalho.

Concebido como direito humano fundamental, o sistema combinará mecanismos contributivos e não contributivos, orientados pelos princípios da universalidade, integralidade, solidariedade, suficiência das prestações, igualdade e não discriminação.

As políticas de trabalho, emprego e renda devem considerar as especificidades das diferentes formas de ocupação, enfrentando a precariedade estrutural do mercado brasileiro. Sua abrangência integrará políticas de saúde, assistência social, educação, cuidados, habitação e segurança alimentar, protegendo contra os principais riscos sociais e adaptando-se às transformações demográficas, tecnológicas, ambientais e às novas formas de trabalho, garantindo cobertura também à informais, autônomos, rurais e de plataformas. Sua consolidação requer financiamento público sustentável, fortalecimento institucional e ampla participação social, promovendo autonomia, redução das desigualdades de gênero, raça e território.

(a) Diretrizes

Recompor as bases de financiamento da previdência social e criar novas fontes para o custeio, sobretudo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), incorporando receitas de atividades econômicas extrativistas (de recursos naturais [minérios, minerais críticos, petróleo e gás, energia, água] e de recursos sociais [dados, Big Techs]) e financeiras.

Retomar o debate sobre revisão da reforma da previdência de 2019, na perspectiva de restaurar a dignidade das pessoas que contribuem, com a plena dimensão do desenho intergeracional e inclusivo da Seguridade Social, somado à necessária regulamentação dos direitos previdenciários que a reforma remeteu para a legislação posterior.

Reduzir a carência para primeiro acesso ao seguro-desemprego de jovens (hoje 12 dos 18 meses ante-

riores) e repensar critérios de acesso para trabalhadores rurais safristas.

Construir um Sistema Nacional de Proteção da Renda que articule benefícios contributivos e não contributivos de modo a garantir que nenhum cidadão ou família fique sem rendimento para necessidades básicas em situações de emergência climática ou de perda de trabalho, variação abrupta de preço de bens e serviços essenciais, independentemente do tipo de atividade exercida.

Aperfeiçoar a legislação para assegurar reconhecimento do vínculo empregatício doméstico independentemente do número de dias trabalhados, adotando os elementos jurídicos da relação de emprego e garantindo universalização dos direitos trabalhistas e previdenciários do setor

4.7.5. Instituições do trabalho, fiscalização e negociação coletiva

Fortalecer o sistema público de proteção social e inclusão produtiva é condição indispensável para assegurar a efetividade dos direitos sociais e construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Esse sistema compreende não apenas os direitos trabalhistas previstos na Constituição, na legislação infraconstitucional e nas normas internacionais, mas também as instituições responsáveis por sua garantia, fiscalização e ampliação, como a Justiça do Trabalho, os sistemas de inspeção e fiscalização, o Ministério Público do Trabalho e as organizações sindicais. Sua consolidação exige o fortalecimento institucional e orçamentário desses órgãos, o reconhecimento do papel estratégico da negociação coletiva e da representação sindical, bem como a integração digital entre as instituições para compartilhar informações, coordenar ações fiscalizatórias e ampliar a transparência sobre violações de direitos e demandas judiciais, tornando a proteção ao trabalho mais efetiva e acessível.

Fortalecer institucionalmente o Ministério do Trabalho e Emprego, conferindo-lhe função estratégica transversal de centro de elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas sobre o trabalho. Criar painel permanente para monitorar os tipos de ocupações geradas pelas políticas de saúde, educação, infraestrutura, habitação, transição ecológica, ciência e tecnologia, cultura, assistência social, agricultura, indústria e serviços, permitindo avaliar que tipo de trabalho o Estado brasileiro está estimulando.

Dar especial atenção à atração de investimentos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, especialmente associados a grandes empreendimentos. Nesses casos, o Ministério deve coordenar, em articulação com empresas, organizações sindicais, Ministério Público do Trabalho e demais órgãos públicos, programa de

acompanhamento que assegure, desde o recrutamento, qualificação e contratação até a implantação e operação, o pleno respeito aos direitos trabalhistas, normas de saúde e segurança e condições de trabalho decente para trabalhadores brasileiros e estrangeiros.

As entidades sindicais são pilares da democracia, pois representam coletivamente os trabalhadores, equilibram as relações de poder com empresas e Estado, defendem direitos, combatem a precarização e ampliam a participação política e social. No Brasil, tiveram papel decisivo no processo de redemocratização e seguem sendo fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Apesar disso, assim como outras organizações do campo democrático, vêm sofrendo ataques à sua legitimidade, autonomia financeira e capacidade de organização, comprometendo sua atuação na defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Promover um processo de reestruturação sindical que democratize o sistema de relações de trabalho no setor público e no setor privado, urbano e rural, fundada na autonomia sindical, visando incentivar as negociações coletivas, promover solução ágil dos conflitos, garantir os direitos trabalhistas, assegurar o direito à greve e coibir as práticas antissindicais, para fortalecer as entidades sindicais, ampliar a representatividade e a organização em todos os níveis, estimulando a cooperação sindical entre os trabalhadores e o respeito às assembleias, inclusive com o financiamento solidário e democrático da estrutura sindical, com respeito à autonomia sindical e às decisões das assembleias sobre contribuições decorrentes da negociação coletiva.

Ao contrário do discurso da extrema direita, 50,5% dos trabalhadores não sindicalizados afirmam que certamente se associariam ou poderiam se sindicalizar, percentual que chega a 51% entre os informais (CUT/FPA/Vox Populi, 2025). É fundamental ampliar a representação sindical, incorporando trabalhadores informais, de aplicativos, autônomos, MEIs, terceirizados e demais trabalhadores sem vínculo de emprego às estruturas de negociação coletiva, fortalecendo sua proteção, participação democrática e capacidade de defesa de direitos.

Ainda quanto às organizações sindicais, garantir aos sindicatos a fiscalização dos ambientes de trabalho; assegurar estabilidade a todos os dirigentes sindicais, inclusive do conselho fiscal; garantir a manutenção temporária da condição de associado para usufruir da assistência sindical mesmo quando o trabalhador for demitido e até que se reinsira no mercado de trabalho, inclusive co-

mo requisito de validade da ruptura contratual, fortalecer a proteção dos trabalhadores, a própria organização sindical e possibilita à classe trabalhadora receber orientação jurídica e sindical adequada.

Considerando as diretrizes da Convenção 154 da OIT, é fundamental fortalecer a negociação coletiva como instrumento de promoção do trabalho decente, da valorização dos salários, da ampliação de direitos e da redução das desigualdades. Além de melhorar as condições de trabalho, saúde, renda e qualificação profissional, a negociação coletiva pode impulsionar o desenvolvimento econômico, fortalecer o mercado interno e permitir a construção de respostas inovadoras para desafios contemporâneos, como as transformações tecnológicas, demográficas e ambientais.

Reforçar a negociação coletiva como eixo estruturante das relações de trabalho, restabelecendo a legislação trabalhista como piso mínimo inegociável de direitos e limitando a prevalência do negociado sobre o legislado; recompor a hierarquia das normas e assegurar a aplicação da norma mais favorável, inclusive das normas internacionais; fortalecer as convenções coletivas como principal instrumento de regulação, preservando a unidade das categorias; restringir a negociação individual a situações excepcionais; e restabelecer a ultratividade das cláusulas coletivas, evitando a perda automática de direitos ao término dos acordos.

Promover, através do MTE, formas articuladas de negociação coletiva com acordos setoriais, regionais e nacionais.

Resgatar a lógica fundacional da Justiça do Trabalho, com afirmação de sua competência, como Justiça Especializada que é, para solucionar os litígios decorrentes do trabalho, concretizando-se o que está assegurado no artigo 114 da Constituição da República, Justiça essa criada em 1934 justo para dizer um direito novo, profundamente social, regulamentada em 1939, instalada em 1941 e integrante do Poder Judiciário em 1946, em um processo marcado por lutas de gerações de trabalhadores e trabalhadoras.

Aprovar o projeto de lei que regulamenta a negociação coletiva no setor público, encaminhado ao Congresso Nacional, assegurando o cumprimento da Convenção nº 151 da OIT e institucionalizando mecanismos permanentes de diálogo, negociação e solução de conflitos entre o Estado e os servidores públicos, com fortalecimento da gestão democrática das relações de trabalho na administração pública.

As entidades sindicais são pilares da democracia — tiveram papel decisivo na redemocratização e seguem fundamentais para uma sociedade mais justa, apesar de ataques recentes à

sua legitimidade, autonomia financeira e capacidade de organização.

(a) Diretrizes

Promover reestruturação sindical que democratize as relações de trabalho no setor público e privado, urbano e rural, com base na autonomia sindical: incentivar negociação coletiva, solução ágil de conflitos, direito à greve, coibição de práticas antissindicais, financiamento solidário e democrático da estrutura sindical, com respeito às decisões das assembleias sobre contribuições da negociação coletiva.

Ampliar a representação sindical, incorporando trabalhadores informais, de plataformas digitais, autônomos, microempreendedores individuais (MEIs) e terceirizados às estruturas de negociação coletiva.

Garantir aos sindicatos a fiscalização dos ambientes de trabalho; estabilidade a todos os dirigentes sindicais (inclusive conselho fiscal); e manutenção temporária da condição de associado para assistência sindical após demissão, até a reinserção no mercado.

Avançar na revogação de medidas da reforma trabalhista de 2017 que ampliaram a precarização: terceirização irrestrita, autônomo exclusivo, trabalho intermitente (contrato zero hora), prevalência do negociado sobre o legislado mesmo quando lesivo, e medidas que enfraqueceram as organizações sindicais.

Fortalecer a negociação coletiva (Convenção 154 da OIT) como instrumento de trabalho decente, valorização salarial e redução de desigualdades, restabelecendo a legislação como piso mínimo inegociável, recompondo a hierarquia das normas, restringindo a negociação individual a situações excepcionais e restabelecendo a ultratividade das cláusulas coletivas.

Promover, via MTE, formas articuladas de negociação coletiva com acordos setoriais, regionais e nacionais.

Resgatar a lógica fundacional da Justiça do Trabalho, afirmando sua competência especializada (art. 114 da Constituição).

Aprovar o projeto de lei que regulamenta a negociação coletiva no setor público, assegurando o cumprimento da Convenção nº 151 da OIT e institucionalizando diálogo, negociação e solução de conflitos entre Estado e servidores públicos.

4.7.6. Saúde, segurança e direitos no trabalho

O fortalecimento do sistema público de proteção ao trabalho também exige reafirmar o compromisso permanente com a erradicação da escravização contemporânea e do trabalho infantil, em todas as suas formas e espaços de ocorrência, incluindo o meio rural, urbano e as plataformas digitais. Para isso, é

necessário fortalecer a atuação integrada entre o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério Público do Trabalho, a Justiça do Trabalho, os entes federativos e a sociedade civil organizada, assegurando recursos públicos, capacidade institucional e ações articuladas de prevenção, fiscalização, responsabilização e reparação às vítimas. O enfrentamento dessas violações deve atuar tanto sobre suas manifestações imediatas quanto sobre suas causas estruturais, reduzindo as condições que perpetuam a exploração e a negação de direitos.

Por fim, entender o direito trabalhista/previdenciário como integrante dos direitos humanos, o que implica que as empresas e suas cadeias produtivas têm que responder por violações a trabalhadores, comunidades e meio ambiente. Nesse sentido é fundamental o trabalho do governo para a aprovação do PL 572/2022 que tramita na câmara de deputados e que cria o arcabouço jurídico para coibir essas violações e punir aquelas empresas que violem os direitos humanos.

(a) Diretrizes:

Avançar na construção do Sistema Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, articulando MTE, MS e MP em quatro níveis: (1) prevenção do adoecimento físico e mental relacionado ao trabalho, com avaliação, fiscalização e penalização; (2) atenção e tratamento acessíveis, com rede ampliada e ação integrada entre serviços; (3) regulação do trabalho e proteção social, com redução da jornada, aumento da renda e cobertura previdenciária; (4) fiscalização das condições de trabalho.

Aprimorar o regime de responsabilização empresarial, com sanções mais efetivas, agravamento em casos de reincidência e restrição ao acesso a contratos públicos, crédito subsidiado e incentivos fiscais.

5. Desenvolvimento com inclusão e redução das desigualdades

O desenvolvimento econômico só se traduz em progresso social quando seus resultados alcançam toda a população, ampliam oportunidades e contribuem para reduzir as desigualdades que historicamente marcam a sociedade brasileira. Crescimento, geração de trabalho e renda, inclusão produtiva e proteção social devem caminhar de forma articulada, reconhecendo que as desigualdades de gênero, raça, geração e território, assim como as diferentes condições de inserção no mundo do trabalho, limitam o acesso aos benefícios do desenvolvimento e comprometem o próprio dinamismo econômico do país.

Construir um desenvolvimento inclusivo exige combinar políticas universais com ações capazes de enfrentar desigualdades estruturais e ampliar as oportunidades para os grupos historicamente mais vulnerabilizados. Isso significa promover igualdade de gênero e raça no mundo do trabalho, fortalecer a economia popular e solidária, apoiar trabalhadores por conta própria e pequenos negócios, ampliar as perspectivas de inserção protegida da juventude, valorizar o trabalho rural e enfrentar as profundas desigualdades regionais e territoriais que caracterizam o Brasil.

Essa estratégia pressupõe reconhecer

a diversidade das formas de trabalho e de produção existentes no país, sem naturalizar a informalidade e a precariedade. A inclusão produtiva deve estar associada ao trabalho decente, à ampliação da proteção social, ao acesso ao crédito, à qualificação profissional, à inovação e às tecnologias, bem como ao fortalecimento das capacidades produtivas dos territórios. Pequenos negócios, cooperativas, empreendimentos da economia popular e solidária e trabalhadores por conta própria precisam estar integrados às políticas de desenvolvimento, às cadeias produtivas, às compras públicas e aos instrumentos de financiamento e inovação.

Ao mesmo tempo, reduzir desigualdades requer um Estado com capacidade de coordenar políticas econômicas, produtivas, sociais e de trabalho. Para tal, um Estado que valorize o serviço público e os servidores públicos. Crédito, desenvolvimento regional, qualificação, proteção previdenciária e políticas de inclusão produtiva devem compor uma estratégia integrada, capaz de assegurar que as transformações tecnológica, digital e ecológica produzam novas oportunidades, em vez de aprofundar desigualdades existentes. O objetivo é construir um modelo de desenvolvimento que combine dinamismo econômico, sustentabilidade, trabalho decente, proteção social e distribuição mais justa da renda e das oportunidades, fortalecendo a democracia e garantindo que ninguém seja deixado para trás.

5.1 - Igualdade de gênero, raça e oportunidades no mundo do trabalho

O Brasil precisa avançar na construção de um mercado de trabalho verdadeiramente justo, inclusivo e livre de discriminações que historicamente limitam oportunidades e reproduzem desigualdades profundas. Garantir igualdade remuneratória, combater barreiras estruturais e assegurar condições dignas de trabalho para todas as pessoas — especialmente mulheres, pessoas com deficiência, migrantes, populações racializadas e grupos LGBTQIAPN+ — é parte essencial de um projeto nacional que coloca a dignidade humana no centro do desenvolvimento. O trabalho decente é um direito que cabe ao Estado induzir transformações concretas nas empresas, nas políticas públicas e nas práticas sociais, enfrentando preconceitos, ampliando proteção, fortalecendo a fiscalização e promovendo qualificação profissional articulada às necessidades reais da população. O objetivo é construir um país onde cada pessoa possa trabalhar com segurança, respeito, igualdade e re-

conhecimento, contribuindo para uma economia mais forte, mais diversa e mais democrática.

5.1.1. Diretrizes

Avançar na equivalência remuneratória entre mulheres e homens (fortalecendo a Lei nº 14.611/2023) e entre pessoas com e sem deficiência, com Planos de Ação obrigatórios em empresas com desigualdades identificadas e metas progressivas.

Reconhecer a capacidade produtiva das pessoas com deficiência, garantindo condições dignas de trabalho, equipamentos de proteção adaptados e regulamentação do trabalho com apoio, para além da cota do art. 93 da Lei federal nº 8.213/91.

Reforçar o combate à xenofobia, ao capacitismo e às discriminações racial, étnica, LGBTQIAPN+ e de classe no acesso ao trabalho decente, articulado a políticas de qualificação, SUAS e moradia, com atenção ao acolhimento de migrantes.

5.2 - Economia Popular e Solidária

Adotar a Economia Popular e Solidária como estratégia prioritária de inclusão produtiva para trabalhadores por conta própria, empreendedores populares, catadores, agricultores familiares e trabalhadores da cultura, do cuidado e da economia popular — sem substituir o emprego formal, mas ampliando geração de renda, proteção social e democratização da economia, com adesão voluntária a formas coletivas de organização econômica.

5.2.1. Diretrizes

Constituição e fortalecimento de cooperativas populares;

apoio ao desenvolvimento e ao acesso às tecnologias sociais

redes territoriais de produção e comercialização;

assistência técnica permanente;

incubação de empreendimentos solidários;

crédito produtivo orientado;

integração às compras públicas;

inserção em mercados populares e circuitos curtos de comercialização.

5.3 - Trabalho por conta própria e pequenos negócios

Em um país marcado por desigualdades profundas e por uma estrutura produtiva que ainda concentra crédito, tecnologia e mercados nas mãos de poucos, fortalecer os pequenos negócios significa fortalecer o território, dinamizar cadeias produtivas, ampliar a inovação e democratizar o acesso ao capital. Cada etapa da vida do empreendimento precisa de um tipo diferente de respaldo — da formalização ao acesso a mercados internacionais — integrando serviços, simplificando processos, ampliando garantias de crédito e orientando a inovação para missões estratégicas nacionais. O empreendedorismo deve servir ao desenvolvimento inclusivo, com políticas específicas para mulheres, jovens, negros, indígenas, quilombolas e trabalhadores da economia solidária, ao mesmo tempo em que se fortalece a cultura exportadora e se amplia o papel das cooperativas como plataformas de tecnologia, assistência técnica e competitividade.

5.3.1. Diretrizes

Integrar progressivamente os cadastros e as bases de dados públicas, tendo a plataforma gov.br como porta de referência do pequeno negócio, com serviços agregados em uma jornada única: formalização, capacitação, certificações, oportunidades de mercado e acesso a crédito, permitindo que o Estado acompanhe cada etapa da vida do empreendimento e ofereça a solução certa na hora certa.

Instituir uma governança federativa da simplificação, com União, estados e municípios, apoio técnico do Sistema S, das universidades e dos observatórios de políticas públicas, e reconhecimento dos municípios que mais facilitam a vida de quem empreende.

Atualizar os limites do Simples e do MEI, corroídos pela inflação, e criar mecanismo permanente de correção, eliminando a exclusão silenciosa de empresas que não cresceram de verdade.

Expandir fundos garantidores de crédito, dando escala ao que funciona, democratizando o acesso ao capital produtivo e alcançando quem ainda está fora do balcão.

Construir a nova etapa da política nacional de inovação voltada aos pequenos negócios, orientada por missões estratégicas nacionais, com metas, monitoramento contínuo e avaliação de resultados, mediante coordenação entre BNDES, FINEP, EMBRAPII, FNDCT, bancos públicos, fundos garantidores, universidades, instituições científicas e tecnológicas e entes federativos.

Fomentar negócios digitais em estágio inicial, com recursos não reembolsáveis para aplicativos, programas e plataformas inovadoras, enfrentando a lacuna de financiamento da economia digital e fortalecendo a soberania tecnológica nacional.

Ampliar o Brasil Mais Produtivo, com crédito barato e simplificado para a aquisição de máquinas, equipamentos e tecnologias de pequeno porte, preferencialmente produzidos no Brasil, e capacitação no uso de ferramentas de inteligência artificial.

Criar programas setoriais ao longo das cadeias de valor, começando por setores de grande capilaridade como a construção civil, com crédito produtivo orientado, certificações que abram mercados e prioridade à transformação ecológica e à reindustrialização.

Promover e reforçar a cultura exportadora nos pequenos negócios, para colher os ganhos dos acordos comerciais, em especial o acordo Mercosul e União Europeia, com capacitação, inteligência comercial, adequação a padrões internacionais, certificações e inserção em plataformas digitais, com prioridade aos arranjos produtivos locais.

Criar programas específicos para as mulheres empreendedoras, com crédito, capacitação técnica e digital, redes de mentoria, compras públicas, cadeias produtivas e apoio à exportação, com atenção especial às mulheres em situação de vulnerabilidade e às pessoas com deficiência.

Criar a política nacional de fortalecimento do empreendedorismo negro e indígena, com autodeclaração étnico-racial na abertura do CNPJ e na declaração anual das empresas, permitindo mapear, focalizar e monitorar as ações de apoio com precisão.

Apoiar o empreendedorismo, os empreendimentos solidários e as iniciativas de economia popular e solidária das comunidades quilombolas, considerando a realidade das áreas rurais e isoladas, por meio da facilitação do acesso ao crédito para equipamentos e tecnologias produtivas, do suporte técnico, logístico e comercial ao escoamento da produção e do incentivo ao cooperativismo, ao associativismo, ao turismo de base comunitária e à economia criativa, com respeito aos modos de vida, à organização coletiva e aos saberes ancestrais.

Fortalecer as cooperativas como mecanismos de inclusão econômica que garantem escala, governança e competitividade a milhares de produtores, e como plataformas de tecnologia, assistência técnica, acesso a mercados e crédito orientado para a transição produtiva.

Reconhecer os empreendimentos de economia solidária como pilares da geração de oportunidades, com formalização por regime tributário diferenciado e proteção previdenciária

5.3 - Trabalho por conta própria e pequenos negócios

Em um país marcado por desigualdades profundas e por uma estrutura produtiva que ainda concentra crédito, tecnologia e mercados nas mãos de poucos, fortalecer os pequenos negócios significa fortalecer o território, dinamizar cadeias produtivas, ampliar a inovação e democratizar o acesso ao capital. Cada etapa da vida do empreendimento precisa de um tipo diferente de respaldo — da formalização ao acesso a mercados internacionais — integrando serviços, simplificando processos, ampliando garantias de crédito e orientando a inovação para missões estratégicas nacionais. O empreendedorismo deve servir ao desenvolvimento inclusivo, com políticas específicas para mulheres, jovens, negros, indígenas, quilombolas e trabalhadores da economia solidária, ao mesmo tempo em que se fortalece a cultura exportadora e se amplia o papel das cooperativas como plataformas de tecnologia, assistência técnica e competitividade.

5.3.1. Diretrizes

Integrar progressivamente os cadastros e as bases de dados públicas, tendo a plataforma gov.br como porta de referência do pequeno negócio, com serviços agregados em uma jornada única: formalização, capacitação, certificações, oportunidades de mercado e acesso a crédito, permitindo que o Estado acompanhe cada etapa da vida do empreendimento e ofereça a solução certa na hora certa.

Instituir uma governança federativa da simplificação, com União, estados e municípios, apoio técnico do Sistema S, das universidades e dos observatórios de políticas públicas, e reconhecimento dos municípios que mais facilitam a vida de quem empreende.

Atualizar os limites do Simples e do MEI, corroídos pela inflação, e criar mecanismo permanente de correção, eliminando a exclusão silenciosa de empresas que não cresceram de verdade.

Expandir fundos garantidores de crédito, dando escala ao que funciona, democratizando o acesso ao capital produtivo e alcançando quem ainda está fora do balcão.

Construir a nova etapa da política nacional de inovação voltada aos pequenos negócios, orientada por missões estratégicas nacionais, com metas, monitoramento contínuo e avaliação de resultados, mediante coordenação entre BNDES, FINEP, EMBRAPII, FNDCT, bancos públicos, fundos garantidores, universidades, instituições científicas e tecnológicas e entes federativos.

Fomentar negócios digitais em estágio inicial, com recursos não reembolsáveis para aplicativos, programas e plataformas inovadoras, enfrentando a lacuna de financiamento da economia digital e fortalecendo a soberania tecnológica nacional.

Ampliar o Brasil Mais Produtivo, com crédito barato e simplificado para a aquisição de máquinas, equipamentos e tecnologias de pequeno porte, preferencialmente produzidos no Brasil, e capacitação no uso de ferramentas de inteligência artificial.

Criar programas setoriais ao longo das cadeias de valor, começando por setores de grande capilaridade como a construção civil, com crédito produtivo orientado, certificações que abram mercados e prioridade à transformação ecológica e à reindustrialização.

Promover e reforçar a cultura exportadora nos pequenos negócios, para colher os ganhos dos acordos comerciais, em especial o acordo Mercosul e União Europeia, com capacitação, inteligência comercial, adequação a padrões internacionais, certificações e inserção em plataformas digitais, com prioridade aos arranjos produtivos locais.

Criar programas específicos para as mulheres empreendedoras, com crédito, capacitação técnica e digital, redes de mentoria, compras públicas, cadeias produtivas e apoio à exportação, com atenção especial às mulheres em situação de vulnerabilidade e às pessoas com deficiência.

Criar a política nacional de fortalecimento do empreendedorismo negro e indígena, com autodeclaração étnico-racial na abertura do CNPJ e na declaração anual das empresas, permitindo mapear, focalizar e monitorar as ações de apoio com precisão.

Apoiar o empreendedorismo, os empreendimentos solidários e as iniciativas de economia popular e solidária das comunidades quilombolas, considerando a realidade das áreas rurais e isoladas, por meio da facilitação do acesso ao crédito para equipamentos e tecnologias produtivas, do suporte técnico, logístico e comercial ao escoamento da produção e do incentivo ao cooperativismo, ao associativismo, ao turismo de base comunitária e à economia criativa, com respeito aos modos de vida, à organização coletiva e aos saberes ancestrais.

Fortalecer as cooperativas como mecanismos de inclusão econômica que garantem escala, governança e competitividade a milhares de produtores, e como plataformas de tecnologia, assistência técnica, acesso a mercados e crédito orientado para a transição produtiva.

Reconhecer os empreendimentos de economia solidária como pilares da geração de oportunidades, com formalização por regime tributário diferenciado e proteção previdenciária

5.4 - Juventude, qualificação, permanência digna nos territórios e inserção protegida no trabalho

Ao contrário do mito da geração avessa ao emprego formal, a maioria dos jovens trabalhadores está inserida em relações assalariadas e demanda oportunidades de trabalho digno, direitos, proteção social, remuneração adequada e possibilidade de conciliar trabalho, estudo e uma vida digna. A agenda pública para a juventude deve partir da realidade concreta de sua inserção laboral, marcada por maiores níveis de desemprego, rotatividade, informalidade, baixos salários, precarização e acúmulo de jornadas de estudo, trabalho e cuidados.

5.4.1. Diretrizes:

Consolidar bandeiras já encampadas pelo governo Lula, como a regulação do trabalho por plataforma e a redução da jornada e de escala sem redução de salário, é especialmente importante para jovens que conciliam o trabalho com os estudos.

Incorporar a juventude trabalhadora como público estratégico nas políticas de saúde do trabalhador. São os jovens os mais atingidos por acidentes de trabalho e os que mais são internados por questões relativas à saúde mental, muitas vezes relacionadas ao trabalho que desenvolvem.

Fortalecer a Aprendizagem Profissional como principal política pública de inserção protegida da juventude e das pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Devemos intensificar a fiscalização do cum-

primento das cotas legais de contratação, da qualidade da formação oferecida pelas entidades qualificadoras e das condições de trabalho dos jovens aprendizes, assegurando que a aprendizagem cumpra efetivamente sua função educativa e de inclusão produtiva.

Criar o Programa de Aprendizagem na Administração Pública em parceria com estados e municípios, com atuação direcionada para as vocações produtivas dos territórios e para os desafios estratégicos do desenvolvimento nacional e priorização absoluta de seleção daqueles jovens em vulnerabilidades socioeconômica.

Criar um programa estratégico voltado aos jovens egressos do ensino superior: a oferta de vagas de emprego temporárias no serviço público aliadas à formação em nível de pós-graduação. Ao unir a vivência prática na administração pública com o acompanhamento acadêmico, queremos garantir uma primeira experiência profissional protegida, com oportunidade de atuação na área de formação dos jovens e fortalecendo as capacidades estatais nos territórios.

Fortalecimento de empregos dignos e geração de renda em territórios periféricos.

5.5 - Trabalho rural e inclusão produtiva

O trabalho no campo precisa ser digno, protegido e capaz de acompanhar as transformações tecnológicas e produtivas que já moldam a agricultura do século XXI. Por um lado, o trabalho assalariado e safrista no agronegócio é marcado por desigualdades históricas, informalidade, riscos elevados e forte presença de trabalhadores jovens , é papel do governo assegurar que a modernização agropecuária caminhe junto com a elevação da escolaridade, a qualificação profissional, a difusão da agricultura digital e o respeito aos direitos trabalhistas. Nenhum avanço produtivo pode ocorrer às custas da saúde, da segurança ou da dignidade dos trabalhadores rurais —o combate ao trabalho análogo ao escravo, com equipes fortalecidas e políticas de reinserção produtiva, é condição para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Por outro lado, a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais representam um modelo em que o trabalho pode ser menos penoso e digno. Contudo, jovens homens e mulheres sem oportunidades para permanecerem no campo seguem migrando para os núcleos urbanos, em condições precárias de inserção laboral.

5.5.1. Diretrizes

Promover elevação da escolaridade

e qualificação profissional no campo, difusão da agricultura digital, sustentabilidade ambiental e combate a irregularidades trabalhistas e informalidade nas cadeias agropecuárias, com estudos sobre os efeitos da IA na produção agropecuária e nos postos permanentes e safristas.

Garantir plenas condições de atuação das equipes de combate ao trabalho análogo ao escravo no meio rural, com financiamento das políticas de acolhimento e reinserção produtiva dos resgatados.

Promover políticas de valorização e geração de renda para jovens da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais.

Promover o desenvolvimento de tecnologias para a agricultura familiar.

5.6 - Desenvolvimento regional e redução das desigualdades territoriais

O olhar para o desenvolvimento regional no desenho de uma política industrial é distinto do olhar nacional. Se para o último o objetivo é a inserção do país nas cadeias globais de valor, para o desenvolvimento regional, o olhar deve ser específico, a partir das capacidades e possibilidades de um determinado território. Em um contexto de reindustrialização internacional, transição ecológica e disputa por mercados, o país deve ampliar o conteúdo tecnológico da produção nacional, apoiar empresas que buscam internacionalização e garantir que micro e pequenas empresas tenham acesso a instrumentos modernos de produtividade, inovação e exportação. O desenvolvimento produtivo não depende apenas de grandes indústrias, mas da articulação entre serviços intensivos em conhecimento, agroindústria, MPMEs e políticas públicas que ampliem escala, competitividade e maturidade digital.

5.6.1. Diretrizes

Fortalecer encadeamentos produtivos entre indústria, serviços intensivos em conhecimento e atividades agroindustriais, ampliando o conteúdo tecnológico da produção nacional.

Reformular o Programa Rotas de Integração Nacional como instrumento estruturante da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e braço territorial da transformação produtiva, organizando carteiras plurianuais de projetos por cadeias de valor e territórios, com governança interfederativa obrigatória, assistência técnica, inovação, infraestrutura, qualificação, crédito, compras públicas e acesso a mercados, e instituindo um Mecanismo Nacional de Cofinanciamento das Rotas, formado por dotações da União (FNDCT, FNDIT, Emendas etc) e contrapartidas dos entes participantes até 2028 e, a partir de 2029, pela aplicação pactuada de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, complementados pelos fundos constitucionais e regionais de desenvolvimento, BNDES, Finep e bancos públicos, com metas de produtividade, agregação local de valor, geração de empregos e redução das desigualdades regionais.

Apoiar a internacionalização de empresas brasileiras, combinada a instrumentos de financiamento e promoção comercial, para ampliar escala e competitividade.

Fortalecer o tratamento favorável a micro e pequenas empresas em compras públicas (preservado na revisão do Acordo Mercosul–União Europeia) e expandir programas como o Brasil Mais Produtivo, voltado a elevar produtividade e maturidade digital das MPMEs via diagnósticos, consultorias e apoio à transformação digital e à inovação, identificando as empresas mais promissoras para conquista do mercado internacional.

Construir uma Política Nacional de Transição Justa para Trabalhadores e Trabalhadoras, com participação social e sindical, e um Plano Nacional de Empregos Verdes e Transição Justa capaz de gerar trabalho decente e apoiar a adaptação às mudanças climáticas (energias renováveis, saneamento, economia circular, recuperação de áreas degradadas, reflorestamento, agricultura sustentável, mobilidade de baixo carbono), assegurando proteção social, igualdade de gênero, requalificação, proteção contra estresse térmico, protocolos para eventos climáticos extremos, equipes públicas de prevenção e resposta a desastres, e proteção de renda durante as transformações tecnológicas, ambientais e climáticas.

5.7 - Crédito e superação do endividamento das famílias

A inclusão financeira é política social e política econômica ao mesmo tempo: envolve proteger famílias de baixa renda, democratizar o acesso ao capital produtivo, fortalecer instrumentos como o Acredita, Pronampe e Procred 360, e enfrentar de forma decisiva o endividamento predatório que atinge milhões de brasileiros. Precisamos construir um ecossistema de crédito popular e produtivo que seja simples, transparente e orientado à geração de renda — permitindo que empreendedores cresçam, que famílias recuperem estabilidade e que o país avance com mais justiça econômica e mais capacidade de transformar crédito em desenvolvimento.

5.7.1. Diretrizes

Instituir uma Política Nacional de Crédito Popular e Produtivo, combinando expansão dos bancos públicos como reguladores de mercado (pressão sobre os spreads, hoje entre os maiores do planeta) com uma linha permanente e desburocratizada de renegociação de dívidas, sucessora institucionalizada de programas como o Desenrola, voltada às famílias de baixa renda cronicamente inadimplentes.

Consolidação do Acredita como política de Estado, integrando renegociação de dívidas, garantia pública, microcrédito e educação financeira, com metas públicas de inclusão financeira dos MEIs e das microempresas.

Ampliação e continuidade do Pronampe e do Procred 360, com reforço permanente dos fundos garantidores, prioridade para quem nunca tomou crédito formal e mecanismos permanentes de recompensa às empresas adimplentes, com juros menores para quem paga em dia.

Enfrentamento do endividamento predatório, com normas claras sobre o que é abusivo na oferta e na cobrança de crédito e fiscalização ativa dos aplicativos financeiros desenhados para dificultar o cancelamento e induzir a dívida, protegendo o empreendedor e sua família. Regular efetivamente as modalidades de crédito abusivas: tetos para juros do rotativo do cartão e do cheque especial, migração automática de dívidas caras para consignado de baixo custo, e ampliação do microcrédito produtivo orientado a quem deseja empreender e gerar renda.

Instituir política de orientação, conciliação e ajuste de conduta financeira familiar, com apoio multiprofissional, destinada a famílias em situação ou risco de superendividamento decorrente de dificuldades persistentes na gestão dos recursos

domésticos, com diagnóstico financeiro, plano pactuado de despesas e dívidas, divisão compartilhada de responsabilidades, educação financeira e encaminhamento para renegociação, asseguradas a proteção das despesas essenciais, a autonomia individual, a confidencialidade e a prevenção da violência patrimonial.

Implementar política integrada de prevenção e enfrentamento a fraudes e golpes financeiros, articulando instituições financeiras, plataformas digitais, empresas de telecomunicações, órgãos de defesa do consumidor e segurança pública, com compartilhamento seguro de alertas, bloqueio tempestivo de operações suspeitas, canais simplificados de contestação e reparação, responsabilização dos agentes da cadeia, fiscalização obrigatória pelo Banco Central ou por agente delegado e proteção reforçada a idosos e outros grupos vulneráveis.

Fortalecer a proteção patrimonial e social dos familiares de pessoas com padrão reiterado de endividamento prejudicial, mediante a preservação do bem de família e dos recursos essenciais à subsistência, a salvaguarda dos bens próprios e, quando houver, da meação do familiar não devedor e a exigência de seu consentimento expresso para que obrigações de elevado valor ou risco possam alcançar o patrimônio comum, assegurado núcleo mínimo de proteção independentemente do regime de bens.

5.8 - QUEREMOS UM PAÍS QUE COMBATA AINDA MAIS TODAS AS DESIGUALDADES E PROMOVA A EQUIDADE RESPEITANDO A DIVERSIDADE

O Brasil é um país que se constituiu sob violentas e profundas desigualdades. A principal e indelével é o racismo, que estruturou nossa sociedade somada as opressões de gênero e classe sociais, expressas de forma mais aguda em diferenças regionais. As disparidades de rendimentos e de riquezas se potenciam em suas dimensões raciais, de gênero, de região e tudo isso foi institucionalmente aprofundado após o golpe contra a presidenta Dilma durante os desgovernos de Temer e de Bolsonaro.

A partir de 2023 o presidente Lula assumiu a tarefa histórica de reconstruir a nossa nação. Em sua gestão, iniciou-se um ciclo de retomada das capacidades estatais no que se refere ao combate às desigualdades, promoção da equidade e o respeito

à diversidade. Buscamos reconstituir os inúmeros direitos que foram retirados do povo e reparar o desmonte que levou os brasileiros para a fila do osso e de volta ao mapa da fome no mundo.

Criamos e recriamos os Ministérios da Mulher, dos Povos Indígenas, da Igualdade Racial e da *Cultura e, com eles, retomamos todo um conjunto de arranjos institucionais voltados para formulação, implementação e gestão de políticas públicas para garantia de direitos, participação, fortalecimento e controle social.

Para reduzir efetivamente as desigualdades, precisamos de Estado de bem-estar social amplo, amparado por uma política de valorização do salário-mínimo, um sistema de inclusão produtiva, que garanta de forma universal educação, saúde e melhoria da renda das famílias brasileiras. Muitas camadas de políticas públicas são necessárias para que as populações mais vulneráveis recebam serviços públicos que garantam enfrentar as violências, a fome, a precariedade ou ausência de serviços e de oportunidades.

É preciso também enfrentar os privilégios, sobretudo os fiscais. Assim, a mudança das alíquotas do imposto de renda que permitiu a isenção de parte significativa da população brasileira, a recomposição do valor do salário-mínimo, a organização da previdência social, o novo regime de compras públicas e o aumento do teto para os MEIs, foram algumas das iniciativas determinantes para que o país voltasse a crescer com inclusão, saísse novamente do mapa da fome e conseguisse projetar um futuro promissor.

Em 2022 um dado objetivo do perfil demográfico brasileiro também impôs ao nosso Estado olhar para as políticas com mais um indicador: o perfil etário da população está mudando muito rapidamente de um triangulo, onde a população mais jovem é maioria, para um losango, onde os adultos e idosos passam a concentrar a maior parte da população. Isso evidenciou o uso do tempo de vida das pessoas, fazendo com que pautas como o fim da escala 6x1, a regulamentação dos trabalhos em sistemas de plataforma e, trabalhos relacionados aos cuidados ganhassem uma importância determinante para elaborarmos sobre o que deve ser o futuro menos desigual.

O desenvolvimento não pode ser medido apenas pelos indicadores de crescimento econômico, mas também, e fundamentalmente, pela capacidade de garantir qualidade de vida, autonomia econômica, distribuição de renda, valorização do trabalho, bem-estar da população e sustentabilidade.

É preciso garantir trabalho digno, proteger os territórios vulnerabilizados, formular e implementar me-

canismos objetivos para se alcançar um processo de crescimento econômico macrorregional que reconheça a centralidade da população negra e das mulheres na construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento inclusivo e verdadeiramente equitativo.

Olhar para o futuro significa fortalecer e ampliar sistemas e políticas de promoção, proteção e assistência, protegendo direitos, qualificando o ambiente dos trabalhadores dessas políticas e garantindo a participação e controle social delas.

5.8.1. ENFRENTAR O RACISMO E PROMOVER A EQUIDADE RACIAL

Do ponto de vista das relações raciais o governo Bolsonaro foi marcado pela desconstrução dos avanços da histórica luta dos movimentos negros e da sociedade brasileira contra o racismo, especialmente, as políticas públicas federais implementadas por Lula 1 e 2 e pelo governo Dilma, resgatadas agora em Lula 3.

Em relação as mulheres negras os dados sobre feminicídios apontam que as mulheres negras são mais de 60% das vítimas. Esse quadro evidencia que, nas instituições, ainda prevalecem o racismo e o machismo estruturais, que impactam diretamente a forma como o Estado protege as mulheres, diferenciando o acesso à proteção conforme raça, território e idade.

Esse histórico de naturalização da violência nas comunidades negras e periféricas, somado aos diversos mecanismos do racismo estrutural, dificulta o acolhimento adequado das mulheres negras e a devida atenção às suas denúncias. Essas Mulheres vítimas de violência enfrentam, com maior frequência, obstáculos para registrar ocorrências, acessar serviços de proteção e receber atendimento qualificado em comparação às mulheres brancas.

Por isso, o próximo ciclo de políticas públicas deverá enfrentar ainda mais o racismo e o sexismo, dando continuidade as políticas de reparação racial e de gênero como princípio estruturante, apontando elementos de monitoramento e avaliação de sua implementação para garantir:

A mulher negra como o foco prioritário de todas as políticas de promoção da equidade: construir, ampliar e aprofundar políticas públicas efetivas de promoção da equidade para o fortalecimento das mulheres e meninas negras nas esferas públicas e privadas.

Defesa do Estado Laico e garantia de Liberdade Religiosa: Promover a separação entre religião e Estado, garantindo a liberdade de crença e combatendo o racismo religioso.

Fortalecimento do MIR: Ampliar e fortalecer o papel do Ministério de Igualdade Racial (MIR) e os seus organismos de controle social na liderança

das políticas de combate ao racismo e promoção da equidade racial.

Garantir que as deliberações da 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (V CONAPIR) sejam implementadas através das políticas públicas pertinentes à: Estratégias de fortalecimento da pauta negra no Legislativo; Justiça climática e enfrentamento ao racismo ambiental; Efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; Aprimoramento das Políticas de educação para a população negra; Direitos culturais da população negra; Trabalho digno, renda justa e igualitária; Assistência social para povos e comunidades tradicionais (quilombolas, ciganos, indígenas e povos de terreiro); Políticas tributárias voltadas à redução das desigualdades raciais; Políticas para o envelhecimento digno da população negra, quilombola, indígena e cigana; Políticas para a população negra LGBTQIA+ e para pessoas negras com deficiência; Ações para fortalecimento do enfrentamento ao racismo religioso nas políticas públicas; Políticas de reparação para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro

Ações Afirmativas na Educação: Ampliar, garantir, monitorar e avaliar as políticas de ações afirmativas nas universidades e instituições de ensino técnico, especialmente a modalidade de reserva de vagas, garantia a permanência e a apoio após a universidade.

Regulamentar o Estatuto da Igualdade Racial: consolidar as políticas de promoção da equidade como política de estado, para incentivar e mobilizar nacionalmente a criação e o fortalecimento das estruturas governamentais subnacionais de combate ao racismo e promoção da equidade racial.

Financiamento Público e Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Criar e aprofundar ações afirmativas nos grandes programas de financiamento e fomento público, colocando a igualdade racial e o combate ao racismo no centro das estratégias de desenvolvimento socioeconômico. Ampliar a Política Nacional de Promoção de Igualdade Racial em âmbito federativo, conduzida pelo MIR e cumprida por toda a Administração Pública.

Participação da População Negra no Funcionalismo Público: Aumentar a participação da população negra no funcionalismo público, especialmente nos espaços superiores da gestão governamental para reduzir desigualdades de oportunidades.

Cooperativismo, Economia Solidária e Empreendedorismo: Estimular o cooperativismo, a economia solidária e empreendedorismo facilitando o acesso a mercados, crédito, assistência técnica e inovação.

Fundo Nacional de Reparação Econômica: Atuar pela aprovação da PEC 27/2024, que cria o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR).

Pacto Nacional pela Juventude Negra e Auxílio Estudantil: Propor um Pacto Nacional em Defesa da Juventude Negra, Pobre e Periférica, com foco na redução da mortalidade e encarceramento dessa população. Implementar um Programa de Inserção Econômica para jovens negros e periféricos, garantindo auxílio estudantil para assegurar a permanência de estudantes negros nas instituições de ensino.

5.8.2. GARANTIR O BEM VIVER DAS PESSOAS LGBTQIAP+

Planejar e construir ações levando em conta as dimensões de gênero, identidade, orientação sexual, étnico-raciais e classe social assim como as demais desigualdades sociais, de modo a garantir condições adequadas e eficientes no atendimento às pessoas LGBTQIAP+ e todas as suas especificidades.

Propostas:

Implantação do Sistema Nacional de Promoção dos Direitos da População LGBTQIA+ Estabelecimento de um sistema nacional que garanta direitos e proteção à população LGBTQIA+ e, incentivar a integração e adesão dos Estados e Municípios ao Sistema Nacional.

Integração da Pauta LGBTQIA+ aos Instrumentos de Planejamento e Orçamento Federal assegurar que as questões LGBTQIA+ sejam incorporadas nas políticas de planejamento e orçamento.

Produção Anual de Indicadores Nacionais sobre Cidadania LGBTQIA+ Criar indicadores que monitoram a cidadania e os direitos da população LGBTQIA+.

Fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIA+ Promover políticas de saúde que atendam de forma integral as necessidades da população LGBTQIA+.

Implementação de uma Estratégia Nacional de Inclusão Produtiva Desenvolver estratégias específicas voltadas para a inclusão produtiva de pessoas LGBTQIA+ especialmente jovens.

Criação de Mecanismos Permanentes de Enfrentamento à Violência e à Discriminação Estabelecer mecanismos eficazes para combater a violência e a discriminação contra a população LGBTQIA+.

Ampliação da Participação Social Fomentar a participação social na formulação, execução e monitoramento das políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+.

5.8.3. PROTEGER E PROMOVER A JUVENTUDE

A juventude brasileira está no centro

de uma grande disputa. A nossa insatisfação com o capitalismo é diária: o jovem acorda de madrugada, paga caro para andar num transporte lotado e gasta toda a sua energia trabalhando para ganhar um salário que não chega a pagar as contas no fim do mês. Não sobra tempo para o lazer, para a cultura ou simplesmente para descansar. No fundo, o desenvolvimento periférico brasileiro trava o nosso avanço e a vida não melhora na velocidade que a gente precisa, por isso queremos:

Ampliar o Escopo e Valor do Programa Pé de Meia Fortalecer o programa visando maior proteção e oportunidades para os jovens.

Qualificação do Emprego da Juventude e Promoção da Qualificação Profissional Garantir a qualificação do primeiro emprego em ambientes de plataforma, assegurando proteção previdenciária, direitos trabalhistas e remuneração justa e, capacitar jovens em áreas de ciência e tecnologia, alinhando-se ao processo de reindustrialização verde e à economia criativa.

Mobilidade e Acesso ao Transporte Público Implementar tarifa zero nacional e ampliar a integração e acesso aos transportes públicos, priorizando a juventude.

Valorização do Programa Jovem Aprendiz Ampliar e valorizar o programa, além de reformar as leis de estágio para garantir condições de trabalho dignas e remuneração justa.

PROGRMA ACREDITA JOVEM criar políticas de cooperativismo e empreendedorismo específicas para a juventude.

Ampliação de Recursos para Acesso à Universidade Aumentar os recursos para a rede nacional e cursinhos populares (CPop), facilitando o acesso dos jovens ao ensino superior.

Assistência Estudantil e garantir acesso à moradia proporcional à expansão do ensino superior.

Saúde Mental para Juventude Focar na Política Nacional de Atenção Psicossocial, abordando a redução de danos e desconstruindo preconceitos nas comunidades escolares e universitárias.

Ampliação do Plano de Juventude e Sucessão Rural Garantir acesso a créditos agrícolas para a juventude, assistência técnica em agroecologia, inclusão digital e fortalecer a educação com alternância no campo.

Nova Política de Drogas Criar uma política antiproibicionista com campanhas de conscientização sobre redução de danos no uso de substâncias psicoativas.

Participação da Juventude nos Espaços de Decisão Fortalecer a participação jovem em conselhos escolares, grêmios estudantis e promover programas que incentivem a participação social.

Fortalecimento da Produção Cultural das Juventudes Reconhecer e apoiar a produção cultural nas periferias, garantindo acesso livre às comunidades para integrar linguagens artísticas e oportunidades na economia criativa.

Ampliar Programas de Voluntariado Expandir iniciativas como Juventude Solidária em grandes centros urbanos, além de políticas ambientais

5.8.4. PROMOÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS;

A implementação de políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência e aquelas que necessitam de cuidados temporários ou permanentes é essencial para garantir seus direitos e promover a inclusão social. Essas políticas devem assegurar a aplicação rigorosa da legislação de acessibilidade, promovendo ambientes inclusivos e educação com suporte especializado. Além disso, é crucial fiscalizar as cotas de trabalho para garantir que essas pessoas tenham acesso a oportunidades no mercado de trabalho, permitindo que participem plenamente da sociedade e contribuam para o seu desenvolvimento.

Justiça na Proteção à Pessoa com Deficiência (PcD) garantir o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência e adotar o menor valor entre a renda individual do requerente PcD e a renda per capita de sua família para o cálculo de acesso ao benefício.

Promoção da Acessibilidade e Inclusão Implementar rigorosamente a legislação de acessibilidade em ambientes construídos e transportes;

Assegurar educação inclusiva, com suporte especializado adequado.

Fiscalizar o cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ampliando a política de inclusão econômica

5.8.5. GARANTIR, FORTALECER E AMPLIAR O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O SUAS precisa estar preparado para os desafios do século XXI, com foco em mudanças climáticas, inteligência territorial, transformação digital, uso de dados para gestão, migrações, envelhecimento populacional e crescimento da população em situação de rua. Tais desafios sociais do Brasil contemporâneo exigem que a Assistência Social ocupe posição estratégica no projeto nacional de desenvolvimento. O fortalecimento do SUAS representa investimento em cidadania, redução das desigualdades, proteção das famílias e promoção da dignidade humana. Inserir o SUAS na agenda do desenvolvimento, reposiciona a concepção de uma Assistência Social focada apenas na proteção social, mas amplia o entendimento de

que é uma política social que impulsiona inclusão produtiva, economia solidária, segurança alimentar, primeira infância e desenvolvimento dos territórios.

Nos últimos anos, a retomada das políticas sociais pelo Governo Federal permitiu importantes avanços na reconstrução das capacidades do Estado brasileiro para o enfrentamento da fome, da pobreza e das múltiplas vulnerabilidades sociais. Em articulação com o Governo Federal, a Bahia ampliou investimentos no cofinanciamento do SUAS, fortaleceu equipamentos públicos, expandiu a rede socioassistencial, consolidou iniciativas voltadas à proteção social dos segmentos mais vulneráveis, reafirmando seu protagonismo nacional. Entretanto, persistem desafios estruturais para assegurar a universalização do acesso à proteção social integral no âmbito da seguridade social não contributiva. O subfinanciamento histórico do SUAS, a necessidade de ampliação da rede socioassistencial, a valorização dos trabalhadores, a modernização da gestão, as novas expressões da pobreza e o crescimento das situações de vulnerabilidade decorrentes das mudanças climáticas, dos deslocamentos populacionais, da violência e das desigualdades territoriais exigem um novo ciclo de fortalecimento da política nacional de Assistência Social. Nesse contexto apresentamos as seguintes prioridades para integrar o Programa de Governo Lula 2026:

1. Instituir um Novo Pacto Federativo de Financiamento do SUAS, assegurando recursos permanentes para a Assistência Social, com ampliação progressiva do orçamento federal, recomposição das perdas inflacionárias, regularidade dos repasses e fortalecimento do cofinanciamento entre União, estados e municípios. A sustentabilidade do financiamento do SUAS é essencial para que a Assistência Social atuar de forma mais efetiva no enfrentamento das desigualdades socioterritoriais.

2. Consolidar o SUAS como política estratégica do desenvolvimento social brasileiro, assegurando seu fortalecimento institucional, a valorização do controle social, o aprimoramento da governança interfederativa e a defesa de sua sustentabilidade como política permanente de Estado.

3. Inserir o SUAS no Novo PAC, para construção e modernização de unidades de atendimento da rede SUAS como CRAS, CREAS, Centros POP, unidades de acolhimento, qualificando o trabalho social com famílias e o atendimento à população.

4. Fortalecer a Proteção Social Básica, ampliando a presença de CRAS onde há vazios de cobertura, qualificando o PAIF, fortalecendo os Serviços de Convivência e ampliando estratégias voltadas à primeira in-

fância, juventudes, envelhecimento e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

5. Fortalecer a Proteção Social Especial de média e alta complexidade, estimulando a implantação de CREAS, Centros Pops e unidades de acolhimento.

6. Consolidar uma Agenda Nacional de Proteção Social para Povos e Comunidades Tradicionais, assegurando ações estratégias integradas, desde a busca ativa, a qualificação do trabalho social e a promoção de serviços e benefícios socioassistenciais, respeitando suas especificidades culturais e territoriais.

7. Valorizar os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, com instituição de uma Política Nacional de Educação Permanente, incentivo à formação continuada, fortalecimento das equipes de referência e apoio à estruturação de carreiras públicas na Assistência Social.

8. Lançar um Programa Nacional de Expansão e Modernização da Rede SUAS, destinado à construção, reforma, ampliação e modernização de CRAS, CREAS, Centros POP, Unidades de Acolhimento e demais equipamentos públicos, especialmente em municípios de pequeno porte, territórios rurais, periferias urbanas, comunidades tradicionais e regiões vulneráveis.

9. Integrar o SUAS à agenda de enfrentamento das mudanças climáticas e dos desastres, criando financiamento específico para prevenção, resposta emergencial, reconstrução e proteção das famílias atingidas por eventos extremos com o aprimoramento do FORSUAS.

10. Fortalecer a Vigilância Socioassistencial, ampliando investimentos em tecnologia, interoperabilidade de sistemas, inteligência territorial, monitoramento, avaliação e inovação na gestão do SUAS.

11. Enfrentar a Pobreza Infantil e Promover o Acesso à Educação e Alimentação Saudável: Priorizar a primeira infância é essencial para garantir um desenvolvimento adequado. Para isso, é necessário aumentar o número de vagas em creches, garantindo atendimento em horário expandido e em escolas em período integral. Fortalecer os conselhos tutelares é fundamental para assegurar a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Além disso, criar um programa que promova a conscientização e a oferta de alimentos saudáveis, livres de ultraprocessados, é crucial para a introdução alimentar na primeiríssima infância.

12. O combate à pedofilia deve ser uma ação integrada, envolvendo diferentes esferas governamentais e sociais. É vital implementar um conjunto de ações de inteligência e justiça que agilizem as investigações e a punição de crimes contra crianças

e adolescentes, especialmente em ambientes digitais. Além disso, desenvolver campanhas de conscientização e prevenção é crucial para educar a sociedade sobre os riscos e a importância da proteção das crianças, assegurando um ambiente mais seguro para seu desenvolvimento.

13. A proteção digital das crianças e adolescentes é uma prioridade inadiável. É necessário fortalecer o ECA Digital e regulamentar o uso de telas por faixa etária, criando programas que promovam o uso seguro de tecnologias. Isso inclui a regulamentação de plataformas de jogos e ambientes digitais, garantindo que as crianças tenham acesso a experiências online seguras.

5.8.6. RENDA MÍNIMA UNIVERSAL

Devemos melhorar e ampliar o alcance das Leis 10.835/04 e 14.601/23 que instituem a Renda Básica de Cidadania Universal e Incondicional para todos os brasileiros, inclusive os estrangeiros aqui residentes há cinco anos ou mais. Sua implantação plena assegurará maior dignidade e liberdade a todas as pessoas na sociedade. O benefício será estendido gradualmente a toda população.

5.9 - Economia do cuidado como dimensão do desenvolvimento

Investir na economia do cuidado é reconhecer que este setor, historicamente invisibilizado, é um dos pilares do desenvolvimento nacional e uma das maiores fronteiras de geração de emprego, inovação e inclusão social no Brasil. A expansão da rede pública de cuidados, das creches e das licenças parentais tem potencial para movimentar diversos segmentos — do complexo industrial da saúde à construção civil e à infraestrutura urbana — com efeito multiplicador estimado em mais de 11 milhões de empregos formais até 2035 (CEPAL/OIT/MDS, 2025). Trata-se de uma agenda que combina política industrial, desenvolvimento territorial, igualdade de gênero e proteção social.

A Lei nº 15.069/2024 consolida o cuidado como direito universal e responsabilidade do Estado, estruturando uma política que enfrenta desigualdades de gênero, raça, classe, território, deficiência e idade — desigualdades que se tornam ainda mais urgentes diante do envelhecimento acelerado da população brasileira. Hoje, as mulheres dedicam quase o dobro do tempo aos cuidados em comparação aos homens; 43 milhões estão fora da força de trabalho, e 34% delas por responsabili-

dades de cuidado — proporção que chega a 87% entre mães de crianças de até 3 anos (PNAD Contínua, 2024). Ao mesmo tempo, o setor de cuidados já emprega cerca de 18 milhões de pessoas, majoritariamente mulheres, mas ainda marcado pela precarização, especialmente no trabalho doméstico.

Fortalecer a economia do cuidado significa, portanto, reorganizar o Estado, o mercado de trabalho e as políticas industriais para que cuidar seja reconhecido como trabalho essencial, qualificado e digno — e para que nenhuma mulher, família ou comunidade seja penalizada por assumir responsabilidades que sustentam a vida. É uma agenda estratégica para o Brasil do presente e do futuro.

5.9.1. Política Nacional de Cuidados e ampliação dos serviços públicos

O Brasil precisa reconhecer o cuidado como eixo estruturante do desenvolvimento, reorganizando o Estado, o mercado de trabalho e as políticas sociais para garantir que cuidar seja um direito, um serviço público essencial e um setor econômico estratégico. Em um país marcado por profundas desigualdades de gênero, raça, classe, território, deficiência e idade — e por um processo acelerado de envelhecimento populacional — é indispensável construir uma política nacional de cuidados que valorize trabalhadoras e trabalhadores, amplie serviços públicos, qualifique profissionais, assegure conciliação entre trabalho e família e reconheça o cuidado não remunerado como parte fundamental da economia. Precisamos avançar em um país onde cuidar não seja nunca mais sinônimo de precarização, sobrecarga ou invisibilidade — mas de dignidade, proteção social, igualdade de oportunidades e desenvolvimento econômico com justiça.

a) Diretrizes

Trabalho decente para trabalhadoras domésticas e do cuidado: dar plena efetividade à Convenção nº 189 da OIT, eliminando a exigência de 3 dias semanais para reconhecimento do vínculo doméstico; equiparar direitos aos demais trabalhadores assalariados (seguro-desemprego, auxílio-doença) e assegurar negociação coletiva; regulamentar a profissão de cuidador/a.

Formação e qualificação profissional: consolidar e ampliar o Programa Mulheres Mil + Cuidados, via Rede Federal de Educação, e qualificar jovens mulheres em ciência, tecnologia e matemática (a exemplo do Asas do Futuro).

Conciliação entre trabalho, educação e família: ampliar a licença-maternidade a 180 dias para todas as trabalhadoras (conforme recomendação da OMS); monitorar a ampliação da licença-paternidade para 20 dias até 2029; criar licenças de

cuidado de longa duração; ampliar abono de faltas para consultas médicas de filhos/as; articular o fim da escala 6x1 e a redução da jornada a 40 horas semanais com a política de cuidados, reconhecendo a "jornada 7x0" do trabalho doméstico não remunerado; expandir e dar sustentabilidade ao Programa Nacional de Cuidotecas (espaços públicos e gratuitos para crianças de 3 a 12 anos, com e sem deficiência, em horários que excedem a jornada escolar); ratificar as Convenções nº 156 e nº 190 da OIT.

Ampliação dos serviços públicos de cuidados: expandir cobertura e jornada de creches e educação em tempo integral; ampliar e diversificar a rede de cuidados para pessoas idosas e com deficiência (atenção domiciliar integrada SUS-SUAS, centros-dia, centros de convivência, instituições de longa permanência); fortalecer serviços coletivos (lavanderias comunitárias, cozinhas solidárias, restaurantes populares, quintais produtivos); regulamentar o trabalho com apoio para pessoas com deficiência, compartilhando a responsabilidade do cuidado entre Estado, famílias e empregadores.

Reconhecimento, mensuração e financiamento: incluir o trabalho de cuidado não remunerado no cálculo do PIB (conta-satélite do cuidado) e aprimorar estatísticas de uso do tempo; assegurar financiamento sustentável e cofinanciamento interfederativo para o Plano Nacional de Cuidados, fortalecendo sua governança intersetorial e federativa como marca de política de Estado.

5.9.2. Envelhecimento ativo e transição geracional

O Brasil precisa construir uma política pública capaz de responder ao rápido envelhecimento da população e às desigualdades que atravessam a velhice, garantindo autonomia, participação social, proteção previdenciária e trabalho decente para todas as pessoas idosas e pessoas com deficiência. A taxa de envelhecimento cresceu 77% entre 2010 e 2022 (16% da população — Censo/IBGE). 25% das pessoas idosas permanecem economicamente ativas, 54% na informalidade, com obstáculos de etarismo, capacitismo e desigualdades de gênero, raça e território. Esse cenário exige políticas estruturadas que enfrentem preconceitos, ampliem oportunidades econômicas, adaptem ambientes de trabalho, fortaleçam redes de proteção e assegurem acesso universal a direitos.

Envelhecer com dignidade é parte essencial de um projeto nacional que valoriza a vida em todas as suas etapas. Isso implica promover transição geracional justa, incentivar integração intergeracional, ampliar participação econômica, fortalecer conselhos e fundos públicos, combater violências e garantir educação

ao longo da vida articulada às políticas de cultura, ciência, tecnologia, trabalho e direitos humanos.

(a) Diretrizes

Criar o Programa de Transição Geracional Justa e Envelhecimento Ativo, articulando políticas que assegurem autonomia, participação social e trabalho decente, combatam etarismo e capacitismo e garantam proteção previdenciária e acesso universal a direitos.

Adaptar ambientes e postos de trabalho às necessidades do envelhecimento e de corpos com deficiência, incentivar integração intergeracional e ampliar participação econômica (inclusive em ocupações sociais no setor público); fortalecer Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, redes de proteção contra violência e fundos públicos de envelhecimento e acessibilidade.

Instituir a Política Nacional de Educação ao Longo da Vida para Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, articulando educação, cultura, ciência e tecnologia, trabalho e direitos humanos.

5.9.3. Infraestrutura social e serviços de cuidado

A construção de uma sociedade do cuidado exige ampliar a responsabilidade pública pela provisão de serviços e reduzir a sobrecarga atualmente concentrada nas famílias e, especialmente, nas mulheres. Os investimentos em infraestrutura social de cuidados devem ser reconhecidos como parte da estratégia de desenvolvimento do país, tanto por garantirem o direito ao cuidado às pessoas que dele necessitam quanto por gerarem empregos, liberarem tempo das famílias e favorecerem a participação das mulheres no mercado de trabalho. A expansão da oferta deve considerar as diferentes necessidades ao longo do ciclo de vida e enfrentar as desigualdades territoriais, de renda, gênero e raça que condicionam o acesso aos serviços.

(a) Diretrizes

Ampliar a oferta pública de creches e educação infantil em tempo integral, priorizando territórios com menor cobertura e famílias em situação de maior vulnerabilidade.

Expandir e diversificar os serviços destinados às pessoas idosas e às pessoas com deficiência, incluindo centros-dia, residências inclusivas, serviços comunitários e cuidados domiciliares.

Incorporar a infraestrutura de cuidados ao planejamento dos investimentos públicos, articulando saúde, educação, assistência social, habitação, mobilidade e desenvolvimento territorial.

Estabelecer padrões nacionais de qualidade, acessibilidade e atendimento para os serviços de cuidado,

considerando as diferentes necessidades ao longo do ciclo de vida.

Assegurar financiamento público permanente e cooperação entre União, estados e municípios para expansão, manutenção e redução das desigualdades territoriais na oferta de cuidados.

5.9.4. Trabalho remunerado de cuidados e proteção social

A expansão da oferta de cuidados deve estar associada à valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores que realizam essas atividades. O trabalho remunerado de cuidados é fortemente feminizado e marcado pela presença expressiva de mulheres negras em ocupações caracterizadas por baixos rendimentos, informalidade, reduzida proteção social e pouco reconhecimento profissional. Transformar a organização social dos cuidados pressupõe, portanto, enfrentar simultaneamente a insuficiência dos serviços e a precariedade das condições de quem cuida, assegurando que a expansão desse setor seja orientada pelos princípios do trabalho decente, da valorização profissional e da proteção social.

(a) Diretrizes

Promover a formalização e assegurar direitos trabalhistas e previdenciários às trabalhadoras e aos trabalhadores do cuidado, com atenção especial ao trabalho doméstico e aos serviços domiciliares.

Avançar no reconhecimento, regulamentação e valorização das ocupações de cuidado, assegurando remuneração adequada, condições dignas de trabalho e perspectivas de progressão profissional.

Construir uma política de formação e qualificação para o trabalho de cuidados, incluindo certificação e reconhecimento dos saberes adquiridos pela experiência.

Incorporar critérios de trabalho decente e proteção social às contratações, convênios e demais formas de financiamento público dos serviços de cuidado.

Fortalecer a fiscalização, a negociação coletiva e as políticas de saúde e segurança no trabalho, enfrentando informalidade, jornadas excessivas, discriminações e riscos associados às atividades de cuidado.

5.9.5. Conciliação entre trabalho, família e responsabilidades de cuidado

As responsabilidades familiares e de cuidado não podem continuar sendo tratadas exclusivamente como questão privada a ser resolvida pelas famílias. A dificuldade de conciliar trabalho remunerado e cuidado afeta especialmente as mulheres, condicionando sua entrada e permanência no mercado de trabalho, a duração de suas jornadas, seus rendimentos e suas possibilidades de progressão profissional. Uma política de cuidados deve criar condições pa-

ra que mulheres e homens possam exercer simultaneamente o direito ao trabalho e o direito de cuidar, promovendo a corresponsabilidade entre Estado, famílias, comunidade e setor privado e, no interior das famílias, entre mulheres e homens.

(a) Diretrizes

Ampliar progressivamente as licenças relacionadas ao cuidado, especialmente a licença-paternidade, e assegurar afastamentos para acompanhamento de familiares que necessitem de cuidados.

Promover maior compartilhamento das responsabilidades de cuidado entre mulheres e homens, evitando que as políticas de conciliação reforcem a divisão sexual do trabalho.

Estimular formas de organização da jornada compatíveis com as responsabilidades familiares, preservando remuneração, direitos e oportunidades de progressão profissional.

Ampliar a oferta e adequar os horários dos serviços públicos de cuidado às diferentes jornadas de trabalho e às necessidades das famílias.

Incorporar medidas de conciliação entre trabalho e cuidado às políticas públicas, à negociação coletiva e às práticas de gestão do trabalho nos setores público e privado.

5.9.6. Cuidados, igualdade de gênero e autonomia econômica das mulheres

A desigual distribuição das responsabilidades de cuidado constitui uma das principais barreiras à autonomia econômica das mulheres. O tempo dedicado ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado restringe sua participação no mercado de trabalho, condiciona suas jornadas e trajetórias profissionais e contribui para menores rendimentos e menor acesso à proteção social. Essas desigualdades atingem de forma ainda mais intensa as mulheres negras e de baixa renda. Por isso, a política de cuidados deve ser reconhecida como componente estruturante das políticas de igualdade de gênero, articulando a redistribuição das responsabilidades de cuidado à ampliação das oportunidades econômicas e profissionais das mulheres.

(a) Diretrrizes

Incorporar a redução e a redistribuição do trabalho de cuidados como objetivo transversal das políticas de igualdade de gênero e autonomia econômica.

Ampliar a oferta pública de cuidados como estratégia para remover barreiras à entrada, permanência e ascensão das mulheres no mercado de trabalho.

Ampliar a oferta pública de cuidados como estratégia para remover barreiras à entrada, permanência e ascensão das mulheres no ensino médio, técnico e tecnológico, superior e na

pós-graduação, garantindo as condições para a educação continuada.

Articular as políticas de cuidados às políticas de emprego, qualificação, inclusão produtiva, proteção social e igualdade salarial e laboral, com prioridade para mulheres em situação de maior vulnerabilidade.

Reconhecer e mensurar a contribuição econômica do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, incorporando gênero, raça, renda e território ao planejamento e à avaliação das políticas.

Promover a corresponsabilidade entre Estado, famílias, comunidade e setor privado e, no interior das famílias, entre mulheres e homens, reconhecendo os investimentos em cuidados como estratégicos para a autonomia econômica das mulheres e para a redução das desigualdades.

5.10 - Brasil que avança com autonomia para as mulheres

5.10.1. INTRODUÇÃO

As famílias brasileiras estão endividadas. Após o golpe contra a presidenta Dilma, o governo Temer congelou investimentos em áreas estratégicas por vinte anos e abriu as portas para as casas de apostas. E durante a maior crise econômica e sanitária do país, o governo Bolsonaro interrompeu a política de valorização do salário-mínimo, sendo o primeiro desde 1994 a reduzi-lo em termos reais (perda de 1,7%), adotando na práti-

ca uma política de desvalorização. O governo Lula IV iniciou os passos para desafogar as famílias desse ciclo cruel com a criação do programa Desenrola que teve por objetivo ampliar o acesso às renegociações; implementou a isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais; e deu retorno à política de valorização do salário-mínimo. No entanto, o ciclo de retroalimentação das dívidas, sobretudo por meio de dívidas no cartão de crédito e das apostas em BETs, ainda deixa famílias vulneráveis e desamparadas. O quadro que se destaca é o fato de que as mulheres estão mais endividadas do que os homens. De acordo com o DataFolha, em abril de 2026, 36% das mulheres afirmaram estar com o nome negativado perante 30% dos homens. No levantamento do Desenrola, elas foram as que mais aderiram, representando 55% do total das renegociações.

Atualmente, mais de 50% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres. São elas que decidem o que colocar na mesa, as contas que serão pagas e as necessidades básicas de toda a família. Elas enfrentam a desigualdade salarial, a violência, o preconceito no mercado de trabalho, os piores postos de trabalho, são demitidas em sua maioria na volta da licença-maternidade, cumprem as jornadas de trabalho doméstico e de cuidados, sem falar que 44% das mulheres negras brasileiras estão na informalidade. Então, mesmo que o desemprego tenha reduzido, ainda há uma diferença muito grande em relação aos homens; e entre brancas e negras. O peso da sobrecarga de cuidados também empurra as mulheres para longe da autonomia econômica e financeira. 30% das mulheres persistem fora do mercado de trabalho, embora desejassem estar no mercado de trabalho. E as razões pelas quais não estão motivadas são, justamente, questões relacionadas com o trabalho doméstico de cuidados.

Portanto, quando se trata de planejar o futuro do país, por meio de um novo modelo de desenvolvimento econômico que tire as famílias do endividamento e produza um novo ciclo de crescimento, ele deve estar necessariamente atrelado a estratégias para a inclusão efetiva das mulheres e da população negra em espaços de poder, de decisão, de acesso a emprego e renda e de alta qualificação; e de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Urge então a necessidade de se atuar para que o Estado seja um garantidor de direitos e não um mero reprodutor das violências sobre a maioria da população que ainda não se encontra plenamente representada nos espaços de poder. Isso significa, portanto, garantir a intencionalidade e a atuação expressa de superar as desigualdades de gênero

e raça na adoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico em direção ao salto produtivo e tecnológico que o Brasil necessita para avançar. A estratégia universalizante, sem considerar as desigualdades de acesso das mais diversas realidades em nosso continente, tende a produzir o efeito contrário a que se destina: marginaliza quem mais precisa e reproduz as barreiras históricas na garantia de direitos fundamentais, mesmo com um ciclo de crescimento econômico favorável.

Os três capítulos intitulados pelo prefixo "Brasil que Avança" deste Caderno irão se debruçar profundamente sobre os contextos, as medidas e as propostas urgentes e necessárias para avançar na implementação da agenda de justiça social e igualdade de gênero no país. O primeiro capítulo dessa tríade dialoga com o Caderno Brasil Produtivo e propõe diretrizes para garantir a autonomia econômica das mulheres e a igualdade de gênero no mundo do trabalho – em que elas sejam efetivamente incluídas em um novo salto produtivo e tecnológico brasileiro. O segundo capítulo cria as bases para que o primeiro se realize e propõe centralizar a agenda do cuidado no novo modelo de desenvolvimento econômico para que as mulheres, de fato, tenham tempo para decidir sobre suas próprias vidas. Já o terceiro capítulo versa sobre a construção e a gestão de um Estado que tenha a igualdade de gênero e raça por princípio na própria concepção de sociedade e na elaboração de políticas públicas em todas as áreas, de modo a funcionar como um instrumento garantidor de direitos – incluindo o compromisso inexorável de avançar no enfrentamento à violência contra as mulheres. As três perspectivas interseccionam-se de tal modo que a divisão é meramente didática – tanto que se expressam também nos temas seguintes.

Os capítulos sobre a maternidade na agenda política brasileira e de Primeira Infância dialogam com os desafios cotidianos da maioria expressiva das mulheres brasileiras, pautas que se expressaram na organização do Comitê Mães com Lula e têm suas urgências expressas neste Caderno . Dentre a população feminina, a maioria, cerca de 70% das mulheres brasileiras, são mães e enfrentam a dura batalha de lutar por direitos garantidos não apenas para si, mas também para seus filhos. Nos domicílios monoparentais a chefia feminina dos lares chega a 92%, evidenciando que os arranjos familiares de cuidado e convivência com filhos, recaem praticamente na sua totalidade, sobre as mulheres. Já o capítulo Mulheres com Lula apresenta o documento do Comitê homônimo que reúne as vozes e os anseios das mulheres brasileiras por meio de movimentos sociais, populares, feministas e de mulheres.

Por fim e não menos importante, chamamos atenção para o fato de que a conquista dos direitos das mulheres, sobretudo a de viver sem violência, deve ser sempre vigiada, fiscalizada e garantida pelo conjunto da sociedade. O capitalismo e o patriarcado atuam diuturnamente para reproduzir as desigualdades, confinar, domesticar e inferiorizar mulheres, espraiar a misoginia e o ódio de gênero, raça e classe. Ao primeiro sinal de crise econômica, política ou sanitária, são os direitos das mulheres a serem corroídos pelos gestores da barbárie e do ultraliberalismo. Lutar pela própria vida e pela liberdade de decidir como quer vivê-la tem se tornado um desafio diário para as brasileiras, portanto um projeto político de país que interrompa esse ciclo de desigualdades e violências sobre mais da metade de nossa população é uma questão de urgência do Brasil enquanto nação soberana e democrática.

6. Brasil que avança: mulheres, equidade e autonomia

6.1 - Destruição e reconstrução

6.1.1. O golpe contra a Dilma abriu as portas da destruição da política para as mulheres

A partir do golpe misógino contra a presidenta Dilma, a sociedade brasileira acelerou um projeto de destruição avassalador do direito das mulheres. As armas ideológicas e culturais a serviço da desmoralização da primeira presidenta eleita, e reeleita, do país costuraram o endosso necessário para iniciar o processo de desmonte do arcabouço institucional de políticas públicas para as mulheres. Durante o governo Temer, a Secretaria Nacional de Política para as Mulheres perdeu boa parte do seu orçamento e perdeu também o peso institucional de ser o principal articulador interministerial das políticas para as mulheres.

A política de terra arrasada, no entanto, concretizou-se durante o governo Bolsonaro, a partir de 2019. A combinação de um governo misógino, machista e racista com a gestão irresponsável da pandemia comprovou que o projeto político para as mulheres era devastador.

A dimensão dos desmontes provo-

cados pelo governo Bolsonaro nas políticas para as mulheres ultrapassa a tangibilidade da análise estritamente técnica. Tratou-se de um projeto político de invisibilização e sujeição da mulher – que começou no simbólico e tem consequências concretas no desmonte das políticas públicas, na desidratação do orçamento, na desestruturação institucional e, consequentemente, na perda de direitos e até na própria vida das brasileiras.

A criação do Ministério da Mulher, da Família e do dos Direitos Humanos (MMFDH) é uma junção de temáticas em um ministério em que a família é o sujeito predominante: a mulher, igualdade racial e direitos humanos são invisibilizados. A mulher, como sujeito de direito, só é vista e pensada dentro da família, como se houvesse apenas um tipo de mulher e um tipo de família a ser atendida pelas políticas públicas. A Família no singular apagou a diversidade social brasileira e a centralidade da mulher enquanto foco da elaboração e implementação das políticas.

Durante o estado de emergência da Covid, o governo Bolsonaro negligenciou a defesa das mulheres, executando apenas 30% do orçamento disponível em políticas para as brasileiras. E os resultados na vida das mulheres não demoraram a chegar: lares chefiados por mulheres foram os primeiros a serem atingidos pela crise econômica e pela fome – em 2022, um em cada cinco lares chefiados por mulheres não tinham o que comer na mesa. Elas foram as primeiras a perderem os empregos, a serem despejadas de casas e as principais responsáveis por "se virarem" para garantir alimentos para si e seus filhos.

Durante a transição, o cenário institucional revelou-se ainda mais avassalador. O orçamento para as mulheres foi desidratado em 90%, a criação de Casas da Mulher Brasileira foi paralisada e o Disque 180 foi desmantelado. O orçamento para 2023 foi de apenas seis milhões de reais, o que implicou a paralisação do Disque-180 já nos primeiros meses do novo governo. No caso do programa "Mulher Viver Sem Violência", os principais eixos que garantiam a capacidade de execução foram retirados da legislação, desobrigando o Estado a cumpri-los.

Em suma, o projeto de Bolsonaro não se restringiu à nomenclatura do Ministério e à disputa no terreno simbólico, tratou-se da concretização de um projeto que, literalmente, custou a vida das mulheres brasileiras e implodiu o campo institucional de elaboração e implementação de políticas públicas em defesa das mulheres.

Em 2022 o Brasil voltou ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) com agravamentos

causados pela pandemia da Covid-19. Após esforços desde meados da década de 1990 para garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira, o país havia saído do mapa em 2014, se tornando este um marco internacionalmente conhecido. Desde 2016 os índices já pioravam de forma gradativa, contudo, esta situação foi agravada ainda mais com o desmonte das políticas públicas sociais.

6.1.2. Vitórias e retomadas das políticas para as mulheres

A reconstrução das políticas públicas para as mulheres no Brasil, no atual governo federal, representa a retomada do papel do Estado na promoção da igualdade de gênero, na proteção da vida e no fortalecimento da democracia. Com a criação do Ministério das Mulheres, a ampliação do orçamento e a reorganização institucional, o país volta a estruturar uma agenda integrada, transversal e baseada em evidências, com resultados concretos em diversos eixos.

No enfrentamento à violência, o governo restabeleceu o Programa Mulher Viver sem Violência (Decreto nº 11.431/2023), principal política articuladora de ações nas áreas de saúde, segurança pública, justiça e assistência social. Entre as entregas, destaca-se a reestruturação do Ligue 180, que voltou a operar de forma especializada, com atendimento exclusivamente por mulheres e abordagem humanizada. Entre 2023 e 2025, houve aumento de 34,27% nas denúncias e de 56,22% nos atendimentos (ligações e WhatsApp), além do lançamento de um painel com mais de 2,5 mil serviços da rede de atendimento.

A rede de proteção também foi ampliada com a expansão das Casas da Mulher Brasileira, que já somam 13 unidades em funcionamento, com mais de 878 mil atendimentos realizados desde 2023, e com a implantação de Centros de Referência da Mulher Brasileira, com 16 unidades inauguradas e novas contratações em andamento. O Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, lançado em 2023, com 73 ações articuladas entre ministérios e entes federativos, já conta com adesão majoritária dos estados e estrutura uma política permanente até 2027. Nesse contexto, o Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Feminicídio ganha centralidade ao ser lançado pelos Três Poderes em 4 de fevereiro, no Palácio do Planalto, sob liderança do Presidente Lula. Trata-se de uma união inédita entre Executivo, Legislativo e Judiciário, que representa um diferencial estratégico diante da gravidade do cenário nacional, em que se registram, em média, quatro feminicídios por dia. No âmbito do Executivo, as ações estão organizadas em três frentes principais: ampliação da

rede de atendimento, fortalecimento dos mecanismos de proteção e responsabilização de agressores e mobilização social em todo o território nacional, consolidando uma resposta abrangente e estruturada do Estado.

Esse esforço é acompanhado pelo crescimento orçamentário: a partir de 2023 efetivou-se uma ampliação significativa do orçamento das políticas para mulheres em uma recuperação histórica: o orçamento de 2026 (R$ 283,62 milhões) representa um crescimento de 601% em relação ao ponto mais baixo da série (2022 - R$ 40,46 milhões), demonstrando o compromisso do atual Governo Federal com as políticas para mulheres.

No eixo da autonomia econômica, a sanção da Lei da Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023) representa um marco, ao garantir remuneração igual para trabalho de igual valor e ampliar mecanismos de fiscalização. A política é complementada por programas de qualificação e inclusão produtiva, como o Asas para o Futuro, voltado a jovens mulheres em situação de vulnerabilidade, com formação em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e bolsa mensal; o Mulheres Mil, com cursos gratuitos de qualificação; e a retomada da formação de trabalhadoras domésticas. Essas iniciativas associam geração de renda, inclusão produtiva e redução da violência.

Na área da saúde, a política tem caráter integral, assegurando direitos sexuais e reprodutivos e ampliando o acesso a serviços. Entre as entregas estão o teleatendimento em saúde mental para mulheres em situação de violência, a distribuição de 422 milhões de absorventes, beneficiando 2,8 milhões de mulheres, e a meta de disponibilizar 1,8 milhão de unidades de contraceptivo Implanon pelo SUS até 2026, promovendo autonomia e dignidade.

A Política Nacional de Cuidados, inédita no país (Lei nº 15.069/2024), introduz um novo paradigma ao reconhecer o cuidado como eixo estruturante da economia e da igualdade. Com previsão de R$ 25 bilhões até 2027, a política inclui iniciativas como Cuidotecas — já com 15 unidades implantadas —, Lavanderias Comunitárias e formação de cuidadoras, reduzindo a sobrecarga das mulheres e ampliando sua autonomia econômica.

Na educação, a transformação cultural ganhou novo impulso com o pacote de ações entre o Ministério das Mulheres e o MEC. A Portaria Interministerial nº 2/2026 determina a inclusão de conteúdos sobre prevenção da violência e igualdade de gênero nos currículos da educação básica, alcançando cerca de 46 milhões de estudantes. A medida será incorporada às Diretrizes Curriculares Nacionais e reforça a abordagem

da Lei Maria da Penha nas escolas. No ensino superior, um protocolo de intenções firmado com universidades e institutos federais prevê ações concretas como núcleos de acolhimento, prevenção ao assédio, fortalecimento da liderança feminina e inclusão de temas de gênero, raça e etnia nos currículos, promovendo ambientes educacionais mais seguros e inclusivos.

A agenda do desenvolvimento sustentável incorpora, de forma inédita, a dimensão de gênero. A Estratégia Transversal Mulheres e Clima, prevista para 2026 e integrada ao Plano Clima do Brasil, assegura que políticas de adaptação e mitigação considerem as desigualdades de gênero. O Protocolo de Mulheres e Emergências Climáticas orienta a atuação do poder público na prevenção, resposta e reconstrução, reconhecendo que mulheres — especialmente negras, indígenas, quilombolas e periféricas — são as mais impactadas por desastres ambientais.

No campo da democracia, o fortalecimento da participação política feminina inclui o Protocolo Nacional de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres, que estabelece fluxos para prevenir, acolher e responsabilizar casos, com atendimento contínuo pelo Ligue 180. O protocolo prevê medidas de proteção imediata, como afastamento do agressor e retirada de conteúdos abusivos, e amplia a proteção para além de candidatas e eleitas, incluindo lideranças comunitárias e ativistas.

No âmbito rural, também houve avanços significativos. A Recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA consolidou um processo de construção, inovação e retomada das políticas públicas para o campo brasileiro, sendo inclusive determinante para a saída do Brasil pela segunda vez do mapa da fome, a criação de uma Subsecretária de mulheres rurais no MDA e a retomada da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a criação do Programa Quintais Produtivos das Mulheres e do PRONARA, foram determinantes para colocar as mulheres rurais no centro do debate da inclusão produtiva, redução das desigualdades de gênero no campo, construção de autonomia econômica para elas e uma alimentação mais saudável para todo país. Também foram fundamentais os avanços nas compras institucionais, com a garantia de que 50% das aquisições do PAA e do PNAE sejam realizadas por mulheres agricultoras, fortalecendo a autonomia econômica das mulheres, a organização produtiva e os circuitos locais de comercialização de alimentos.

A reconstrução institucional priorizou o fortalecimento da gestão pública de políticas para as mulheres em todo o país, especialmente nos

territórios historicamente invisibilizados, como áreas rurais, periferias urbanas, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e regiões vulnerabilizadas pelas desigualdades sociais e climáticas. Ações para ampliar e fortalecer os Organismos de Políticas para as Mulheres foram priorizadas como forma de capilarizar as políticas para as mulheres e como base para a estruturação futura de um Sistema Nacional de Política para as Mulheres.

Essa reconstrução se sustenta em planejamento e orçamento. O Plano Plurianual 2024–2027 incorporou, pela primeira vez, a agenda das mulheres como eixo transversal, presente em 45 programas de 21 ministérios. O orçamento que sustenta as políticas para as mulheres alcança R$ 283,62 milhões em 2026, um crescimento de 601% em relação a 2022, com execução superior a 99%, evidenciando eficiência e compromisso com resultados.

Em síntese, o atual governo promove uma reconstrução consistente das políticas para as mulheres, combinando ampliação de investimento, articulação federativa, inovação institucional e foco em resultados. Trata-se de uma agenda estruturante para a redução das desigualdades, a promoção da autonomia e o fortalecimento da democracia brasileira.

6.1.3. Diálogo com o Caderno Brasil Produtivo: Tempo, renda, autonomia e desenvolvimento econômico com igualdade de gênero e raça.

O Brasil só poderá afirmar que avança quando o desenvolvimento econômico se traduzir em mais autonomia, renda, tempo e direitos para as mulheres. Elas constituem mais da metade da população e têm presença decisiva na produção, no consumo, na sustentação das famílias e no trabalho de cuidado. Ainda assim, permanecem sub-representadas no mercado de trabalho, mais expostas ao desemprego e concentradas em ocupações de menor remuneração. Por isso, a superação das desigualdades de gênero e raça não pode aparecer como um objetivo paralelo à política econômica: deve orientar as escolhas sobre crescimento, investimento, transformação produtiva, proteção social e oferta de serviços públicos.

Um novo projeto nacional de desenvolvimento precisa romper com a exploração predatória dos recursos naturais e do trabalho, ampliar os empregos qualificados e de alta produtividade e distribuir de forma mais equilibrada os resultados do crescimento. Isso requer investimento em educação, ciência e tecnologia, mas também políticas capazes de garantir às mulheres condições efetivas de ingresso, permanência e ascensão profissional. Sem enfrentar a segregação ocupacional, a discriminação salarial e a sobrecarga de cuidados, mesmo

a expansão dos setores tecnologicamente mais avançados poderá reproduzir antigas desigualdades.

A pandemia evidenciou tanto a importância do Estado quanto a centralidade do trabalho realizado pelas mulheres. Enquanto os sistemas de saúde, assistência, educação, alimentação e limpeza se tornavam indispensáveis à preservação da vida, milhões de trabalhadoras enfrentavam maior exposição, perda de renda ou afastamento do mercado de trabalho. A crise também revelou a fragilidade das cadeias globais e recolocou a política industrial na agenda internacional. No Brasil, a reconstrução das capacidades estatais e produtivas deve ser acompanhada da valorização das atividades essenciais e da incorporação da igualdade de gênero e raça aos instrumentos de crédito, compras públicas, qualificação profissional, inovação e regulação do trabalho.

Em um cenário de disputa geopolítica e de transição tecnológica e ambiental, a soberania depende de uma base produtiva robusta, de capacidade científica e de uma economia diversificada. Mas a soberania também exige que a população possa viver do seu trabalho com dignidade. Para as mulheres, isso significa acesso a ocupações de qualidade, igualdade salarial, proteção social e serviços que redistribuam as responsabilidades de cuidado. A convergência entre ciência, tecnologia, forças produtivas e melhoria da renda deve, portanto, ampliar a presença feminina nos setores estratégicos e assegurar que a modernização econômica não aprofunde a precarização nem exclua as mulheres negras, que ocupam as posições mais desfavoráveis no mercado de trabalho.

6.1.4. Da deterioração social à recuperação do emprego e da renda

A ausência de uma política consistente de transformação produtiva produziu desindustrialização, déficits comerciais elevados em produtos de maior intensidade tecnológica e perda de oportunidades de trabalho qualificado. Em 2021, a indústria de transformação registrou déficit comercial de aproximadamente US$ 111 bilhões. Essa trajetória atingiu de modo particular as mulheres, cuja inserção permanece concentrada nos serviços, no comércio, no trabalho doméstico e nas atividades de cuidado, segmentos marcados por menores salários, maior informalidade e reduzidas possibilidades de ascensão.

A compressão da renda do trabalho agravou esse quadro. O rendimento médio real, que havia alcançado R$ 2.927 em 2019, caiu para R$ 2.780 em 2022. No mesmo período, a interrupção da política de valorização do salário-mínimo, a inflação elevada e o aumento do preço dos alimentos reduziram o poder de com-

pra das famílias. Como as mulheres, especialmente as negras, estão sobrerrepresentadas entre as pessoas de baixa renda e frequentemente respondem pela manutenção do domicílio, os efeitos da carestia, do desemprego e do endividamento foram distribuídos de maneira profundamente desigual.

O governo iniciado em 2023 recebeu um Estado enfraquecido para enfrentar desafios econômicos e sociais em um contexto internacional instável. A retomada do investimento público, das políticas sociais, do crédito e da política de valorização real do salário-mínimo contribuiu para recuperar o emprego, a renda e o consumo. Esses resultados são relevantes para as mulheres porque a elevação do piso salarial repercute sobre setores fortemente feminizados, enquanto as transferências de renda e os serviços públicos ampliam a segurança econômica das famílias e podem reduzir situações de dependência.

A recuperação geral do mercado de trabalho, porém, convive com desigualdades persistentes. No primeiro trimestre de 2026, a taxa de participação feminina na força de trabalho era de 52,7%, ante 72,3% entre os homens. Entre as mulheres negras, situava-se em 51,1%, enquanto entre as brancas alcançava 54,7%. Isso significa que apenas pouco mais da metade das mulheres em idade de trabalhar estava ocupada ou procurando ocupação, diferença de quase vinte pontos percentuais em relação aos homens. A menor participação não decorre de uma escolha abstrata: está diretamente associada à insuficiência de creches e de serviços de cuidado e à distribuição desigual do trabalho doméstico não remunerado.

O desemprego também continua atingindo as mulheres com maior intensidade. Embora a taxa nacional tenha recuado para 6,1% no primeiro trimestre de 2026, os recortes por sexo e raça mostram que a melhora não elimina as desvantagens acumuladas. As mulheres enfrentam mais dificuldades para ingressar no mercado, permanecem por mais tempo à procura de trabalho e são mais afetadas pela necessidade de conciliar emprego e responsabilidades familiares. Quando conseguem uma ocupação, a informalidade alcançava 39,3% das mulheres e 44,2% das mulheres negras no mesmo período, restringindo o acesso à previdência, às licenças, à proteção contra a demissão e à negociação coletiva.

As desigualdades aparecem de forma ainda mais nítida na renda. No primeiro trimestre de 2026, o rendimento médio das mulheres equivalia a 79,3% do recebido pelos homens. Na comparação entre mulheres negras e homens brancos, essa proporção caía para 46,7%. A diferença resulta da discriminação salarial,

mas também da segregação horizontal e vertical: as mulheres estão concentradas em atividades menos valorizadas e encontram barreiras para chegar a cargos de direção e a ocupações de maior remuneração. Mesmo com escolaridade crescente, o investimento feminino em educação não se converte na mesma proporção em renda, reconhecimento e progressão profissional.

Os dados da transparência salarial confirmam a dimensão estrutural do problema. O quinto Relatório de Transparência Salarial, divulgado em 2026 para estabelecimentos com cem ou mais empregados, identificou uma diferença média de 21,3% entre a remuneração de mulheres e homens. As mulheres negras, que representavam 53,86% das mulheres abrangidas, permaneciam na base da estrutura remuneratória. Esses resultados reforçam a necessidade de fiscalização, transparência, planos de ação elaborados com participação sindical e revisão dos critérios de contratação, promoção, avaliação e remuneração adotados pelas empresas.

6.1.5. Tempo de cuidado serviços públicos e autonomia econômica

A desigualdade no mercado de trabalho não pode ser compreendida sem considerar a organização social do cuidado. As mulheres dedicavam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, contra 11,7 horas dos homens. Essa carga reduz o tempo disponível para o trabalho remunerado, a qualificação, a participação política, o descanso e o lazer. Entre as mulheres de menor renda e as mulheres negras, a sobrecarga é ainda maior, pois há menos recursos para adquirir serviços no mercado e menor acesso à infraestrutura pública.

No quarto trimestre de 2025, aproximadamente 47,2 milhões de mulheres estavam fora da força de trabalho. Entre aquelas que gostariam de trabalhar, cerca de 31% apontavam os afazeres domésticos e as responsabilidades de cuidado como o principal impedimento. Essa realidade mostra que a expansão do emprego, por si só, não garante igualdade de acesso. A Política Nacional de Cuidados, instituída pela Lei nº 15.069 de 2024 e regulamentada pelo Decreto nº 12.562 de 2025, oferece uma base estratégica para reconhecer o cuidado como direito e responsabilidade compartilhada entre Estado, famílias, comunidade, setor privado e homens e mulheres.

A ampliação de creches, escolas em tempo integral, serviços de atenção a pessoas idosas e com deficiência, saúde, transporte e alimentação reduz os custos monetários e de tempo enfrentados pelas famílias. Esses serviços funcionam como renda indireta, sustentam o emprego feminino e estimulam a atividade econô-

mica. Ao mesmo tempo, investir na economia do cuidado cria postos de trabalho que não podem ser tratados como uma extensão natural e desvalorizada das tarefas femininas. É necessário assegurar formação, remuneração adequada, direitos trabalhistas, proteção previdenciária e condições dignas às trabalhadoras do cuidado.

O trabalho doméstico remunerado sintetiza essas desigualdades. Trata-se de uma atividade majoritariamente feminina e negra, ainda marcada por baixos rendimentos e alta informalidade. Em 2025, cerca de três quartos das trabalhadoras domésticas não tinham vínculo formal, o que limita o acesso à proteção social e reproduz relações históricas de desvalorização. Um projeto de desenvolvimento inclusivo deve combinar fiscalização, formalização, valorização salarial e políticas públicas que ampliem as alternativas ocupacionais dessas trabalhadoras.

A retomada e o fortalecimento do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada e da valorização do salário-mínimo contribuíram para a redução da pobreza e da desigualdade. Como as mulheres ocupam posição central na administração da renda familiar, essas políticas produzem efeitos imediatos sobre alimentação, educação e bem-estar. Contudo, as transferências monetárias precisam estar articuladas a serviços públicos e a oportunidades de trabalho decente, para que reforcem a autonomia econômica e não convertam as mulheres em responsáveis exclusivas pela gestão da pobreza e do cuidado.

6.1.6. Transformação produtiva trabalho decente e igualdade salarial

Os avanços institucionais recentes criaram instrumentos importantes para essa agenda. A Lei nº 14.611 de 2023 estabeleceu mecanismos de igualdade salarial e transparência remuneratória; a retomada da valorização do salário-mínimo fortaleceu o piso de rendimentos; e a Política Nacional de Cuidados reconheceu o cuidado como direito. Somam-se a essas medidas a recuperação da inspeção do trabalho, das políticas de qualificação profissional e do diálogo social. O desafio agora é integrar essas iniciativas à estratégia de desenvolvimento, com metas verificáveis de inclusão das mulheres e enfrentamento das desigualdades raciais.

A política industrial, tecnológica e ambiental deve ampliar a presença feminina nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia, energia, infraestrutura e economia digital. Para isso, são necessárias ações desde a formação educacional até o ambiente de trabalho: bolsas e estímulos à permanência de meninas e mulheres nas áreas científicas, programas de contratação e promoção, combate

ao assédio, igualdade salarial, equipamentos de cuidado e negociação coletiva. Incentivos públicos, financiamento e compras governamentais devem prever contrapartidas de emprego, diversidade, qualificação e trabalho decente.

A transição ecológica também precisa ser justa do ponto de vista de gênero e raça. Investimentos em energia limpa, mobilidade, saneamento, moradia, saúde e alimentação podem gerar empregos e melhorar a vida cotidiana, mas seus benefícios não serão automáticos. É necessário garantir que as mulheres participem das novas cadeias produtivas, tenham acesso à formação e ao crédito e não fiquem restritas aos elos mais precários. As entregas concretas da política produtiva devem ser avaliadas também por sua capacidade de reduzir o tempo de deslocamento e de cuidado, melhorar a cesta de consumo das famílias e ampliar a autonomia das mulheres.

A Economia Popular e Solidária é parte relevante dessa estratégia. Muitas mulheres organizam sua sobrevivência fora das relações assalariadas, em cooperativas, associações, redes de produção e comercialização e iniciativas comunitárias. Essas experiências não devem ser tratadas como política assistencial nem como substitutas do emprego formal. Precisam de crédito, assistência técnica, compras públicas, infraestrutura, inclusão digital, proteção social e acesso aos mercados. Para as mulheres negras, rurais, quilombolas e periféricas, esses instrumentos podem fortalecer iniciativas coletivas e reduzir a dependência de formas subordinadas e precárias de inserção.

O mesmo cuidado é necessário na política de apoio ao empreendedorismo. O Simples Nacional e o Microempreendedor Individual facilitaram a formalização, mas a existência de um CNPJ não garante atividade sustentável, renda adequada ou autonomia. Muitas mulheres recorrem ao trabalho por conta própria por falta de emprego ou de alternativas compatíveis com as responsabilidades de cuidado. A política pública deve diferenciar empreendimentos com potencial de expansão de estratégias de sobrevivência e impedir que o MEI seja utilizado para encobrir relações de emprego e transferir riscos e custos às trabalhadoras.

Combater a informalidade, a rotatividade e a concentração em ocupações de baixa remuneração exige articulação entre política econômica, regulação do trabalho e proteção social. Também requer redução da jornada sem redução salarial, expansão da negociação coletiva e reorganização dos tempos sociais. Jornadas mais equilibradas e serviços de cuidado acessíveis permitem que homens e mulheres compartilhem responsabilidades e favorecem a permanência

feminina no emprego. Essa agenda deve alcançar tanto as trabalhadoras assalariadas quanto as domésticas, rurais, autônomas, de plataformas e da economia solidária.

6.1.7. Desafios para um novo ciclo de desenvolvimento

O país ainda enfrenta déficits em produtos industriais de maior intensidade tecnológica, juros elevados, restrições ao investimento e dificuldade de gerar empregos qualificados e bem remunerados em escala suficiente. Também permanecem a informalidade, a precarização dos vínculos e as desigualdades de gênero, raça, território e escolaridade. Enfrentar esses problemas exige uma mudança na estrutura produtiva e no sentido do trabalho, reconhecendo-o como base da cidadania e da realização humana.

A política macroeconômica deve combinar estabilidade, crescimento, transformação produtiva, geração de empregos e redução das desigualdades. Benefícios tributários e instrumentos de crédito precisam ter finalidade, prazo, custo transparente e contrapartidas verificáveis. Entre essas contrapartidas devem estar a criação de empregos formais, a igualdade salarial, a inclusão de mulheres, a formação profissional, a inovação e a sustentabilidade ambiental. Assim, o gasto público e os incentivos econômicos poderão contribuir diretamente para alterar padrões históricos de exclusão.

Serviços públicos de qualidade são componentes essenciais dessa estratégia. Saúde, educação, transporte, moradia, conectividade e cuidado reduzem despesas familiares, liberam tempo e aumentam a segurança econômica. Para as mulheres, tais políticas ampliam as condições materiais de participação no mercado de trabalho e de autonomia sobre a própria vida. Por isso, o investimento social não deve ser entendido como custo residual, mas como parte da infraestrutura econômica e produtiva do país.

O planejamento precisa voltar a ser uma função permanente do Estado. Isso implica coordenar políticas fiscais, monetárias, cambiais, industriais, científicas, tecnológicas, sociais e de infraestrutura em torno de objetivos comuns. A produção de dados desagregados por sexo e raça, o monitoramento de metas e a participação das organizações de mulheres e dos sindicatos são indispensáveis para avaliar quem se beneficia do crescimento e corrigir desigualdades ao longo da execução das políticas.

O Brasil dispõe de universidades, institutos de pesquisa, biodiversidade, matriz energética predominantemente renovável, experiência produtiva complexa e um mercado interno de grande escala. Fazer esses ativos operarem de forma coor-

denada é condição para um salto de desenvolvimento. Esse salto será incompleto, entretanto, se a maior participação das mulheres continuar acompanhada por desemprego mais elevado, remuneração inferior, informalidade e sobrecarga de cuidado.

Um Brasil que avança é aquele em que crescimento e soberania se expressam na vida cotidiana. É um país no qual mulheres e homens dispõem de trabalho digno, renda adequada, tempo para cuidar e ser cuidados e acesso universal a serviços públicos. Superar as desigualdades de gênero e raça não é apenas reparar uma injustiça histórica: é ampliar a força de trabalho, fortalecer o mercado interno, elevar a produtividade e tornar o desenvolvimento socialmente sustentável. Colocar a autonomia econômica das mulheres no centro do projeto nacional significa reconhecer que não haverá prosperidade duradoura enquanto metade da população permanecer limitada por barreiras que a política pública pode e deve remover.

6.2 - BRASIL QUE AVANÇA: O cuidado no centro do desenvolvimento

6.2.1. O cuidado no centro do desenvolvimento[1]

O Brasil construiu, em pouco mais de três anos, a Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069/2024) e o Plano Nacional de Cuidados, o Brasil que Cuida (Decreto nº 12.562/2025), que reconhecem, de forma inédita no país, o cuidado como direito, trabalho, necessidade e bem público. Para avançar nesta agenda, o cuidado deve figurar no programa de governo como um eixo estruturante do desenvolvimento do país e um elemento fundamental para o combate às desigualdades. Quatro ordens de argumento sustentam essa posição.

Do ponto de vista econômico, o investimento em cuidados é intensivo em trabalho, gera emprego em escala superior a setores tradicionais, eleva a participação feminina no mercado de trabalho, amplia a base de arrecadação tributária e previdenciária e dinamiza cadeias produtivas. Do ponto de vista da justiça social, a atual distribuição desproporcional de responsabilidade dos cuidados é um dos eixos centrais de

1. Síntese do seminário "O cuidado no centro do desenvolvimento: diálogos para a construção do programa de governo", realizado em 20 e 21 de junho de 2026. O evento foi convocado no âmbito da construção do programa de governo para 2026, dentro do Eixo de Desigualdades, e reuniu movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pesquisadoras/es e gestoras/es públicos.

produção e reprodução de desigualdades estruturais: ao recair de forma desproporcional sobre mulheres, sobretudo negras e pobres, o trabalho de cuidado, não remunerado ou mal remunerado, gera pobreza de tempo, limita o acesso e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, e tem impactos importantes na sua escolaridade e participação política, reproduzindo em cadeia desigualdades de classe, gênero e raça.

Do ponto de vista demográfico, o envelhecimento acelerado da população e a redução do tamanho das famílias tornam insustentável o modelo atual baseado na provisão de cuidados fundamentalmente pelas famílias e dentro delas pelas mulheres, transferindo a elas o custo da reprodução da vida. Do ponto de vista político-eleitoral, o cuidado dialoga diretamente com segmentos decisivos do eleitorado de 2026 (mulheres, pessoas idosas e jovens) e é hoje disputado pela direita e pela extrema direita, o que exige uma resposta própria, de perspectiva emancipatória.

As diretrizes sistematizadas a seguir combinam dar escala ao que já foi iniciado (ampliação das creches - cobertura e jornadas - e escola em tempo integral, cuidotecas, formação em cuidados e cuidados indiretos) com a criação de novas respostas (atendimento domiciliar integrado SUS e SUAS, ampliação de centros dia para pessoas idosas e pessoas com deficiência e de ILPIs - Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas, valorização e regulamentação do trabalho remunerado de cuidados, implementação do sistema de avaliação biopsicossocial da deficiência e medidas de apoio de renda às cuidadoras familiares, ainda em debate).

O documento encerra com um registro explícito de riscos e questões em aberto, entre as quais a preservação do escopo da política, a ampliação e sustentabilidade do financiamento como condição de dar escala a uma série de ações iniciadas e a arquitetura de governança.

6.2.2. O Plano Nacional de Cuidados Brasil que Cuida em números e eixos

(a) Marco legal e conceitual

A Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, institui a Política Nacional de Cuidados e reconhece o direito ao cuidado, compreendido como o direito a receber cuidado, a cuidar e ao autocuidado. Define o cuidado como dever do Estado (União, estados, Distrito Federal e municípios, no âmbito de suas competências), em corresponsabilidade com as famílias, o setor privado e a sociedade civil. Foi aprovada por ampla maioria no Congresso Nacional; apesar disso, a manutenção do sentido emancipatório da política expressa no texto da lei exige uma defesa permanente, por ser um tema em

disputa com setores conservadores, da direita e da extrema direita. O Decreto nº 12.562, de 23 de julho de 2025, regulamenta a Lei e institui o Plano Nacional de Cuidados, o Brasil que Cuida. A moldura conceitual da política compreende:

• Cuidado como trabalho, necessidade e direito de todas as pessoas ao longo de toda a vida, articulando o direito de quem precisa de cuidado e o direito de quem cuida, de forma remunerada e não remunerada. A política inova ao pensar simultaneamente quem precisa de cuidado e quem cuida, o que se denomina díade do cuidado.

• Cuidado como um bem público: Sustenta a Política Nacional de Cuidados a afirmação, hoje convergente no plano internacional, de que o cuidado é essencial para a reprodução da vida, para a reprodução da força de trabalho e para o funcionamento da economia. Trata-se, portanto, de um bem público. Nos termos da Resolução sobre Trabalho Decente e Economia do Cuidado, aprovada por consenso entre governos, empregadores e centrais sindicais na Conferência Internacional do Trabalho da OIT em 2024, trata-se de "um trabalho sem o qual nenhum outro trabalho é possível".

• Corresponsabilidade social (entre famílias, Estado, comunidade e setor privado) e de gênero (entre homens e mulheres), pela provisão do cuidado, superando o papel meramente subsidiário do Estado. O direito deve ser assegurado de forma progressiva, a partir de públicos prioritários, enfrentando as desigualdades estruturais de gênero, raça, classe, etnia, idade, território e deficiência, e suas interseccionalidades.

• Os cinco Rs do cuidado. reconhecer, reduzir, redistribuir.o cuidado não remunerado e recompensar e remunerar e representar o trabalho de cuidado remunerado.

• Organização social dos cuidados. a forma como, em dada sociedade e momento histórico, se distribui a provisão de cuidados e o acesso a ele entre Estado, famílias, mercado e comunidade. No Brasil, essa organização é injusta, desigual e insustentável, por recair desproporcionalmente sobre as famílias e, dentro delas, sobre as mulheres, sobretudo negras, pobres e das periferias.

• Cuidado como agenda econômica e de transição justa: o investimento em políticas de cuidado, incluindo a criação de infraestrutura de cuidados, tem um grande potencial de retorno econômico: é um importante eixo de geração de emprego, de produtividade e de dinamização da economia.

• Cuidado, crise climática e sustentabilidade da vida: o cuidado como dimensão central da resposta à crise climática. Os eventos climáticos extremos ampliam necessidades de

cuidado, afetam desproporcionalmente crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência e populações vulnerabilizadas, e aumentam a sobrecarga de trabalho de cuidados, especialmente para as mulheres. A construção de uma sociedade do cuidado está diretamente relacionada à construção de um modelo de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

• Cuidado, tempo e redução da jornada de trabalho: O direito ao cuidado está diretamente relacionado à forma como a sociedade organiza os tempos de trabalho remunerado e não remunerado. Jornadas extensas e modelos como a escala 6x1 reduzem o tempo disponível para o cuidado, o descanso, a convivência familiar, a participação comunitária e a vida social. A redução da jornada de trabalho e a ampliação da infraestrutura pública de cuidados são agendas complementares: enquanto os serviços e políticas de cuidado reduzem o tempo de trabalho não remunerado, especialmente das mulheres, a reorganização do trabalho remunerado amplia o tempo disponível para cuidar, ser cuidado, descansar e viver.

O Plano reúne ações de 20 ministérios, com investimento da ordem de R$ 24,9 bilhões, 79 ações e 247 entregas, combinando ampliação e qualificação de serviços existentes com novos serviços. Estrutura-se em cinco eixos:

1. Garantia de direitos e promoção de políticas para quem necessita de cuidados e para quem cuida de forma não remunerada.

2. Compatibilização entre trabalho remunerado, educação e responsabilidades familiares de cuidado.

3. Trabalho decente para as trabalhadoras e trabalhadores remunerados do cuidado.

4. Reconhecimento e transformação cultural.

5. Governança e gestão do Plano.

A governança combina um Comitê Gestor (órgãos federais responsáveis pelas ações) e um Comitê Estratégico, intersetorial e federativo, com participação paritária da sociedade civil, espaço permanente de diálogo, monitoramento e impulsionamento da agenda. A territorialização se dá por adesão voluntária de estados e municípios ao Brasil que Cuida, com compromisso de elaboração de planos locais e apoio técnico federal.

6.2.3. Por que o cuidado deve ser eixo estratégico do programa de governo

As seções a seguir consolidam, por linha de argumento, as razões pelas quais o cuidado deve ocupar lugar central, e não periférico, no programa de governo. Cada uma reúne as contribuições convergentes das diferentes mesas.

Cuidado como direito, trabalho, necessidade e bem público

O deslocamento conceitual proposto é tratar o cuidado, historicamente naturalizado como atributo feminino e assunto privado, como objeto legítimo de política pública. O cuidado, antes invisível nas contas nacionais, é a infraestrutura sobre a qual repousam todas as demais atividades. Daí a fórmula que organiza a política: reconhecer o cuidado como trabalho, reduzir e redistribuir sua carga, e garantir o direito tanto de quem cuida quanto de quem é cuidado. Outra novidade central da Política é estruturar-se a partir da noção da interdependência entre quem cuida e quem é cuidado, e da díade do cuidado (ter sempre como referência, ao mesmo tempo, quem precisa de cuidado e em quem cuida).

6.2.4. Cuidado e desenvolvimento econômico: investimento, não gasto

O argumento econômico foi o eixo da primeira mesa. Sua síntese, parafraseando o Presidente Lula, que afirma que o gasto no social não é gasto, é investimento, é que o gasto em políticas, serviços e infraestrutura de cuidados também é investimento. Os elementos que o sustentam:

- Potencial de geração de emprego. O setor de cuidados é intensivo em trabalho, de modo que cada unidade investida converte-se diretamente em ocupação, com efeito de geração de emprego superior ao de setores tradicionais como a construção civil. Estimativas da CEPAL (CEPAL, 2022) indicam que, se o trabalho de cuidado hoje não remunerado fosse transferido para atividades remuneradas, o emprego no setor cresceria no país cerca de 65%, evidenciando o enorme potencial de geração de ocupações associado à expansão desses serviços.

- Déficit de infraestrutura social de cuidados. O país dispõe de cerca de 8,16 trabalhadores de cuidado em tempo integral para cada 100 pessoas que necessitam de cuidados (MADE/USP), com tendência de queda no horizonte de 2050 a 2060 caso a oferta não se amplie. Cerca de 87,5% dessa força de trabalho é composta por mulheres.

- Evidência internacional. A Confederação Sindical Internacional estima que investimento público de 2% do PIB na economia do cuidado geraria cerca de 21 milhões de empregos em sete países de alta renda, e da ordem de 4,2 milhões no Brasil. Simulações da OIT (Addati et al., 2018) para 45 países, responsáveis por 85% do PIB mundial, apontam potencial superior a 117 milhões de empregos, com investimento público adicional estimado em 3,5% do PIB.

- Participação feminina, produtividade e previdência. 47,2% das mulheres em idade ativa (cerca de 43

milhões de mulheres) estão fora da força de trabalho, uma porcentagem altamente superior a dos homens (28,%). Entre as mulheres que estão fora do mercado de trabalho, 1 em cada 3 aponta como o principal motivo para não estar procurando um emprego ou disponíveis para trabalhar, a necessidade de cuidar da casa, de filhos/as e outros parentes. Para as mulheres que têm filhos de 0 a 3 anos, 49% das quais são jovens, e 35% são jovens negras, essa porcentagem se eleva a 86.7% (PNADC, 2024). Ampliar a infraestrutura de cuidados libera tempo, eleva a participação e a produtividade das mulheres e amplia a base de arrecadação tributária e previdenciária. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho é um importante vetor para a sustentabilidade previdenciária.

- O retorno do investimento em cuidados: a universalização do acesso à creche, a melhoria das condições da educação infantil, a extensão das licenças-maternidade a 180 dias para todas as trabalhadoras e a extensão da licença paternidade recém aprovada (20 dias) poderia gerar, até 2035, mais de 11 milhões de empregos diretos, 79% dos quais seriam ocupados por mulheres, com alta formalização. Por cada dólar investido, haveria um retorno de até 2,5 dólares (CEPAL/OIT/MDS 2025). Além disso, o investimento em cuidados gera ocupações com maior proteção social: estudos internacionais mostram que a economia do cuidado oferece cobertura previdenciária a parcela muito superior a outros setores intensivos em trabalho, como a construção civil. A formalização, por sua vez, amplia, a arrecadação tributária e previdenciária, ajudando a custear o próprio investimento.

A resposta à questão dos cuidados deve priorizar a ampliação da oferta de serviços e infraestrutura, tendo em vista que o sistema de proteção social já carrega forte rigidez orçamentária, sobretudo previdenciária, e que novas transferências poderiam comprometer sua sustentabilidade.

6.2.5. Transição demográfica e crise dos cuidados

O Brasil envelhece em ritmo acelerado, e a demanda de cuidados de pessoas idosas já supera a de crianças. Projeta-se que a proporção de pessoas com 60 anos ou mais dobre até 2053 (de 15,5% para 29,5% da população) e que a de 80 anos ou mais triplique (de 2,3% para 6,9%). Das cerca de 32 milhões de pessoas idosas hoje, 5,1 milhões necessitam de cuidado de terceiros para as atividades da vida diária. Simultaneamente, o tamanho das famílias se reduz (menos de dois filhos por mulher) e há forte associação entre envelhecimento e deficiência: o país tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a 8,9% da popu-

lação de dois anos ou mais, e a incidência cresce de modo acentuado nas idades avançadas (18,8% entre as pessoas de 60 a 69 anos, 29,4% entre as de 70 a 79 anos e 52,1% entres as pessoas com 80 anos e mais).

A combinação de mais pessoas que necessitam de cuidados e menos pessoas disponíveis para cuidar no âmbito familiar configura o que se descreveu como uma tempestade perfeita. Essa conta não fecha! Dados do IPEA, referidos no seminário, indicam a passagem de cerca de 24,5 pessoas dependentes por 100 cuidadores potenciais em 2020 para 27,8 em 2040, com forte recomposição interna: queda da parcela de crianças e elevação expressiva da parcela de pessoas idosas, que mais que dobra no período. Sem políticas estruturadas de cuidados de longa duração, o custo recairá integralmente sobre as famílias e aumentará a pressão sobre o SUS, o SUAS e a Previdência Social, assim como a sobrecarga de trabalho de cuidados sobre as famílias, e principalmente sobre as mulheres. Essa crescente necessidade de cuidados de longa duração não será resolvida pelo mercado: o número de famílias capazes de pagar por esses serviços é muito reduzido, afetando não apenas as famílias mais pobres, mas também amplos setores da classe média. Isso reforça o papel do Estado e a necessidade urgente de políticas públicas robustas que respondam a essa situação.

6.2.6. Cuidado, raça e interseccionalidade

O trabalho de cuidado no Brasil não é apenas feminizado, mas também profundamente racializado. As raízes dessa característica da sociedade brasileira têm origem na escravidão, e continuam sendo sentidas e reproduzidas até os dias de hoje. Precisamos, com urgência, quebrar esse ciclo perverso!

As mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais ao trabalho não remunerado de cuidado, contra 11,7 horas dos homens, e as mulheres negras, que são 24% da população, respondem por 44% desse trabalho. Essa desigualdade atravessa todo o ciclo de vida: meninas de 10 a 14 anos já dedicam mais tempo ao cuidado do que homens de qualquer faixa etária, e mulheres de 80 anos ou mais seguem dedicando em média 17 horas por semana ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado (JESUS et al., 2026). Existem hoje no Brasil 18 milhões de pessoas empregadas nas ocupações de cuidado, o que corresponde a 25% do total da ocupação. Ou seja, 1 entre 4 pessoas ocupadas no Brasil trabalha no setor de cuidados; 75% destas são mulheres, 45% são mulheres negras e 25% são trabalhadoras domésticas.

Entre as trabalhadoras domésticas - a maior categoria da força de trabalho remunerada de cuidados no Brasil, a maioria é negra, três em ca-

da quatro não têm carteira assinada e o rendimento médio é inferior a um salário-mínimo. É uma categoria que está envelhecendo e uma em cada quatro vive abaixo da linha da pobreza; são majoritariamente chefes de família (58%) e 59% não concluíram o ensino fundamental (DIEESE, 2026). As mulheres negras concentram as piores condições em todos os ciclos de vida, da maior exposição à pobreza e à violência letal à menor expectativa de vida; instrumentos como o sistema de crédito reproduzem essa exclusão.

As consequências desse diagnóstico são claras: as políticas devem ser desenhadas atentando para os seus efeitos para cada um dos grupos da população, sob pena de reproduzir desigualdades. Isso está claramente estabelecido na Lei 15.069/24, quando define que a garantia do direito ao cuidado deverá ser feita por meio da corresponsabilização social e de gênero pela sua provisão, enfrentando as múltiplas desigualdades que estruturam a organização social dos cuidados no Brasil: gênero, raça, classe, etnia, idade, territoriais e deficiência, e suas interseccionalidades. Além disso, a igualdade de gênero e o antirracismo, ao lado do anticapacitismo e do anti-idadismo, princípios expressos da política, devem concretizar-se nas ações do Plano Nacional de Cuidados e no seu processo de monitoramento e avaliação.

6.2.7. Cuidado, clima e transição justa

Os eventos climáticos extremos ampliam as necessidades de cuidado, afetam desproporcionalmente crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência e populações vulnerabilizadas, e aumentam a sobrecarga das mulheres, que atuam na linha de frente da resposta e da reconstrução nos territórios. A infraestrutura social de cuidados (creches, atendimento domiciliar a pessoas idosas e com deficiência, equipamentos de proximidade) é também infraestrutura de resiliência climática. No plano internacional, registrou-se que a COP30, em Belém, reconheceu pela primeira vez o trabalho de cuidados como centrais para uma transição justa, e aprovou o Plano de Ação de Gênero de Belém, o que abre espaço para o Brasil liderar esse debate. Apontou-se ainda a dimensão da pobreza energética: o encarecimento da energia aumenta a carga de trabalho doméstico e de cuidados, e a transição energética conduzida sem essa lente pode aprofundar desigualdades de gênero e território.

6.3 - Diretrizes para o programa de governo

As propostas abaixo organizam as contribuições do seminário. Combinam, por um lado, a necessidade de dar escala e sustentabilidade ao já iniciado no âmbito da Política e do Plano Nacional de Cuidados Brasil que Cuida e, por outro, criar novas iniciativas. A ordem de apresentação não expressa, por si, hierarquia de prioridades. Sinaliza-se, quando pertinente, o estágio de cada proposta: em execução, elaborada, mas não executada por restrição de recursos, ou em construção. O conjunto de propostas a seguir é o núcleo prático deste documento: é nele que se traduz, em ações concretas e priorizáveis, a urgência de manter e aprofundar o cuidado como eixo estruturante do próximo programa de governo.

Questões transversais às propostas

- Preservar o escopo da Política, tal como definido na Lei n. 15.069/2024: a principal novidade da Política Nacional de Cuidados é, por um lado, trazer, para o âmbito da política pública e da agenda governamental, a necessidade de garantir o direito ao cuidado relacionado às atividades básicas e instrumentais da vida diária no mesmo nível de prioridade que as demais políticas, entendendo que o Estado não pode mais ser subsidiário nesse campo; por outro, ancorar suas propostas na díade do cuidado. A diluição do conceito (se tudo vira cuidado, o conceito perde força) é risco recorrente e enfraquece a resposta pública, abrindo espaço para a apropriação conservadora do tema.

- Transversalizar o tema dos cuidados em todo o programa: a recomendação das/os participantes do seminário, formulada de modo enfático, é que o tema dos cuidados deve atravessar as diversas áreas do programa de governo (economia, saúde e educação, trabalho, desigualdades, ciência e tecnologia, cidades, entre outros), com recortes de gênero, raça, etnia, território, deficiência e ciclo de vida.

- Princípios: garantir que as ações propostas estejam assentadas nos princípios da equidade e não discriminação, antirracismo, anticapacitismo, antiidadismo, interdependência entre quem cuida e quem é cuidado e na ética do cuidado.

6.3.1. Principais diretrizes: escala, sustentabilidade e inovação

- Investir e ampliar Educação infantil e escola em tempo integral: estender a cobertura e a jornada das creches, universalizar a pré-escola e ampliar a oferta de escola em tempo integral, priorizando grupos em situação de maior vulnerabilidade e famílias monoparentais chefiadas

por mulheres, assim como mães de crianças com deficiência[1]. Essa proposta é fundamental, por um lado, para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes e por outro, para redução da sobrecarga de trabalho de cuidados que pesa sobre as mulheres. Apesar de ser um direito universal para todas as crianças de 0 a 3 anos no Brasil, e da sua cobertura ter se ampliado significativamente nos anos recentes, ainda há um importante déficit de cobertura, em especial para as crianças negras e indígenas, de famílias de baixa renda e que vivem no Norte e no Nordeste do país (BRASIL, DataCuidados, 2026); reverter essa distribuição desigual deve ser critério explícito de priorização da expansão. Meta de referência do Plano Nacional de Educação: 60% de cobertura de creche e universalização da pré-escola.

• Criar o Programa Nacional de Cuidotecas: as cuidotecas são espaços públicos e gratuitos de acolhida de crianças de 3 a 12 anos (com e sem deficiência) para a realização de atividades lúdicas, de convivência e cuidados em horários que excedam a jornada escolar, com objetivo de propiciar um espaço seguro de cuidados e, ao mesmo tempo, liberar o tempo de mães, pais e outros responsáveis para que possam estudar, formar-se profissionalmente e trabalhar. O Programa conta com as seguintes modalidades: i) cuidotecas permanentes para atendimento noturno de estudantes e trabalhadoras/es de instituições de ensino superior como elemento estruturante da permanência estudantil e compatibilização com o trabalho remunerado; ii) cuidotecas temporárias/volantes para atendimento em cursos de formação onde não existam cuidotecas permanentes; iii) cuidotecas de base comunitária (em particular em territórios periféricos e populares); iv) cuidotecas em grandes eventos e eventos de participação social. Foi apontada a necessidade de equacionar a questão do transporte para ida e vinda das crianças e seus responsáveis, considerado um gargalo crítico de acesso, sobretudo na área rural. Estágio: em execução; a meta definida no Plano Nacional de Cuidados para 2026 (100 cuidotecas, com um orçamento de 46,5 milhões) já foi superada; a previsão é ultrapassar a marca das 300 cuidotecas implantadas em 2026 (entre permanentes e temporárias), com um investimento de R$ 75,6 milhões (MDS, MEC e Ministério das Mulheres), em parceria com universidades federais e estaduais, institutos federais (no âmbito dos programas Mulheres Mil+Cuidados e Asas do Futuro) e prefeituras.

• Programa Nacional de Formação em Cuidados: Programa estruturado em quatro eixos: (i) formação profissional e cidadã de mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio da consolidação e ex-

pansão do Mulheres Mil + Cuidados (MDS e MEC); (ii) formação inicial e continuada de trabalhadoras remuneradas do cuidado, com especial atenção às trabalhadoras domésticas; (iii) formação, orientação e apoio a cuidadoras e cuidadores familiares; e (iv) formação permanente dos profissionais do SUS e do SUAS que ofertam cuidados em domicílios e instituições. Além da formação profissional específica, o Programa deve conter elementos de formação crítica, com conteúdos relativos à cidadania, direitos humanos, direitos trabalhistas e previdenciários e letramento racial e de gênero. Não há como efetivar a Política Nacional de Cuidados sem, ao mesmo tempo, construir uma política nacional de formação em cuidados.

• Cuidado em Casa (atendimento domiciliar integrado SUS e SUAS): estruturar programa nacional de atendimento domiciliar a pessoas idosas com necessidades de apoio para a realização de atividades da vida diária e suas cuidadoras familiares não remuneradas, destinado, em um primeiro momento, a famílias em situação de vulnerabilidade social, mas tendo como objetivo expandir o serviço para setores de classe média. O serviço, baseado em uma concepção de gestão integrada do cuidado com articulação entre o SUS e o SUAS, contribui para a qualidade de vida das pessoas idosas, prevenindo/recuperando perda de funcionalidade e reduzindo significativamente a necessidade de institucionalização. Prevê, de forma inovadora, a presença na equipe multidisciplinar de atendimento um/a cuidador/a social (função de nível médio tipificada no SUAS) para apoiar as cuidadoras/es familiares com orientações sobre o cuidado e liberar seu tempo para a realização de outras atividades, como descanso, atendimentos de prevenção em saúde e atividades de formação e geração de renda, reduzindo os elevados índices de problemas de saúde física e mental constatados entre elas. A proposta é nacionalizar experiências municipais inovadoras e exitosas, como o programa Maior Cuidado, de Belo Horizonte, em execução desde 2011, com resultados positivos comprovados e reconhecidos internacionalmente, avançando ainda mais na integração SUS e SUAS, através de protocolos de ação conjunta. Estágio: proposta elaborada entre MDS, Saúde, Direitos Humanos e Casa Civil; a parte da saúde avança com o lançamento recente do Programa de Atenção Domiciliar à Pessoa Idosa (PADI) pelo Ministério da Saúde. O componente do MDS (SUAS) não começou a ser executado por falta de recursos, estando nesse momento restrito à implementação de um projeto piloto em 3 municípios; não foi possível, portanto, avançar em um dos objetivos centrais da estratégia, que é a

liberação do tempo das cuidadoras familiares.

• Centros-dia, centros de convivência e instituições de longa permanência (ILPIs). A demanda por esses equipamentos (serviços tipificados no SUAS) é expressiva e tende a crescer no contexto de envelhecimento acelerado da população, e a oferta é baixa, sobretudo em territórios periféricos e nas regiões Norte e Nordeste. Os centros-dia tem um custo inferior ao das ILPIs e um alto impacto na liberação do tempo das cuidadoras familiares, mas até agora são em número muito reduzido os que contam com co-financiamento federal, que são destinados a pessoas com deficiência. É urgente expandir essa rede de serviços, tanto para pessoas idosas quanto para pessoas com deficiência, garantir o cofinanciamento federal para os Centros Dia e elevar o valor desse co-financiamento para as ILPIs, além de melhorar a qualidade dos serviços existentes, e avançar na integração SUAS e SUS, com protocolos de ação conjunta e definição e fluxos, e a criação de unidades híbridas

• Trabalho decente para as trabalhadoras domésticas. As trabalhadoras domésticas são a principal categoria da força de trabalho remunerada de cuidados no Brasil (25% do total). Como detalhado na seção 3.4, é uma categoria fortemente feminizada, racializada e em processo de envelhecimento, marcada por baixa formalização, rendimentos inferiores ao salário-mínimo e alta incidência de pobreza (DIEESE, 2026). É fundamental avançar no enfrentamento dessa situação e no reconhecimento, valorização e promoção dos direitos trabalhistas, previdenciários e humanos das trabalhadoras domésticas. Isso inclui:

i. dar plena efetividade à Convenção nº 189 da OIT, eliminando o dispositivo da Lei Complementar n. 150 que estabelece como condição para o reconhecimento do vínculo de emprego no trabalho doméstico a necessidade de trabalhar ao menos 3 dias por semana para o mesmo empregador;

ii. equiparar os direitos das trabalhadoras domésticas aos dos demais trabalhadores assalariados (como o seguro-desemprego e o auxílio-doença) - incluindo a ampliação já conquistada do seguro-desemprego para trabalhadoras domésticas resgatadas do trabalho escravo - e assegurar o seu direito à negociação coletiva;

iii. fortalecer a inspeção do trabalho: combater a informalidade, promover saúde e segurança no trabalho e prevenir e erradicar o trabalho infantil e o trabalho escravo;

iv. tornar visível e enfrentar o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado exercido por meninas e adolescentes no interior de suas famílias, por vezes por longas jorna-

das e envolvendo riscos de diversos tipos (por exemplo, meninas que cuidam de irmãos/irmãs mais novas para que a mãe trabalhe fora, ou que cozinham, lavam e passam roupas, etc), hoje ausente das estatísticas oficiais.

- Cuidados indiretos e comunitários: expandir lavanderias públicas, cozinhas solidárias e comunitárias, restaurantes populares e quintais produtivos. Estágio: em execução.

- Minha Casa, Minha Vida + Cuidados: incorporar aos empreendimentos habitacionais do Minha Casa Minha Vida equipamentos e serviços de cuidado que atendam simultaneamente as demandas de quem precisa de cuidado e quem cuida (como cuidotecas, lavanderias públicas e comunitárias, cozinhas comunitárias, espaços de convivência, de formação profissional e outros equipamentos para crianças, jovens, pessoas idosas e pessoas com deficiência previstos no Plano Nacional de Cuidados). Essa incorporação contribuirá à redução da sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados, sobretudo das mulheres, assim como à ampliação do acesso ao cuidado para crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência, ao fortalecimento de vínculos comunitários e à promoção de territórios mais inclusivos, igualitários e sustentáveis. Estágio: proposta em construção, em diálogo com o Ministério das Cidades.

- Territórios do Cuidado: implantar serviços articulados no território para quem requer cuidado e para quem cuida, a exemplo das Manzanas del Cuidado de Bogotá, das Utopias do México e de experiências comunitárias brasileiras, escalando os arranjos que se mostrarem efetivos.

- Programa Nacional de Saúde Mental para Cuidadoras Familiares. Ação integrada (Ministério da Saúde, MDS e Ministério das Mulheres) de apoio psicológico e comunidades de apoio às cuidadoras familiares, incluindo mães de crianças com deficiência. Prevê programa virtual de saúde mental, com atendimento psicológico remoto por agendamento e plantão 24 horas por dia, sete dias por semana; sessões em grupo com orientação de profissionais (psicoeducação, troca de experiências, oficinas práticas); comunidade online moderada de apoio entre cuidadoras; e materiais em linguagem simples sobre direitos, serviços e cuidados cotidianos (rotinas, higiene, mobilidade, sinais de alerta). Resposta ao quadro de estresse crônico, sofrimento e luto antecipado documentado entre elas. Estágio: proposta em construção

- Regulamentação da profissão de cuidador/a de pessoas. Estabelecer normas que reconheçam e regulamentem a profissão de cuidador/a, com o objetivo de reconhecer a profissão, assegurar direitos e proteção

aos profissionais e definir requisitos de formação e certificação para o exercício da função.

- Sistema Nacional de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência. Implantar definitivamente o sistema unificado de avaliação biopsicossocial da deficiência: regulamentar o instrumento já validado, entregue ao Presidente Lula em 2024 e testado em piloto no Piauí (parceria MDHC, MDS e Banco Mundial), e criar a estrutura de governança correspondente.

- Atendente pessoal da pessoa com deficiência. regulamentar o atendente pessoal previsto na Lei Brasileira de Inclusão, instrumento de vida independente.

- Licenças para o cuidado: avançar na ampliação e criação de licenças para cuidados como instrumento de corresponsabilização social e de gênero pelo trabalho de cuidados e de compatibilização entre a educação, o trabalho remunerado e as responsabilidades familiares de cuidados: i) extensão de licença-maternidade a 180 dias em consonância com a recomendação da Organização Mundial da Saúde – OMS de amamentação exclusiva até 6 meses de idade (hoje as únicas trabalhadoras no Brasil que tem esse direito são as servidoras públicas e as que trabalham nas empresas que aderiram ao programa Empresa Cidadã, em número muito reduzido); ii) monitorar a ampliação progressiva da licença-paternidade dos atuais 5 para 20 dias até 2029, recém aprovada pelo Congresso Nacional; iii) criar licenças parentais e de longa duração; iv) ampliar o abono de faltas para acompanhamento de dependentes.

- Incluir o trabalho não remunerado de cuidados no cálculo do PIB: melhorar as estatísticas sobre uso do tempo e elaborar uma conta satélite ao Sistema de Contas Nacionais sobre o trabalho não remunerado de cuidados capaz de tornar visível a sua contribuição para o cálculo do PIB.

- Primeira infância integrada: articular a Política Nacional de Cuidados à Política Nacional Integrada de Primeira Infância, com governança intersetorial e interfederativa, garantia orçamentária, qualidade da educação infantil, integração de dados (CadÚnico, DataSUAS) e apoio psicossocial a gestantes e cuidadores.

- Atualização da política para a pessoa idosa. retomar a atualização da Política Nacional da Pessoa Idosa, articulada à Política Nacional de Cuidados, com atenção específica às mulheres idosas, que envelhecem cuidando e seguem provendo cuidado em idades avançadas.

- Apoio de renda e subsídios às cuidadoras familiares. Discutir possíveis alternativas de apoios de renda a cuidadoras familiares ou de subsídios progressivos à contratação de cuidadores/as pelas famílias,

a exemplo do que existe no Sistema Nacional Integrado de Cuidados do Uruguai. Trata-se de resposta a uma demanda expressiva, sobretudo de mães de crianças com deficiência e de cuidadoras familiares de pessoas idosas com perda de funcionalidade ou demência. O tema é controverso, tanto por questões fiscais quanto pelo risco de reforçar o confinamento das mulheres ao espaço doméstico.

· Bolsa Família como porta para a política de cuidados. tratar o público do Bolsa Família, cerca de 19 milhões de famílias (ao redor de 73% dos beneficiários são mulheres e meninas), com forte presença de mulheres negras, mães solo e de 8,5 milhões de crianças de zero a seis anos, como prioridade para a assistência às creches, escola de tempo integral e demais serviços de cuidado, articulando a transferência de renda a uma trajetória de cuidado que previna a reprodução intergeracional da pobreza.

6.3.2. Cuidado como eixo transversal do desenvolvimento

· Investir na economia do cuidado como vetor de política industrial e setor estratégico para a ampliação da demanda e geração de emprego em diversos setores, como o complexo industrial da saúde (indústria farmacêutica, equipamentos médicos, biotecnologia, tecnologia assistiva, inteligência artificial aplicada à saúde), a construção civil, a infraestrutura urbana, entre outros.

· Infraestrutura de cuidados no território: levar de forma articulada saúde, educação, assistência, transporte e mobilidade às periferias, zonas rurais e regiões menos atendidas, reconhecendo a forte desigualdade territorial presente na organização social dos cuidados.

· Autonomia econômica das mulheres: tratar a liberação do tempo das mulheres como vetor de ampliação da participação no trabalho, da produtividade, da renda das famílias e do crescimento.

6.3.3. Governança, territorialização, arquitetura institucional e prioridade política

. Territorialização: É fundamental avançar na territorialização do Plano Nacional de Cuidados, através da adesão voluntária de Estados, municípios e do DF e da elaboração de planos estaduais e municipais de cuidado para fazer com que a Política chegue efetivamente à vida das pessoas, responda à diversidade de situações e particularidades existentes ao longo do território nacional e contribua para a diminuição das desigualdades territoriais que ainda marcam o país.

· Fortalecer a governança intersetorial, federativa e participativa da Política e do Plano Nacional de Cuidados: a pactuação federativa e a

participação social são fundamentais para o avanço e a sustentabilidade da Política e das propostas aqui apresentadas. A estrutura de governança do Plano Nacional de Cuidados reflete esse objetivo, ao ser composta por um Comitê Gestor composto pelos 20 ministérios e outros 4 órgãos do governo federal que tem ações no Plano e por um Comitê Estratégico com representação paritária do governo (que inclui representação de estados e municípios) e sociedade civil, e deve ser fortalecida.

· Prioridade política: elevar a prioridade política da Política e do Plano Nacional de Cuidados entre os tomadores de decisão no mais alto nível do governo federal é fundamental para avançar em seu reconhecimento como tema prioritário para a agenda de direitos, a igualdade de gênero e raça, a superação da pobreza e da desigualdade, o funcionamento da economia e o desenvolvimento sustentável do país. Por se tratar de uma agenda intersetorial e estratégica, é importante que a Política Nacional de Cuidados conte com um claro respaldo político no centro de governo, o que amplia sua capacidade de coordenação, intersetorialidade e transversalidade e sinaliza, de forma concreta, o peso político que a temática ocupa na agenda nacional.

6.3.4. Financiamento:

O financiamento é outro desafio central, sem o qual não é possível conferir escala e sustentabilidade às ações e programas já iniciados ou previstos e para que a Política Nacional de Cuidados se consolide como política de Estado e uma marca do próximo governo. Isso inclui:

· Priorização orçamentária: reconhecer que o financiamento sustentável depende de prioridade política e abrir espaço fiscal para a política de cuidados.

· Arranjos de financiamento inovadores: explorar instrumentos como o Propag e o FIIS (Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura social), entre outros, para alavancar o financiamento da infraestrutura de cuidados.

· Justiça tributária e o trabalho que sustenta o Estado: associar a agenda de cuidados à reforma tributária progressiva e à taxação dos mais ricos, sustentando que o fundo público é hoje constituído também pelo trabalho não remunerado das mulheres, que deveria ser reconhecido e devolvido sob a forma de financiamento de políticas, serviços e infraestrutura de cuidados.

· Vinculação de recursos ao SUAS. acompanhar a tramitação da proposta de emenda constitucional que vincula recursos ao SUAS, condição apontada para viabilizar serviços de acolhimento, cuidado e convivência hoje subfinanciados.

6.3.5. Mensagem-chave

Cuidar é um imperativo ético e uma aposta no futuro. Investir em cuidados é investir em emprego, em proteção social, em igualdade e em desenvolvimento econômico, colocando a sustentabilidade da vida e do planeta no centro das decisões públicas.

Na atual gestão do Presidente Lula, o país reconheceu, de forma inédita, o direito ao cuidado para todas as pessoas (entendido como o direito a receber cuidados, a cuidar e ao autocuidado) como uma responsabilidade de Estado e construiu uma Política e um Plano Nacional de Cuidados que hoje são referência.

A tarefa do próximo período é transformar esse reconhecimento em serviços com escala e sustentabilidade, que cheguem a quem mais precisa, e fazer do cuidado uma agenda central, e não subsidiária, do programa de governo. Compartilhar o cuidado é apoiar e proteger as famílias brasileiras: crianças se desenvolvem, pessoas idosas e com deficiência ganham qualidade de vida, e as mulheres ganham tempo, renda e autonomia. Cuidar é cuidar do futuro do país, e de quem decide esse futuro nas urnas.

6.4 - BRASIL QUE AVANÇA: com igualdade para as mulheres

A herança escravocrata e o patriarcado estruturam as desigualdades brasileiras em todas as esferas da nossa sociedade, daí a necessidade de implementar uma agenda de políticas públicas tendo a interseccionalidade de gênero e raça em todos os campos de elaboração. Ter

o Cuidado no centro do desenvolvimento econômico e na prioridade da agenda política para as mulheres é primordial para que o Brasil avance em toda sua potencialidade sem deixar ninguém para trás, pois significa criar as condições para um novo salto na implementação de um Estado de bem-estar social.

Para aprofundarmos nessa estratégia de projeto político para o futuro do país, é fundamental implementar a interseccionalidade de igualdade de gênero e raça em todos os setores de elaboração de políticas públicas, de modo a enfrentar a lógica racista e patriarcal do Estado e fazer a máquina pública operar sobre a lógica da superação das desigualdades. Um dos primeiros passos para este avanço institucional é a implementação de uma gestão democrática e eficiente que considere a paridade de gênero e raça na formulação, acompanhamento e fiscalização de todas as políticas públicas, fortalecendo os mecanismos de controle social e a construção coletiva das decisões do Estado.

Além disso, é fundamental estabelecer indicadores, metas e instrumentos de monitoramento com recorte de gênero e raça, para avaliar resultados, corrigir desigualdades e garantir que os recursos públicos promovam autonomia, proteção social e qualidade de vida para toda a população.

6.4.1. Fortalecer a democracia e a participação social[2]

Uma democracia mais forte depende da participação ativa da sociedade, da valorização da diversidade e da ampliação da presença das mulheres, em toda a sua diversidade, nos espaços de poder e decisão. É preciso garantir uma cultura democrática baseada nos direitos humanos, na educação para a cidadania, no enfrentamento à desinformação e à violência política e no fortalecimento de instituições públicas capazes de governar com transparência, participação social e compromisso com a redução das desigualdades e a melhoria da vida das famílias.

Diretrizes

1. Promover uma reforma política democrática, assegurando paridade e alternância entre mulheres e homens nas listas partidárias fechadas, de forma a ampliar a representação política das mulheres.

2. Fortalecer mecanismos permanentes de participação e controle social em todos os processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, assegurando a participação social na definição das prioridades orçamentárias, de forma a ampliar a transparência, o controle

2. Veja Caderno *Por um Brasil democrático, seguro e soberano, ítem Reformar o sistema político e aprofundar a democracia.*

democrático e o enfrentamento das desigualdades.

3. Fortalecer a educação para a cidadania, os direitos humanos, a igualdade de gênero e racial, a participação social e a cultura democrática, promovendo ações educativas voltadas ao exercício da cidadania, ao controle social e à valorização das instituições democráticas.

4. Ampliar a participação das mulheres, em toda a sua diversidade, nos espaços de poder, decisão e representação política, econômica, social e institucional, promovendo medidas de paridade, enfrentamento à violência política de gênero e raça, formação para lideranças e fortalecimento da participação das mulheres nos processos decisórios em todos os níveis da administração pública e da sociedade.

6.4.2. Gestão democrática tem paridade de gênero e raça

Governar melhor significa construir um Estado capaz de planejar, inovar, integrar políticas públicas e oferecer serviços de qualidade para toda a população. É fundamental fortalecer a capacidade institucional do poder público, tornando a gestão mais eficiente, transparente, acessível e orientada para resultados, sempre com foco na redução das desigualdades e na promoção do bem-estar das famílias.

Para isso, é importante uma gestão pública comprometida com a equidade, que incorpore as perspectivas de gênero e raça no planejamento, no orçamento, na implementação e na avaliação das políticas públicas. Defende serviços públicos mais acessíveis, humanizados e integrados, capazes de responder às diferentes realidades da população e de garantir que a ação do Estado seja cada vez mais eficiente, democrática e orientada à promoção dos direitos e da qualidade de vida.

(a) Diretrizes

Aumentar a eficiência do gasto público a partir de uma perspectiva comprometida com a igualdade, o cuidado e a justiça social, fortalecendo o planejamento governamental, a efetividade das políticas públicas e a qualidade dos serviços prestados à população.”

Direcionar o orçamento público para políticas que reduzam desigualdades e evitem gastos futuros, com prioridade para investimentos em creches, moradia, saúde básica, escolas em tempo integral, combate à violência, mobilidade e políticas de cuidado.

Ampliar o acesso e a eficiência dos serviços públicos em áreas que impactam diretamente a vida das mulheres, especialmente das mulheres negras, periféricas, indígenas e chefes de família. assegurando qualidade, acessibilidade, integração e atendimento humanizado.

Assegurar a participação das mulheres, em toda a sua diversidade, na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, incorporando suas demandas ao planejamento governamental e ao aperfeiçoamento da gestão pública.

Estabelecer indicadores, metas e instrumentos de monitoramento com recorte de gênero e raça, para avaliar resultados, corrigir desigualdades e garantir que os recursos públicos promovam autonomia, proteção social e qualidade de vida para toda a população

Incluir o trabalho de cuidado no cálculo do PIB: Captar, sistematizar e analisar dados que façam uma categorização mais completa dos tipos de trabalho de cuidado, do trabalho doméstico não-pago, que permitam uma série histórica e a integração deles com o cálculo do PIB brasileiro;

6.4.3. Direito de viver sem violência

A construção de um país seguro, democrático e comprometido com a igualdade exige enfrentar a violência contra as mulheres como um problema estrutural da sociedade brasileira e uma grave violação dos direitos humanos. A misoginia — entendida como a desvalorização, a discriminação e o ódio dirigidos às mulheres — constitui uma das bases culturais e políticas da violência de gênero. Associada ao sexismo, ao racismo e a outras formas de discriminação, ela se manifesta nas relações sociais, nas instituições, nos espaços de poder, nos meios de comunicação e nos ambientes digitais, sustentando mecanismos de controle sobre os corpos, a liberdade, a autonomia e a participação das mulheres na vida social, econômica e política. Ao limitar o exercício da cidadania e impedir o pleno acesso aos direitos, a violência contra as mulheres constitui um dos principais obstáculos à igualdade substantiva entre mulheres e homens e ao fortalecimento da democracia.

As mulheres negras, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, periféricas, com deficiência, idosas, jovens, migrantes, refugiadas, LGBTQIA+ e outras mulheres submetidas a múltiplas formas de discriminação enfrentam riscos agravados de violência e maiores barreiras para acessar proteção, acolhimento, justiça e reparação. Superar esse cenário exige políticas públicas integradas, permanentes e territorializadas, capazes de prevenir todas as formas de violência, fortalecer a rede de proteção, garantir atendimento humanizado e acessível, assegurar o acesso à justiça, responsabilizar os autores da violência e promover a autonomia das mulheres como condição para o exercício pleno de seus direitos.

Trata-se de reconhecer que não haverá igualdade substantiva entre

mulheres e homens, democracia plena nem justiça social enquanto a misoginia continuar legitimando a violência, a discriminação e o controle sobre os corpos, a liberdade, a autonomia e a participação das mulheres na vida econômica, política e social.

(a) Diretrizes

1. Universalizar e consolidar a rede de proteção às mulheres, ampliando a cobertura de serviços especializados e dos organismos de políticas para as mulheres em todos os estados e municípios, com financiamento adequado, equipes qualificadas e integração da rede de atendimento, assegurando atenção às mulheres dos territórios rurais e das comunidades tradicionais.

2. Consolidar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, garantindo ações articuladas de prevenção, acolhimento, proteção, acesso à justiça e atendimento humanizado e acessível, com definição de metas, monitoramento de indicadores e avaliação periódica dos resultados.

3. Implementar uma política de segurança pública comprometida com os direitos humanos, fortalecendo o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), qualificando a atuação das instituições de segurança pública, ampliando a formação continuada para o atendimento às mulheres, integrando os sistemas de informação e promovendo a articulação entre segurança, saúde, educação, assistência social e direitos humanos.

4. Assegurar atenção integral às mulheres do campo, da floresta e das águas, ampliando serviços itinerantes, mecanismos presenciais e digitais de denúncia, acesso à justiça e atendimento especializado, de forma a reduzir as desigualdades territoriais e garantir proteção adequada às diferentes formas de violência.

5. Promover a educação para a igualdade de gênero, os direitos humanos e a cultura de paz, fortalecendo campanhas permanentes de enfrentamento à misoginia, ao sexismo, ao racismo e a todas as formas de discriminação, promovendo práticas educativas não sexistas e antirracistas e ações de prevenção e enfrentamento às violências nos meios de comunicação e nas plataformas digitais, com acompanhamento e avaliação de seus resultados.

6. Ampliar a autonomia econômica das mulheres, especialmente das mulheres negras, indígenas, com deficiência e demais grupos em situação de maior vulnerabilidade, promovendo o acesso ao trabalho digno, à qualificação profissional, e às políticas públicas e de políticas de cuidado, como estratégia estruturante para a prevenção das violências.

7. Consolidar um sistema inte-

grado de produção, gestão e transparência de dados sobre a violência contra as mulheres, aperfeiçoando os sistemas de informação, padronizando registros, ampliando pesquisas e fortalecendo o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, com recortes por raça, etnia, deficiência, idade, orientação sexual, identidade de gênero e território.

6.4.4. Cidades mais democráticas

Os territórios não são neutros. A forma como cidades e áreas rurais são planejadas, organizadas e ocupadas pode reproduzir ou reduzir desigualdades de gênero, raça, classe, geração, deficiência e território. O acesso à moradia digna, ao transporte público, aos equipamentos sociais, ao saneamento, à alimentação, ao trabalho e aos serviços de cuidado influencia diretamente a forma como as mulheres vivem, trabalham, circulam, cuidam, participam da vida comunitária e exercem seus direitos.

A organização do espaço urbano e rural determina quem dedica mais tempo aos deslocamentos, quem enfrenta maiores barreiras para acessar serviços públicos, quem está mais exposta à violência e quem dispõe de melhores condições para estudar, trabalhar, produzir, participar da vida política e viver com autonomia.

As mulheres, especialmente as mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, do campo, das águas e das florestas, continuam sendo as mais afetadas pelas desigualdades territoriais, pela precariedade da infraestrutura urbana e rural e pela insuficiência de serviços públicos essenciais.

Essas desigualdades ampliam a sobrecarga do trabalho de cuidados, restringem oportunidades, aprofundam situações de pobreza, insegurança alimentar e violência e comprometem o exercício pleno da cidadania. Superá-las exige políticas públicas integradas que articulem habitação, mobilidade, saneamento, abastecimento alimentar, infraestrutura, planejamento urbano e desenvolvimento territorial, reconhecendo que as cidades e os territórios também precisam ser reorganizados a partir da sustentabilidade da vida e da organização social dos cuidados.

Trata-se de reconhecer que não haverá igualdade de gênero, direito à cidade, justiça territorial nem desenvolvimento sustentável enquanto as cidades e os territórios continuarem sendo organizados sem considerar as diferentes formas como mulheres e homens vivem, circulam, trabalham, produzem, cuidam e exercem seus direitos.

(a) Diretrizes

1. Conduzir uma Reforma Urbana comprometida com a democratização do acesso à moradia digna e bem localizada, o combate à concentração da propriedade urbana

e à especulação imobiliária, assegurando a função social da cidade e da propriedade e promovendo a valorização das periferias, favelas e comunidades tradicionais como territórios de cidadania, diversidade e potência.

2. Promover cidades organizadas a partir da vida cotidiana e da perspectiva dos cuidados, garantindo transporte público acessível e de qualidade, com progressiva implantação da tarifa zero, iluminação pública adequada, saneamento básico, equipamentos públicos de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer, de forma a reduzir desigualdades territoriais e ampliar a autonomia das mulheres.

3. Fortalecer e ampliar o Programa Minha Casa, Minha Vida, com metas mais ousadas e articuladas à infraestrutura urbana, compreendendo a moradia para além da unidade habitacional e incorporando uma perspectiva de habitabilidade, cuidado, convivência comunitária e acesso aos serviços públicos.

4. Incorporar a perspectiva de gênero, raça e da organização social dos cuidados no planejamento urbano e territorial, assegurando que as políticas de habitação, mobilidade, infraestrutura, saneamento, abastecimento alimentar e desenvolvimento territorial respondam às diferentes realidades vividas pelas mulheres, reduzam as desigualdades no acesso aos serviços públicos e promovam o direito à cidade e aos territórios para todas.

5. Ampliar os mecanismos públicos de financiamento habitacional, assegurando prioridade às mulheres chefes de família no acesso às políticas de habitação de interesse social.

6. Fortalecer a agricultura urbana como estratégia de segurança alimentar e nutricional, geração de trabalho e renda, sustentabilidade ambiental e ocupação produtiva dos espaços urbanos, ampliando o acesso das agricultoras urbanas às políticas públicas e fortalecendo circuitos alimentares sustentáveis e a economia solidária.

7. Fortalecer políticas de abastecimento alimentar, investindo em logística, distribuição e comercialização de alimentos saudáveis por meio de feiras agroecológicas, mercados de venda direta, compras públicas, circuitos curtos de comercialização e utilização de espaços públicos.

8. Fortalecer políticas nacionais de mobilidade, ampliando o acesso das populações do campo e da cidade aos serviços públicos e apoiando estados e municípios na oferta de transporte público acessível e adequado às necessidades das mulheres trabalhadoras rurais, inclusive para participação em espaços de formação, participação social e controle democrático.

9. Fortalecer o transporte escolar rural, assegurando apoio técnico e financeiro aos entes federados para garantir veículos adequados, monitoria quando necessária e condições de segurança e acessibilidade para crianças e adolescentes.

10. Incorporar a perspectiva de gênero, raça e dos cuidados no planejamento urbano e territorial, fortalecendo a produção de dados, os processos participativos e os instrumentos de planejamento das cidades e dos territórios rurais, assegurando a participação efetiva das mulheres na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas urbanas e territoriais.

6.4.5. Mulheres do campo e soberania alimentar[3]

A produção de alimentos, a conservação da biodiversidade, a proteção dos bens comuns e o enfrentamento das mudanças climáticas dependem da valorização da agricultura familiar, da reforma agrária, da agroecologia e dos conhecimentos dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. Esses sujeitos desempenham papel estratégico na construção de um modelo de desenvolvimento rural comprometido com a soberania e a segurança alimentar e nutricional, a justiça social e ambiental e a sustentabilidade da vida. As mulheres do campo, das águas e das florestas são protagonistas desse processo. Produzem alimentos, preservam sementes, manejam a sociobiodiversidade, sustentam economias locais, organizam redes comunitárias e realizam grande parte do trabalho de cuidados, frequentemente invisibilizado e não remunerado. Apesar de sua contribuição fundamental, continuam enfrentando desigualdades no acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica, aos mercados, às tecnologias, às políticas públicas e aos espaços de decisão. Promover sua autonomia econômica, ampliar seus direitos e reconhecer seus conhecimentos são condições indispensáveis para fortalecer a agricultura familiar, reduzir as desigualdades e construir um desenvolvimento rural inclusivo e sustentável.

Trata-se de colocar em perspectiva que não haverá soberania alimentar, justiça climática, desenvolvimento rural sustentável nem democracia enquanto persistirem as desigualdades no acesso à terra, aos bens comuns, às políticas públicas e aos meios necessários para que as mulheres possam produzir, cuidar, viver e decidir com autonomia em seus territórios.

(a) Diretrizes

1. Promover um modelo de desenvolvimento rural sustentável basea-

3. Veja mais em Caderno Cidade, Campo, Meio Ambiente e Clima.

do na reforma agrária, na agricultura familiar, na agroecologia, na valorização dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, reconhecendo o protagonismo das mulheres do campo, das águas e das florestas na produção de alimentos saudáveis, na conservação da biodiversidade, no enfrentamento das mudanças climáticas e no desenvolvimento dos territórios.

2. Destinar recursos orçamentários para implementar e ampliar políticas públicas de promoção da sociobiodiversidade e da inclusão socioprodutiva das mulheres do campo, das águas e das florestas, apoiando o manejo florestal comunitário e sustentável, a conservação e o uso da agrobiodiversidade, a proteção das sementes crioulas e dos recursos genéticos, o financiamento de projetos por chamadas públicas específicas, a agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade e o fortalecimento de suas cadeias produtivas.

3. Implementar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), assegurando sua regulamentação, orçamento, governança social e funcionamento do Comitê Gestor, promover a redução progressiva do uso de agrotóxicos, proibir a pulverização aérea, instituir zonas livres de transgênicos e agrotóxicos e destinar os recursos da taxação dos agrotóxicos à promoção da agroecologia e ao fortalecimento da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais.

4. Fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e implementar o PLANAPO, o PLANSAN e o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, ampliando a aquisição de alimentos da agricultura familiar, da produção agroecológica e dos povos e comunidades tradicionais, com prioridade para as mulheres.

5. Instituir programa nacional de fortalecimento das feiras agroecológicas, mercados de venda direta, circuitos curtos de comercialização e equipamentos públicos de abastecimento alimentar, promovendo a produção agroecológica, a economia solidária e feminista, a inclusão produtiva das mulheres e o acesso da população a alimentos saudáveis.

6. Instituir a Política Nacional dos Quintais das Margaridas para o Bem Viver, construída em diálogo com organizações e movimentos de mulheres rurais, como estratégia estruturante para promover a inclusão produtiva, a autonomia econômica das mulheres, a produção diversificada de alimentos, a conservação da agrobiodiversidade, a adaptação às mudanças climáticas e o fortalecimento da soberania e da segurança

alimentar e nutricional, garantindo assistência técnica, fomento produtivo e apoio à organização produtiva das mulheres do campo, da floresta e das águas.

7. Fortalecer a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituir o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, ampliar o acesso das mulheres ao crédito, ao fomento produtivo e à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) agroecológica, feminista e antirracista, assegurando formação continuada de extensionistas e atendimento às especificidades das mulheres do campo, das águas e das florestas.

8. Promover políticas de sucessão rural e permanência da juventude no campo, garantindo às jovens mulheres acesso à terra, crédito, assistência técnica, educação, conectividade, cultura, trabalho e renda, contribuindo para a renovação geracional da agricultura familiar e da agroecologia.

9. Fortalecer a Subsecretaria de Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e os os conselhos nacionais e estaduais de participação e controle social, em especial o CONSEA, a CNAPO, o CONDRAF, o CNDM, o CNPCT, o CNES, assegurando estrutura institucional, assegurando pleno funcionamento, recursos orçamentários e administrativos.

6.4.6. Saúde Integral das Mulheres

A redução das desigualdades e a construção de uma sociedade democrática dependem do fortalecimento de sistemas públicos universais, gratuitos, inclusivos e de qualidade. Nosso compromisso é

Foto: Jesiel Braga/Pref. de Macapá

fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS)como políticas de Estado capazes de assegurar proteção social, ampliar oportunidades e garantir direitos para todas as pessoas, respeitando as diversidades de gênero, raça, etnia, geração, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero e território.

Esse compromisso exige reconhecer que as desigualdades sociais e territoriais produzem diferentes condições de acesso aos direitos. As mulheres, especialmente as mulheres negras, periféricas e as mulheres do campo, das águas e das florestas, enfrentam barreiras históricas no acesso à saúde integral, aos direitos sexuais e reprodutivos, à educação e às políticas de cuidado. Por isso, defendemos políticas públicas territorializadas, culturalmente adequadas e comprometidas com a equidade, valorizando os saberes tradicionais, fortalecendo a Atenção Primária à Saúde, a educação pública e a integração entre saúde, assistência social, educação e políticas de cuidado.

Diretrizes

Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) como política pública universal, integral, equânime e territorializada, assegurando atenção integral à saúde das mulheres em toda a sua diversidade, com especial atenção para as mulheres negras, do campo, das águas e das florestas.

Atualizar e fortalecer a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), assegurando equipes multiprofissionais, atenção territorializada, participação social e organização da rede de cuidados com perspectiva de gênero, raça, geração e diversidade.

Implementar e fortalecer a Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, assegurando às mulheres, meninas, com especial atenção às mulheres negras, do campo, das águas e das florestas, o direito à autonomia, ao controle sobre o próprio corpo e à livre decisão sobre a maternidade, garantindo que essas escolhas sejam acolhidas e asseguradas por meio das políticas públicas de saúde, assistência social e demais políticas necessárias à promoção da justiça reprodutiva.

Assegurar o acesso integral aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo ações permanentes de educação em direitos sexuais e reprodutivos para gestoras(es), profissionais da saúde e da educação, estudantes e usuárias do SUS; acesso à anticoncepção de qualidade, com oferta de métodos contraceptivos adequados às necessidades das mulheres e atenção especial às mulheres jovens na prevenção da gravidez precoce e não planejada; pré-natal, parto e puerpério humanizados; acompanhamento psicológico às mulheres e meninas, especialmente às vítimas de violência; estruturação e ampliação dos serviços de

aborto legal em hospitais públicos, com equipes multiprofissionais, funcionamento contínuo e garantia da continuidade do cuidado; atendimento humanizado às situações de abortamento; e implementação de ações para reduzir a mortalidade materna, mediante a qualificação da atenção ao pré-natal, parto, puerpério e abortamento, assegurando atendimento oportuno, integral e humanizado.

Ampliar e fortalecer políticas voltada para as mulheres na perimenopausa, menopausa e condições relacionadas ao envelhecimento

Ampliação da cobertura de exames e tratamento oncológico, incluindo o diagnóstico precoce dos cânceres de mama e do colo do útero, bem como os cuidados para mulheres que sofrem de endometriose e outras condições ginecológicas crônicas.

Implementar e ampliar ações voltadas à saúde óssea, à atividade física, à prevenção de osteoporose e à dependência funcional com linhas de cuidado para o climatério e a menopausa, assegurando acolhimento, acompanhamento multiprofissional, acesso seguro às terapias de reposição hormonal, quando indicadas, e ampliação de ofertas não farmacológicas de alívio dos sintomas.

Ampliar o Programa Dignidade Menstrual, reduzindo as barreiras de acesso aos insumos essenciais para a saúde menstrual. Aperfeiçoar os mecanismos de distribuição, ampliando a oferta de absorventes nas escolas e equipamentos do SUAS, garantindo maior eficiência, alcance e proteção à saúde, especialmente para estudantes, mulheres em situação de vulnerabilidade e populações historicamente excluídas.

Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde para prevenir, identificar e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, garantindo acolhimento integral e humanizado às vítimas de violência doméstica e sexual, de violência motivada por orientação sexual ou identidade de gênero, às mulheres em situação de prostituição e às demais populações em situação de vulnerabilidade, por meio do fortalecimento da atuação dos Agentes Comunitários de Saúde e das equipes da Atenção Primária à Saúde na identificação precoce, no acolhimento, no acompanhamento e no encaminhamento das situações de violência.

Incorporar a saúde mental e a saúde do trabalho, com recorte de gênero, raça/etnia e territorialidade, às ações da Atenção Primária à Saúde, considerando as condições de vida e trabalho das mulheres do campo, das águas e das florestas e assegurando ações de promoção, prevenção, cuidado e reabilitação.

Fortalecer a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, valorizando os conhecimentos tradi-

cionais das mulheres do campo, das águas e das florestas, promovendo pesquisas participativas, ampliando a aquisição de plantas medicinais pelo SUS e implantando e fortalecendo unidades de Farmácias Vivas como estratégia de ampliação do acesso ao cuidado, valorização dos saberes populares e desenvolvimento territorial.

Assegurar financiamento adequado ao SUS e promover a formação permanente das equipes de saúde para garantir atenção humanizada, livre de discriminação e violência institucional, qualificada para atender às especificidades das populações do campo, das águas e das florestas e comprometida com os princípios da universalidade, integralidade, equidade e participação social.

6.4.7. Educação não-sexista e cultura para igualdade[4]

O papel do Estado é promover uma cultura de bem-estar entre as pessoas, que permita o exercício da cidadania, o espírito democrático e as múltiplas formas de existir. Para que isso aconteça, é necessário investir na formação de uma cultura democrática e diversa passando por eixos estruturantes da formação humana. A Educação e o acesso a bens culturais são as principais vias de construção da sociabilidade e da compreensão e atuação crítica das relações sociais.

O Estado democrático deve garantir a perspectiva de uma formação humana integral, não sexista, que enfrente o machismo, o racismo, a discriminação às crianças e adolescentes e jovens LGBTQIAPN+ e todas as formas de preconceito, com capacidade para estimular e incentivar uma cultura democrática e de paz, que não esteja estruturada a partir da lógica capitalista, patriarcal e racista. Isso perpassa o investimento em educação pública, gratuita e de qualidade, e a valorização das e dos profissionais da educação em todos os níveis de ensino. No caso das mulheres, é importante que o Estado fortaleça mecanismos de transformação da lógica patriarcal, garantindo que o papel das mulheres na sociedade não esteja restrito às funções de cuidado e de sobrevivência.

O olhar integrado para essa formação humana e democrática deve estar alicerçado na apropriação de conhecimentos científicos, históricos, sociais que contribuam para uma melhor compreensão da sociedade e atuação crítica frente às desigualdades sociais, ao preconceito, à discriminação, à exclusão.

No âmbito da Educação, enfrentar todas as desigualdades, seja as decorrentes das relações patriarcais e escravagistas/racistas e seja também

4. Veja mais no Caderno Desigualdades, tópico Educação.

pelo surgimento de novos processos de exclusão. No tocante à cultura, é importante o estabelecimento de uma política cultural que entenda o lazer como um bem para todas, contribuindo para a qualidade de vida, que gere conhecimento, e permita o acesso ao tempo do lazer, entendendo que as mulheres são também sujeitos que produzem cultura.

Diretrizes

Garantir programas de permanência de mães estudantes em todos os níveis de Ensino articuladas com as necessidades do território.

Ampliar a oferta de creches e pré-escolas públicas de qualidade e universalizar progressivamente a educação em tempo integral na Educação Básica, considerando as especificidades dos territórios e articulando educação, cultura, esporte, assistência social e políticas de cuidado para garantir o desenvolvimento integral das crianças e maior proteção social às mães e famílias.

Fortalecer políticas de enfrentamento à violência de gênero e raça contra as mulheres na Educação Básica e Superior, fazendo da escola e da universidade espaços de acolhimento e denúncia de casos de violência sexual ou de qualquer outra natureza e de combate à cultura do estupro.

Ampliar a educação voltada para prevenção e combate à violência sexual e doméstica e a construção da autonomia de seus próprios corpos.

Valorizar as mulheres no esporte com ampliação do Bolsa atleta e medidas de permanência voltada para mulheres;

Promover políticas culturais que valorizem a diversidade, os saberes tradicionais, a memória coletiva e a produção artística das mulheres, fortalecendo a economia da cultura, ampliando o acesso aos bens culturais e reconhecendo a cultura como dimensão essencial da democracia, da cidadania e do desenvolvimento dos territórios, além de ser instrumento de transformação social e um vetor de desenvolvimento econômico sustentável.

Ampliar políticas públicas de promoção da economia da cultura e da economia criativa, assegurando às mulheres acesso à formação, qualificação profissional, financiamento, produção, circulação, difusão e comercialização de bens e serviços culturais, além de fortalecer a geração de trabalho, renda e autonomia econômica das mulheres em toda a diversidade de linguagens artísticas e manifestações culturais.

Ampliar o acesso da população às atividades culturais por meio do fortalecimento de festivais, caravanas culturais e demais iniciativas de circulação artística nos estados e municípios, promovendo a participação das mulheres na produção, criação

e difusão das artes, especialmente no teatro, música, cinema, literatura, culturas populares e demais expressões culturais.

Promover a igualdade de gênero, raça e diversidade na produção audiovisual, editorial, musical, teatral e nas demais linguagens artísticas, ampliando a participação das mulheres nos espaços de criação, direção, produção, gestão cultural, preservação da memória e ocupação dos equipamentos culturais.

Promover a cultura como instrumento de enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à misoginia, à LGBTfobia e a todas as formas de discriminação, apoiando iniciativas culturais comprometidas com os direitos humanos, a igualdade, a diversidade e a construção de uma cultura democrática

6.4.8. Modernizar o Brasil com as mulheres

A ciência, a tecnologia, a inovação e a transformação digital são dimensões estratégicas para o desenvolvimento do país, a soberania nacional e a melhoria das condições de vida da população. Entretanto, essas transformações não são neutras: podem ampliar desigualdades ou democratizar oportunidades, conforme as escolhas políticas que orientam sua produção, difusão e acesso. Por isso, a modernização do Brasil deve estar comprometida com a sustentabilidade da vida, a justiça social, a igualdade de gênero e racial, a transição ecológica e a construção de uma economia de baixo carbono.

As mulheres continuam sub-representadas nos espaços de produção científica, inovação tecnológica, engenharia, pesquisa e desenvolvimento, especialmente as mulheres negras, indígenas, quilombolas e as mulheres do campo, das águas e das florestas. Ao mesmo tempo, permanecem desigualmente afetadas pela exclusão digital, pelas barreiras de acesso às tecnologias e pela insuficiente oferta de soluções tecnológicas voltadas às suas necessidades e às atividades de cuidado. Superar essas desigualdades exige ampliar o acesso ao conhecimento, à conectividade, à pesquisa, ao financiamento, às tecnologias sociais e assistivas e às oportunidades de participação na economia do conhecimento, assegurando que as mulheres sejam protagonistas da inovação e da transformação digital do país.

Não haverá desenvolvimento sustentável, soberania tecnológica, inovação orientada ao interesse público nem ampliação da produtividade com inclusão social enquanto a ciência, a tecnologia e a transformação digital continuarem reproduzindo desigualdades de gênero, raça e território, em vez de ampliar direitos, oportunidades, autonomia e qualidade de vida. A modernização do Brasil deve estar a serviço da

redução das desigualdades, da sustentabilidade da vida, da soberania nacional e da ampliação das oportunidades para todas as pessoas.

Diretrizes

Promover um modelo de desenvolvimento baseado na inovação, na ciência, na tecnologia, na transformação digital, na transição ecológica e na valorização do trabalho, assegurando a participação plena das mulheres nos processos de pesquisa, inovação, desenvolvimento científico e produção tecnológicas, para que sejam protagonistas da economia do conhecimento, da transição ecológica e da transformação digital do país.

Implementar o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e a Agroecologia (PNPAF), assegurando orçamento, governança e participação social, e ampliar políticas públicas de promoção da agroecologia como estratégia para garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional, promover a adaptação e a mitigação das mudanças climáticas, ampliar sistemas produtivos de baixo carbono e fortalecer a resiliência dos territórios, com protagonismo das mulheres do campo, das águas e das florestas.

Instituir a Política Nacional de Mecanização Apropriada para a Agricultura Familiar, democratizando o acesso a máquinas, equipamentos, implementos e tecnologias apropriadas às condições de trabalho e às necessidades das mulheres do campo, das águas e das florestas, contribuindo para a redução da penosidade do trabalho produtivo e reprodutivo, o aumento da produtividade, a inovação tecnológica e a produção sustentável de alimentos.

Destinar recursos orçamentários para implementar e ampliar políticas públicas de promoção da sociobiodiversidade e da inclusão socioprodutiva das mulheres do campo, das águas e das florestas, apoiando o manejo florestal comunitário e sustentável, a conservação da biodiversidade, o financiamento de projetos por chamadas públicas específicas, a agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade e o fortalecimento de suas cadeias produtivas, contribuindo para a geração de trabalho, renda, inovação territorial e redução do desmatamento.

Garantir a inclusão digital e o acesso universal à internet de qualidade nas áreas urbanas, rurais e periféricas, promovendo a inclusão digital das mulheres, especialmente das mulheres do campo, das águas e das florestas, como condição para o acesso ao conhecimento, aos serviços públicos, à inovação, ao trabalho, à participação democrática e ao exercício da cidadania.

Promover a regulação democrática das plataformas digitais e das re-

des sociais, fortalecer a infraestrutura tecnológica nacional e ampliar investimentos públicos em tecnologias digitais que promovam a inclusão, a participação, a autonomia e a segurança das mulheres nos ambientes digitais, especialmente das mulheres negras, indígenas, quilombolas e das mulheres do campo, das águas e das florestas, fortalecendo a comunicação, a organização social, a participação democrática, a proteção contra as violências digitais e a soberania tecnológica do país.

Promover o desenvolvimento, a pesquisa e o uso ético, transparente e responsável da inteligência artificial, assegurando governança democrática, proteção de direitos, redução de vieses discriminatórios e ampliação da participação das mulheres nos processos de desenvolvimento, regulação e utilização dessas tecnologias.

Destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para ampliar a participação das mulheres, especialmente das mulheres negras, indígenas, quilombolas e das mulheres do campo, das águas e das florestas, na pesquisa científica, no desenvolvimento tecnológico, na inovação e nos ecossistemas de ciência, tecnologia e inovação, promovendo sua inclusão nos setores estratégicos para o desenvolvimento sustentável do país.

Ampliar a participação das mulheres, especialmente das mulheres negras, indígenas, quilombolas, das mulheres do campo, das águas e das florestas, nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática (STEAM), assegurando o acesso à formação, à pesquisa, à inovação e ao mercado de trabalho, bem como destinando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para ampliar sua participação nos setores estratégicos do desenvolvimento científico e tecnológico.

Implantar políticas de desenvolvimento e difusão de tecnologias sociais e tecnologias assistivas voltadas ao cuidado, priorizando soluções que reduzam a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados das mulheres, promovam bem-estar, autonomia e qualidade de vida, e ampliar políticas públicas de acesso à água para a reprodução da vida por meio de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva, reconhecendo o acesso à água como condição essencial para a efetivação do direito humano à água e ao saneamento.

6.4.9. Energia e mudanças climáticas: protagonismo das mulheres nas soluções

A crise climática é um dos maiores desafios do século XXI e seus impactos não atingem todas as pessoas da mesma forma. Mulheres, especialmente as mulheres negras, in-

dígenas, quilombolas, as mulheres do campo, das águas e das florestas, assim como povos e comunidades tradicionais e populações periféricas, enfrentam de forma mais intensa os efeitos dos eventos climáticos extremos, da insegurança hídrica e alimentar, da pobreza energética e da degradação ambiental. Por isso, a transição ecológica não será justa se reproduzir as desigualdades que pretende combater.

A transição energética e ecológica deve ser orientada pela justiça climática, pela soberania nacional, pela sustentabilidade da vida e pela democratização do acesso à energia, à água e aos bens comuns. Isso exige fortalecer o papel do Estado no planejamento e na gestão dos recursos estratégicos, ampliar o acesso às energias renováveis, proteger os territórios, promover a adaptação e a mitigação das mudanças climáticas, valorizar a agroecologia e a sociobiodiversidade e assegurar que mulheres e comunidades historicamente excluídas sejam protagonistas da construção de um novo modelo de desenvolvimento comprometido com a sustentabilidade da vida, a justiça climática e a redução das desigualdades.

Diretrizes

Desenvolver e implementar políticas de transição energética justa, popular, descentralizada e sustentável, articuladas à agroecologia e à justiça climática, capazes de garantir segurança energética, reduzir a pobreza energética e enfrentar as mudanças climáticas visando combater e superar as desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais.

Promover a participação das mulheres, especialmente das mulheres negras, indígenas, quilombolas e das mulheres do campo, das águas e das florestas, na transição energética, apoiando escolas-fábrica, programas de formação, pesquisa, inovação, fabricação, instalação e manutenção de sistemas de energia renovável, bem como programas de eficiência energética, conservação de energia e melhoria da infraestrutura doméstica e produtiva, com financiamento para cooperativas, empreendimentos e iniciativas econômicas lideradas por mulheres, contribuindo para sua autonomia econômica, democratização tecnológica, geração de trabalho e renda e fortalecimento das economias locais.

Implementar programas de eficiência energética, conservação de energia e modernização da infraestrutura doméstica e produtiva, assegurando financiamento, transferência de tecnologia, assistência técnica e formação para cooperativas, empreendimentos e empresas lideradas por mulheres, ampliando sua autonomia econômica e o acesso às tecnologias sustentáveis.

Desenvolver políticas de ampliação

do acesso à energia renovável de forma socialmente justa, ambientalmente responsável e territorialmente adequada, promovendo tecnologias sustentáveis adaptadas aos diferentes biomas e fortalecendo formas de convivência com os territórios que respeitem suas especificidades ambientais, culturais e produtivas, ampliando o acesso das mulheres às tecnologias, à formação, ao trabalho, à geração de renda e aos benefícios da transição energética.

Promover políticas nacionais de economia circular, incentivando a reutilização, a reciclagem, a redução da geração de resíduos, a inovação em materiais sustentáveis e o fortalecimento de cadeias produtivas de baixo carbono, ampliando a participação das mulheres e fortalecendo cooperativas, empreendimentos solidários e iniciativas comunitárias.

Ampliar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água para Todos, garantindo infraestrutura hídrica e saneamento adequado às populações do campo, das águas e das florestas, incluindo comunidades ribeirinhas, assentamentos da reforma agrária e demais territórios rurais, por meio da implantação de tecnologias sociais de acesso à água e de soluções adequadas de saneamento rural.

Proteger os recursos hídricos nacionais, assegurando seu caráter público e estabelecendo mecanismos legais que impeçam sua privatização, com ampla participação da sociedade civil e paridade de gênero, das organizações da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais e dos movimentos de mulheres, garantindo a democratização do acesso à água, a segurança hídrica e a soberania alimentar e nutricional.

Implementar políticas públicas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, assegurando financiamento baseado em instrumentos de fomento, e não apenas em crédito, proteção das populações em áreas de risco e sistemas de monitoramento e alerta para comunidades vulneráveis, com especial atenção às mulheres, sobretudo, às mulheres do campo, das águas e das florestas, que vivenciam de forma mais intensa os impactos da crise climática.

Ampliar investimentos em infraestrutura, soluções baseadas na natureza e restauração de ecossistemas, fortalecendo a adaptação às mudanças climáticas, a proteção da biodiversidade, a segurança hídrica e alimentar e a geração de trabalho e renda, com atenção às mulheres e às comunidades dos diferentes territórios.

Reconhecer a agroecologia como estratégia prioritária para o enfrentamento da crise climática, destinando recursos para práticas agroecológicas de baixo carbono que fortaleçam a soberania e a segurança alimentar e nutricional, a conser-

vação da agrobiodiversidade e a resiliência dos territórios, valorizando o protagonismo das mulheres, especialmente das mulheres do campo, das águas e das florestas, na produção de alimentos, na conservação da biodiversidade e na adaptação às mudanças climáticas.

Regulamentar e assegurar a realização de consultas livres, prévias e informadas, nos termos da Convenção nº 169 da OIT, para toda e qualquer comunidade direta ou indiretamente afetada por grandes empreendimentos de infraestrutura, energia, mineração e demais atividades com potencial de impactar o meio ambiente, os territórios e a soberania e a segurança alimentar e nutricional, garantindo que esses processos sejam realizados com tempo, informações e condições adequadas para a participação efetiva das comunidades, especialmente das mulheres, de modo a assegurar o direito de influenciar as decisões, de recusar a instalação de empreendimentos que afetem seus direitos e territórios, de participar dos benefícios decorrentes da exploração dos recursos naturais e de contar com mecanismos efetivos de responsabilização e reparação pelos danos sociais, ambientais e territoriais causados por esses empreendimentos.

Fortalecer a soberania nacional na gestão dos bens comuns estratégicos, assegurando o papel do Estado na proteção e gestão pública dos setores de energia, água e demais serviços essenciais, preservando seu caráter público, o interesse coletivo, a universalização do acesso e a promoção da igualdade de gênero no acesso aos bens e serviços essenciais.

6.5 - Mulheres com Lula

6.5.1. CARTA DAS MULHERES PELO FUTURO DO BRASIL

Nós, mulheres brasileiras, negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, do campo, das águas e das florestas, das periferias e das cidades; mulheres com deficiência, LBTs, jovens e idosas, mães, trabalhadoras e lideranças comunitárias, entre tantas outras, diversas em nossas histórias, territórios, identidades, gerações, raças, etnias, modos de viver, trabalhar e lutar, construímos cotidianamente este país e somos parte fundamental de sua história Vivemos em territórios diversos, onde produzimos vida, construímos identidades, preservamos saberes, organizamos comunidades, defendemos a democracia e enfrentamos desigualdades que ainda estruturam a sociedade brasileira.

As desigualdades de gênero, raça, classe, território, geração, deficiên-

cia e orientação sexual, entre outras, não são problemas de grupos específicos, mas desafios estruturais ao desenvolvimento do país. É também desses territórios e experiências que nasce nossa capacidade de formular caminhos para transformar o Brasil. Nossa diversidade não nos fragmenta: ela nos permite compreender o país em toda a sua complexidade. A condição das mulheres não é uma agenda setorial. Ela expressa a qualidade da democracia, do desenvolvimento e do projeto de país que queremos construir. O que vivemos, portanto, não diz respeito apenas às mulheres: revela os desafios e as escolhas da sociedade brasileira.

Falamos da vida das mulheres, que assumem quase sempre sozinhas o trabalho doméstico e de cuidados, fundamental para a reprodução da vida, e que, apesar do esforço do governo para aprovar a Lei 14.611/2023, ainda ganham menos que os homens, e as mulheres negras, menos que as mulheres brancas. Somos maioria no trabalho informal e sem direitos, sem aposentadoria, e muitas de nós submetidas à escala 6x1, que nos tira o tempo de viver bem. Tudo isso é atravessado pelo racismo estrutural, sexismo, capacitismo, LBTfobia e outras discriminações, que criam barreiras de acesso à terra, moradia, tecnologia, educação, ciência, cultura, crédito, mobilidade, serviços públicos e espaços de decisão. Essa trajetória nos ensinou três lições fundamentais. A primeira é que precisamos construir uma nova organização social dos cuidados, reconhecendo que cuidar é responsabilidade coletiva e que o trabalho de cuidado, realizado majoritariamente pelas mulheres, é essencial à sustentabilidade da vida e ao funcionamento da sociedade e da economia. A segunda é que não haverá democracia plena enquanto a violência, alimentadas pela misoginia, pelo racismo, pelo capacitismo, pela LBTfobia e pelos discursos de ódio, ameaçar nossas vidas, restringir nossa participação pública e buscar controlar nossos corpos, nossas escolhas e nosso futuro. A terceira é que os direitos das mulheres nunca foram concessões. Foram conquistados pela organização, resistência e luta de gerações de mulheres que ampliaram a democracia brasileira. O avanço da extrema direita e de projetos autoritários, no Brasil e no mundo, procura recolocar essas conquistas em disputa, difundindo uma visão de sociedade que reafirma a subordinação das mulheres, naturaliza desigualdades e enfraquece a igualdade como fundamento da democracia. Defender a democracia é também defender os direitos conquistados pelas mulheres, sem aceitar retrocessos.

Somos mulheres que conhecem profundamente as desigualdades, mas também produzem riqueza, movimentam a economia, orga-

Foto: Fábio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

nizam territórios, preservam saberes, sustentam a vida, defendem a democracia e acreditam na capacidade de transformar o país. Essa experiência nos dá não apenas legitimidade para falar, mas capacidade para propor, decidir e construir. Não falamos apenas em nome das mulheres. Falamos do futuro do Brasil. Por isso, propomos um novo ciclo de desenvolvimento comprometido com a superação das desigualdades estruturais, com a igualdade entre mulheres e homens, com a justiça racial, reprodutiva e ambiental, com a valorização do trabalho, a democratização da ciência e da tecnologia e o fortalecimento da participação social.

Queremos um projeto nacional capaz de articular essas dimensões e ampliar as condições para que todas as pessoas possam viver com dignidade, liberdade e autonomia. Reconhecemos que, desde 2023, o Brasil foi recolocado na direção da reconstrução democrática, da inclusão social e do fortalecimento do Estado. Mas a reconstrução é apenas o começo.

O Brasil precisa dar um passo adiante, aprofundando essas conquistas e construindo um modelo de desenvolvimento em harmonia com a Natureza, capaz de enfrentar as desigualdades estruturais e ampliar direitos, oportunidades e condições para que ninguém seja deixado para trás. É esse o projeto que queremos construir no próximo período: um Brasil mais democrático, justo, solidário, produtivo e soberano É por isso que afirmamos nosso apoio à candidatura do Presidência Lula à reeleição.

Fazemo-lo porque acreditamos que sua liderança, apoiada na participação popular e social, pode conduzir o Brasil a um novo ciclo de desenvolvimento.Nosso apoio, entretanto, não é apenas eleitoral. É um compromis-

so político. O próximo período exigirá mais do que a continuidade de políticas públicas: exigirá uma liderança capaz de manter os direitos das mulheres no centro do projeto nacional de desenvolvimento, enfrentar os discursos que ameaçam direitos e naturalizam desigualdades e mobilizar toda a sociedade em defesa da democracia, da igualdade e da vida. Queremos participar da formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas que orientarão esse novo tempo. Queremos ampliar a presença das mulheres nos espaços de poder e decisão, fortalecendo sua participação e representação política e enfrentando a histórica sub-representação das mulheres nas instituições brasileiras. Queremos também que essa presença se amplie nos cargos de alta liderança do Poder Executivo e nas indicações para o sistema de Justiça que cabem à Presidência da República. Queremos contribuir, a partir da experiência acumulada pelas mulheres brasileiras em seus territórios, para construir um Estado democrático, capaz de promover a sustentabilidade da vida, garantir direitos, enfrentar desigualdades e transformar o cuidado em fundamento da justiça social e do desenvolvimento.

Seguiremos ao lado da democracia e na defesa permanente dos direitos, organizadas, mobilizadas e vigilantes, com toda a nossa diversidade, coragem e capacidade de cuidar, produzir, inovar, governar e transformar. Sabemos que a democracia depende da participação plena das mulheres e de nossa condição de sujeitos para decidir sobre nossos corpos e nossas vidas. Faremos da nossa luta uma força decisiva para construir um Brasil mais democrático, mais justo, mais soberano e verdadeiramente comprometido com a vida e com as nossas vidas. É esse Brasil que estamos decididas a construir. Porque nós, mulheres, não somos apenas parte do futuro do Brasil: somos parte da força que o constrói.

Comitê Mulheres com Lula

6.5.2. A MATERNIDADE NA AGENDA DA POLÍTICA BRASILEIRA

Contexto

No Brasil, três em cada quatro mulheres são mães, o planejamento familiar é algo distante da realidade delas (pesquisa Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Públicos e Privados, da Fundação Perseu Abramo e SESC) e 97% das mulheres pretas e 96% das mulheres brancas no Brasil acreditam que precisam ter filhos para se realizar pessoalmente (pesquisa Brasil no Espelho).

Portanto, embora haja uma queda histórica na taxa de natalidade brasileira, acompanhando a tendência mundial, cerca de 70% das brasi-

leiras têm filhos (IBGE) e a maioria absoluta das mulheres (mães e não mães) acredita que depende disso para ser feliz – fazendo com que a maternidade seja uma pauta incontornável para quem deseja dialogar com a maior parte da população e do eleitorado no país. A extrema-direita entendeu isso muito bem e vem sustentando seus tentáculos internacionais com foco nesse público-alvo.

Na atual crise do capitalismo, da transição democrática para a consolidação neoliberal, as políticas de austeridade e a redução do financiamento do bem-estar social reforçaram a transferência dos custos da reprodução da vida para os lares, conforme aponta o dossiê 98 da revista Tricontinenal, "A agenda antifeminista da extrema direita latino-americana".

No caso do Brasil, mais de 51% dos lares são chefiados por mulheres, em sua maioria, mães. Então quando o dossiê aponta acertadamente que "o lar se tornou um amortecedor das crises, discursos sobre 'valores familiares', 'resiliência' e 'responsabilidade individual' legitimaram o retrocesso do Estado e naturalizaram a expectativa de que as famílias absorvam sozinhas as consequências do desemprego e da precariedade", ao colocar como sujeito "as famílias", a publicação está sendo generosa ou eufemista, porque concretamente sabemos que esse fardo cai pesadamente sobre as mães. Por mães brasileiras, entenda-se 70% de toda a população feminina. Ou seja, no Brasil não existe "agenda ampla para mulheres" em sua totalidade que não passe, necessariamente, pela maternidade – seja realizada ou em latência.

A necessidade de dar respostas mobilizadoras por meio da maternidade para transitar por essa nova fase de aprofundamento do neoliberalismo não é uma leitura exclusiva do nosso campo.

A direita e a extrema direita nas últimas décadas têm se organizado e se debruçado sobre a imposição e o aprofundamento do ideal de maternidade, nos moldes patriarcais e capitalistas, abrindo diálogo e mobilização diretamente com as mães. O dossiê aponta o avanço da agenda antifeminista na América Latina, apoiada por organizações ultraconservadoras globais, regionais e locais, tendo como eixo principal a Campanha "Con Mis Hijos No Te Metas" (CMHNTM), que teve início no Peru, um chamado direto e expresso à mobilização de mães.

Essa campanha não trata somente das questões da maternidade, é uma agenda ampla de retrocesso em que rejeita a educação laica e científica sobre direitos reprodutivos, se opõe aos direitos das pessoas das diversidades sexo-genéricas, especialmen-

te ao casamento homoafetivo, rejeita a interrupção da gravidez, acusa de um suposto "marxismo cultural" os avanços nesses direitos e demoniza o comunismo, resume o dossiê. No entanto, a extrema direita delineou claramente um alvo de mobilização, centralizou seus esforços nele para traçar a trincheira das disputas ideológicas contemporâneas e tem buscado oferecer respostas (mesmo que ilusórias) para seus descontentamentos.

As expressões brasileiras dessa campanha antifeminista são visíveis como: o espraiamento de conteúdos em massa nas redes sociais exaltando as tradwives, esposas-troféus, que pregam uma espécie de "volta" àquilo que nunca foi. Uma expressão lúdica do projeto de confinar as mulheres de volta ao âmbito doméstico, fechar as portas do mercado de trabalho e da alta qualificação profissional,

A exaltação de um passado ilusório em que as mulheres eram "felizes em seus lares" e a figura do "pai provedor" dialogam diretamente com o esgotamento de mães trabalhadoras, que estão sendo sugadas por jornadas exaustivas de trabalho, salários arrochados, proteção social desmontada e relações precarizadas[5].

O acolhimento das igrejas evangélicas abarrotadas de mães negras, cansadas de verem seus filhos expostos à violência do tráfico e do Estado em seus territórios, torna esse "retorno ao lar" (do qual nunca efetivamente saíram) a esperança de uma estabilidade, diante de um mundo em que as possibilidades de futuro desmoronam à nossa frente. Além do cerco e da censura aos materiais educativos escolares, a propagação de lobbies nos parlamentos para a adoção do homeschooling (ensino dentro de casa).

As mudanças sociais que traçaram as novas formações sociais da família brasileira colocaram as mães em novas formas de relação com o capital, aprofundando ainda mais o desamparo e a vulnerabilidade dessas mulheres. O peso que as mulheres já sofrem na sociedade em todas as suas interseccionalidades – raça, gênero, classe e território – se agudizam ainda mais quando elas se tornam-se mães. Por elas estarem no cerne do modo de produção capitalista[6], o ultraliberalismo tem feito desse terreno um campo de batalha

5. Consulte Caderno Brasil Produtivo, Eixo Diagnóstico e Reconstrução do Desenvolvimento Econômico. "O rendimento médio real do trabalho em 2022 (R$2.780) ficou abaixo de 2019 (R$2.927). O governo Bolsonaro interrompeu a política de valorização do salário mínimo, sendo o primeiro desde 1994 a reduzi-lo em termos reais (perda de 1,7%), adotando na prática uma política de desvalorização.
O resultado foi catastrófico. Combinou baixo crescimento (média anual de 1,4%) e inflação alta (média de 6,1%), puxada sobretudo pelos alimentos, que acumularam alta de 42,6%. Somaram-se desemprego elevado (média de 12%) e alta informalidade, com forte perda do poder de compra. O Brasil voltou ao mapa da fome, com mais de 33 milhões de pessoas sem ter o que comer em 2022. A herança de desregulamentação e juros exorbitantes estão por trás do endividamento das famílias brasileiras, que compromete sua renda e limita o crescimento do país."

6. Localizando a maternidade no modo de produção capitalista: um diálogo a partir de Leopoldina Fortunati, de Ana Clara Ferrari. <https://blogdaboitempo.com.br/2026/05/10/localizando-a-maternidade-no-modo-de-producao-capitalista-um-dialogo-a-partir-de-leopoldina-fortunatti/>

ideológica disputada e acirrada há pelo menos uma década.

Diante do potencial do diálogo com as mães brasileiras, abrimos espaço para escuta e mobilização das mães, e a resposta da sociedade foi a criação do Comitê Nacional de Mães com Lula, por meio do qual elas se posicionam na sociedade que desejam construir para seus filhos e filhas.

Uma sociedade em que as filhas não tenham medo de sair com seus próprios colegas por temerem ser violentadas; mães de meninos que não querem temer que seus filhos sejam perdidos para grupos misóginos ou se afundem nas bets. Mães que querem ter mais tempo para elas próprias, para que seus filhos usufruam da infância e adolescência, que tenham uma escola plural, respeitosa e sem preconceitos.

Mães que querem serviços públicos de qualidade, equipamentos públicos funcionando, transporte, saúde, desenvolvimento urbano, plano de carreira para as crias, estabilidade no emprego. Mães que querem tirar seus filhos da tela, mas para isso precisam de tempo, espaço público de lazer, acesso à cultura e direito à cidade.

A resposta da angústia das mães não é uma sociedade ainda mais temerosa, com famílias acuadas dentro de casa, armadas e em pânico. Mas sim uma cultura de paz, democrática, com diversidade, respeito, ruas seguras, punição aos agressores, proteção contra a violência, defesa da infância e respeito ao ECA. E esse convencimento de alternativa expressa-se nas pesquisas de opinião pública, com as mulheres rechaçando candidaturas de perfis mais conservadores e reacionários.

Diretrizes

> Criar programa Mães do Brasil que integre saúde, assistência social, educação e cultura para acompanhar, conscientizar e fortalecer as mães em cada fase da vida da(s) criança(s) estimulando os vínculos, agilizando o acesso a serviços essenciais, promovendo o bem-estar da família e ampliando o acesso a direitos.

> Atuar na opinião pública pela revogação da Lei de Alienação Parental que vitimiza mães e crianças

> Garantir políticas para impedir o preconceito no mercado de trabalho e ampliar o apoio ao empreendedorismo feminino

> Desenvolver políticas públicas voltadas para o apoio, assistência e suporte às mães solo e mães atípicas, sobretudo no acesso e garantias de direito

> Atuar pela regulação das Big-Techs, avançar nas medidas pela diminuição do uso de telas na infância e adolescência e a proteção digital contra a pedofilia e todas as formas de violência

> Priorizar investimento em políticas públicas para Primeira Infância, visando criar uma sociedade segura e acolhedora, diminuindo a sobrecarga das mulheres nas funções de cuidado e reprodução social

> Combater a morte materna com ampliação de investimentos em políticas de assistência à saúde do parto ao puerpério, visando o enfrentamento ao racismo e à violência obstétrica; e promover o direito à garantia de doulas.

6.5.3. Carta Mães com Lula

Somos mães brasileiras, somos 70% da população feminina do país que precisam dizer aos seus filhos e filhas todos os dias como devem se comportar na rua para voltar para casa sãos e salvos, por conta do racismo e da violência contra mulheres.

Estamos sobrecarregadas, cansadas, exaustas, preocupadas em dar conta de tudo e de todos. Chefiamos mais da metade dos lares brasileiros. No Brasil, somos quase 11 milhões de mães solo. E ainda somos as maiores vítimas de feminicídio.

Somos mães que trabalham em escala 6×1, fazem bicos, complementam renda. Trabalhamos em casa e na rua, se não as contas não fecham. E a nossa escala, dentro de casa, é 7X0. O tempo é escasso, sem descanso. E assim, vemos diminuir a convivência familiar, a participação na comunidade e a vida social. Sentimos culpa quando trabalhamos e culpa quando estamos em casa.

O trabalho doméstico e de cuidado diário, árduo e repetitivo de mais de 14 horas, é invisível: lavamos, limpamos, cozinhamos, alimentamos, planejamos, fazemos conta mental, cuidamos. E todo esse trabalho é desvalorizado, não-remunerado ou mal pago.

Estamos nos empregos mais precarizados, nossas carreiras são estagnadas. O mercado de trabalho não reconhece a nossa existência, enquanto garantimos que as novas gerações floresçam e sejam o sustento de cada novo ciclo de desenvolvimento econômico do país.

Somos mães negras que enfrentam o racismo, a vulnerabilidade social, a incerteza contínua de saber se voltamos viva para casa e se nossos filhos chegarão à idade adulta. Somos mães que choram e rezam o luto de perder a vida de seus filhos para a violência do Estado. Escutamos que foi uma bala perdida, mas curiosamente essa bala encontra corpos de crianças e jovens negros e periféricos todos os dias. Somos mães indígenas vendo nossas terras e nossos corpos explorados em nome do lucro e da ganância.

Somos mães atípicas, mães de crianças com deficiência e mães com deficiência que enfrentam o preconceito, a falta de protocolo para diagnóstico, espaços inacessíveis, falta de políticas públicas e, sobretu-

do, o abandono e a sobrecarga. Somos mães adotivas, mães lésbicas e mães trans que almejam um mundo sem ódio e mais inclusivo para todas as famílias. Somos mães jovens que buscam oportunidades, seguir nos estudos, com nossos filhos nos braços em um mundo que nos fecha portas já na entrevista de emprego.

Somos mães que entendem que as políticas públicas fazem diferença, pois vivemos muitas delas, como a expansão universitária. Agora queremos a melhora das condições materiais de vida: trabalho digno, moradia, educação e saúde de qualidade.

Somos mães que veem pais se tornarem meros pagadores de pensão (quando pagam), que se desgastam no sistema judiciário para ter direitos básicos garantidos e para proteger nossas crianças de abusadores. Somos idosas, mães de mães, que cuidam dos netos para que nossas filhas consigam buscar o sustento de cada dia. E somos mães que cuidam de nossas mães, em um país onde a população idosa cresce cada vez mais e exige uma política de cuidados robusta e permanente.

Somos mães preocupadas com a infância brasileira. O uso excessivo de telas, a falta de espaços públicos de lazer, as redes de ódio e misoginia, a adultização de meninos e meninas, o abuso e a violência sexual digitais e no âmbito doméstico, o uso de dados não permitidos para testar inteligência artificial e os impactos no desenvolvimento intelectual e cognitivo por gerações.

Somos mães de fé, todos os dias buscamos a proteção de nossos filhos, por isso defendemos um Estado laico, onde possamos exercer e compartilhar nossa fé com esperança, dignidade e respeito.

Somos mães atentas às escolas, que desejam um espaço plural e democrático onde a nossa filha não seja violentada por ser mulher, nossa criança não sofra racismo e ninguém sofra violência por homofobia ou intolerância religiosa. Sonhamos e lutamos por universalização das creches em tempo integral e escolas onde as crianças sejam ensinadas a respeitar a si mesmas e aos outros porque acreditamos na escola pública como espaço de formação de cidadania.

Ser mãe no Brasil hoje não é fácil. Atravessamos a ponte sozinha e enfrentamos o aprofundamento do patriarcado e do capitalismo sobre nossos corpos e nossas subjetividades. Somos mães e não somos só isso.

Acreditamos que a maternidade não nos limita, o que nos limita é viver em uma sociedade que ceifa nossos sonhos, cerceia nossos desejos, nos confina no ambiente doméstico e individualiza uma responsabilidade que deveria ser coletiva.

Acreditamos em um país que não esconde suas crianças, tampouco

seus idosos; acreditamos em um país que não hostiliza mães com crianças em espaços públicos e privados; acreditamos na educação pública, na democracia, na autonomia econômica das mulheres e na garantia de direitos. Acreditamos que é possível construir um país em que ser mãe não fecha portas, nem oportunidades, nem é sinônimo de sobrecarga e exaustão escondidas na alcunha de guerreiras.

Por isso, levantamos nossas vozes, pelos direitos das mulheres, de crianças, adolescentes e idosos, em defesa de um país com um projeto político democrático, inclusivo e com justiça social, encabeçado pelo presidente Lula.

Acreditamos que podemos, juntos e juntas, avançar na construção de um país que invista massivamente em políticas públicas de cuidado, de enfrentamento a todas as formas de violência, de proteção da infância e juventude, e de garantia do direito das mulheres.

Somos mães brasileiras, convictas e determinadas. Estamos com Lula para defender a vida com dignidade na centralidade da política pública.

Somos mães de um Brasil que ama e cuida.

6.5.4. PRIMEIRA INFÂNCIA

Uma aldeia feita de Estado, família e sociedade

Quase 70% das mães são as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos quando eles não estão na escola. E quando ela precisa de ajuda, são outras mães que entram na jogada, como a avó da criança (especialmente a materna) ou a sogra. E os pais? Eles assumem o dever deles em apenas 11% dos casos, esta realidade é vivida pela maioria das famílias brasileiras e é demonstrada pela pesquisa “Mulheres e Gênero nos espaços públicos e privados” da Fundação Perseu Abramo em parceria com SESC. A sobrecarga do cuidado, principalmente nos primeiros anos de vida, espraia-se e consome o tempo da mãe e de diversas mulheres da mesma família e o impacto é ínfimo em relação aos homens.

Ser mãe acrescenta em mais de uma hora o tempo dedicado às tarefas domésticas em relação ao que as mulheres, no geral, já gastam. E a desigualdade já é brutal, porque as mulheres gastam mais que o dobro do tempo com as tarefas domésticas que seus cônjuges. 13h11’ delas contra 5h48’ deles (semanais). Já as mulheres com filhos gastam em média 14h55’ nessas mesmas tarefas. No que se refere às funções básicas da maternidade como dar banho, alimentar, levar o filho à escola ou ao médico, o abismo da desigualdade se repete. As mães gastam, em média, 13h06 por semana, enquanto os seus parceiros gastam cerca de 5h06.

As mulheres que gastam, em média, mais tempo com os cuidados com crianças são mães jovens, negras e com renda familiar entre 3 e 5 salários mínimos. Elas estão no trabalho informal, também inclui as estudantes que têm filhos. No caso dos lares em que moram apenas as mães e seus filhos menores de 18 anos, pouco menos da metade (45%) recebe pensão ou alguma contribuição financeira para o sustento dos filhos. E mais da metade (58%) compartilha os cuidados da criança com o responsável. Já entre os homens, 59% dizem que pagam pensão ou contribuem financeiramente.

Em termos de políticas públicas de acesso à educação, o cenário também não é favorável para as mães brasileiras, sobretudo de crianças pequenas. Entre as mulheres com filhos menores de 18 anos que moram com ela, metade estão com os filhos matriculados em escolas de ensino fundamental, um terço em escolas de educação infantil e apenas 20% em creches. No mercado de trabalho, o cenário é desalentador. Cerca de 50% das mães perdem o emprego quando retornam da licença-maternidade; e enquanto tentam voltar ao mercado de trabalho são questionadas nas entrevistas sobre quantos filhos têm, suas respectivas idades e se elas têm condições de terceirizar o cuidado para cumprir a jornada.

Diante de todos esses desafios, exercer a maternidade no Brasil é um desafio diário de sobrevivência de si e da criança. Enquanto o imaginário social do patriarcado impõe o ideal da maternidade como o princípio e o fim da realização e da felicidade das mulheres, as condições concretas para exercê-las são hostis e desafiadoras. O resultado da sensação de "ser mãe no Brasil", portanto, não surpreende quando ele é apontado pelas mulheres ao mesmo tempo como orgulho e aprisionamento. De maneira geral, segundo a pesquisa, a melhor parte de ser mãe está situada em fatores clássicos relacionados à maternidade como ser mãe, gerar, cuidar e educar. As piores coisas em ser mãe são apontadas como dores do parto, abandono paterno e a conciliação entre cuidado, trabalho e sobrevivência, que pode ser interpretada como a sobrecarga materna. Ainda que o paradoxo da maternidade seja generalizado, o cenário da maternidade brasileira não é o mesmo entre mulheres brancas e negras. Os dados apontam que as mulheres pretas e pardas concentram maternidade múltipla e maiores percentuais de discriminação, enquanto as mães brancas aparecem mais representadas em contextos de postergação da maternidade e em redes de apoio.

Urge então a necessidade de direcionar a perspectiva e priorizar o investimento em Políticas para Primeira Infância como um direito da

criança, em primeiro lugar, previsto no artigo 227 da Constituição Brasileira que estabelece esse público como prioridade absoluta – mas também como estratégia integrada de aliviar e garantir tempo e autonomia para as mães e mulheres envolvidas no cuidado com a criança, principalmente nos primeiros anos de vida – considerando as diversas realidades de mulheres negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, idosas, jovens, do campo, da floresta, das águas, mães atípicas, mães solo, LGBTQIAPN+.

A universalização de creches e escolas em período integral são o primeiro passo, mas o conjunto de políticas públicas voltadas para apoiar as mulheres a partir da gestação e da decisão de ser mãe é imprescindível para que a maternidade não se torne apenas um fardo e confine as mulheres no âmbito doméstico. Para que as mulheres tenham condições de escolher como querem conduzir suas vidas e suas escolhas, é fundamental a articulação entre Estado, família e sociedade no compartilhamento das tarefas, responsabilidades e das funções relacionadas ao cuidado, sobretudo nos primeiros anos de vida da criança.

Diretrizes

> Crianças e jovens protegidos: Ampliar e fortalecer iniciativas de prevenção, combate e punição em casos de pedofilia e violência sexual contra crianças e adolescentes

> Políticas de conscientização sobre Educação Parental nas escolas, UBS e equipamentos de assistência social, com formação e capacitação de equipes técnicas em todas as áreas para orientar, assistir e dar suporte às famílias

> Criar programa voltado para a diminuição do uso de telas, desde a primeira infância, focado em campanhas de conscientização das famílias, investimento em infraestrutura urbana de lazer, convívio comunitário e segurança pública

> Ampliar políticas para redução da taxa de mortalidade infantil e aumento da cobertura vacinal, considerando horários ampliados e flexíveis nas UBS e equipamentos de saúde para atender mães e crianças.

> Criar um plano de expansão urbana em parceria com estados e municípios que integre parquinhos, espaços de lazer, segurança pública distribuído em territórios estratégicos que permita mobilidade, acesso a transporte, equipamentos de educação, saúde e convívio comunitário

> Garantir a segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes, com base no Guia Alimentar para a População Brasileira, com foco no fortalecimento do enfrentamento de todas as formas de má nutrição, por meio da promoção de ambientes alimentares saudáveis e

sustentáveis.

> Fortalecer, ampliar e integrar políticas públicas para pessoas e crianças com deficiência, de modo a criar fluxos e protocolos transparentes e funcionais de acesso aos serviços públicos, oferecendo suporte, orientação e acompanhamento para as mães atípicas, considerando também a realidade das mães solo

6.5.5. Bebês e gestantes

> Investir e ampliar o acompanhamento domiciliar pelo SUS às mulheres puérperas de baixa renda para estimular o aleitamento materno, promover a saúde mental das mulheres e prevenir doenças infecciosas em mães e bebês.

> Criar programa de conscientização, informação e oferta de alimentos saudáveis, livre de ultraprocessados para introdução alimentar na primeiríssima infância

> Qualificar os sistemas de informação em saúde e integrar ao CadÚnico, garantindo dados desagregados sobre a primeira infância para subsidiar políticas públicas

> Fortalecer práticas de cuidado na primeira infância com formação de profissionais e atenção multiprofissional, incluindo crianças com deficiência e transtornos de desenvolvimento

> Ampliar o acesso às Atenções Primária à Saúde

> Incorporar a equidade racial nas políticas de saúde de primeira infância

Infância

> Promover a instalação e uso seguros de praças, parquinhos e equipamentos públicos sensoriais e com acessibilidade voltados à primeira infância atípica e com deficiência

> Ampliar iniciativas de defesa da primeira infância negra por meio de ações nas áreas de educação, saúde, cultura e direito à cidade e ao território.

> Promover a priorização da primeira infância e das crianças no planejamento urbanístico, transformação, uso e ocupação dos espaços urbanos.

> Integrar a agenda da primeira infância ao PPA, LDO e LOA assegurando previsão e monitoramento de recursos

> Garantir financiamento específico para primeira infância no SUAS, ampliando a cobertura nacional com foco na redução das desigualdades de acesso.

6.5.6. VIVER SEM VIOLÊNCIA

Nenhuma conquista é definitiva: Desafios para enfrentar a violência contra as mulheres.

A violência contra as mulheres não começa no momento da agressão. Ela começa muito antes, nas relações desiguais de poder que ainda existem na sociedade, na ideia de

que os homens podem controlar o corpo, as escolhas e a vida das mulheres, na dependência econômica, na divisão desigual das responsabilidades dentro das famílias e em uma cultura que durante muito tempo naturalizou comportamentos que hoje reconhecemos como violência.

Por isso, enfrentar a violência exige muito mais do que agir quando ela já aconteceu. Precisamos de leis, proteção, serviços públicos preparados, acesso à justiça e responsabilização dos agressores. Mas precisamos também enfrentar aquilo que permite que essa violência continue sendo produzida e reproduzida.

Isso significa falar de patriarcado. Durante séculos, nossa sociedade foi organizada a partir de uma distribuição desigual de poder entre homens e mulheres. Muitas coisas mudaram, as mulheres conquistaram direitos fundamentais e ocuparam novos espaços, mas essa cultura não desapareceu. Ela continua presente quando o controle é confundido com amor, quando o ciúme é naturalizado, quando a palavra de uma mulher é colocada em dúvida ou quando ainda se espera dela silêncio, obediência e renúncia às próprias escolhas.

Também precisamos falar de como o patriarcado se articula com o capitalismo em uma sociedade marcada por profundas desigualdades. A violência contra as mulheres não tem uma única causa, mas a dependência econômica pode fortalecer relações de poder e tornar muito mais difícil para uma mulher romper uma relação violenta. Quando ela não tem renda, trabalho, moradia ou uma rede de apoio, suas possibilidades de escolha diminuem. E quando as mulheres continuam assumindo grande parte do trabalho doméstico e de cuidado, também encontram mais dificuldades para construir sua autonomia.

Por isso, o enfrentamento à violência está ligado à autonomia econômica, ao trabalho, à educação, à moradia, à proteção social e à possibilidade concreta de cada mulher decidir sobre a própria vida. E sabemos que essas desigualdades não atingem todas da mesma forma. Raça, renda, território, idade, deficiência e outras condições podem aumentar ainda mais as dificuldades de acesso à proteção e aos direitos.

Existe também uma disputa política que não podemos ignorar. Os direitos das mulheres sempre foram resultado de muita luta e nenhuma conquista pode ser considerada definitiva. Hoje convivemos novamente com forças conservadoras que questionam avanços na igualdade entre mulheres e homens, relativizam direitos conquistados e tentam devolver para o espaço privado questões que são responsabilidade da sociedade e do Estado. Enfren-

tar a violência também significa defender a autonomia das mulheres e não permitir retrocessos em direitos construídos ao longo de décadas.

Foi nesse cenário que o governo do presidente Lula recolocou o enfrentamento à violência contra as mulheres no centro da agenda federal, com a recriação do Ministério das Mulheres, a retomada de políticas nacionais e uma estratégia específica de prevenção aos feminicídios. O Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, instituído em 2023, parte justamente da ideia de que é preciso enfrentar a discriminação, a misoginia e a violência de gênero de forma articulada e atuar também antes que a violência aconteça.

Mas reconstruir políticas não basta. O desafio é fazer com que elas cheguem de verdade à vida das mulheres. Uma política pode estar muito bem formulada e ainda assim falhar se, ao procurar ajuda, a mulher não encontra atendimento, precisa repetir inúmeras vezes a violência que sofreu, espera demais por uma resposta ou encontra serviços que não conversam entre si. Precisamos olhar não apenas para quantos serviços existem, mas para o caminho que a mulher percorre e para a resposta concreta que recebe.

E precisamos avançar muito mais na prevenção. Prevenir é chegar antes. É trabalhar na educação, nas comunidades, nos locais de trabalho, na comunicação e na cultura. É envolver homens e meninos, questionar modelos de masculinidade baseados no controle e na dominação e enfrentar também as novas formas de misoginia e violência que cresceram no ambiente digital.

O Brasil construiu leis importantes e acumulou experiências que precisam ser preservadas e fortalecidas. Mas nenhuma lei, sozinha, transforma uma cultura construída durante séculos. Essa mudança exige Estado presente, políticas públicas permanentes, participação social, recursos e decisão política para enfrentar as relações de poder e as desigualdades que continuam sustentando a violência.

Não queremos apenas que as mulheres sobrevivam à violência. Queremos que possam viver sem medo, com autonomia, liberdade e condições para fazer suas próprias escolhas. Enfrentar a violência contra as mulheres é transformar as condições que ainda produzem desigualdade e afirmar que a democracia só pode ser plena quando as mulheres também podem viver plenamente seus direitos.

Márcia Lopes, ministra das mulheres

7. Brasil para Todos: Educação, saúde, cultura e lazer

Foto: Ricardo Stuckert

7.1 - Educação, cultura, comunicação e esporte como pilares da cidadania e do desenvolvimento inclusivo

Nenhum país se torna verdadeiramente desenvolvido somente buscando aumentar sua produção econômica. Os países que transformam seu destino são aqueles que ampliam as capacidades de seu povo em várias dimensões. Que investem em educação. Que valorizam a cultura. Que democratizam o acesso à informação. Que promovem o esporte, a ciência, a criatividade e o pensamento crítico.

O desenvolvimento de uma nação começa pelas pessoas.

Começa quando uma criança encontra na escola a oportunidade de sonhar mais alto do que as condições em que nasceu. Quando um jovem consegue ingressar na universidade. Quando um artista encontra espaço para criar. Quando um trabalhador tem acesso à cultura, ao esporte e ao conhecimento. Quando toda a população participa

da construção da vida democrática e do patrimônio cultural do país.

Foi esse caminho que o Brasil começou a trilhar nas primeiras décadas do século XXI.

A expansão das universidades e dos institutos federais, as políticas de inclusão educacional, o fortalecimento da cultura brasileira, a democratização do acesso ao esporte e as iniciativas de comunicação pública ampliaram oportunidades para milhões de pessoas e contribuíram para reduzir desigualdades históricas.

Mas também aprendemos que nenhuma conquista é permanente.

Os ataques à educação, à cultura, à ciência, à democracia e à liberdade de expressão demonstraram que o desenvolvimento humano não avança automaticamente. Ele precisa ser protegido, fortalecido e renovado permanentemente.

O país sofreu retrocessos institucionais e orçamentários na área educacional sem precedentes entre 2016 e 2022. Houve falta de planejamento e descontinuidade de políticas, atingindo a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional, educação tecnológica e educação superior. O Ministério da educação foi marcado pela ausência de diálogo com governos estaduais, municipais e com a sociedade, pela ausência de investimentos em políticas fundamentais e em infraestrutura básica das escolas, mudanças constantes de ministros e ausência de uma visão estruturante de política educacional para a transformação social. Escolas foram militarizadas. Os professores foram desrespeitados e atacados. As universidades e institutos federais foram asfixiados financeiramente e atacados ideologicamente, com reitores nomeados sem o respeito à vontade da comunidade acadêmica.

Diante desse cenário, o terceiro governo do Presidente Lula teve um duplo foco: a reconstrução das políticas educacionais que possuem notório impacto na melhoria do acesso e da qualidade da educação brasileira e a criação de novas políticas educacionais para responder necessidades e seguir garantindo direitos. Tratou-se de restabelecer a capacidade do Estado brasileiro de coordenar a política nacional de educação, da creche até a pós-graduação, sem deixar ninguém para trás.

A reconstrução das políticas educacionais iniciada no terceiro governo do Presidente Lula restabeleceu a capacidade do Estado brasileiro de coordenar a política nacional de educação. Foram retomadas políticas que tinham sido abandonadas, investimentos e a realização do planejamento educacional que se materializaram nas seguintes iniciativas: o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a Escola em

Tempo Integral, o Programa Pé-de-Meia, Mais Professores para o Brasil, a retomada dos investimentos por meio do Novo PAC, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a Estratégia Nacional Escolas Conectadas (ENEC), a Política Nacional de Equidade, Educação para as relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNPEEI), Política Nacional de Educação Bilingue de Surdos (PNEBS) e a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Ampliamos a lei de cotas para a Pós-graduação e apoiamos a aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Houve aumento significativo no investimento na pós-graduação stricto sensu, proporcionando o reajuste e aumento no número de bolsas e a progressiva redução de assimetrias regionais, promovendo o avanço e a maior internacionalização dos cursos de mestrado e doutorado no país.

A educação voltou a ser prioridade no Brasil.

• Criamos o Pé-de-Meia, a maior política de permanência escolar da história do Brasil. Desde sua criação, 7,3 milhões de estudantes já participaram do programa, com aproximadamente R$ 22,59 bilhões investidos. E o resultado do Pé-de-Meia e de outras políticas já aparece! Tivemos, entre 2022 e 2025, queda do abandono escolar no Ensino Médio em 61%, redução da distorção idade-série em 28% e crescimento da taxa de aprovação em 11%.

• Avançamos na alfabetização das crianças. O percentual de crianças alfabetizadas na idade certa na rede pública era de apenas 36% em 2021. Chegamos em 66% em 2025.

• Retomamos e ampliamos a educação em tempo integral. Entre 2022 e 2025, a proporção de matrículas em jornada ampliada na educação básica passou de 18,37% para 25,82%, com mais de ,1,8 milhões de novas vagas criadas.

• Fortalecemos o acesso ao ensino superior. No primeiro semestre de 2026, o Prouni atingiu o recorde de 594,5 mil bolsas ofertadas. Mais de 65% dos estudantes selecionados se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas. Desde sua criação, o programa já beneficiou mais de 3,6 milhões de brasileiros.

• Retomamos o Fies como instrumento de inclusão social. Criamos o Fies Social, uma modalidade que reserva metade das vagas para estudantes inscritos no CadÚnico e de baixa renda. Em 2026, estão previstas mais de 112 mil vagas no programa. Criamos ainda o Desenrola Fies, para apoiar os estudantes com dívidas.

• Voltamos a expandir as universi-

dades federais. O Novo PAC prevê 10 novos campi universitários, além de investimentos para consolidar e modernizar unidades existentes. São R$ 5,5 bilhões destinados à expansão e consolidação da rede federal de ensino superior. Além disso, estamos criando a primeira universidade indígena e a primeira universidade do esporte do país.

• Estamos fazendo a maior expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em anos. São 116 novos campi de Institutos Federais, com previsão de mais de 155 mil novas vagas, principalmente em cursos técnicos integrados ao ensino médio. São mais de R$ 2,7 bilhões investidos pelo Novo PAC. Em julho de 2026, a Rede Federal já chegou a 754 unidades.

• Valorizamos quem está na sala de aula. Criamos o programa Mais Professores para o Brasil, com ações de formação, valorização e atração para a carreira docente. O programa tem potencial de alcançar cerca de 2,7 milhões de professores. Criamos também a Prova Nacional Docente e a Carteira Nacional Docente do Brasil, que já tem um milhão de professores cadastrados.

• Aprovamos a lei de restrição de uso de celulares nas escolas, ampliando a participação e socialização dos estudantes e apoiando escolas na garantia do uso estritamente pedagógico e supervisionado de dispositivos em sala de aula.

• Aprofundamos a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. De 2023 a 2025, 28.740 escolas receberam aporte para fortalecer o Atendimento Educacional Especializado e a formação de professores.

• Desenvolvemos a Política Nacional de Educação Bilingue de Surdos (PNEBS) que garante o ensino em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e em português escrito como segunda língua.

• Retomamos obras e estamos levando infraestrutura para onde ela é mais necessária. O Novo PAC prevê R$ 33,8 bilhões para a educação básica, incluindo creches, escolas, quadras e transporte escolar. São milhares de obras retomadas e novas unidades selecionadas em todo o país. A conclusão das obras previstas poderá abrir cerca de 742 mil novas matrículas.

• Voltamos a cuidar da alimentação escolar. Depois de seis anos sem reajuste, aumentamos o valor do PNAE em 53% (de 3,58 bi em 2022 para 5,51 bi em 2025), que garante mais de 50 milhões de refeições por dia aos estudantes da rede pública. O programa movimenta também a agricultura familiar, com a exigência de 45% dos alimentos adquiridos diretamente de pequenos produtores.

• Transformamos a inclusão digi-

tal em política de educação. Chegamos a 108.000 escolas conectadas para usos pedagógicos, passando de 45,4% para 78,7% em 2026, beneficiando 26,6 milhões de estudantes para aprenderem com e sobre tecnologia de forma responsável e segura.

• Desenvolvemos políticas específicas e interculturais voltadas para os povos indígenas e quilombolas tendo como referência os saberes tradicionais e a superação das desigualdades.

• Desenvolvemos políticas relativas à educação do campo respeitando-se os saberes, tempos e experiências dessas populações visando a garantia de acesso com equidade.

• Combate ao racismo estrutural e a todas as formas de desigualdade

O resultado é uma educação de mais qualidade com equidade, que é inclusiva e traz oportunidades para quem mais precisa. Estamos garantindo o direito à educação de qualidade no Brasil.

Nosso desafio é o de consolidar e ampliar esses avanços, aprofundar sua institucionalização e construir um sistema educacional integrado, capaz de garantir o direito á educação nos termos da Constituição brasileira.

O Brasil entra agora em uma nova fase.

Vivemos uma época marcada pela revolução digital, pela inteligência artificial, pela disputa de narrativas nas redes sociais e pela rápida transformação do mundo do trabalho. Nesse contexto, o conhecimento tornou-se uma das principais fontes de riqueza, poder e soberania.

Por isso, o desafio do próximo período é construir uma sociedade na qual todas as pessoas tenham condições reais de desenvolver plenamente seus talentos e capacidades.

Queremos escolas capazes de formar cidadãos críticos, criativos e preparados para os desafios do século XXI.

Queremos universidades, institutos federais e centros de pesquisa que produzam conhecimento, inovação e soluções para os problemas nacionais. Queremos uma cultura viva, diversa e acessível, capaz de valorizar a identidade brasileira e fortalecer nossa autoestima coletiva. Queremos um ambiente de comunicação comprometido com a democracia, a pluralidade, a integridade da informação e a soberania digital. Queremos que o esporte, o lazer e o turismo sejam instrumentos de inclusão social, promoção da saúde, geração de oportunidades e fortalecimento dos vínculos comunitários. Acima de tudo, queremos um Brasil em que o lugar onde uma pessoa nasce não determine o tamanho de seus sonhos nem o alcance de suas oportunidades. Este caderno reúne propostas para construir esse futuro.

Um futuro em que a educação seja a principal ferramenta de emancipação individual e coletiva. Em que a cultura seja reconhecida como força de desenvolvimento e identidade nacional. Em que a comunicação fortaleça a democracia. E em que o conhecimento, a criatividade e a participação cidadã sejam os motores de um país mais justo, livre e desenvolvido. Porque a maior riqueza do Brasil não está apenas em seus recursos naturais.

Está em seu povo. E investir no povo é o caminho mais seguro para transformar o futuro da nação.

7.2 - Educação para transformar vidas e o país

Foto: Sumaia Vilela/Agencia Brasil

A educação brasileira voltou a ocupar posição central na agenda nacional após um período de retrocessos institucionais, orçamentários e democráticos que afetaram todas as etapas e modalidades de ensino. A reconstrução iniciada no terceiro governo do Presidente Lula restabeleceu a capacidade do Estado de coordenar políticas educacionais da creche à pós-graduação, retomando programas essenciais, ampliando investimentos, fortalecendo a cooperação federativa e recolocando a garantia do direito à educação como fundamento de um projeto de de-

senvolvimento sustentável, inclusivo e democrático. Os avanços recentes — como a expansão da educação integral, a melhoria da alfabetização, a ampliação da Rede Federal, o fortalecimento da formação docente, a inclusão digital e a retomada das obras de infraestrutura — demonstram que o país voltou a trilhar um caminho de qualidade, equidade e participação social.

Esse novo ciclo exige agora uma etapa de consolidação e aprofundamento. A instituição do Plano Nacional de Educação 2026–2036 e a implementação do Sistema Nacional de Educação, previstos em lei, representam marcos estruturantes para organizar o regime de colaboração entre União, estados e municípios, reduzir desigualdades territoriais e assegurar progressivamente todos os componentes do direito à educação: acesso, permanência, aprendizagem, conclusão, equidade e inclusão. A expansão da educação infantil, a garantia da alfabetização na idade certa, a ampliação da educação integral, o fortalecimento do ensino médio, a valorização docente, a modernização da infraestrutura escolar, a ampliação da educação profissional e tecnológica, a interiorização do ensino superior e o avanço das políticas de equidade constituem eixos estratégicos para orientar a próxima década.

Ao mesmo tempo, o país precisa enfrentar desafios históricos e emergentes: assegurar educação antirracista, fortalecer a educação escolar indígena, quilombola e do campo, garantir acessibilidade e educação especial inclusiva, ampliar políticas de assistência estudantil, integrar ciência, tecnologia e inovação ao currículo, preparar jovens para um mundo do trabalho em transformação e consolidar a gestão democrática como princípio constitucional. As diretrizes que se seguem expressam esse compromisso nacional: construir um sistema educacional integrado, moderno, inclusivo e capaz de garantir que todas as crianças, jovens, adultos e idosos tenham acesso a uma educação pública de qualidade, em qualquer território do Brasil.

(a) Diretrizes

Considerar o novo Plano Nacional de Educação (2026–2036) como plano estratégico e principal marco de referência para a organização das políticas educacionais da próxima década, expressando um compromisso nacional com a garantia progressiva do direito à educação em todas as suas dimensões — acesso às instituições escolares e ao conhecimento, permanência, aprendizagem, conclusão, equidade e inclusão — e articulando o Sistema Nacional de Educação, instituído pela Lei Complementar nº 220/2025, como instrumento de organização do regime de colaboração federativa, de coorde-

nação de políticas públicas e de redução das desigualdades territoriais na oferta educacional.

Ampliar a oferta de creches públicas como equipamentos educacionais e universalizar a pré-escola para crianças de quatro e cinco anos, assegurando atendimento educacional à demanda manifesta por creche e considerando a diversidade sociocultural e territorial brasileira; desenvolver o trabalho pedagógico da primeira infância voltado às dimensões lúdica, cognitiva, emocional, linguística e social; garantir qualidade na expansão da educação infantil com ambientes acolhedores, profissionais qualificados e formação adequada, sistemática e permanente; valorizar os profissionais da educação e articular a educação infantil com políticas de saúde, assistência social, cuidados e desenvolvimento infantil, assegurando uma abordagem intersetorial.

Garantir a alfabetização na idade recomendada como condição imprescindível para toda a trajetória educacional, assegurando o desenvolvimento do processo de aprendizagem e a participação plena na vida em sociedade; consolidar o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada como estratégia nacional de cooperação federativa voltada à garantia da alfabetização na idade adequada; e estruturar essa política como parte integrante do Sistema Nacional de Educação, fortalecendo mecanismos de colaboração entre os entes federados.

Expandir a educação integral na Educação Básica pública em tempo integral, de acordo com o Objetivo 6 e a meta correspondente do PNE, abrangendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; fortalecer a escola como instituição que elabora conhecimento e promove desenvolvimento e aprendizagem;

favorecer o acesso ao conhecimento científico, tecnológico e à inteligência artificial, às artes e à criação cultural, às práticas esportivas e à educação física, à comunicação e à língua, à formação ética e aos valores, com compromisso com a superação do racismo, do preconceito e da violência, assegurando o desenvolvimento pleno das capacidades de crianças, jovens e adultos, considerando suas características, experiências culturais e sociais;

tratar a sustentabilidade socioambiental como dimensão essencial da educação integral, garantindo que instituições e redes de ensino tenham planos específicos de prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, com apoio técnico para estrutura física adequada, conforto térmico e realização de educação ambiental conforme a Política Nacional de Educação Ambiental e as diretrizes curriculares do CNE;

assegurar, em consonância com

o programa nacional de infraestrutura, a construção, ampliação e reestruturação das escolas públicas com cozinhas, refeitórios, água potável, energia elétrica, banheiros, laboratórios, inclusive de informática, bibliotecas atualizadas, salas de professores adequadas, quadras poliesportivas e espaços culturais; e ampliar a jornada escolar em todas as etapas, diversificando experiências educativas e campos de aprendizagem, promovendo mudança qualitativa na organização da escola pública para que vá além da transmissão de conteúdos curriculares.

Ampliar as políticas de acesso e permanência no ensino médio, reconhecendo sua posição estratégica como etapa de transição entre a educação básica, a educação profissional, o ensino superior e o mundo do trabalho; expandir a Educação Profissional e Tecnológica, integrada ou concomitante, nos marcos da educação integral, apoiando ações de busca ativa e políticas de apoio estudantil que enfrentem vulnerabilidades socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero associadas à evasão escolar, com iniciativas voltadas à inserção dos jovens no mundo do trabalho; e assegurar que a oferta e a qualidade da formação profissional estejam alinhadas às necessidades do desenvolvimento regional sustentável, atendendo e criando demandas socioculturais e econômicas diversas em cada território do país.

Consolidar um sistema educacional de qualidade assegurando a estabilidade, a valorização, a qualificação e a formação dos profissionais da educação; garantir, em consonância com o Objetivo 17 do PNE, a permanência, estabilidade e continuidade do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores nos espaços educacionais; manter o piso salarial nacional do magistério com ganho real, realizar a Prova Nacional Docente para ampliar concursos públicos nas redes de ensino e regular a educação a distância para qualificar a formação docente; e dar continuidade e ampliar as medidas de valorização docente organizadas pelo Programa Mais Professores para o Brasil, fortalecendo a capacidade do Estado de induzir a valorização da carreira docente em escala nacional.

Implementar o Programa Nacional de Infraestrutura Escolar como estratégia estruturante de longo prazo para modernizar a rede pública de ensino, superar desigualdades históricas entre escolas e construir padrões nacionais de infraestrutura compatíveis com uma educação pública de qualidade;

mobilizar investimentos em todo o território nacional para assegurar que cada escola pública disponha das condições necessárias ao desenvolvimento de uma educação integral de qualidade; e articular União, estados, Distrito Federal e muni-

cípios na construção da Escola do Brasil, capaz de garantir a todas as crianças e jovens, em qualquer território, condições adequadas para aprender, conviver, praticar esportes, produzir cultura, desenvolver ciência, utilizar tecnologias e exercer plenamente sua cidadania.

Continuar a cuidar da alimentação escolar, garantindo mais de 50 milhões de refeições por dia aos estudantes da rede pública; assegurar que 45% dos alimentos adquiridos sejam diretamente de pequenos produtores da agricultura familiar; e manter a alimentação escolar como prioridade, com reajustes periódicos dos valores.

Expandir a educação profissional e tecnológica como eixo estratégico de um projeto nacional de desenvolvimento, em um contexto de transformação digital, transição energética, reconfiguração das cadeias produtivas e mudanças nos padrões de produção, assegurando a formação de trabalhadores qualificados aptos a participar do mundo do trabalho;

fortalecer e ampliar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como política pública essencial para democratizar o acesso à educação técnica e tecnológica de qualidade, reconhecendo o papel singular dos Institutos Federais na integração entre formação técnica, ensino médio, educação superior, pesquisa aplicada e extensão, articulando conhecimento científico às demandas dos territórios;

consolidar a expansão realizada no Governo Lula 3, que acrescentou 116 novas unidades à Rede Federal, totalizando até o final de 2026 cerca de 800 Institutos Federais, democratizando de forma expressiva o acesso à educação profissional e tecnológica no país.

ampliar vagas, fortalecer a infraestrutura, articular a oferta com o ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e valorizar seus profissionais;

construir um regime de colaboração e cooperação entre a Rede Federal e as redes estaduais de educação profissional e tecnológica;

destinar recursos do Programa Juros por Educação — que permite a renegociação de dívidas de estados e do Distrito Federal com a União vinculando recursos à educação profissional técnica de nível médio — à expansão de matrículas, à infraestrutura de cursos técnicos e à formação de profissionais, visando atender e induzir necessidades do desenvolvimento sustentável em cada região do Brasil.

Apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para assegurar o acesso, a permanência e a conclusão na educação básica de jovens, adultos e idosos, realizando de forma regular e intersetorial a busca ativa e a chamada pública desses

cidadãos, garantindo formação integral a partir da consideração de seus saberes e experiências; associar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) à formação profissional para favorecer o acesso ao mundo do trabalho; estruturar políticas voltadas às pessoas em situação de vulnerabilidade, fomentando incentivos financeiros para estudantes da EJA do ensino fundamental cujas famílias estejam inscritas no Cadastro Único; e assegurar ações suplementares de transporte, alimentação e saúde — inclusive atendimento oftalmológico em articulação com a área da saúde — para garantir a permanência dos estudantes.

Ampliar o apoio técnico aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para desenvolver uma educação antirracista, fortalecer a educação escolar quilombola e indígena e consolidar a educação no campo, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Fortalecer o engajamento das universidades públicas e dos institutos federais, respeitada a autonomia institucional, no aporte das contribuições da ciência para as políticas públicas em todas as áreas;

planejar e expandir quantitativa e qualitativamente o ensino superior público nos territórios, considerando as necessidades do desenvolvimento social, econômico e da sustentabilidade ambiental, bem como a interiorização das instituições, em consonância com o Plano Nacional de Educação e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;

fortalecer a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, assegurando a integração entre graduação e pós-graduação;

criar 120 mil vagas no ensino superior em áreas estratégicas como robótica, inteligência artificial e transição energética;

ampliar a articulação entre instituições de ensino superior e educação básica por meio da difusão científica e da formação de professores;

garantir acesso, plena ocupação de vagas, permanência e conclusão dos cursos nas instituições públicas, elevando o atendimento da população de 18 a 34 anos e fortalecendo políticas afirmativas e de assistência estudantil;

ampliar a oferta de cursos noturnos; tornar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) mais inclusivo, expandindo o Fies Social e atualizando parâmetros de financiamento, bem como assegurar a ocupação dos benefícios do PROUNI por estudantes matriculados em cursos com avaliação positiva;

garantir que todos os cursos de graduação atendam aos padrões nacionais de qualidade, fortalecendo o Sinaes, o Enade e as instituições de educação superior

Aprofundar o apoio técnico aos estados e municípios para assegurar a implementação da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e da educação bilíngue de surdos, garantindo atendimento educacional especializado (AEE) ao público-alvo dessa modalidade;

ampliar a acessibilidade nas escolas, assegurar tecnologia assistiva como recurso individual, estruturar redes de serviços e ofertar materiais que reduzam desigualdades regionais e territoriais, atendendo estudantes em situação de vulnerabilidade;

garantir, em colaboração com estados, Distrito Federal e municípios, a oferta, o acesso e a permanência em todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar indígena, da educação no campo e da educação escolar quilombola, observando padrões nacionais de qualidade que envolvam infraestrutura física, profissionais da educação, recursos pedagógicos e acessibilidade, com equidade e redução das desigualdades regionais.

Fortalecer a implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), reconhecendo a diversidade étnico-racial como fundamento de um sistema educacional comprometido com a equidade e com a garantia do direito à educação;

assegurar que currículos escolares e universitários incluam história e cultura africana e afro-brasileira, aprofundando a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008;

promover a formação de profissionais da educação, incentivar a produção de materiais didáticos e apoiar práticas pedagógicas voltadas ao enfrentamento do racismo, à valorização das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e quilombolas e à redução das desigualdades educacionais.

Fortalecer a gestão democrática como determinação constitucional que amplia o espaço público de participação e aperfeiçoa as políticas públicas e a própria democracia; fortalecer o Fórum Nacional de Educação (FNE) e promover a Conferência Nacional de Educação, conforme previsto na Lei nº 220/2025;

apoiar estados, Distrito Federal e municípios no aperfeiçoamento do trabalho dos Conselhos de Escola, dos Fóruns de Conselhos de Escola, do Fórum dos Conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e do Fórum permanente com representação da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e dos trabalhadores da educação, destinado ao acompanhamento da atualização progressiva do piso salarial nacional do magistério público da educação básica e da valorização das respectivas carreiras.

7.2.2. Fortalecimento do Ensino Superior Público para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e para a soberania nacional.

O desenvolvimento sustentável do país necessita intenso engajamento das universidades públicas e institutos federais, respeitada a autonomia das instituições, no aporte das contribuições da ciência para as políticas públicas em todas as áreas. Por isso o fortalecimento do planejamento da expansão quantitativa e qualitativa do ensino superior público nos territórios é essencial levando em conta as necessidades do desenvolvimento social, econômico, a sustentabilidade ambiental em cada região e a busca pela interiorização das instituições em consonância com o Plano Nacional de Educação e a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. É condição do desenvolvimento soberano do país o investimento em ciência básica para os investimentos em ciência aplicada.

Fortalecer a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão para o que a integração entre a graduação e a pós-graduação é imprescindível .Pretende-se criar 120 mil vagas no ensino superior em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país como robótica, inteligência artificial e transição energética.

Será criada uma política de intercâmbio e formação internacional, com prioridade para áreas estratégicas como ciência, tecnologia e inteligência artificial.

Também deve ser fortalecida a articulação entre a produção das instituições de ensino superior e a educação básica por meio da difusão científica e da formação de professores.

É preciso garantir nas instituições públicas o acesso, a plena ocupação de vagas a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes visando atender as metas do Plano Nacional de Educação elevando o percentual de atendimento da população entre 18 a 34 anos e políticas afirmativas e de assistência estudantil de forma a garantir o acesso e a permanência dos estudante.

Os cursos de graduação devem ampliar a oferta de cursos noturnos.

Será fundamental ampliar o caráter inclusivo do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) expandindo o FIES Social e a atualização periódica dos parâmetros de financiamento e a ocupação dos benefícios concedidos no âmbito do Programa Universidade para Todos (PROUNI) para estudantes regularmente matriculados em cursos superiores com avaliação positiva.

É preciso que todos os cursos de graduação atendam aos padrões nacionais de qualidade da educação superior para o que será necessá-

rio fortalecer ainda mais o Sistema Nacional de Avaliação Superior (Sinaes), o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e as próprias instituições de Educação Superior (IES).

É estratégico para o País Investir na ampliação da formação de mestres e doutores, de maneira equitativa e inclusiva no País.

Será necessário seguir investindo na ampliação e na melhoria da qualidade da pós-graduação stricto sensu nas diferentes áreas de conhecimento, em todas as regiões e localidades pouco ou não atendidas, trata-se de questão estratégica para o Brasil. Importa ampliar a equidade regional, social, étnico-racial, linguística, os direitos das pessoas com deficiência e as sobreposições dessas condições.

O próximo governo do presidente Lula buscará favorecer ainda mais a articulação entre a graduação e a pós-graduação, bem como a internacionalização da pós graduação.

7.2.3. Educação especial inclusiva, e garantia de direitos.

A Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a educação constitui referência central para a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e para a garantia de direitos.

É necessário aprofundar o apoio técnico aos estados e municípios, nos termos do Plano Nacional de Educação, para assegurar Educação Inclusiva.

O apoio técnico específico deverá contribuir para a ampliação da acessibilidade nas escolas, para a garantia de tecnologia assistiva como recurso individual, estruturação de redes de serviços, oferta de materiais visando a redução de desigualdades regionais e territoriais e o atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade de várias ordens.

7.2.4. Garantia do Direito à Educação às populações indígenas, do campo e quilombolas Educação para as relações étnico-raciais e diversidade territorial.

O reconhecimento da diversidade étnico-racial do Brasil constitui um dos fundamentos de um sistema educacional comprometido com a equidade e com a garantia do direito à educação. Por essa razão a implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) deve ser fortalecida de maneira a que a obrigatoriedade dos currículos escolares e universitários incluam história e cultura africana e afrobrasileira na sua estrutura. Trata-se de aprofundar a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, promovendo a formação de profissionais da educação, incentivando

a produção de materiais didáticos e o apoio à construção de práticas pedagógicas comprometidas com o enfrentamento do racismo, a valorização da história e das culturas afro-brasileiras, africanas e quilombolas e a redução das desigualdades educacionais.

Garantir, a partir da colaboração com Estados, Distrito Federal e Município, a oferta, o acesso e a permanência em todos os níveis, as etapas e as modalidade na educação escolar indígena, na educação no campo e na educação escolar quilombola observados os padrões nacionais de qualidade envolvendo, no mínimo, infraestrutura física, os profissionais da educação, os recursos pedagógicos e a acessibilidade, com equidade e redução das desigualdades regionais.

O governo Lula 4 ampliará o apoio técnico aos estados, Distrito Federal e Municípios visando desenvolver uma educação antirracista, o fortalecimento da educação escolar quilombola e indígena , da educação no campo considerando-se o Plano Nacional de Educação o direito de acesso e qualidade respeitando-se as características e experiências sociais e culturais desses estudantes.

7.3 - Por uma cultura transformadora

Desde 2003, no primeiro governo do presidente Lula, a política cultural brasileira é considerada a partir do entendimento da tridimensionalidade da cultura. Isso significa que, desde então, deixamos de considerar a cultura apenas a partir da produção artística e passamos a considerar a

cultura em sua tridimensionalidade: simbólica, que compreende as linguagens artísticas e expressões culturais; cidadã, que abarca a cultura como direito humano, e a econômica que compreende a cultura como forma de subsistência e alavanca econômica. Não existe desenvolvimento pleno sem o desenvolvimento cultural.

No seu quarto mandato o projeto para a cultura deverá apontar para um futuro de emancipação social, soberania cultural e desenvolvimento territorial. Assim, o compromisso do próximo governo Lula é consolidar as entregas do Lula 3 (2023–2026) como garantias permanentes para o povo brasileiro, e construir um novo ciclo pujante e atualizado de políticas culturais que respondam aos novos desafios do presente.

Para isso, as políticas públicas devem ter como objetivo ampliar direitos, democratizar o acesso, promover oportunidades para todos e garantir condições dignas para os trabalhadores da cultura. Isso significa garantir que cada cidadão tenha acesso efetivo ao patrimônio cultural, à educação artística e às manifestações culturais, contribuindo para a formação de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A cultura também deve emergir da criatividade e das tradições do povo brasileiro, refletindo a rica diversidade que compõe nossa identidade nacional. Cada expressão cultural, seja ela regional, popular ou contemporânea, deve ser valorizada, preservada e respeitada, garantindo que todos os segmentos da sociedade tenham voz e espaço. A participação social e o diálogo federativo são essenciais para a formulação e execução dessas políticas em todo o território nacional.

A cultura e a arte brasileiras deverão continuar a ser tratadas como um ativo central para as transformações pelas quais o país deverá passar para consolidar nossa democracia, garantir e fortalecer nossa soberania, criando as condições para avançarmos na direção de um país e de uma sociedade com justiça social e em condições de superar o extrativismo predatório na relação com o trabalhador, com a natureza e com o meio ambiente.

Cultura deve ser considerada como elemento associado à soberania nacional, à democracia, ao desenvolvimento econômico, produtivo, à comunicação, à educação, à ciência e tecnologia, aos direitos humanos, à diversidade social e à própria construção de um projeto de país.

(a) Diretrizes

o Fortalecer as instâncias de participação social na elaboração, desenvolvimento e acompanhamento das políticas culturais, como o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

- Promover a preservação e a disseminação dos saberes, memórias e patrimônios culturais brasileiros, garantindo acesso democrático a bens e serviços culturais. É fundamental fortalecer políticas públicas que garantam apoio a manifestações culturais regionais, populares e contemporâneas, promovendo identidade e coesão social.

- Ampliar e fortalecer a agenda com a educação formal por meio de políticas como o programa Mais Cultura nas Escolas e a ação Arte e Cultura na Educação de Tempo Integral, buscando assim consolidar atividades artísticas integradas ao currículo que estimulem a criatividade, a capacidade crítica e o letramento digital, democratizando o acesso da juventude à produção e ao repertório cultural.

- Ampliar e fortalecer as políticas de base territorial e comunitária, apoiando o desenvolvimento da infraestrutura cultural em territórios periféricos por meio do Programa Territórios da Cultura e fomentar iniciativas culturais comunitárias atraves da ampliação da Rede Nacional de Pontos de Cultura pela Política Nacional Cultura Viva. Apoiar o desenvolvimento de arranjos regionais voltados à articulação de redes locais e ao fortalecimento de ecossistemas criativos nos territórios.

- Ampliar o investimento em equipamentos culturais como Céus da Cultura, MovCeus, sobre rodas e flutuantes. Qualificar a rede de infraestrutura cultural por meio de um amplo programa de reformas de equipamentos culturais. Construir soluções para garantir a consolidação e manutenção da rede de equipamentos culturais nos territórios, investir em programas de circulação e mobilidade artística e iniciativas de democratização da cultura.

- Ampliar as condições para criação e produção simbólica em ambientes digitais e uso crítico de tecnologias. Ampliar o acesso a tecnologias e plataformas digitais, promovendo a difusão e a sustentabilidade econômica das atividades culturais.

- Estimular o empreendedorismo cultural, a inovação e a formação profissional para gerar empregos e ampliar oportunidades econômicas no setor cultural. Ampliar o acesso a crédito e microcrédito para iniciativas de economia criativa. Aumentar a oferta de vagas em cursos técnicos e profissionalizantes de formação e qualificação artística, técnica e cultural.

- Consolidar programas públicos de incentivo e mecanismos de financiamento para estimular a criação artística e o desenvolvimento de projetos culturais em todo o território nacional. Consolidar a Política Nacional Aldir Blanc como o principal mecanismo de fomento federativo da cultura. Democratizar o aces-

so aos instrumentos de incentivo fiscal. Estimular a criação de fundos patrimoniais. Criar instrumentos de crédito adaptados às necessidades dos criadores. Além disso, novas formas de apoio, como fomento via fluxo contínuo para criadores e artistas, devem ser implementadas.

- Garantir a valorização e proteção dos direitos autorais e da propriedade intelectual, assegurando condições justas para a remuneração de artistas, criadores e profissionais da cultura. A aprovação da Lei do Direito Autoral em Ambiente Digital e da regulamentação da Inteligência Artificial serão reformas que garantirão que músicos e autores sejam remunerados adequadamente por plataformas que utilizam conteúdo brasileiro é essencial.

- Fortalecer a diplomacia cultural e ampliar a presença de artistas e produções nacionais em mercados internacionais, projetando a diversidade cultural do Brasil no exterior; apoiar os fazedores culturais que vivem em outros países, bem como os imigrantes que vivem no Brasil.

- Desenvolver programas específicos voltados para a formação de plateia, promovendo o acesso a experiências culturais e artísticas desde a infância e juventude, para que mais pessoas se tornem apreciadoras e participantes ativas da vida cultural do país.

- Ampliar e fortalecer a governança das políticas do audiovisual atraves da ANCINE e do FSA.

- Consolidar uma política industrial que garanta o desenvolvimento do setor audiovisual.

- Consolidar a Film Commission federal.

- Garantir que a aprovação da regulamentação do streaming (VOD) no parlamento atenda ao interesse nacional para que o Brasil seja um produtor e exportador ativo de obras audiovisuais e compartilhe nossas narrativas com o mundo.

- Ampliar a Rede de Bibliotecas Publicas e Comunitarias. Ampliar os investimentos em bibliotecas atraves do Programa Minha Casa Minha Vida. Garantir o acesso do povo brasileiro a literatura por meio dos investimentos federais. Consolidar uma política para a leitura e a escrita.

- Reconhecer a condição de trabalho dos profissionais do setor e propor formas de aposentadoria e direitos sociais. Este governo priorizará a pactuação de regimes específicos de previdência social, aposentadoria e garantias trabalhistas que assegurem a dignidade e o direito ao tempo para além da subsistência imediata.

- Consolidar um Sistema Nacional de Cultura capaz de articular União, estados e municípios em torno de objetivos comuns, garantindo a distribuição equilibrada dos recursos públicos e o fortalecimento das ca-

pacidades locais de gestão e os elementos do SNC através de esferas de pactuação, como a CIT.

- Consolidar de maneira definitiva a atuação regular dos pontos e pontões de cultura nas comunidades e territórios do país através de financiamento contínuo e permanente. É preciso assegurar planos de ação continuados, previsibilidade, segurança jurídica, corresponsabilidade federativa e participação ativa da sociedade civil na gestão compartilhada da Política Nacional Cultura Viva (PNCV)

- Garantir a proteção e a sustentabilidade das culturas tradicionais e populares por meio de políticas públicas de salvaguarda que valorizem e apoiem os saberes de mestras e mestres, avançando na regulamentação dos direitos autorais e da propriedade intelectual dos detentores dessas tecnologias e na consolidação da Política Nacional.

- Integrar as políticas culturais à agenda da justiça climática. A atuação do Estado reconhecerá as tecnologias sociais e os saberes ancestrais das comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas como ativos essenciais na promoção de economias circulares, sustentáveis e resilientes nos territórios.

- Fortalecer as instituições de salvaguarda, memória e acervo do país: o IPHAN, o IBRAM, a Biblioteca Nacional e a Cinemateca Brasileira, buscando fortalecer ações focarão na preservação do patrimônio material e imaterial e na democratização física e digital desse legado histórico.

7.4 - Políticas para a comunicação

As perspectivas para as políticas públicas de comunicação no Brasil apontam para a construção de um sistema integrado, democrático e orientado pela garantia de direitos, baseado na escuta ativa da população, na participação social e na transparência institucional.

As políticas públicas de conectividade e acesso a serviços de comunicações, como o programa Brasil Digital, devem estar articuladas a políticas de universalização da conectividade, inclusão digital, interoperabilidade de serviços públicos e ampliação da infraestrutura de banda larga, especialmente em regiões periféricas, rurais e de difícil acesso

Entre as principais tendências estão o fortalecimento da comunicação pública e da Empresa Brasil de Comunicação, o desenvolvimento de plataformas digitais acessíveis, a utilização responsável da inteligência artificial e a criação de mecanismos de transparência algorítmica, pro-

teção de dados e responsabilização das plataformas.

O enfrentamento à desinformação exige políticas permanentes de educação midiática e informacional, protocolos de resposta a emergências informacionais, incentivo à checagem de fatos e apoio à sustentabilidade econômica do jornalismo profissional e regional. Também são indispensáveis a regulação democrática do ambiente digital, a proteção de crianças e adolescentes, a defesa da liberdade de expressão, o combate ao discurso de ódio e a garantia de pluralidade, diversidade e acessibilidade nos meios de comunicação. Para que essa agenda se concretize, o Estado deve assegurar financiamento público estável, coordenação federativa, participação da sociedade civil, avaliação por indicadores e controle social, garantindo que a transformação tecnológica esteja subordinada ao interesse público, à soberania digital e ao fortalecimento da democracia.

(a) Diretrizes

- Atualizar a legislação da radiodifusão no Brasil, regulamentando dispositivos constitucionais sobre a proibição de monopólios e oligólios, promovendo a pluralidade e a diversidade nas comunicações em uma perspectiva convergente, e consolidando a TV como instrumento de inclusão social e digital.

- Fomentar a cultura nacional e a produção independente e regionalizada nas comunicações, descentralizando os investimentos em comunicação e fortalecendo mecanismos de incentivo à produção audiovisual, especialmente nas regiões e populações periféricas e minorizadas.

- Elaborar políticas e mecanismos para combater a violação de direitos humanos e das populações vulneráveis e marginalizadas nas comunicações, e estimular a produção e a circulação de conteúdos de qualidade de modo a fortalecer o direito da população à comunicação e à informação plural, diversa e confiável em todas as regiões do país.

- Fortalecer a comunicação popular, comunitária e independente como política de Estado, ampliando os mecanismos de fomento, descentralizando e simplificando o acesso aos recursos públicos, promovendo a sustentabilidade, estimulando a cooperação entre esses veículos e criando políticas de formação para esses comunicadores.

- Promover uma agenda de regulação pública democrática dos serviços e plataformas digitais, fomentando a transparência e o devido processo e combatendo conteúdos falsos e danosos e protegendo segmentos vulneráveis e marginalizados.

- Regular a concorrência nos serviços digitais, combatendo a concentração de propriedade e de poder econômico nas comunicações digitais.

- Regular o audiovisual online, promovendo um ambiente plural nestes serviços e fortalecendo o audiovisual brasileiro, a cultura nacional e a produção independente.

- Desenvolver políticas públicas de valorização e sustentabilidade do jornalismo profissional, estabelecendo regras para o uso das notícias por plataformas e aplicações de Internet.

- Combater a desinformação e o discurso de ódio nas comunicações por meio da modernização da legislação, da educação midiática e da promoção da integridade da informação.

- Fortalecer a Comunicação Pública, educativa e universitária por meio da ampliação das capacidades institucionais e financeiras da EBC, da expansão da rede nacional de comunicação pública, do aperfeiçoamento dos mecanismos de participação social na EBC e no conjunto do campo público, e da consolidação da Plataforma Comum mais br, bem como da TV como política pública de inclusão digital.

- Regular a IA nas comunicações, evitando abusos no uso do conhecimento protegido por direito autoral e estabelecendo mecanismos para combater riscos na produção, difusão e moderação de conteúdos.

- Desenvolver políticas de Soberania Digital garantindo que os dados estratégicos do país sejam protegidos e utilizados em benefício da população, fortalecendo a infraestrutura digital do Estado, a segurança cibernética, a proteção de dados pessoais e o combate à desinformação e às manipulações digitais que ameaçam a democracia.

o Organizar uma estrutura de órgãos reguladores convergentes, com capacidades institucionais adequadas e liderada por um conselho nacional de comunicações com forte participação da sociedade.

7.5 - Políticas para o turismo

O Plano Turismo Brasil 2030 estabelece o setor como uma política de Estado estratégica, com três objetivos principais: impulsionar o desenvolvimento nacional, reduzir desigualdades sociais e regionais e reforçar as soberanias econômica, territorial, cultural e ambiental do país.

O período de 2022 a 2026 é visto como um momento de transição, onde o turismo doméstico e internacional se consolidou como um pilar da economia. As projeções indicam um crescimento significativo na participação do turismo no PIB, na geração de empregos e na atração de visitantes internacionais até 2030.

(a) Diretrizes:

- Implementar uma governança robusta, composta por um Conselho Nacional e um Comitê Interministerial, para consolidar uma carteira de projetos prioritários que posicione o Brasil como destino turístico de excelência e promova um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

- Promover a digitalização de destinos e serviços turísticos, incorporando tecnologias emergentes para aprimorar a experiência do visitante

- Implementar soluções que integrem tecnologia e sustentabilidade, facilitando o acesso a informações e serviços de forma inteligente.

- Valorizar e incluir expressões culturais locais nas ofertas turísticas, incentivando o turismo de base comunitária e a promoção de experiências autênticas.

- Adotar práticas sustentáveis em todas as atividades turísticas, assegurando a preservação do patrimônio natural e cultural. Fomento ao Turismo Social Criar políticas que garantam o acesso ao turismo para todas as camadas da população, incluindo grupos historicamente excluídos.

- Estimular a colaboração entre setores criativos (artes, música, gastronomia) e o turismo, criando experiências diferenciadas e atraentes.

- Investir na formação de profissionais qualificados que possam atender às demandas emergentes do setor, com foco em criatividade e inovação.

- Estabelecer colaborações entre o governo e a iniciativa privada para desenvolver infraestrutura turística e promover eventos culturais.

- Unificar a comunicação do Brasil no exterior, integrando esforços de marketing entre diferentes ministérios e entidades para promover o país como destino turístico.

- Criar linhas de crédito e incentivos específicos para micro e pequenas empresas do setor turístico, estimulando a economia local.

- Criar e promover roteiros turísticos baseados em temas como gastronomia, arte, cultura e ecoturismo, que atraem nichos de mercado específicos.

- Implementar sistemas de monitoramento e avaliação para medir o impacto das políticas e ações no setor turístico, ajustando estratégias conforme necessário.

- Incentivar a realização de eventos que unam turismo e cultura, como festivais, feiras e competições, para atrair visitantes e gerar desenvolvimento econômico.

7.6 - Esporte e Lazer como elementos da transformação cultural

A ampliação do direito às culturas corporais de movimento, que abrangem esportes, danças, jogos, lutas, atividades gímnicas, circenses, capoeira e futebol, será um pilar central nesse processo.

As políticas públicas nessas áreas serão orientadas pelos princípios da promoção da cidadania, inclusão, diversidade e igualdade de oportunidades, reafirmando o esporte e o lazer como direitos sociais assegurados pela Constituição Federal e garantindo acesso universal em todo o território nacional, com prioridade para as mulheres, pessoas com deficiência e populações em situação de maior vulnerabilidade social.

Esse enfoque integrador permitirá que o esporte e o lazer contribuam de forma significativa para a transformação cultural, promovendo uma identidade coletiva e fortalecendo a coesão social em nosso país como dimensão estratégica de um projeto de desenvolvimento social.

Para tanto, é essencial fortalecer os órgãos responsáveis pela execução dessas politicas e implementar um "salto triplo" e qualitativo nas políticas públicas esportivas e de lazer.

(a) Diretrizes

o Ampliar a capacidade de gestão dos órgãos responsáveis pela execução das políticas, fortalecendo sua atuação na formulação e implementação de políticas esportivas e de lazer eficazes.

- Desenvolver uma Política Nacional de Esporte e Lazer que reafirme o esporte e o lazer como direitos sociais.

- Implementar a Universidade do Esporte e fortalecer redes de pesquisa, formação de gestores/as e demais profissionais do esporte.

- Recompor o Conselho Nacional de Esporte para assegurar sua pluralidade, seu caráter deliberativo e o controle social.

- Consolidar o Sistema Nacional do Esporte, integrando conselhos, planos e fundos de esporte em todos os entes federativos.

- Avaliar, retomar e fortalecer programas estruturantes, espaços e equipamentos públicos, como o Programa Esporte e Lazer da Cidade, o Programa Bolsa Atleta e o Programa Academia da Saúde.

- Valorizar a inclusão e a diversidade cultural das expressões corporais brasileiras, como capoeira e futebol.

- Ampliar o financiamento destinado ao esporte e ao lazer, garantindo acesso e permanência às práticas corporais e de lazer.

o Promover políticas intersetoriais que articulem esporte, lazer, saúde, educação, turismo, moradia e cultura.

- Consolidar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores do Esporte (SNIIE) e iniciativas de esporte voltadas à formação, à excelência e à prática ao longo da vida.

- Retomar a política de internacionalização do esporte e valorizar legados e iniciativas de economia solidária no esporte e no lazer como vetores de desenvolvimento social.

- Criar mecanismos permanentes de participação social, como conselhos e conferências, para definição de prioridades nas políticas de esporte e lazer.

- Apoiar a Copa do Mundo Feminina de Futebol, assegurar os direitos de torcedores/as e atletas e promover campanhas de combate ao racismo, machismo, homofobia, transfobia e xenofobia no esporte.

7.7 - Saúde na reconstrução nacional: o sus como base do desenvolvimento, da democracia e da soberania

O Sistema Único de Saúde (SUS) viveu um período de sabotagem sistemática iniciado pelo congelamento de recursos provocado pela Emenda Constitucional nº 95, a tesoura do chamado teto de gastos que reduziu investimentos em todas as políticas públicas e, no SUS, as perdas superaram R$ 60 bilhões. Soma-se a isso o desmonte do Estado e a destrui-

ção de programas estruturantes, como o SAMU, Programa Nacional de Imunizações (PNI), o Mais Médicos e a Farmácia Popular que tiveram como resultados a redução de consultas, exames e cirurgias, o aumento de internações por causas evitáveis e o crescimento da mortalidade materna e infantil. Por conta da queda nas coberturas vacinais, o Brasil voltou a ter casos de sarampo e o risco de retorno de outras doenças, como a paralisia infantil.

A redução dos investimentos sociais, a desorganização de políticas públicas e a fragilização da coordenação nacional do SUS impactaram diretamente na capacidade de respostas às necessidades da população. Esse cenário atingiu seu ponto mais dramático durante a pandemia de Covid-19, quando o Brasil registrou uma das maiores tragédias sanitárias de sua história: mais de 700 mil brasileiros e brasileiras perderam a vida em meio à negação da gravidade da crise, quebra da colaboração interfederativa no SUS, bloqueio na aquisição de vacinas e ataques à ciência. Em depoimentos à CPI da Covid, especialistas apontaram que até 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas se o país tivesse adotado prontamente medidas como uso de máscaras, distanciamento social, testagem em massa e vacinação.

Com a volta de Lula ao governo em 2023, em uma ampla coalizão em defesa da democracia, dos direitos e dos bens comuns, iniciou-se um abrangente processo de reconstrução do SUS, ainda durante o processo de transição, em 2022, com recomposição de recursos financeiros. O Governo Lula assumiu o compromisso de recuperar a capacidade do Estado de cuidar das pessoas, fortalecer a ciência, retomar o planejamento nacional e reconstruir políticas públicas fundamentais à garantia do direito à saúde. Mais do que recuperar estruturas fragilizadas, a tarefa passou a ser preparar o SUS para os desafios do século XXI, tornando-o mais moderno, resolutivo, sustentável, resiliente e capaz de responder às necessidades de uma sociedade em constante transformação.

7.7.1. Reconstrução: o SUS ao lado do povo brasileiro

O SUS é uma das maiores conquistas do povo brasileiro. Resultado da Constituição de 1988 e das lutas da Reforma Sanitária, consolidou a saúde como “direito de todos e dever do Estado”, tornando-se o maior sistema público universal de saúde do mundo e referência para outros países.

O SUS vacina, transplanta órgãos, distribui medicamentos, acompanha gestantes, realiza atendimentos de urgência, promove a saúde mental, combate epidemias e garante assistência integral à população. Além

de fazer tudo isso e muito mais, prevê a participação do povo, assegurada na Constituição de 1988 e na Lei Orgânica do SUS, de 1990, por meio de instâncias formais como conselhos e conferências, entre outros espaços de participação social. Essa previsão impediu, por exemplo, que o governo autoritário de Bolsonaro extinguisse os conselhos de saúde por meio do Decreto nº 9.759/2019, que reduziu a participação social no governo naquele momento.

Iniciamos o Governo Lula (2023-2026) com o firme compromisso de reconstruir o SUS, apoiando a realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde, em julho de 2023. Cerca de 6 mil pessoas, entre delegados/as, convidados/as e observadores/as, participaram da etapa nacional, contribuindo diretamente para a elaboração do Plano Nacional de Saúde (PNS) e do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

Realizamos uma ampla varredura em decretos e portarias do Ministério da Saúde que representavam retrocessos normativos na resposta à pandemia de Covid-19, na Atenção Primária, na Saúde Mental, na Saúde da Mulher, na Atenção Especializada e em outras áreas. Revogamos diretrizes que contrariavam evidências científicas, como a utilização de medicamentos do "kit Covid" para tratamento de pacientes do SUS, e diversas portarias aprovadas sem a pactuação tripartite. Essas e outras ações foram devidamente apresentadas, no início de 2023, ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria-Geral da União, demonstrando o compromisso com a transparência e a reconstrução de um SUS vivo e pulsante.

Colocamos o SUS novamente ao lado do povo brasileiro, promovendo, a partir de 2023, o acesso, a inovação e o fortalecimento da atenção primária, da atenção especializada e da saúde da mulher. Superamos os gargalos acumulados durante a pandemia: a oferta de consultas, exames e cirurgias especializadas ultrapassou em volume os níveis pré-Covid-19. Como resultado desse conjunto de políticas, o Brasil registrou a menor mortalidade infantil dos últimos 30 anos: segundo relatório da ONU de 2026, o país reduziu em 72% a mortalidade de crianças menores de 5 anos em comparação com o ano de 1990, com reconhecimento do papel direto do SUS nesse desempenho.

O Programa Agora Tem Especialistas, reforçou o compromisso do Governo Federal em levar saúde especializada e de qualidade a todos os estados brasileiros. Ampliamos o número de cirurgias, exames e consultas eletivas e, em 2025, o SUS bateu o recorde de cirurgias eletivas, com 14,9 milhões de procedimentos — 42% a mais do que em 2022 — e realizou 1,4 bilhão de exames de

diagnóstico, o maior número da história. A projeção é ultrapassar 16 milhões de cirurgias eletivas em 2026.

Essa estratégia de ampliação da oferta ao cuidado especializado tem a combinação de três medidas inovadoras de indução por parte do Ministério da Saúde. Uma nova tabela do Agora Tem Especialistas, multiplicando por três a quatro vezes os valores, da antiga Tabela SUS, por cirurgias para os hospitais estaduais, municipais e Santas Casas. Um combo completo (Oferta de Cuidado Integrado-OCI) de consulta, exame e cirurgia para áreas estratégicas e de maior tempo de espera como saúde da mulher, ortopedia, cardiovascular, oncologia, doença renal e infectologia garantindo resolução integral ao usuário. Ademais, os hospitais privados que não atendiam pelo SUS, passaram a fazê-lo por meio de negociação de suas dívidas ou redução de pagamentos de impostos em troca de mais cirurgias, mais exames e mais consultas especializadas para os pacientes que estão nas filas dos municípios e dos estados. Esta abertura de portas ao SUS já significou a contratação de 600 mil procedimentos de diagnóstico e cirúrgicos, além de ampliação dos cuidados em hemodiálise.

Com o Agora Tem Especialistas implantamos o Mais Médicos Especialistas, que possibilita, neste momento, a atuação de 1.500 profissionais em todo o país — mais da metade em cidades do interior —, entre eles 400 anestesiologistas, categoria de difícil provimento e fixação, cuja presença é decisiva para destravar cirurgias, biópsias e exames de imagem para reduzir as filas nos municípios e estados.

Incorporamos e ampliamos o financiamento de tecnologias de ponta, como cirurgia robótica, telecirurgias e teleatendimento, colocando a inovação a serviço da vida. O SUS adquiriu equipamentos para procedimentos robóticos, incluindo cirurgias de próstata, ampliando a precisão, a segurança e a qualidade da assistência. Associadas à expansão da telessaúde, essas iniciativas reduzem distâncias e levam atendimento especializado a diferentes regiões do país. Ao mesmo tempo, a ampliação dos horários de funcionamento, a abertura de terceiros turnos e a realização de mutirões nos fins de semana aumentaram a oferta de consultas, exames e cirurgias, contribuindo para reduzir o tempo de espera e assegurar atendimento mais oportuno à população.

Por meio do Agora Tem Especialistas, o Transporte Caminhos da Saúde, em todas as unidades da Federação, está sendo efetuado por meio de veículos adequados, como ambulâncias, vans e micro-ônibus, oferecendo transporte digno aos pacientes e acompanhantes que preci-

sam sair de um município menor ou de uma cidade-polo para fazer diálise, radioterapia ou cirurgia.

As Carretas da Saúde do Agora Tem Especialistas levam assistência diretamente às regiões de maior vulnerabilidade, atendendo milhares de pessoas com consultas, exames e cirurgias. Já são 120 carretas circulando pelo Brasil, com mais de 4 mil municípios atendidos, em todas as regiões, e mais de 1 milhão de procedimentos de exames de saúde da mulher, tomografia e cirurgias oftalmológicas realizados — 80% deles em mulheres. A estratégia está sendo ampliada gradativamente e, até o final de 2026, 150 carretas estarão em operação, com permanência mínima de 30 dias nos territórios prioritários, com previsão de novas rodadas de carretas com serviços de cardiologia e odontologia, reforçando o compromisso de levar saúde aonde o povo mais precisa.

Pela primeira vez na história, os Hospitais Universitários Federais (HUFs) receberam recursos oriundos do Novo PAC — mais de R$ 1,9 bilhões para atualizar o parque tecnológico e construir novos hospitais. Havia 42 hospitais e, hoje, já contamos com 47 unidades distribuídas pelo país. Foram realizados mutirões de cirurgias e exames, atingindo o número de mais de 200 mil procedimentos. Os HUFs estão cada vez mais a serviço do SUS, formando profissionais, inovando e pesquisando para as necessidades do SUS.

A Saúde da Mulher é nossa prioridade. Ampliamos a faixa etária de acesso à mamografia para mulheres entre 40 e 74 anos e incorporamos medicamentos modernos para câncer de mama, colocando o SUS na vanguarda da tecnologia mundial. Avançamos na oferta de métodos contraceptivos. Nesta gestão, já foram incorporados, comprados e distribuídos 1,8 milhão de Implanon e realizada a qualificação das equipes da APS, incluindo os médicos do Programa Mais Médicos para realizar o procedimento desse implante. Esse método contraceptivo chega a custar entre R$ 3 mil e R$ 5 mil na rede privada, mas no SUS e por meio da APS chegam gratuitamente a todas as adolescentes e mulheres.

Com a nova Tabela do Agora Tem Especialistas, multiplicamos recursos e regulamentamos a reconstrução mamária para todas as mulheres que sofreram mutilações, seja por doenças, seja por violência. Pela primeira vez na história do SUS, tivemos mais cirurgias de reconstrução mamária do que mastectomia realizadas, reduzindo o tempo de espera das mulheres e promovendo dignidade. Aprovamos e regulamentamos ainda a reconstrução dentária para mulheres vítimas de violência doméstica. O Brasil propôs ainda à Organização Mundial de

Saúde (OMS) o reconhecimento do feminicídio na Classificação Internacional de Doenças.

No combate ao câncer, levamos equipamentos de radioterapia a todos os estados, a maior expansão de centros de radioterapia da história (105 equipamentos comprados neste governo) e maior compra mundial de equipamentos. Em 2026, com a entrega do equipamento de Roraima, todos os estados passam a contar com centros de radioterapia. Em 2025, alcançamos o recorde de 190,5 mil sessões de radioterapia, 25% a mais do que em 2022. Os pacientes não precisam mais se deslocar a outro estado para completar o tratamento.

Consolidamos a maior rede de tratamento de câncer da história do SUS: cerca de 4,7 milhões de pacientes tratados em tempo adequado (aumento de 20% em relação a 2022), a oferta de 23 novos medicamentos oncológicos — 35% a mais que em 2022, contemplando 25 tipos de câncer — e a incorporação de tecnologia inédita, como o Trastuzumabe Entansina, que reduz em até 50% a mortalidade por câncer de mama do tipo HER2 positivo. Implantamos o rastreamento inédito para câncer colorretal, beneficiando mais de 40 milhões de assintomáticos de 50 a 75 anos, e ampliamos a adesão à mamografia, realizada por cerca de 92% das mulheres, segundo a pesquisa Vigitel/MS 2025.

Criamos o Super Centro Brasil de Telediagnóstico, em parceria com grandes hospitais especializados, para reduzir o tempo do laudo das biópsias, feitos a distância a partir de São Paulo e de mais oito centros regionais (AM, PI, MG, CE, BA, PE, RO e PA). Com a integração a grandes centros de referência em câncer, o tempo para o resultado da análise das biópsias caiu de 6 meses para 5 dias.

Reconstruímos a Saúde Bucal, sancionando a lei que instituiu o Programa Brasil Sorridente como política pública, ampliando o financiamento para milhares de equipes, Centros de Especialidades Odontológicas e novas Unidades Odontológicas Móveis (UOM) em todo o território nacional. Alcançamos um recorde de equipes de saúde bucal, totalizando 34 mil equipes com odontólogos e mais de 1.324 Unidades Odontológicas Móveis (1.070 entregues neste governo). Introduzimos a tecnologia de scanner e impressão 3D de próteses dentárias, com a entrega de 500 combos de impressão de próteses aos serviços de saúde bucal do SUS.

Ampliamos o número de médicos dos programas Mais Médicos e Mais Médicos Especialistas, com atuação em áreas vulneráveis e territórios indígenas, além de equipes multiprofissionais abrangendo diversas especialidades.

Diante, da abertura indiscriminada de cursos de medicina, resultado da

frágil regulação dos governos Temer e Bolsonaro, que comprometeu a qualidade da formação médica no país, iniciamos ação que, em 2024, impediu a abertura de novos cursos de medicina, à revelia dos critérios técnicos definidos pelo Ministério da Educação. Transformamos o Enamed em requisito para o exercício da medicina, completando o arco regulatório da formação médica: da graduação regulada à avaliação de proficiência, do acesso às residências ao provimento de especialistas. A prova passa a ser aplicada em duas etapas ao longo do curso, no quarto e no sexto ano, para identificar problemas na formação antes que o aluno se forme, com base nas diretrizes curriculares nacionais e nas necessidades reais do SUS.

Mantivemos essa regulação sob responsabilidade do MEC, que já acompanha currículo, infraestrutura e corpo docente de cada curso e, por isso, pode transformar um mau resultado em consequência real sobre a instituição, com restrição de vagas, suspensão de vestibular ou perda de autorização, e não apenas em reprovação individual do estudante. O compromisso vai além de filtrar quem já se formou: é cobrar de quem forma, desde o início, para que o SUS conte com médicas e médicos preparados para cuidar da população brasileira.

Modernizamos e ampliamos o SAMU, com a universalização do serviço em todos os municípios com mais de 200 mil habitantes. Ainda, 355 novas cidades passaram a contar com o SAMU. Milhares de ambulâncias foram entregues e mais de 7 milhões de pessoas beneficiadas. Alcançamos recorde de transplantes de órgãos e tecidos no sistema público, com mais de 30,9 mil transplantes em 2025, destacando-se os transplantes renais e hepáticos.

Expandimos a rede de atenção à saúde mental com investimentos do Novo PAC para a criação de centenas de novos CAPS. Habilitamos 703 novas unidades de saúde mental entre 2023 e 2025 e ampliamos em 70% o investimento na área, alcançando R$ 2,9 bilhões. Para ajudar usuários com dependência das apostas on-line, criamos o Observatório Saúde Brasil de Apostas Eletrônicas e a plataforma de autoexclusão, parceria do Ministério da Saúde com o Ministério da Fazenda, já utilizada por 574 mil pessoas — 41% delas por motivos de saúde mental.

Trouxemos ao Brasil novos tratamentos e diagnósticos para doenças raras, antes inexistentes no país, promovendo qualidade de vida por meio de medicamentos e tecnologias avançadas. Qualificamos a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e implantamos nova Linha de Cuidado para o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Iniciamos os servi-

ços de teleatendimento em saúde mental para mulheres em situação de violência e para mães atípicas

A fragilidade exposta pelo Brasil durante a pandemia de Covid-19 confirma a importância de assegurar desenvolvimento e soberania, por isso estimulamos a reconstrução do Grupo do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (Gecis) e da Comissão Nacional dos Determinantes Sociais da Saúde.

Investimos na produção nacional de insulina e de vacinas contra a dengue e a bronquiolite. O Brasil voltou a produzir insulina moderna depois de 20 anos, passou a produzir medicamentos biotecnológicos de altíssimo custo e entrou na produção de terapias avançadas, cujo tratamento chega a custar R$ 1,5 milhão e passa a ser ofertado pelo SUS. A vacina contra a bronquiolite, disponibilizada desde dezembro de 2025, já beneficiou mais de 1 milhão de gestantes.

Estabelecemos novas políticas de estímulo à pesquisa e à inovação radical em produtos de saúde para que novos medicamentos e produtos comecem a ser totalmente desenvolvidos no país. Avançamos ainda na incorporação de novas tecnologias, como as plataformas de vacinas de RNA mensageiro, e na elevação da cobertura vacinal infantil. Estimulamos e regulamentamos a pesquisa de novos medicamentos no país, o que fez com que passássemos de 18° para o 12° lugar na realização de pesquisa clínica no mundo.

O Farmácia Popular passou a oferecer 100% dos medicamentos sem custo e alcançou o recorde de 27,3 milhões de pessoas beneficiadas, um aumento de 32% desde 2022, incluindo a distribuição gratuita de fraldas geriátricas e de 519 milhões de absorventes no âmbito do Programa Dignidade Menstrual.

A ciência e a inovação ampliaram o acesso ao SUS: entre 2023 e 2026 foram incorporadas 165 novas tecnologias — mais de 11% a mais do que no período 2019-2022 —, com destaque para o aumento de 71% na incorporação de medicamentos oncológicos entre 2022 e 2025. Entre as incorporações recentes promovidas pela Comissão Nacional de Incorporação Tecnológica (Conitec) estão o Zolgensma, primeira terapia gênica para doença rara ofertada no SUS, o rastreamento por DNA-HPV para câncer do colo do útero e a vacina contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR).

Na priorização da saúde digital, criamos a Secretaria de Informação e Saúde Digital no Ministério da Saúde (Seidigi/MS). Avançamos na modernização digital do SUS com a implementação do CPF como identificador único e a expansão dos prontuários eletrônicos, permitindo um cuidado mais integrado e personalizado para cada cidadão. Já são mais de 6 milhões de teleaten-

dimentos desde 2024 —, com 72,5% dos cadastros do SUS (CadSUS) e mais de 84% das equipes das UBS utilizando o prontuário eletrônico. Iniciamos a construção da Rede Nacional de Hospitais e Serviços Inteligentes, com 14 UTIs Inteligentes.

Novos modelos informacionais ampliaram a gama de dados clínicos, laboratoriais e administrativos que chegam à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), e são disseminados estrategicamente pelas plataformas MeuSUS Digital (para o cidadão), SUS Digital Profissional (para os profissionais de saúde durante o atendimento clínico promovendo a continuidade, segurança e qualidade do cuidado ao paciente) e SUS Digital Gestor (para os gestores de municípios e de estados, orientando as tomadas de decisão e monitoramento das políticas públicas).

Melhoramos o financiamento e a sustentabilidade do SUS com a revogação da EC nº 95/2016, a recomposição orçamentária e a preservação do piso constitucional da saúde. A recomposição acumulada entre 2023 e 2026 alcançou cerca de R$ 121 bilhões em relação ao cenário anterior, garantindo maior previsibilidade, sustentabilidade e expansão de serviços. Em 2026, o SUS conta com o maior orçamento de sua história — R$ 247,5 bilhões, um aumento de 77% em relação a 2022 —, e os recursos de média e alta complexidade destinados a estados e municípios cresceram 53% no período, passando de R$ 61,8 bilhões, em 2022, para R$ 95 bilhões, em 2026.

A crise climática com o aumento das queimadas e da temperatura, agravada por fenômenos como o El Niño e pelas mudanças climáticas, vem produzindo tragédias sociais, como enchentes, ciclones e outras situações que devastam a vida de cidades e regiões. Esse cenário exigiu o fortalecimento e a capilarização da Força Nacional do SUS.

Lançamos o Mais Saúde Amazônia Brasil, agenda estratégica 2025-2027 que abrange os 808 municípios dos nove estados da Amazônia Legal, alinhada ao Plano Nacional de Saúde e ao Plano Plurianual, para reduzir desigualdades e qualificar o cuidado na região. Por ocasião da COP30, em Belém, mostramos ao mundo que interrompemos o genocídio que vinha em curso no território Yanomani, com interrupção dos óbitos por malária e forte redução dos óbitos por desnutrição e doenças respiratórias, e entregamos novos avanços concretos, como o Centro de Referência em Saúde Indígena de Surucucu, em Roraima; a ala exclusiva para povos indígenas no Hospital Universitário de Roraima; a requalificação de UBSs nas Terras Indígenas e no território do Marajó no Pará e novos investimentos em radioterapia, cirurgias e transporte sanitário

no âmbito do Programa Agora Tem Especialistas em toda a Amazônia.

Atingimos a menor taxa de malária dos últimos 47 anos e o programa Brasil Saudável significou um avanço para o controle de doenças social determinadas como Tuberculose, Hanseníase, Dengue, entre outras. OMS reconheceu o Brasil como o maior país do mundo a ter alcançado a eliminação da transmissão vertical do HIV como problema de saúde pública, a eliminação da filariose, os avanços na reforma tributária em relação ao combate ao tabagismo, produção e acesso a medicamentos e tecnologias da saúde e alimentação adequada. Apresentamos o dossiê com os dados de eliminação da transmissão vertical da hepatite B e saímos da lista dos países com mais crianças não vacinadas do Unicef.

O SUS voltou mais forte e soberano, com autonomia, capacidade técnica e políticas recuperadas, pronto para enfrentar os desafios presentes e futuros da saúde pública brasileira.

7.7.2. Perspectivas: a Esperança e a Saúde vão vencer de novo

Eleger o Presidente Lula em 2026 é a garantia da democracia, da soberania e do desenvolvimento nacional e da consolidação do SUS. Só Lula salva o SUS da tesoura de corte de investimentos e do negacionismo que destrói vidas. Nosso compromisso com a saúde do povo brasileiro avança em serviços de atenção integral, considera as diversidades do povo brasileiro e se assenta em ações de promoção, proteção, vigilância, prevenção, tratamento, reabilitação e redução de danos dos problemas de saúde, garantindo qualidade de vida. Vamos investir no SUS DA SAÚDE, e NÃO NO DA DOENÇA E DO NEGACIONISMO. O Brasil terá um grande movimento de promoção da saúde, fundamentado nas melhores práticas definidas pela ciência.

7.7.3. Atenção Primária à Saúde (APS) como base estruturante do SUS

A APS seguirá como a base estruturante e ordenadora do cuidado no SUS. O Brasil já conta com parâmetros de referência para a população adscrita por equipe (de 2 mil a 3 mil pessoas por equipe, a depender do porte do município), mas o desafio atual não é a ausência de normas, e sim o seu efetivo cumprimento: muitos municípios ainda operam com equipes sobrecarregadas, acima dos limites recomendados. Vamos fortalecer os mecanismos de indução e financiamento federal para que esses parâmetros sejam, de fato, respeitados, com atenção especial aos territórios de maior vulnerabilidade social, onde o número de pessoas por equipe deve ser ainda mais reduzido para garantir qualidade do cuidado.

Outro desafio central é a instabilidade das equipes em alguns territórios. A alta rotatividade de profis-

sionais, sobretudo em municípios de menor capacidade financeira e estrutura mais frágil, compromete a construção de vínculo com a população e a continuidade do cuidado longitudinal. Vamos aprimorar o modelo de financiamento da APS, fortalecendo o componente de vínculo e permanência das equipes nos territórios, e avançar em mecanismos de valorização e estabilidade profissional que reduzam a precarização dos vínculos de trabalho e ampliem a fixação de profissionais, especialmente em áreas de difícil provimento. Buscaremos, também, incentivar a garantia de horários alternativos para que os trabalhadores possam ser atendidos nas UBS.

O Programa Mais Médicos, que dobrou de tamanho em nossa gestão, seguirá o caminho de vinculação e fixação de profissionais, valorizando a formação de especialistas em medicina de família e comunidade dentro do programa, com foco na redução do tempo de espera e morbimortalidade, para garantir a continuidade do cuidado nos municípios e áreas de maior vulnerabilidade. Como 61% dos usuários do SUS residem em municípios do interior, o fortalecimento do Mais Médicos é crucial, sobretudo nos pequenos municípios e nas áreas de maior vulnerabilidade — rurais, da Amazônia, indígenas, quilombolas, de pescadores, da população negra, LGBTQIA+ e em situação de rua. Vamos incentivar as atividades das equipes diretamente nos territórios, fortalecendo visitas domiciliares, ações comunitárias e o vínculo entre profissionais e famílias.

Vamos também ampliar o uso de ferramentas de saúde digital, como teleconsultas, teleorientação e telea-colhimento, como estratégias complementares de acesso e acompanhamento. Essas atividades deverão ser formalmente previstas na carga horária das equipes, com dimensionamento adequado, evitando sobrecarga de trabalho e assegurando que a incorporação da telessaúde qualifique o cuidado sem comprometer as demais atribuições das equipes.

Vamos investir no adensamento tecnológico da APS, ampliando ainda mais a capacidade instalada com a oferta de exames e recursos diagnósticos na própria unidade, com apoio matricial e telessaúde, de forma a aumentar a capacidade resolutiva das equipes e evitar deslocamentos e encaminhamentos desnecessários à atenção especializada. Daremos continuidade à aquisição, pelo Novo PAC Saúde, de combos de equipamentos para UBS, como retinógrafos portáteis, eletrocardiógrafos, aparelhos de raio-X portáteis, doppler vascular, ultrassom portáteis, entre outros. Até o momento, já foram distribuídos 170 mil equipamentos.

Fortaleceremos a APS como principal espaço de promoção da saúde e prevenção das doenças crônicas,

ampliando ações sobre alimentação saudável, atividade física, obesidade, hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares e câncer. O financiamento federal induzirá modelos de cuidado orientados às necessidades da população, à prevenção de riscos e à melhoria dos resultados em saúde.

A obesidade será enfrentada como grave fator de risco para doenças cardiovasculares, cânceres e sofrimento mental, com ações preventivas — academias da saúde e alimentação saudável — e terapias inovadoras, como as chamadas "canetas emagrecedoras", sempre com segurança médica e farmacêutica no cuidado à obesidade, ao diabetes e às doenças cardiovasculares.

Com compromisso integral dos hospitais federais, vamos aprofundar a integração entre a Atenção Primária e a Atenção Especializada, com prontuário compartilhado, fluxos claros de referência e contrarreferência (com a informação rápida e de fácil acesso ao cidadão) e articulação com as Ofertas de Cuidados Integrados (OCI), garantindo que a APS siga como coordenadora do cuidado ao longo de toda a trajetória do usuário na rede. O Ministério da Saúde garantirá ferramentas tecnológicas para os estados e municípios para que todas as consultas, exames e cirurgias sejam marcadas e acompanhadas digitalmente a partir do celular dos cidadãos, gestores e profissionais.

O Programa Mais Médicos seguirá o caminho de vinculação e fixação de profissionais, garantindo a continuidade do cuidado nos municípios e nas áreas de maior vulnerabilidade ao mesmo tempo que valoriza quem progrediu na formação dentro do programa e é especialista em medicina de família e comunidade.

A APS terá como marca fundamental a promoção da equidade e da redução das desigualdades de raça, gênero, territórios regionais, com especial atenção as periferias das grandes cidades e as regiões rurais, ribeirinhas e litorâneas, do campo e da floresta que acumulam uma desigualdade histórica de acesse e sofrem intensamente com o impacto das mudanças climáticas na saúde pública.

Agora Tem Especialistas: redução de filas e do tempo de espera, e mais qualidade na Atenção Especializada

Vamos qualificar o Programa Agora Tem Especialistas, ampliando o acesso da população à atenção especializada com qualidade e agilidade. A nova Tabela Agora Tem Especialistas, que substituirá integralmente a antiga Tabela SUS, possibilitará melhor remuneração para os hospitais estaduais, municipais, universidades federais, santas casas e filantrópicos. Daremos continuidade à parceria com hospitais privados para assegurar mais serviços para o SUS, em troca de créditos financei-

ros ou de dívidas. A expansão do terceiro turno nos serviços de saúde e o reforço das Carretas da Saúde e dos mutirões de atendimento seguirão. Essas ações são estratégias centrais para ampliar a oferta de consultas, exames e cirurgias em todo o país.

Outra frente prioritária é o fortalecimento da capacidade diagnóstica da APS e a integração das Ofertas de Cuidados Integrados (OCI), ampliando não apenas os diagnósticos, mas também as intervenções terapêuticas. Vamos continuar a ampliar a formação de especialistas, com aumento de vagas em residência médica e em programas de especialização, e promover a modernização tecnológica da Atenção Especializada, incorporando tratamentos de última geração, como no cuidado ao paciente com câncer.

Fortaleceremos cada vez mais os Hospitais Universitários Federais, para que atendam às necessidades do SUS, formando profissionais e realizando pesquisas de qualidade. Levaremos essas unidades hospitalares federais, vinculadas às universidades federais, a mais localidades do país — serão 13 novas unidades nos próximos anos.

A Rede Brasil de Cuidado as Pessoas e Famílias com Câncer será a maior rede pública de cuidado ao câncer do mundo, com prevenção, diagnóstico e tratamento, além de equipamentos modernos e novos medicamentos quimioterápicos e imunoterápicos. Todo município com 150 mil habitantes terá um Centro de Tratamento para as Pessoas com Câncer. Para a rede oncológica, vem um conjunto de inovações estruturantes: serviços de Patologia Digital, com laudos especializados de apoio a municípios sem patologista; navegação inteligente do paciente, reduzindo perdas no percurso assistencial; centros regionais de diagnóstico rápido; fortalecimento dos Unacons estratégicos (Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia); novos Cacons (Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia), em vazios assistenciais; e ampliação das Residências em Saúde e da formação técnica especializada na área.

Consolidaremos o Supercentro Brasil de telediagnóstico do câncer, reduzindo o tempo do laudo das biópsias nas regiões remotas ou com déficit de anatomopatologistas, e instituiremos o programa nacional de navegação do paciente para garantir o início do tratamento em no máximo 30 dias após o diagnóstico.

7.7.4. Ciência e inovação para a saúde: fortalecimento da produção nacional e do Complexo Econômico e Industrial na Saúde (CEIS)

Para que as pessoas vivam mais e melhor, precisamos investir em ciência e inovação, mas não seremos soberanos em saúde se não de-

senvolvermos capacidades próprias de inovação e uma ciência voltada a resolver os desafios de saúde da população brasileira.

O envelhecimento populacional que, por um lado, é fruto do progresso científico e tecnológico, por outro traz enormes desafios para a saúde pública. À medida que a expectativa de vida aumenta, cresce também a prevalência de doenças crônicas e degenerativas, como câncer, doenças cardiovasculares, neurodegenerativas e condições metabólicas. Esse novo perfil epidemiológico impõe uma demanda contínua e complexa sobre os sistemas de saúde, exigindo não apenas maior volume de serviços, mas também modelos assistenciais mais integrados, preventivos e orientados a desfechos de longo prazo.

Paralelamente, assiste-se à rápida emergência de novas tecnologias em saúde — como terapias gênicas e celulares, imunoterapias, vacinas de nova geração, inteligência artificial aplicada ao diagnóstico e à gestão clínica, além de dispositivos digitais e soluções de saúde conectada. Essas inovações carregam um enorme potencial de transformação, permitindo diagnósticos mais precoces, tratamentos mais personalizados e, em muitos casos, ganhos substanciais em sobrevida e qualidade de vida. No entanto, tais tecnologias frequentemente chegam ao mercado com custos significativamente mais elevados, tensionando a sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde e colocando em evidência a necessidade de novos modelos de incorporação, financiamento e regulação.

Adicionalmente, as mudanças climáticas impõem novos e complexos desafios aos sistemas de saúde, com impactos diretos e indiretos que exigem respostas baseadas em ciência e tecnologia. O aumento da temperatura global, a maior frequência de eventos extremos (como ondas de calor, enchentes e secas) e as alterações nos ecossistemas favorecem a expansão geográfica de doenças infecciosas — como dengue, malária e outras arboviroses —, ao mesmo tempo em que agravam condições crônicas, problemas respiratórios e insegurança alimentar.

Para países de renda média, como o Brasil, esses desafios assumem contornos ainda mais complexos. Por um lado, há a necessidade de ampliar o acesso e reduzir desigualdades históricas no sistema de saúde; por outro, impõe-se o desafio de incorporar tecnologias cada vez mais sofisticadas sem comprometer a sustentabilidade fiscal. Soma-se a isso a dependência externa em relação a insumos estratégicos, a necessidade de fortalecimento da indústria nacional e a urgência de desenvolver capacidades endógenas de geração de conhecimento e

inovação. Nesse cenário, políticas de investimento em ciência e tecnologia em saúde tornam-se fundamentais para garantir mais acesso à saúde, soberania tecnológica e maior capacidade de resposta a crises.

Não há soberania sem saúde de qualidade para a população e não há saúde de qualidade sem a capacidade de desenvolver soluções adequadas às demandas da população brasileira.

Assim, o fortalecimento do CEIS será uma das estratégias centrais do nosso governo, consolidando a soberania sanitária e tecnológica do Brasil, ampliando a capacidade de resposta do SUS e impulsionando um novo ciclo de desenvolvimento baseado na inovação, na geração de empregos qualificados e na redução das desigualdades regionais. O SUS será tratado como espaço estratégico de desenvolvimento e inovação nacional e não apenas como mercado consumidor de produtos e tecnologias em saúde. O poder de compra do Estado será fortalecido como instrumento importante para vincular produção, inovação e acesso universal, equânime e integral.

As instituições públicas de produção em saúde terão papel relevante não apenas na pesquisa e no desenvolvimento, mas também na produção de vacinas, medicamentos e insumos essenciais, em articulação com empresas nacionais, universidades e institutos de pesquisa comprometidos com a inovação. O CEIS seguirá como uma das prioridades da política industrial do país, dando continuidade à sua integração à Nova Indústria Brasil (NIB) e ao PAC. Vamos enfrentar os novos desafios das políticas de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) e para o Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL) construídas em nosso governo, aperfeiçoando seus instrumentos para ampliar a absorção tecnológica, a inovação e o fortalecimento da indústria nacional, como o Instituto Butantan, a Hemobrás e o Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde da Fiocruz. Novos instrumentos fruto da Lei da Estratégia Nacional de Saúde serão implementados aumento a nossa capacidade de inovação, produção e acesso anovas tecnologias no Brasil.

A estratégia será territorializada e regionalizada, valorizando o potencial produtivo e científico das diferentes regiões do país, e terá como eixos a modernização tecnológica da rede assistencial do SUS, a construção de uma infraestrutura nacional de dados em saúde e o avanço em áreas estratégicas, como biotecnologia, plataformas de RNA mensageiro, inteligência artificial aplicada à saúde e terapias avançadas. Vamos fortalecer a pesquisa e o desenvolvimento de insumos farmacêuticos ativos (IFA) a partir da biodiversidade brasileira, com destaque para o

potencial da Amazônia, e ampliar o sequenciamento genômico voltado ao estudo de variantes associadas à resistência ou à susceptibilidade a doenças infecciosas e crônicas, ampliar sequenciamento genômico e a liderança da agenda cooperativa com América Latina, Sul Global, Presidência da Coalizão Saúde do G20 e acordo UEE e Mercosul.

Dessa forma, o Brasil seguirá se preparando para enfrentar emergências sanitárias, reduzir sua dependência tecnológica externa e consolidar uma base produtiva capaz de gerar empregos qualificados e desenvolvimento sustentável, reforçando o papel do SUS como uma das principais plataformas de desenvolvimento do país para assumir um papel de liderança na transformação ecológica e digital.

7.7.5. Farmácia Popular com exames e consultas e mais acesso a medicamentos e tecnologias

O programa já beneficia mais de 27,3 milhões de pessoas, e teve todos os seus 41 produtos tornados gratuitos, incluindo a fralda geriátrica e o absorvente higiênico, reduzindo o peso dos medicamentos no bolso do trabalhador. Vamos, agora, ampliar a Farmácia Popular , ampliando o escopo de atendimentos e serviços oferecidos, com a realização de exames laboratoriais para identificação e prevenção de doenças crônicas, como o diabetes e a hipertensão arterial, e a ampliação da distribuição de absorventes e outros insumos de saúde para meninas e mulheres, essenciais para as brasileiras, assim como são as fraldas geriátricas. Vamos garantir teleconsultas integradas às unidades de saúde do território, a busca ativa de pacientes com condições crônicas e a expansão do programa com cabines digitais e unidades móveis nas periferias das grandes cidades e nos pequenos municípios.

Vamos investir na pesquisa e na produção nacional de medicamentos, ampliar o acesso da população a medicamentos de alto custo e reforçar o papel dessa política na economia do orçamento das famílias brasileiras. Vamos ainda aprimorar os mecanismos de controle e transparência da Assistência Farmacêutica no SUS, com o uso de indicadores e sistemas de gestão ágeis para qualificar a fiscalização e o monitoramento do programa sem gerar descontinuidade ao tratamento do cidadão, e a adoção de tecnologias de biometria e reconhecimento facial para garantir a segurança do paciente, do estabelecimento parceiro e do contribuinte.

Fortaleceremos toda a Assistência Farmacêutica do SUS, garantindo acesso oportuno a medicamentos essenciais, especializados e de alto custo. Vamos modernizar a gestão de estoques e a cadeia logística na-

cional, ampliar compras estratégicas e centralizadas quando produzirem maior eficiência e equidade, fortalecer a negociação de preços e desenvolver mecanismos inovadores de aquisição e pagamento. Integraremos assistência farmacêutica, avaliação de tecnologias, prescrição, dispensação e acompanhamento dos pacientes, promovendo o uso racional de medicamentos e reduzindo desigualdades de acesso e judicialização.

7.7.6. Vacinação, emergências de saúde pública e resiliência climática

Vamos ampliar o acesso às vacinas em todo o território nacional, fortalecendo a vacinação de rotina, as campanhas nacionais e as ações extramuros. Essas ações extramuros terão dois focos complementares: por um lado, escolas, comunidades tradicionais e de fé e territórios de maior vulnerabilidade; por outro, espaços de grande circulação de pessoas, como empresas, shoppings e mercados. Alcançamos a maior cobertura vacinal dos últimos 9 anos e, em 2025, o Brasil saiu da lista dos países com mais crianças não vacinadas, segundo o UNICEF. Recuperamos o certificado de país livre do sarampo em 2024 e o mantivemos em 2025.

Daremos continuidade à expansão da vacinação contra a dengue para toda a população brasileira elegível, incorporando a capacidade produtiva nacional para garantir acesso crescente à população. Também ampliaremos a vacinação contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR), principal causador de bronquiolite em crianças pequenas, contribuindo para evitar milhares de internações todos os anos e reduzir a pressão sobre os serviços de saúde. Continuaremos incorporando novas vacinas ao calendário do SUS, como fizemos com a Pneumo 20, para crianças e idosos com mais de 85 anos, e com a vacina contra a bronquiolite, para gestantes. Vamos disponibilizar a vacina contra o Herpes Zoster no SUS.

A vacinação nas escolas seguirá como eixo prioritário para recuperar coberturas vacinais e avançar na prevenção de doenças e no controle de diferentes tipos de câncer, com destaque para o HPV. A articulação entre saúde e educação permitirá ampliar o acesso de crianças e adolescentes às vacinas, protegendo as futuras gerações e reduzindo custos futuros para as famílias e para o sistema de saúde.

Nosso compromisso é garantir altas coberturas vacinais, fortalecer a confiança da população nas vacinas e assegurar que todas as pessoas, independentemente de sua condição social ou local de residência, tenham acesso às melhores tecnologias de prevenção disponíveis no SUS.

Ao mesmo tempo, fortaleceremos a capacidade nacional de vigilância

epidemiológica, laboratorial, genômica, ambiental e sanitária, integrando informações e capacidades da União, dos estados e dos municípios. O SUS ampliará sua capacidade de detectar precocemente ameaças, antecipar epidemias e responder, de forma rápida e coordenada, às emergências de saúde pública, articulando vigilância, atenção à saúde, capacidade laboratorial, força de trabalho e produção e disponibilidade de insumos estratégicos.

As mudanças climáticas tornam essa capacidade ainda mais necessária. Vamos consolidar o Plano AdaptaSUS como política nacional de resiliência climática do sistema de saúde, com foco em equidade e justiça climática. Fortaleceremos a vigilância ambiental em saúde, incluindo o monitoramento da qualidade do ar na Amazônia, e ampliaremos a capacidade do SUS de antecipar, responder e se recuperar dos impactos de ondas de calor, queimadas, secas, enchentes e outros eventos climáticos extremos.

O AdaptaSUS apoiará estados e municípios na elaboração de planos de adaptação e contingência e na preparação de hospitais, UBS e demais serviços para manter o atendimento mesmo durante situações críticas. Isso inclui proteger infraestruturas essenciais, assegurar o abastecimento de água e energia, integrar informações ambientais e epidemiológicas e garantir a continuidade dos serviços de saúde durante as crises.

Fortaleceremos também a capacidade operacional de resposta do SUS às emergências.0 A Força Nacional do SUS avançará na estruturação da Equipe de Resposta Rápida (ERR) como núcleo permanente de pronta resposta federal, com capacidade de mobilização e bases descentralizadas nas diferentes regiões do país. Dessa forma, reduziremos o tempo de resposta às emergências e ampliaremos a capacidade do SUS de proteger vidas, manter serviços essenciais e apoiar estados e municípios diante de crises sanitárias, desastres e eventos climáticos extremos.

7.7.7. Saúde integral das mulheres em todas as fases da vida

As mulheres são a maioria da população brasileira e encontram no SUS um espaço fundamental de cuidado, acolhimento, proteção e promoção da saúde ao longo de toda a vida. Por isso, avançaremos na consolidação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) baseada na integralidade do cuidado, na equidade, na participação social e no enfrentamento das desigualdades de gênero, raça, território e condição socioeconômica.

O SUS das mulheres será organizado a partir da atenção aos ciclos de vida, contemplando meninas, adolescentes, mulheres jovens, adultas e idosas, com atenção especial às

mulheres no período da transição a menopausa e menopausa , ao envelhecimento saudável, às condições crônicas e à preservação da autonomia e da qualidade de vida. Ofertaremos ações voltadas à saúde óssea, à atividade física, à prevenção de osteoporose e à dependência funcional com linhas de cuidado para o climatério e a menopausa, assegurando acolhimento, acompanhamento multiprofissional, acesso seguro às terapias de reposição hormonal, quando indicadas, e ampliação de ofertas não farmacológicas de alívio dos sintomas.

Continuaremos a priorizar a prevenção e o diagnóstico precoce dos cânceres de mama e do colo do útero, com ampliação da cobertura de exames, fortalecimento da vacinação contra o HPV, uso de tecnologia nacional de detecção (HPV-DNA) e redução dos tempos de espera para confirmação diagnóstica e início do tratamento, articulando aos resultados de atendimentos na rede de saúde e com apoio das carretas de saúde da mulher e mutirões nacionais, com máxima atenção a todo o percurso de tratamento.

Fortaleceremos o planejamento reprodutivo e o direito à autonomia das mulheres, ampliando o acesso a métodos contraceptivos modernos e de longa duração, que possuem alta eficácia, como o DIU hormonal e o Implanon, reconhecido pela OMS como um dos métodos mais eficazes para evitar a gestação, com duração de 3 anos.

O Programa Dignidade Menstrual será ampliado para alcançar um número maior de mulheres, reduzindo as barreiras de acesso aos insumos essenciais para a saúde menstrual, inclusive com a disponibilização de um cartão menstrual. Serão aperfeiçoados os mecanismos de distribuição, ampliando a oferta de absorventes nas escolas e equipamentos do SUAS, garantindo maior eficiência, alcance e proteção à saúde, especialmente para estudantes, mulheres em situação de vulnerabilidade e populações historicamente excluídas.

Além disso, vamos reforçar os cuidados para mulheres que sofrem de endometriose e outras condições ginecológicas crônicas, garantindo diagnóstico precoce, cuidado multiprofissional e terapêutica adequada. Nenhuma dor deve ser menosprezada.

O SUS contribui de forma efetiva para a prevenção do feminicídio com sua capacidade de acolhimento, cuidado integral e notificação das situações de violência, atuando de forma articulada com a rede de proteção social, a segurança pública e o sistema de justiça, integrando as políticas de saúde ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e ao Pacto Nacional

Brasil contra o Feminicídio.

Vamos criar e fortalecer redes de apoio, centros de convivência, redes sentinelas e espaços transgeracionais para o enfrentamento do isolamento e da solidão, com estrutura e profissionais específicos para esse cuidado. Nosso lema será “Nenhuma mulher sozinha no combate ao feminicídio”, pois, juntas, no combate ao isolamento e à solidão, vamos fortalecer a saúde mental e os vínculos comunitários.

Contaremos com os ACS e ACE que apoiarão o enfrentamento de todas as violências contra as mulheres, com formação específica para identificação, acolhimento e encaminhamento. As equipes da APS estarão aptas para o diagnóstico, o acolhimento, o cuidado e o encaminhamento das mulheres em situação de violência, incluindo aquelas sofridas no pré-natal e no parto, com protocolos e mecanismos de responsabilização. Atuarão também na prevenção de feminicídios, de forma articulada com os demais órgãos e pontos da rede.

Apoiaremos a incorporação e a utilização da classificação do feminicídio na CID-11, fortalecendo a produção de evidências, a vigilância em saúde e a formulação de políticas públicas voltadas à prevenção da violência letal contra as mulheres.

Serão ampliadas as ações interministeriais voltadas à promoção da saúde e dos direitos das mulheres, em articulação com a Casa Civil, o Ministério das Mulheres e demais órgãos do Governo Federal, fortalecendo estratégias integradas de enfrentamento das desigualdades, promoção da autonomia econômica, prevenção das violências e garantia de direitos.

A maternidade segura é o compromisso central do SUS. Vamos intensificar a redução da mortalidade materna com foco no fortalecimento da Rede Alyne, com meta de redução global e redução específica para mulheres negras, que continuam sendo as mais afetadas por óbitos evitáveis. Para isso, qualificaremos os partos de baixo risco, ampliando o incentivo e a infraestrutura das maternidades, formando mais profissionais e garantindo a presença de enfermeiras obstétricas e doulas.

O pré-natal será qualificado de forma integrada com as maternidades, incluindo a oferta de ultrassonografia para todas as gestantes, articulada ao aumento da capacidade resolutiva da APS e ao programa Agora Tem Especialistas. Para eliminar qualquer barreira financeira ao cuidado, instituiremos a tarifa zero de transporte para consultas e exames de pré-natal, garantindo que nenhuma gestante deixe de comparecer às consultas ou de realizar os exames necessários por conta de custos de deslocamento ou de aces-

so, com prioridade para mulheres em situação de vulnerabilidade e para as regiões com maior déficit de cobertura. O cuidado no puerpério será fortalecido com articulação entre maternidades e APS, incluindo vigilância comunitária com equipe volante para acompanhamento dos 45 dias pós-parto, período em que ocorre a maioria dos óbitos.

Vamos enfrentar a violência no pré-natal e no parto como prioridade, com protocolos, formação permanente das equipes e mecanismos de responsabilização, garantindo a construção e o uso do plano de parto tanto no pré-natal quanto na maternidade, e assegurando ambiência adequada e cuidado respeitoso à mãe e ao recém-nascido.

Para garantir acesso oportuno ao parto, especialmente para mulheres de áreas rurais, do campo, da floresta e das águas, criaremos e fortaleceremos o SAMU para atuar de forma integrada à Rede Alyne, evitando a peregrinação das gestantes, com casas de gestantes próximas às maternidades, ambulancha perinatal e ampliação da atuação de enfermeiras obstétricas na Amazônia Legal. Por fim, garantiremos o registro civil das crianças ainda na maternidade, integrando saúde, justiça e assistência social.

Os Fóruns Mulheres na Saúde serão fortalecidos para escuta qualificada, diálogo e construção coletiva de políticas públicas. O objetivo é garantir que as necessidades reais das mulheres orientem o planejamento, a implementação e a avaliação das ações do SUS, fortalecendo o controle social e a democracia participativa na saúde.

7.7.8. Saúde integral da população idosa

O Brasil vive uma profunda transformação demográfica. Atualmente, mais de 34 milhões de brasileiros e brasileiras têm 60 anos ou mais, contingente que deverá dobrar até 2053, com a população de 80 anos ou mais triplicando. Muitas pessoas idosas vivem sozinhas, demandando novas formas de cuidado, proteção social e atenção à saúde. Outras vivem em famílias extensas, sustentando, econômica e afetivamente, várias gerações: são, em grande parte, mulheres idosas que cuidam de outras pessoas idosas, de pessoas com deficiência ou de netos, viabilizando a inserção de filhas e filhos no mercado de trabalho, muitas vezes sem receber o mesmo cuidado de suas próprias famílias e comunidades.

Nosso compromisso é fortalecer a atenção integral à saúde da pessoa idosa no SUS, ampliando o acompanhamento pela APS, com equipes multiprofissionais, médicos de família e especialistas em geriatria e gerontologia. O objetivo é prevenir fragilidades, identificar precocemente doenças crônicas, como hipertensão, diabetes, câncer e demências, reduzir internações evitáveis e promover maior funcionalidade e bem-estar, ampliando a política nacional de envelhecimento saudável, ativo e digno, e garantindo autonomia, independência, participação social e qualidade de vida em todas as etapas do envelhecimento. O envelhecimento ativo começa nas gerações mais jovens, com estímulo à alimentação saudável, à atividade física e à ampliação dos equipamentos e profissionais das Academias da Saúde, além da oferta de vacinas específicas para idosos, como as de herpes-zóster e pneumonia-20.

No âmbito do Plano Nacional de Cuidados (Decreto nº 12.562/2025), a atenção à pessoa idosa vem sendo organizada de forma integrada entre saúde, assistência social, direitos humanos, previdência e políticas de cuidado, ampliando as estratégias de articulação intersetorial para garantir cuidado integral às pessoas idosas e a suas cuidadoras e seus cuidadores familiares, com destaque para ações de atenção domiciliar, reabilitação, saúde mental, prevenção de quedas e promoção da atividade física e da convivência comunitária. O Programa de Atenção Domiciliar à Pessoa Idosa (PADI Brasil), voltado ao atendimento domiciliar multiprofissional das pessoas idosas com limitações funcionais, condições crônicas e fragilidades clínicas, já está implantado em 2.655 municípios, e vamos dar escala a esse programa para que idosos tenham acesso a esse direito em todo o território nacional. Avançaremos ainda na implantação de hospitais comunitários voltados à pessoa idosa e, em articulação com a assistên-

cia social e as políticas habitacionais, na oferta de moradias saudáveis adequadas ao envelhecimento.

Uma estratégia inovadora nesse sentido é a articulação entre o SUS e o SUAS, por meio do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, que avança na oferta de atendimento domiciliar com gestão integrada do cuidado para pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social e suas cuidadoras familiares não remuneradas. O modelo incorpora à equipe um profissional cuidador, com jornada dedicada ao apoio nas atividades da vida diária, como alimentação, higiene e mobilidade, contribuindo para a funcionalidade e a qualidade de vida das pessoas idosas, reduzindo a necessidade de institucionalização e liberando tempo das cuidadoras familiares para descanso, cuidados com a própria saúde, formação e geração de renda. Em articulação com a assistência social, também será garantido o acesso a instituições de longa permanência sempre que necessário, além da ampliação dos Centros de Convivência e Centros-Dia para a população idosa.

Vamos ainda implementar o Programa de Saúde Mental para Cuidadores Familiares, em ação conjunta entre os Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento e Assistência Social e das Mulheres, com atendimento psicológico remoto e plantão, grupos de apoio com orientação profissional, comunidade on-line moderada e materiais orientativos em linguagem acessível. O Programa Nacional de Formação em Cuidados dedicará parte de suas atividades à capacitação de cuidadoras familiares, para que possam exercer esse papel sem prejuízo à própria saúde física e mental.

O governo, com o apoio do Ministério da Saúde, dará continuidade e ampliará iniciativas de proteção e garantia de direitos, como o Programa Envelhecer nos Territórios, que promove o envelhecimento saudável, fortalece redes locais de proteção e reforça a presença do Estado junto às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade. Essa política será articulada com a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas, ampliando as ações de prevenção e enfrentamento da violência, ao abandono, à negligência e ao idadismo, com o fortalecimento da vigilância, da notificação e da integração entre os serviços de saúde, assistência social, direitos humanos e segurança pública.

7.7.9. Saúde integral dos trabalhadores e das trabalhadoras

Promover, proteger, recuperar e reabilitar a saúde física e mental dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiros é uma prioridade para o fortalecimento do SUS e para a construção de um país mais justo.

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador deve contemplar toda a diversidade do mundo do trabalho, incluindo trabalhadores formais, informais, autônomos, rurais, domésticos, servidores públicos, profissionais de aplicativos, caminhoneiros e demais categorias que contribuem diariamente para o desenvolvimento do país.

Nos últimos anos, o Brasil tem registrado aumento significativo dos afastamentos relacionados a transtornos mentais, estresse, ansiedade, depressão e síndrome de burnout, refletindo transformações nas relações de trabalho, jornadas exaustivas e condições precárias de emprego.

Diante desse cenário, ampliaremos as ações de promoção da saúde mental, vigilância dos ambientes de trabalho e atendimento especializado na rede do SUS, fortalecendo a integração entre a APS, os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

A saúde do trabalhador também exige atenção às novas formas de organização laboral. Trabalhadores de aplicativos enfrentam longas jornadas, insegurança econômica, exposição à violência urbana e elevado risco de acidentes de trânsito. Caminhoneiros convivem com jornadas prolongadas, privação de sono e dificuldades de acesso aos serviços de saúde durante o trabalho. Trabalhadores rurais permanecem expostos a acidentes, intoxicações por agrotóxicos e condições climáticas extremas, enquanto os trabalhadores urbanos enfrentam a intensificação do trabalho, o adoecimento mental, as doenças osteomusculares e os acidentes ocupacionais.

O governo atuará para fortalecer a vigilância em saúde do trabalhador, ampliar a notificação e a investigação de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho e garantir acolhimento, diagnóstico, tratamento e reabilitação para trabalhadores adoecidos, com ações específicas voltadas à prevenção de acidentes, à promoção da saúde mental e à proteção dos grupos mais vulneráveis. Criaremos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador em todas as regiões de saúde.

Na redução das jornadas excessivas de trabalho, interessa-nos aprovar o fim da escala 6x1, em razão de seus impactos sobre a saúde física, mental e a convivência familiar, como parte da agenda de promoção da saúde e qualidade de vida dos trabalhadores. O Estado atuará de forma articulada para produzir evidências, fortalecer a vigilância em saúde e apoiar políticas que promovam equilíbrio entre trabalho, descanso, lazer e convívio social.

Em parceria com os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social, do Desenvolvimento Agrário

e demais órgãos governamentais, serão fortalecidas ações intersetoriais para a prevenção de acidentes, a redução dos afastamentos, a promoção de ambientes de trabalho saudáveis e a garantia de proteção social aos trabalhadores e trabalhadoras em todas as regiões do país.

7.7.10. Saúde mental

A saúde mental tornou-se um dos maiores desafios de saúde pública do século XX e, pela primeira vez, passou a ser a principal preocupação de saúde da população brasileira. Ao longo dos primeiros anos deste século, e especialmente após o período da pandemia de Covid-19, identificou-se o aumento dos casos de ansiedade, depressão, sofrimento psíquico, uso abusivo de álcool e outras drogas, dependência digital e exposição excessiva às redes sociais. Surgiram também, como importante problema de saúde pública, os transtornos relacionados a jogos e apostas on-line, que passaram a trazer, simultaneamente problemas graves de ordem econômica e de saúde mental à população. Esse cenário exige uma resposta abrangente do Estado, capaz de promover cuidado, prevenção e proteção da vida.

Nos próximos anos, fortaleceremos a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) como eixo estruturante da política nacional de saúde mental, ampliando investimentos, qualificando equipes e expandindo o acesso aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), aos serviços territoriais e às ações comunitárias de promoção da saúde mental. O cuidado deverá ser humanizado, baseado em evidências científicas, no respeito aos direitos humanos e na integração com os demais pontos da rede de saúde. A rede de serviços de saúde mental demanda um amplo programa de qualificação, com construção de serviços pelo PAC, fortalecimento de ações de educação permanente e digitalização dos serviços. As ações de cuidado em rede, em especial atenção à crise e situações agudas, serão mais bem acompanhadas com a criação de ações de saúde mental na rede de urgência e emergência e em hospitais gerais.

Daremos especial atenção à saúde mental de crianças, adolescentes e jovens, que enfrentam um cenário marcado por inseguranças, dificuldades de inserção social e profissional, violência, isolamento social e uso intensivo das tecnologias digitais. O governo promoverá ações de prevenção ao sofrimento psíquico, ao suicídio e à violência, fortalecendo espaços de convivência, cultura, esporte e participação social como estratégias de promoção da saúde e construção de projetos de vida.

As mulheres merecerão atenção especial diante dos impactos da violência doméstica, do feminicídio, da sobrecarga do trabalho de cuidado e

das desigualdades de gênero sobre a saúde mental. Serão fortalecidas ações de acolhimento, cuidado psicossocial e proteção às mulheres em situação de violência, em articulação com a rede de proteção e garantia de direitos e as ferramentas de teleatendimento do Meu SUS Digital.

Também avançaremos na construção de políticas intersetoriais que integrem saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e direitos humanos, reconhecendo que o cuidado em saúde mental ultrapassa os limites dos serviços de saúde. Essa articulação permitirá apoiar profissionais que atuam diretamente com populações vulneráveis, fortalecer redes de proteção social e ampliar a capacidade do Estado de responder às novas demandas de sofrimento mental da sociedade brasileira.

7.7.11. Equidade em saúde

A construção de um SUS verdadeiramente universal exige o enfrentamento das desigualdades que historicamente afetam diferentes grupos populacionais no Brasil. Racismo, discriminação, pobreza, barreiras territoriais, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência e pertencimento étnico-racial continuam impactando as condições de vida, o adoecimento e a mortalidade da população brasileira. Por isso, a equidade seguirá como um dos princípios centrais da política de saúde, orientando ações voltadas à garantia do direito à saúde para todas as pessoas, respeitando suas especificidades e necessidades com a produção de informações qualificadas e a incorporação da perspectiva da equidade em todas as políticas, programas e serviços do SUS.

A promoção da saúde da população negra continuará sendo prioridade estratégica, com o enfrentamento do racismo como determinante social da saúde e atenção especial às condições que afetam de forma desproporcional, como hipertensão, diabetes, doença falciforme, doença renal crônica, mortalidade materna e violência. Vamos fortalecer a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, em diálogo com os movimentos sociais.

Avançaremos também na implementação da recém-aprovada Política Nacional de Saúde Integral das Populações Quilombolas e no fortalecimento da saúde dos povos indígenas, ampliando as equipes multidisciplinares, promovendo a equidade na saúde indígena, fortalecendo a Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) para reduzir desigualdades territoriais e ampliar o acesso a uma atenção integral, diferenciada, intercultural e resolutiva, respeitando a diversidade sociocultural, os territórios e os modos próprios dos povos indígenas de viver, cuidar e produzir saúde. O

governo avançará na transformação digital da saúde indígena, integrando e qualificando os sistemas de informação e garantindo a interoperabilidade entre o Siasi e o e-SUS APS, fortalecendo a continuidade do cuidado, a gestão baseada em evidências e a capacidade de resposta às necessidades de cada território.

Também serão fortalecidos os sistemas indígenas de cuidado, com a valorização dos especialistas indígenas e sua articulação intercultural com o SasiSUS, assegurando que a política de saúde reconheça a pluralidade dos modos de produção do cuidado e promova a participação dos povos indígenas na definição das estratégias que incidem sobre sua saúde e seus territórios.

As populações do campo, das florestas e das águas, incluindo ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e demais comunidades tradicionais, terão suas especificidades contempladas, com o fortalecimento de estratégias como as ambulanchas e as equipes itinerantes, a ampliação do saneamento em comunidades rurais e ribeirinhas e modelos de atenção adaptados às realidades da Amazônia, do Pantanal, do Semiárido e de outras regiões de difícil acesso.

A população LGBTQIAPN+ seguirá contando com políticas específicas de promoção da saúde, prevenção de agravos e garantia de direitos.

A agenda da equidade também contemplará pessoas em situação de rua, população cigana, migrantes, refugiados, pessoas privadas de liberdade e outros grupos em situação de vulnerabilidade, com o fortalecimento dos sistemas de informação em saúde e da produção de evidências capazes de subsidiar políticas mais eficazes.

Mais de 18 milhões de brasileiros e brasileiras convivem com algum tipo de deficiência. Vamos fortalecer e ampliar a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD), expandindo os Centros Especializados em Reabilitação (CER), as Oficinas Ortopédicas e os serviços de reabilitação, com o objetivo de reduzir desigualdades regionais e garantir acesso oportuno a diagnósticos, terapias, órteses, próteses e demais tecnologias assistivas. Implementaremos em todas as regiões do país Centros de Alta Especialização e Tecnologia de Reabilitação para serem referencias nacionais na incorporação tecnológica e formação profissional e definição de diretrizes terapêuticas.

A atenção às pessoas autistas e demais pessoas atípicas continuará sendo prioridade, com o fortalecimento das linhas de cuidado para o TEA e a ampliação do diagnóstico precoce. Pela primeira vez passamos a ter um Linha de Cuidado especifica e unificada para as pessoas e suas famílias que sofrem com o

Transtorno do Espectro do Autismo. A ampliação do acesso ao cuidado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), outras neurodivergências e condições relacionadas ao neurodesenvolvimento também será prioridade, com o fortalecimento das redes de diagnóstico precoce, acompanhamento multiprofissional, reabilitação e apoio às famílias. Os novos CERs que ganharam um projeto arquitetônico apropriado e o uso de instrumentos precoces de diagnóstico e intervenção já na APS forma avanços que precisam ser ampliados. Precisamos ampliar os grupos de acolhimento as mães e pais atípicos e o trabalho conjunto no espaço escolar com o Saúde na Escola. O teleatendimento específico para as mães atípicas foi um primeiro passo do uso de novas ferramentas tecnológicas e precisa ser ampliado e tornar-se cada vez mais acessível.

Avançaremos, ainda, na construção de uma política nacional de atenção aos cuidadores e cuidadoras, e fortaleceremos o papel da APS na coordenação desse cuidado, em articulação com a educação, a assistência social, o trabalho e os direitos humanos. Nosso objetivo é consolidar uma política pública que reconheça as pessoas com deficiência e as pessoas atípicas como sujeitos de direitos, fortalecendo sua autonomia e participação na sociedade.

Vamos dar continuidade à agenda estratégica Mais Saúde Amazônia Brasil, fortalecendo a vigilância das doenças infecciosas emergentes e reemergentes e das doenças em vias de eliminação, como malária, hanseníase, tuberculose e hepatites virais, e reestruturando a rede de frio da vacinação nos territórios mais vulneráveis. Vamos qualificar o cuidado à saúde da mulher e da criança por meio do telemonitoramento em pré-natal de alto risco e da expansão da Rede Alyne, e enfrentar os impactos da contaminação por mercúrio sobre a saúde das populações expostas, com atenção especial a gestantes e crianças. A cooperação com os países vizinhos será fortalecida por meio da reestruturação do sistema de saúde nas fronteiras da Amazônia Legal.

7.7.12. Valorização e proteção dos trabalhadores e das trabalhadoras da saúde

O número de vínculos de trabalho em estabelecimentos de saúde no país totalizou 5.690.091. É essencial que as políticas de saúde sejam sustentadas pela devida valorização do trabalho profissional que sua excelência e qualidade requerem. Nesse sentido, vamos implantar o fim escala 6x1 no setor saúde, reduzindo a jornada de trabalho.

O estabelecimento de pisos salariais para as profissões da saúde deve considerar a escolaridade e as habilidades, adquiridas no processo de

trabalho. Para viabilizar a carreira única do SUS, vamos buscar articular o Fundo Nacional Tripartite para o Trabalho no âmbito do SUS, com fontes de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, além de outras fontes legalmente previstas, garantindo maior previsibilidade e estabilidade ao financiamento do trabalho em saúde. Dessa forma, poderemos avançar na formação e qualificação profissional, na melhoria das condições de saúde e dos ambientes de trabalho e no combate à precarização dos vínculos de trabalho no SUS.

Ampliaremos os Programa de Formação Profissional, garantindo oferta pública de mais técnicos e a ampliação de especializações técnicas. Na Residência Médica e na Residência Multiprofissional em Saúde, seguiremos possibilitando novas ofertas de formação de especialistas, ampliando o financiamento de coordenadores e preceptores. O Mais Médicos Especialistas será ampliado com mais especialidades e com a garantia de fixação dos profissionais por contratação federal. Proporcionaremos ações de formação e educação permanente de trabalhadoras e trabalhadores de saúde, a partir da avaliação das necessidades em diferentes regiões do país.

7.7.13. Saúde Suplementar: o cidadão em primeiro lugar

É preciso, assegurar que o dinheiro investido pelas famílias na saúde suplementar resulte em acesso efetivo, atendimento de qualidade e cuidado no tempo adequado. Hoje, as principais reclamações dos usuários de planos de saúde estão relacionadas a negativas de cobertura e acesso aos serviços, além do reajuste abusivo de mensalidades.

O país tem 53 milhões de beneficiários de planos de saúde, um setor que movimentou mais de R$ 390 bilhões em 2025. Além disso, há dezenas de milhões de usuários dos chamados cartões de desconto em saúde que atuam à margem da regulação do Estado. Esse complexo sistema não pode ser tratado à parte do SUS. O setor público e o privado compartilham profissionais, hospitais, leitos e equipamentos, e os brasileiros que têm planos de saúde também utilizam o SUS, das vacinas aos transplantes.

Nosso compromisso para regular esse setor é claro: garantir os direitos do cidadão, com previsibilidade, segurança jurídica e sustentabilidade. Regular bem é proteger o cidadão e fortalecer o setor, garantindo regras estáveis, estimulando a concorrência, a eficiência e assegurando que cada real pago por uma família se transforme em cuidado de qualidade.

O Programa Agora Tem Especialistas já aponta uma inovação importante que será aperfeiçoada: uma maior integração entre o SUS, o sistema

privado de saúde, incluindo a saúde suplementar, com compartilhamento de capacidades, otimização dos recursos do ressarcimento ao SUS e ampliação do atendimento de forma coordenada e sustentável, reduzindo filas e diminuindo a judicialização.

Garantir que os beneficiários de planos de saúde tenham uma saúde integral de qualidade, com clareza dos produtos que adquirem e de condições financeiras justas e transparentes, será um papel da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Estabeleceremos, também, regras claras, transparentes e previsíveis para incorporação de novas tecnologias, conciliando inovação, evidências científicas, sustentabilidade e acesso dos pacientes aos tratamentos necessários.

Para isso vamos fortalecer a ANS, com orçamento adequado, estrutura técnica, quadros qualificados e maior transparência, garantindo a fiscalização e o monitoramento da qualidade dos serviços, com atenção especial às operadoras com mais reclamações dos usuários.

Também vamos garantir espaço permanente de diálogo e cooperação entre governo, operadoras, prestadores de serviços, entidades filantrópicas, órgãos de defesa do consumidor, trabalhadores e usuários, antecipando problemas, construindo soluções e aperfeiçoando continuamente a regulação.

7.7.14. Saúde e inteligência artificial a serviço do cuidado

A transformação digital do SUS coloca o cidadão no centro do cuidado, fortalecendo a integração das Redes de Atenção à Saúde para levar serviços ágeis, qualificados e acessíveis até onde as pessoas estão. Essa transformação, em pleno curso, atingiu a adesão histórica de 100% dos estados e municípios. Com isso, consolida-se uma infraestrutura nacional baseada em padrões abertos de interoperabilidade, conectando dados da Atenção Básica à Média e Alta Complexidade, incluindo Unidades Básicas de Saúde e Hospitais Universitários, à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), garantindo a continuidade do cuidado.

Essa integração viabiliza o compromisso do nosso governo de assegurar um prontuário eletrônico compartilhado e contínuo com o histórico clínico de cada brasileiro. A base dessa unificação já foi concretizada com a adoção do CPF como identificador preferencial nos mais de 400 sistemas de informação do SUS: a higienização do CadSUS inativou mais de 100 milhões de registros em duplicidade, alcançando a correspondência exata com a base da Receita Federal. Nos próximos anos, vamos aprofundar a interoperabilidade entre estados, municípios e a União para consolidar esse registro verdadeiramente único. Na ponta

do cuidado, o aplicativo Meu SUS Digital traduz essa infraestrutura em autonomia para a população, garantindo a portabilidade dos dados clínicos, a marcação de consultas e exames nas UBS, o acesso a laudos e o apoio ao autocuidado diário, com alcance prioritário a regiões vulneráveis e vazios assistenciais.

Vamos aprofundar as estratégias do SUS Digital com o uso ético de inteligência artificial na gestão das filas, reduzindo o tempo de espera e priorizando os casos mais graves. As tecnologias digitais serão empregadas para qualificar o cuidado à população e desonerar os profissionais de saúde de tarefas repetitivas, ampliando o tempo dedicado à assistência direta. Vamos também expandir o acesso ao SUS por meio de teleatendimentos e telediagnósticos, além de explorar soluções inovadoras, a exemplo do uso de drones para envio de medicamentos a regiões rurais ou de difícil acesso.

A soberania nacional será o princípio orientador de toda essa jornada. Vamos garantir a segurança dos dados de saúde, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, assegurando sua hospedagem em data centers nacionais. Em parceria com o Serpro, o Ministério da Saúde estabeleceu um plano de transição segura de sua infraestrutura: a Jornada dos Dados da Saúde para a Nuvem Soberana. Vamos investir em bens públicos digitais, disponibilizando sistemas e prontuários públicos em código aberto e de forma gratuita para estados e municípios.

Para sustentar serviços avançados, já iniciamos, junto à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP/MCTI) a Rede Saúde Brasil de Alta Performance, viabilizando infraestrutura segura e dedicada para uma Rede Nacional de Serviços Inteligentes e telecirurgia robótica. Por fim, vamos garantir aos estados e municípios ferramentas tecnológicas garantindo a cada cidadão, profissionais e gestores o acesso por via digital da marcação e acompanhamento de exames, consultas e cirurgias.

Nosso compromisso é estruturar a transformação digital na saúde, conforme os princípios e as diretrizes do SUS, utilizando a tecnologia para superar vazios assistenciais e qualificar o cuidado em rede.

7.7.15. Participação, Controle Social e Orçamento adequado: pilares centrais da democracia e da construção do SUS

Vamos organizar os serviços de saúde com efetiva participação da sociedade, respeitando e fortalecendo os conselhos de saúde nacional, estaduais, municipais e locais, e as conferências de saúde como espaços qualificados de debate e formulação de políticas públicas. Vamos es-

tabelecer relações qualificadas com os movimentos sociais, reconhecendo seu papel como articuladores essenciais na defesa da democracia, da soberania e de um SUS público e universal. Vamos ainda apoiar iniciativas de educação permanente em saúde, de educação popular em saúde e de educação permanente para o controle social no SUS.

O orçamento da saúde deve garantir a implementação das políticas e dos programas de saúde, com aumento real e permanente dos recursos federais.

Manteremos a diretriz já consagrada de alocação prioritária de investimentos em serviços de referência territorial, que fortaleçam a capacidade resolutiva e ordenadora do cuidado da APS e a ampliação do acesso adequado aos cuidados especializados, assim como os demais dispositivos que operam o cuidado no território. É fundamental que as emendas parlamentares estejam tecnicamente alinhadas com este esforço.

Além de ampliar os recursos, vamos aperfeiçoar a forma como o SUS financia suas políticas e serviços. O financiamento federal será instrumento de redução das desigualdades regionais, organização das Redes de Atenção à Saúde e indução de modelos assistenciais orientados à integralidade, à qualidade, ao desempenho e à geração de valor para a população.

Avançaremos para modelos de financiamento regional que articulem necessidades de saúde da população, capacidade instalada, produção prioritária e resultados, fortalecendo a cooperação entre União, estados e municípios e reduzindo a fragmentação dos atuais mecanismos de repasse.

8. Brasil e planeta: Campo, cidade, meio ambiente e energia

8.1 - Brasil soberano é país que alimenta: comida de verdade, do campo à mesa

Da fila dos ossos à reconstrução: a superação da fome e a garantia da soberania alimentar como prioridade de política e projeto de desenvolvimento nacional

No primeiro dia de seu governo, Bolsonaro extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional CONSEA via Medida Provisória, desmantelando o coração democrático da política de combate à fome. Com isso, a CAISAN ficou inoperante e o SISAN perdeu capacidade de articulação entre União, estados e municípios. Ao final de 2022, apenas 536 dos mais de 5.500 municípios brasileiros estavam integrados ao sistema.

O governo também suspendeu o monitoramento oficial da fome (EBIA/IBGE), apagando o "termômetro" da crise — a sociedade civil reagiu, revelando a volta da fome em escala de emergência nacional.

No campo, o projeto foi igualmente devastador: extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, desmontou o PAA, congelou o PNAE

desde 2017 e fechou restaurantes populares e bancos de alimentos. A agricultura familiar perdeu crédito, mercado e estrutura; a reforma agrária foi paralisada; demarcações indígenas e quilombolas foram interrompidas.

Entre 2019 e 2022, a inflação de alimentos acumulou 37%, deixando feijão, arroz, carne e óleo inacessíveis para famílias trabalhadoras. O resultado: 33 milhões de brasileiros em insegurança alimentar grave, metade da população com dificuldade para se alimentar, 5,9% em extrema pobreza e 31,6% em pobreza. O governo Lula herdou um projeto que funcionou exatamente como planejado pelo governo anterior: destruição das capacidades do estado brasileiro.

O governo Lula enfrentou a tarefa de não apenas retomar políticas destruídas, mas recolocar a erradicação da fome no centro do projeto nacional, enquanto garantia alimentação imediata às famílias. Também estimulou as exportações de produtos agrícolas como elemento importante na balança comercial do país.

Em relação a produção de alimentos, o governo atuou em três movimentos simultâneos: restauração do que foi destruído, avanço com políticas mais robustas e estruturais e criação de bases para transformação permanente.

Restauração Imediata: No primeiro dia, Lula recriou o CONSEA. Reativou a CAISAN, reconstituiu o MDS e retomou o monitoramento da fome pelo IBGE. O Bolsa Família foi relançado com valor ampliado, alcançando 20,7 milhões de famílias mensais (R$ 434,7 bilhões em 2023-2025). O PAA foi retomado, o PNAE recebeu primeiro reajuste em cinco anos, e a CONAB voltou a operar estoques reguladores, adquirindo 842 mil toneladas de alimentos. O Programa Cisternas foi reestruturado.

Fortalecimento Estrutural: O MDA foi recriado, devolvendo institucionalidade ao campo. O Pronaf atingiu R$ 64 bilhões em crédito (2024-2025), com linhas especiais a 2% para mulheres e agroecologia, alcançando 977 mil agricultores. O Plano Safra saltou de R$ 53 bilhões (2022/2023) para R$ 89 bilhões (2025/2026). Em quatro anos, o governo Lula disponibilizou R$ 1,506 trilhão em crédito rural — maior volume da história. O Mais Alimentos injetou R$ 36,1 bilhões em mecanização, com 27% das propriedades mecanizadas. O Desenrola Rural renegociou R$ 23 bilhões de dívidas para 507 mil agricultores excluídos do sistema bancário. O PRONERA voltou a receber recursos. A Previdência Rural concedeu 2,33 milhões de novos benefícios no biênio 2023-2024, sendo pilar fundamental de renda e segurança alimentar e nutricional em oito estados do Norte e Nordeste. O BPC chegou a 6,5 milhões de beneficiários.

Acesso à Alimentação: O PAA triplicou, adquirindo 349,8 mil toneladas de 116,4 mil agricultores em 3,7 mil municípios (64% fornecedoras mulheres). O PNAE garantiu alimentação a 39 milhões de estudantes com R$ 5,3 bilhões. Legislação elevou compras da agricultura familiar de 30% para 45%, injetando R$ 2,4 bilhões anuais nas economias locais. O PLANAB articulou produção, distribuição e acesso integrado. O Arroz da Gente adquiriu 343 mil toneladas, estabilizando o mercado durante a crise no Rio Grande do Sul. Uma conquista legislativa importante elevou o piso mínimo de compras da agricultura familiar para o programa de 30% para 45%, significando mais R$2,4 bilhões anuais circulando nas economias locais, com prioridade para assentados da reforma agrária, povos indígenas e comunidades quilombolas.

Reforma Agrária e Inclusão: 229,9 mil famílias incluídas em três anos (vs. 21,3 mil em Bolsonaro) — crescimento de 10 vezes com 144 novos assentamentos. Lula assinou 60 decretos quilombolas, recorde histórico. O CAF cresceu de 100 mil para 3,8 milhões de cadastros, reconhecendo agricultores familiares, pescadores, extrativistas, quilombolas e indígenas. A agroecologia ganhou prioridade com o PLANAPO (197 iniciativas). O Caminho Verde Brasil visa converter 40 milhões de hectares de pastagens degradadas em dez anos, captando R$ 30,2 bilhões. Exportações agrícolas atingiram recorde de US$ 169,2 bilhões em 2025 (48,5% das exportações totais).

Busca Ativa: 60 mil famílias indígenas, 78 mil quilombolas e 76 mil em situação de rua foram incluídas no Bolsa Família, totalizando 3,8 milhões de beneficiários de grupos historicamente invisíveis ao Estado.

Estruturas Permanentes: Municípios integrados ao SISAN saltaram de 536 para 2.350, enraizando políticas nos territórios. O III PLANSAN lançou 18 estratégias intersetoriais e 219 iniciativas. O Protocolo Brasil Sem Fome articula Saúde, vulnerabilidade. Programas como RenovAgro e Bolsa Verde combinam produção sustentável, conservação ambiental e geração de renda.

Resultados Verificáveis: Entre 2022 e 2024, 26,5 milhões saíram da fome. Insegurança alimentar grave caiu de 15% para 3,2% — menor índice da história. Em 2024, 75,8% da população estava em segurança alimentar (vs. 41% em 2020), com os melhores resultados no Norte, Nordeste, entre mulheres, pessoas negras, crianças e meio rural, reduzindo desigualdades. A FAO reconheceu: Brasil saiu do Mapa da Fome pela segunda vez em dois anos.

Fizemos muito. Mas reconstruir o que foi destruído não é o mesmo que transformar o que nunca funcionou bem o suficiente. O Brasil

que queremos não é apenas um Brasil sem fome e com dignidade no campo e na cidade: é um Brasil em que comer bem seja um direito real, cotidiano e acessível para todas as pessoas. Chegar lá exige continuidade no que funciona e coragem de enfrentar o que ainda não foi resolvido: orçamento insuficiente e as estruturas sistêmicas que o mercado, por si só, nunca vai mudar.

8.2 - Fome nunca mais: dignidade e comida de verdade na mesa de todos os brasileiros

8.2.1. GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Sair do Mapa da Fome foi difícil. Sabemos, porque tivemos que fazer duas vezes. A diferença agora é que vamos avançar na construção das estruturas que garantam que o Brasil nunca mais precise fazer esse caminho de volta. Isso exige financiamento adequado e estável, um sistema de governança forte por meio do SISAN, dados públicos e políticas coordenadas que cheguem até quem ainda passa fome, especialmente aqueles que as médias nacionais costumam esconder: povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, pessoas em situação de rua, população LGBTQIA+, lares chefiados por mulheres negras, especialmente nas periferias das grandes cidades.

Desigualdades estruturais, e suas expressões mais perversas como o machismo e o racismo estrutural, estão nas raízes da insegurança alimentar no Brasil. Não é coincidência que a fome e a má alimentação se concentrem desproporcionalmente entre mulheres, população negra, periferias urbanas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Enfrentar isso exige mais do que ampliar o acesso a programas: exige articulá-los desde o nível federal até os territórios, colocar o enfrentamento das desigualdades como eixo estruturante das políticas públicas e construir mecanismos ativos de equidade de gênero e étnico-racial em toda o processo do planejamento, ao financiamento, ao monitoramento e ao controle social.

Diretrizes:

Fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em todos os níveis da federação, garantindo recursos orçamentários permanentes para o funcionamento dos conselhos (CONSEA) e câmaras intersetoriais (CAISAN) estaduais e municipais.

Implementar o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), assegurando o monitoramento contínuo das 219 iniciativas e a transparência na execução das metas estabelecidas para o quadriênio.

Institucionalizar a Busca Ativa como metodologia permanente para identificação de famílias em situação de insegurança alimentar grave, com foco em populações invisibilizadas, como pessoas em situação de rua e comunidades isoladas.

Garantir a periodicidade anual da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) realizada pelo IBGE, transformando-a em política de Estado para impedir novos apagões estatísticos sobre a fome.

Fomentar a criação de conferências territoriais e temáticas para ouvir grupos específicos, como mulheres negras, povos indígenas e comunidades tradicionais, na formulação de políticas de SAN.

Estabelecer mecanismos de controle social sobre o orçamento do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), permitindo o acompanhamento em tempo real dos repasses.

Criar a Escola Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para capacitação de gestores públicos e conselheiros municipais sobre o funcionamento do SISAN.

Fortalecer a articulação interministerial para que as políticas de saúde, educação e assistência social atuem de forma integrada no território, evitando a fragmentação das ações de combate à fome.

Implementar sistemas de ouvidoria especializada em segurança alimentar para denúncias de violações do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Institucionalizar a aplicação regular e permanente da EBIA e da Escala Brasileira de Insegurança Hídrica pelo IBGE, garantindo periodicidade de dados atualizados sobre a fome, sede e a situação alimentar da população, inclusive por meio do aprimoramento e consolidação do Sistema de Vigilância do Sisan.

Promover a equidade de gênero e raça em todas as instâncias de governança do SISAN, garantindo representatividade proporcional nos espaços de decisão. Apoiar a criação de conselhos metropolitanos de segurança alimentar para lidar com os desafios específicos do abastecimento e da fome nas grandes regiões urbanas.

Fortalecer o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CONDRAF, e seus congêneres estaduais e municipais.

Fortalecer o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - CNPA, o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação na Agricultura Familiar e

Agroecologia - PNPIAF, a Embrapa e toda a rede pública de pesquisa agropecuária, com investimentos em tecnologias adequadas à agricultura familiar, ao clima tropical e à transição agroecológica, incluindo sementes adaptadas aos biomas nacionais, agricultura de precisão para pequenas escalas e bioinsumos.

8.2.2. COMIDA DE QUALIDADE, SAUDÁVEL E BARATA: ABASTECIMENTO ALIMENTAR E CIDADES

O problema da alimentação no Brasil não é só a fome. É que comer comida de verdade ainda é caro demais e difícil demais para uma parcela enorme da população. Não por falta de comida: o potencial de produção do Brasil nunca foi tão grande. O problema é estrutural. Enquanto cadeias agroalimentares de valor são estruturadas para escoar commodities ao mercado externo, carecem de sistemas de abastecimento que garantam que frutas, verduras e alimentos frescos cheguem a preços justos a todos os territórios e a todas as famílias.

O resultado é visível: alimentos ultraprocessados, cheios de sal, açúcar e gordura, são mais baratos e mais fáceis de encontrar do que alimentos frescos em boa parte do país. Há territórios inteiros, especialmente nas periferias urbanas, onde simplesmente não existe mercado, feira ou equipamento público que ofereça alimentação saudável a preço acessível. Essa dificuldade sobrecarrega, ainda mais, as mulheres que continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho invisível do cuidado alimentar nos domicílios. Esses desertos alimentares não são acidentes: são o produto de décadas de ausência do Estado no abastecimento popular, são mais uma expressão de desigualdade e racismo. Não tendo acesso a alimentos saudáveis a preços acessíveis, a única alternativa destas pessoas é a compra e consumo de produtos alimentícios ultraprocessados. Não faltam evidências das consequências nefastas destes produtos na saúde da população.

Vamos mudar essa lógica. O Estado tem instrumentos para isso: estoques reguladores, compras públicas, equipamentos de SAN, incentivos ao varejo local, política tributária. Podemos e precisamos utilizar todos eles.

Diretrizes:

Consolidar o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (PLANAB) como o principal instrumento de regulação de preços e garantia de oferta de alimentos saudáveis nos centros urbanos.

Fortalecer a CONAB como instrumento estratégico de soberania alimentar, com recomposição do quadro de pessoal, orçamento estável e autonomia operacional para corrigir distorções no mercado de forma ágil e eficaz, ampliando os estoques reguladores e a rede de armazéns pú-

blicos em regiões estratégicas, com atenção especial às especificidades logísticas e geográficas da Amazônia e do Nordeste semiárido.

Recompor e ampliar os estoques reguladores da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com foco em alimentos básicos como arroz, feijão e milho, para conter a especulação e crises de preços.

Modernizar e ampliar a rede de armazéns públicos, garantindo infraestrutura de estocagem em regiões estratégicas para o abastecimento popular.

Implementar o Programa Arroz da Gente e iniciativas similares para outras culturas básicas, incentivando a produção diversificada e regionalizada para reduzir custos de logística.

Qualificar e expandir a Estratégia Alimenta Cidades, enquanto instrumento concreto para superação dos Desertos Alimentares, prevendo mapeamento sistemático dos territórios sem acesso a alimentos saudáveis e frescos, instalação de diferentes equipamentos de abastecimento popular, por meio de crédito, compras públicas e infraestrutura, priorizando produtos da agricultura familiar.

Fortalecer e ampliar a rede de Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias, integrando-os ao SISAN como equipamentos públicos de combate imediato à fome.

Incentivar a criação de feiras livres da agricultura familiar em bairros periféricos, facilitando o acesso da população de baixa renda a produtos frescos e sem agrotóxicos.

Criar subsídios para o transporte de alimentos produzidos pela agricultura familiar destinados a cinturões verdes urbanos.

Implementar políticas de combate ao desperdício de alimentos em toda a cadeia produtiva, desde a colheita até o varejo, com incentivos para doação de excedentes seguros.

Fomentar a agricultura urbana e periurbana, transformando terrenos ociosos em hortas comunitárias geridas por moradores locais.

Estabelecer parcerias com centrais de abastecimento (CEASAs) para garantir cotas de comercialização exclusivas para pequenos produtores e cooperativas.

Desenvolver aplicativos e plataformas digitais públicas para conectar diretamente o produtor familiar ao consumidor final e a equipamentos públicos de alimentação.

8.2.3. COMIDA DE VERDADE E SAÚDE: O QUE COMEMOS NOS ADOECE OU CURA

Sair do Mapa da Fome foi uma vitória e uma conquista essencial. Mas o Brasil já vem enfrentando uma segunda crise alimentar e nutricional,

mais silenciosa e igualmente grave: a epidemia de doenças relacionadas à má alimentação. Obesidade, diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares, vários tipos de câncer. Todas têm na alimentação inadequada um fator central. E todas custam vidas e bilhões ao SUS a cada ano. Isso não é exercício do direito de escolha: é o resultado de um sistema construído ao longo de décadas para vender produtos e padronizar dietas, não para alimentar e promover saúde. Vamos mudar as regras desse jogo e criar as condições para que toda a riqueza e diversidade das culturas alimentares brasileiras, das culinárias regionais, dos ingredientes locais e dos saberes e práticas tradicionais sejam a opção mais atrativa e acessível para todas as pessoas.

Diretrizes

Regulamentar a publicidade de alimentos ultraprocessados, especialmente aquela voltada ao público infantil, visando reduzir o consumo de produtos nocivos à saúde.

Implementar a tributação seletiva sobre bebidas açucaradas e alimentos com excesso de sódio, gorduras e açúcares, revertendo os recursos para o tratamento de doenças crônicas no SUS.

Fortalecer a rotulagem nutricional frontal, garantindo que o consumidor tenha informações claras sobre a presença de ingredientes prejudiciais.

Garantir que 100% das refeições servidas em hospitais públicos e unidades de saúde sejam baseadas em alimentos in natura ou minimamente processados.

Ampliar as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na rede pública de ensino, integrando o tema ao currículo escolar de forma transversal.

Restringir a venda e oferta de alimentos ultraprocessados dentro e no entorno de escolas públicas e privadas.

Promover o Guia Alimentar para a População Brasileira como documento norteador de todas as políticas públicas de compras de alimentos do governo.

Apoiar pesquisas científicas sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde humana e fomentar o desenvolvimento de alternativas biológicas para o controle de pragas.

Fortalecer a Vigilância Sanitária como instrumento de proteção da saúde alimentar da população, com investimentos na fiscalização da qualidade dos alimentos, no monitoramento da presença de agrotóxicos acima dos limites permitidos e no combate à adulteração alimentar.

8.2.4. AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA: QUEM ALIMENTA O BRASIL PRECISA PROSPERAR

A agricultura familiar é quem coloca comida na mesa do brasileiro. Res-

ponde pela maior parte do feijão, da mandioca, das hortaliças, dos ovos, do leite e das frutas que chegam às cidades. Faz isso ocupando uma fração minoritária da área agrícola total, com menos crédito, infraestrutura e reconhecimento do que recebe o agronegócio exportador. Sabe-se também que ela pode fazer muito mais, tendo mais apoio, tecnologia adequada, mercado garantido e mais dignidade no campo.

No próximo mandato, vamos ampliar e aprofundar a aposta na agricultura familiar. Ao contrário da visão ultrapassada segundo a qual o apoio à agricultura familiar se restringe ao campo da política social, a compreendemos como estratégia central de desenvolvimento, de produção de alimentos saudáveis, de abastecimento do mercado interno e de transição ecológica. Fortalece-la é o caminho mais direto para reduzir desigualdades e pobreza no campo e na cidade. É o caminho mais sustentável para ampliar o acesso e reduzir os preços de alimentos saudáveis para todos.

E quando falamos de agricultura familiar, precisamos falar de quem realmente a sustenta. São as mulheres que garantem boa parte da produção nos quintais, nas hortas e nas feiras, muitas vezes sem acesso a crédito, sem registro, sem terra e reconhecimento. São os jovens que precisam de condições para que ficar no campo seja um projeto de vida com qualidade. Fortalecer a agricultura familiar significa garantir que mulheres e jovens rurais sejam sujeitos de direitos e protagonistas de um campo moderno e vivo.

Diretrizes:

Expandir o Plano Safra da Agricultura Familiar, garantindo juros subsidiados e prioridade para a produção de alimentos da cesta básica nacional, com a expansão de crédito para agroecologia, produção orgânica e sociobiodiversidade.

Ampliar e fortalecer o PAA, priorizando a compra de alimentos frescos e diversificados da agricultura familiar e da sociobiodiversidade destinados aos equipamentos públicos, escolas, hospitais, unidades prisionais, demais serviços públicos e famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo que pelo menos 50% dos fornecedores sejam mulheres e 20% sejam de comunidades tradicionais.

Elevar o piso de compras da agricultura familiar no PNAE para 45%, priorizando produtos orgânicos e agroecológicos.

Implementar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) de forma simplificada para agroindústrias familiares, facilitando a comercialização interestadual.

Reestruturar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com foco em transição agroecoló-

gica e sustentabilidade ambiental. Criar o Sistema Único de Assistência Técnica e Extensão Rural - SUATER, garantindo recursos próprios, articulação interfederativa e integração entre todos os órgãos que promovem ATER no Brasil.

Criar linhas de crédito específicas para jovens agricultores, visando combater o êxodo rural e garantir a sucessão familiar no campo.

Fomentar o cooperativismo e o associativismo rural como estratégia para ganho de escala e acesso a novos mercados.

Garantir o acesso da agricultura familiar a tecnologias de mecanização adaptadas a pequenas propriedades através do programa Mais Alimentos, e sua ampliação.

Implementar o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) com cobertura ampliada para perdas decorrentes de eventos climáticos extremos.

Apoiar a criação de bancos de sementes crioulas geridos por comunidades locais para preservar a biodiversidade alimentar.

Incentivar a certificação participativa de produtos orgânicos, reduzindo custos para o agricultor e garantindo confiança para o consumidor.

Implementar política de contenção da inflação de alimentos com instrumentos combinados: estoques reguladores, gestão estratégica das exportações em situações de emergência de abastecimento interno, crédito direcionado à produção de alimentos da cesta básica em linha com o Guia Alimentar da População Brasileira e a Cesta Básica de Alimentos e incentivos à produção diversificada em todo o território nacional orientada ao mercado interno.

Consolidar e ampliar o programa de quintais produtivos como estratégia estruturante para promover a inclusão produtiva, a autonomia econômica das mulheres, a produção diversificada de alimentos, a conservação da agrobiodiversidade, a adaptação às mudanças climáticas e o fortalecimento da soberania e da segurança alimentar e nutricional.

Fortalecer o Programa Garantia-Safra e ampliar o acesso ao seguro rural para agricultores familiares, com cobertura reforçada diante do aumento da frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos.

8.2.5. TERRA, TERRITÓRIO E BEM-VIVER: REFORMA AGRÁRIA E VIDA DIGNA PARA OS POVOS DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS

O campo brasileiro não é lugar apenas de produção econômica. Precisa ser lugar de vida, de cultura, de bem viver. Isso exige enfrentar a histórica concentração fundiária, garantir os direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades quilombolas, dar condições dignas de vida a quem escolhe ou precisa viver no

meio rural, e acabar com a violência que ainda assombra aqueles que lutam pela terra. Daqui em diante, queremos que a reforma agrária não seja apenas uma política de assentamentos, mas sim um projeto de territórios de vida, onde se produz comida de verdade, onde jovens têm razão para ficar e mulheres têm autonomia e renda, onde a floresta em pé vale mais do que derrubada. Um campo vivo, diverso e justo é a base de um país alimentado, saudável e soberano.

Diretrizes:

Lançar e acelerar a implementação do III Plano Nacional de Reforma Agrária, com plano de desenvolvimento dos assentamentos existentes, metas de novos assentamentos para as famílias acampadas, regularização fundiária, combate à grilagem, resolução dos conflitos fundiários históricos e promovendo a sucessão rural, garantindo acesso à terra para jovens assentados/as e acampados/as. Garantindo infraestrutura básica imediata. (substituir por)

Concluir os processos de demarcação de terras indígenas e titulação de territórios quilombolas, reconhecendo-os como espaços fundamentais de produção de alimentos e preservação cultural.

Universalizar o acesso à água potável no meio rural com investimentos em saneamento rural ecológico respeitando as especificidades de cada bioma.

Implementar o Programa Cisternas em larga escala no Semiárido e em outras regiões com estresse hídrico, garantindo água para consumo e produção.

Garantir o acesso universal à energia elétrica no campo através de fontes renováveis, como energia solar e eólica.

Fortalecer a Previdência Rural como instrumento de proteção social e dinamização das economias locais no interior do país.

Lançar o PAC dos Territórios para articular infraestrutura, logística, habitação, energia, conectividade e saneamento nos territórios rurais, com foco nas comunidades da agricultura familiar, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

Ampliar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), garantindo acesso ao ensino técnico e superior para populações do campo.

Implementar políticas de combate à violência no campo, garantindo a proteção de defensores de direitos humanos e ambientais.

Fomentar a pesca artesanal e a aquicultura familiar, garantindo direitos previdenciários e infraestrutura de beneficiamento para pescadores, com a implementação integral das diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPA).

Ampliar os investimentos voltados ao desenvolvimento sustentável da pesca artesanal, promovendo inclusão produtiva, trabalho digno e fortalecimento das economias dos territórios pesqueiros.

Ampliar, desenvolver e consolidar a promoção da proteção dos territórios pesqueiros, da sociobiodiversidade e dos modos de vida das comunidades das águas como dimensão estratégica do desenvolvimento nacional.

É preciso também acelerar o processo de desenvolvimento da pesca e aquicultura como uma Política de Estado, de Segurança Alimentar, de geração de trabalho, emprego e renda e de divisas para o país.

Apoiar o extrativismo sustentável através da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).

Melhorar as estradas vicinais para garantir o escoamento da produção e o acesso das populações rurais a serviços de saúde e educação.

Criar centros de cidadania rural para facilitar o acesso a documentos, crédito e assistência jurídica em áreas remotas.

Reconhecer e institucionalizar o cuidado alimentar, como dimensão do direito ao cuidado e da responsabilização social, que retiram das mulheres o papel exclusivo, invisibilizado e não renumerado pelo provimento alimentar das famílias.

8.2.6. Soberania alimentar e liderança internacional

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA DOS SISTEMAS ALIMENTARES: PRODUZIR BEM, CUIDAR DA NATUREZA, ENFRENTAR A CRISE CLIMÁTICA

O sistema alimentar brasileiro precisa mudar. O modelo atual é insustentável: concentra terra e renda, degrada biomas, contamina água e solo, emite mais de 70% dos gases de efeito estufa do país e produz alimentos que, em grande parte, enriquecem poucos e adoecem muitos. A transição que defendemos é justa e popular: respeita os diferentes modos de produzir, não abandona produtores no meio do caminho, cria mercados para quem produz melhor, protege e recupera nossa sociobiodiversidade e biomas, mitiga e se adapta às mudanças do clima e penaliza quem destrói. E é necessária: o Brasil não chegará às suas metas climáticas sem transformar o modo como produz e consome alimentos. A transição ecológica dos sistemas alimentares é também uma política de saúde pública e de justiça social: sistemas mais diversificados, com menos agroquímicos e mais alimentos frescos, adoecem menos ao colocarem comida de verdade a preços mais justos na mesa de todas as famílias. Além disso, serão fundamentais para inverter o atual balanço negativo em termos de emissão

de GEE: de emissores, poderão funcionar como potentes fixadores do carbono atmosférico.

Diretrizes:

A segurança alimentar e nutricional deverá ser orientadora da transição ecológica brasileira, tendo a produção sustentável de comida de verdade pela agricultura familiar e o abastecimento alimentar como prioridades em todos os instrumentos de planejamento e financiamento climático: Plano Clima, Plano de Transformação Ecológica, Fundo Clima, Fundo Amazônia, Eco Invest Brasil, Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e outros.

Implementar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), articulando políticas de fomento à produção sustentável.

Implementar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos - PRONARA, em articulação com PLANSAN, PLANAB e Plano Clima, com metas de conversão para sistemas agroecológicos, apoio técnico e financeiro à transição, e ampliação do mercado para orgânicos e agroecológicos com preços acessíveis para a população.

Criar incentivos financeiros para agricultores que adotarem práticas de recuperação de áreas degradadas e conservação de nascentes.

Lançar o programa Caminho Verde Brasil para conversão de pastagens degradadas em sistemas agroflorestais e de produção de alimentos.

Ampliar o Programa Nacional de Florestas Produtivas e os sistemas agroflorestais priorizando agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais em transição agroecológica.

Estabelecer metas progressivas para a redução do uso de agrotóxicos e banimento de substâncias já proibidas em outros países.

Fomentar a produção de bioinsumos nacionais para reduzir a dependência de fertilizantes químicos importados.

Regulamentar e implementar plenamente a Lei de Bioinsumos (Lei 15.070/2024), dando segurança jurídica à produção comercial por biofábricas e à produção autônoma pelas famílias agricultoras.

Avançar na inclusão sanitária para a agricultura familiar, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, adequando as normativas de vigilância sanitária ao reconhecimento dos saberes, práticas e modos de fazer tradicionais, simplificando os processos burocráticos de acesso a editais e mercados institucionais, e garantindo que a diversidade da produção alimentar dos territórios chegue às escolas, equipamentos públicos e mercados locais sem que barreiras regulatórias desnecessárias impeçam esse acesso.

Implementar o pagamento por serviços ambientais (PSA) para comunidades tradicionais que protegem biomas estratégicos.

Desenvolver sistemas de alerta precoce para eventos climáticos voltados especificamente para a agricultura familiar.

Promover a economia circular no sistema alimentar, incentivando a compostagem de resíduos orgânicos urbanos para uso na agricultura.

Apoiar a transição energética das agroindústrias para matrizes limpas, reduzindo a pegada de carbono do setor de alimentos.

8.2.7. SOBERANIA ALIMENTAR, GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA E O BRASIL QUE LIDERA PELO EXEMPLO

Quando o preço de um alimento básico dispara, geralmente há uma razão que vai além do clima ou da colheita: há dependência. Dependência de insumos importados, de cadeias concentradas em poucos grupos econômicos, de um modelo que exporta demais, diversifica de menos e regula de menos. Um país que não controla o que estoca, o que subsidia e o que coloca à disposição da sua própria população coloca em risco sua economia e não é soberano na alimentação do seu povo, por mais que produza para o mundo.

A soberania alimentar, elemento essencial da soberania nacional, não é um conceito teórico. É a resposta à pergunta: quem decide o que vai para o prato de cada brasileira e brasileiro? O mercado, com sua lógica de lucro de curto prazo, ou o Estado, orientado pelo interesse de toda a sociedade? Nossa resposta é clara. O Estado tem papel insubstituível na regulação do sistema alimentar, na proteção das sementes e da biodiversidade como patrimônio coletivo, no controle dos estoques estratégicos e na garantia de que as conquistas do campo beneficiem também os pequenos agricultores e a mesa do trabalhador.

Soberania é também liderança. O Brasil tem uma experiência única no mundo: reduziu a fome em escala combinando política social, compras públicas da agricultura familiar, controle democrático e participação social. Nos próximos anos, devemos proteger essa experiência, aprofundá-la e compartilhá-la com o mundo.

Diretrizes:

Liderar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, compartilhando tecnologias sociais brasileiras, como o Bolsa Família e o PAA, com outros países.

Defender a soberania alimentar nos fóruns internacionais, combatendo o protecionismo de países desenvolvidos que prejudica produtores do Sul Global.

Estabelecer acordos de cooperação técnica Sul-Sul para o fortalecimen-

to de sistemas de segurança alimentar na África e América Latina.

Promover o intercâmbio de saberes entre povos indígenas e comunidades tradicionais de diferentes países sobre resiliência climática e alimentação.

Consolidar o Brasil como referência mundial em sistemas alimentares sustentáveis, provando que é possível erradicar a fome preservando o meio ambiente.

Agronegócio sustentável, resiliente e competitivo

O setor do agronegócio empresarial, consolidado como motor da balança comercial e pilar da estabilidade econômica nacional, exige políticas que integrem a eficiência produtiva à sustentabilidade ambiental e à inovação tecnológica.

8.3 - AGRONEGÓCIO: produtividade, adaptação aos riscos climáticos e exportações

O agronegócio brasileiro é um dos maiores do mundo, e exatamente por isso está na linha de frente das consequências da crise climática. Secas mais longas, chuvas mais intensas e irregulares, pragas favorecidas pelo aquecimento: os riscos climáticos já são riscos econômicos reais para o setor. A resiliência do agronegócio não é apenas uma questão ambiental, é uma questão de competitividade e de segurança da produção. Um setor produtivo que não se adapta ao clima que está chegando perde produtividade, perde mercado e compromete o abastecimento interno. O Brasil que lidera na produção agropecuária precisa

também liderar na adaptação.

Diretrizes:

Diante da crescente frequência de eventos climáticos extremos, a adaptação do setor é uma prioridade estratégica. Propõe-se a implementação de um programa nacional de resiliência climática no campo, focado na expansão das áreas irrigadas e na conservação de solos. O incentivo ao uso de tecnologias de agricultura de precisão e ao plantio direto é fundamental para mitigar perdas. O Estado deve investir na modernização das redes de monitoramento meteorológico e na disseminação de alertas precoces para os produtores.

A adaptação também passa pelo fomento a sistemas produtivos integrados, como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), que aumentam a capacidade de retenção de água no solo e reduzem o estresse térmico das culturas e do rebanho. O objetivo é transformar a gestão de risco climático em uma vantagem competitiva, assegurando a continuidade da produção mesmo sob condições adversas.

8.3.1. RENOVAR E INOVAR AS POLÍTICAS DE SEGURO RURAL

A agricultura é, por natureza, uma atividade de risco. Clima, mercado, pragas: variáveis que nenhum produtor controla individualmente. O seguro rural é a ferramenta que permite ao produtor planejar, investir e produzir com previsibilidade, sem que um ano adverso comprometa anos de trabalho. No Brasil, a cobertura ainda é insuficiente e desigual, concentrada nos grandes produtores e nas culturas mais valorizadas no mercado externo. Ampliar e inovar as políticas de seguro rural é condição para garantir que o campo continue produzindo mesmo em contextos de instabilidade climática e econômica crescente.

Diretrizes:

A política de seguro rural deve evoluir para um modelo de proteção integral da renda do produtor. A proposta prevê o aumento substancial dos recursos destinados ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), garantindo que uma parcela maior da área plantada esteja protegida.

Inovações como o seguro paramétrico, baseado em índices climáticos e dados de satélite, devem ser estimuladas para agilizar as indenizações e reduzir custos operacionais.

É necessário criar um fundo de catástrofe robusto, com participação público-privada, para suportar perdas sistêmicas em anos de quebras de safra severas.

A educação em gestão de riscos deve ser promovida junto aos produtores, integrando o seguro rural às demais ferramentas de comercialização e proteção financeira, como

os contratos de hedge e opções de mercado.

8.3.2. FORTALECER O CRÉDITO RURAL

O crédito é o motor da produção no campo. Sem acesso a financiamento adequado, nenhum produtor consegue investir em tecnologia, ampliar escala ou atravessar entressafras sem comprometer sua estabilidade financeira. O Brasil construiu, ao longo de décadas, um sistema público de crédito rural que é referência internacional, e que tem no Plano Safra seu principal instrumento. Fortalecer esse sistema é investir diretamente na capacidade produtiva do país, garantindo que todos os produtores tenham acesso às condições necessárias para produzir com eficiência, sustentabilidade e rentabilidade.

Diretrizes:

O fortalecimento do crédito rural é a base para a manutenção da competitividade do agronegócio brasileiro. A proposta consiste em ampliar o volume de recursos destinados ao Plano Safra, garantindo taxas de juros compatíveis com a rentabilidade da atividade agropecuária. É preciso consolidar o crédito como ferramenta de fomento à modernização, priorizando linhas de financiamento para a aquisição de maquinário de alta tecnologia, implementos agrícolas e sistemas de irrigação.

Além disso, busca-se a diversificação das fontes de financiamento, estimulando o mercado de capitais e títulos do agronegócio (LCA, CRA e CDCA) para reduzir a dependência exclusiva de recursos públicos. A política de crédito deve ser ágil, com processos de liberação desburocratizados e critérios de elegibilidade claros, permitindo que o produtor planeje suas safras com previsibilidade financeira e segurança operacional.

8.3.3. CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O AGRONEGÓCIO DO SÉCULO XXI

A liderança do Brasil na agropecuária tropical não foi obra do acaso: foi resultado de décadas de investimento público em pesquisa, com a Embrapa e a rede de instituições públicas de ciência agropecuária como protagonistas. Esse legado é um ativo estratégico nacional que pertence a todos os brasileiros e que precisa ser preservado, ampliado e orientado para os desafios do século XXI. Tecnologia que aumenta produtividade sem ampliar área desmatada, que reduz o uso de insumos importados, que adapta a produção às mudanças climáticas: esse é o horizonte que une competitividade econômica e responsabilidade ambiental.

Diretrizes:

O Brasil deve consolidar sua posição como líder global em tecnologia agropecuária tropical. A proposta foca no fortalecimento da Embrapa e das instituições estaduais de pesquisa, com foco em biotecnologia,

edição genômica e desenvolvimento de cultivares mais resistentes a pragas e secas.

O incentivo às agtechs e startups do setor deve ser ampliado por meio de fundos de venture capital e hubs de inovação.

A conectividade no campo é um pilar central: a expansão da rede 5G para as áreas rurais permitirá o uso pleno de Internet das Coisas (IoT), drones e inteligência artificial na gestão das propriedades.

A ciência deve estar a serviço da redução de custos (menor uso de insumos) e do aumento da produtividade por hectare, garantindo que o agronegócio brasileiro continue na fronteira do conhecimento tecnológico mundial.

8.3.4. CONQUISTAR NOVOS MERCADOS INTERNACIONAIS

O Brasil é um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo, e sua posição no comércio agrícola internacional é um ativo estratégico que precisa ser protegido e ampliado. Mas proteger esse ativo exige hoje mais do que eficiência produtiva: exige credibilidade ambiental, rastreabilidade, transparência e capacidade de responder às exigências crescentes dos mercados consumidores, especialmente na Europa e na Ásia, onde a pegada ambiental dos produtos já é determinante para o acesso comercial. Um agronegócio que desmate, que contamine e que não rastreie não apenas compromete o meio ambiente: compromete seus próprios mercados. Sustentabilidade é, cada vez mais, um pré-requisito da competitividade internacional.

Diretrizes:

A diplomacia comercial deve atuar de forma proativa para abrir novos mercados e consolidar os existentes. A proposta envolve a intensificação das negociações de acordos de livre comércio e a derrubada de barreiras não tarifárias, especialmente as de natureza fitossanitária.

É fundamental promover a imagem do agronegócio brasileiro como sustentável e eficiente, combatendo desinformações com dados científicos e transparência.

O fortalecimento dos adidos agrícolas em postos estratégicos e a realização de missões comerciais frequentes são ações essenciais.

Além da exportação de commodities, a política deve incentivar a agregação de valor aos produtos agropecuários, estimulando a exportação de proteínas animais processadas, produtos lácteos e itens da agroindústria, ampliando a participação brasileira nas cadeias globais de valor.

8.3.5. FORTALECER A PECUÁRIA SUSTENTÁVEL

A pecuária é um dos pilares do agro-

negócio brasileiro. É também um dos setores com maior potencial de mitigação do impacto socioambiental: a recuperação de pastagens degradadas, a melhoria genética do rebanho e a adoção de sistemas integrados podem aumentar a produtividade por hectare, reduzir emissões e liberar áreas para outros usos sem derrubar um hectare de floresta. Uma pecuária mais eficiente, rastreável e de baixo carbono não é apenas mais responsável: é mais competitiva nos mercados que cada vez mais exigem essas credenciais.

Diretrizes:

A pecuária brasileira deve avançar na rastreabilidade e na eficiência produtiva. A proposta estabelece o fomento à recuperação de pastagens degradadas, transformando áreas de baixa produtividade em sistemas intensivos e sustentáveis.

O apoio ao melhoramento genético do rebanho e à nutrição animal de precisão visa reduzir o ciclo de abate e as emissões de gases de efeito estufa por quilo de carne produzido.

A implementação de sistemas de rastreabilidade individual do rebanho, do nascimento ao abate, é crucial para atender às exigências dos mercados internacionais mais rigorosos.

O incentivo à produção de carne de baixo carbono e a certificação de bem-estar animal devem ser priorizados, posicionando a proteína brasileira como um produto de alta qualidade, ético e ambientalmente responsável.

8.3.6. AVANÇAR NA PRODUÇÃO NACIONAL DE FERTILIZANTES

O Brasil importa mais de 80% dos fertilizantes que utiliza na produção agropecuária. Essa dependência é uma vulnerabilidade estratégica que ficou exposta de forma dramática durante as crises geopolíticas recentes, quando o preço dos insumos disparou e comprimiu a margem de todo o setor produtivo. Reduzir essa dependência é uma questão de soberania produtiva: um país que não controla os insumos que alimentam seu campo está sujeito a oscilações externas que nenhuma política doméstica consegue compensar inteiramente. Avançar na produção nacional de fertilizantes, incluindo os biológicos, é investir na autonomia e na resiliência do sistema produtivo como um todo.

Diretrizes:

Para reduzir a vulnerabilidade externa do agronegócio, é urgente avançar na implementação do Plano Nacional de Fertilizantes. A proposta foca no estímulo à exploração de jazidas minerais nacionais de potássio e fosfato, respeitando a legislação ambiental e os direitos territoriais.

O incentivo à produção de fertilizantes nitrogenados a partir do gás natural nacional e o fomento ao de-

senvolvimento de biofertilizantes e fertilizantes organominerais são estratégicos. O objetivo é aumentar a soberania nacional sobre os insumos básicos da produção, reduzindo a exposição do produtor às oscilações de preços internacionais e às crises geopolíticas que afetam o fornecimento global de nutrientes para o solo.

8.3.7. INFRAESTRUTURA PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O Brasil produz com eficiência e perde na logística. O chamado "custo Brasil" no transporte de safra é um dos principais fatores que reduzem a competitividade do setor agropecuário, consumindo margens, encarecendo o produto final e penalizando especialmente os produtores mais distantes dos portos e dos centros de consumo. Investir em infraestrutura logística, ferrovias, hidrovias, portos, armazéns e estradas vicinais, não é gasto: é a condição para que a produção do campo chegue ao mercado com eficiência e que o produtor capture mais valor de seu trabalho.

Diretrizes:

investimentos pesados em logística multimodal. A proposta prioriza a conclusão de eixos ferroviários estratégicos e o fortalecimento do Arco Norte para o escoamento da produção.

O investimento em hidrovias e a modernização da infraestrutura portuária são fundamentais para reduzir o frete e aumentar a competitividade.

No âmbito das propriedades, o foco deve ser a melhoria das estradas vicinais e a expansão da capacidade de armazenagem nas fazendas, permitindo que o produtor tenha maior flexibilidade na comercialização de sua produção.

A infraestrutura de energia elétrica no campo também deve ser reforçada para suportar a modernização tecnológica e a expansão da irrigação e a agroindústria.

8.3.8. FORTALECER A BIOECONOMIA DO AGRONEGÓCIO

O agronegócio brasileiro tem diante de si uma oportunidade única: transformar sua enorme base produtiva e sua biodiversidade em vantagens competitivas na economia de baixo carbono que o mundo está construindo. Biocombustíveis, bioenergia, créditos de carbono, biomateriais: essas são fronteiras de renda e inovação que não exigem desmatar, exigem produzir melhor. Um setor agropecuário que abraça a bioeconomia não apenas reduz seu passivo ambiental: diversifica suas fontes de receita, reduz a dependência de commodities sujeitas a ciclos de preço, e se posiciona na vanguarda de um mercado global em crescimento acelerado.

Diretrizes:

O agronegócio deve ser um prota-

gonista da nova economia de baixo carbono. A proposta incentiva a produção de biocombustíveis, como o etanol de milho e cana, o biodiesel e o bioquerosene de aviação (SAF).

O mercado de créditos de carbono deve ser regulamentado de forma a remunerar o produtor rural pelas práticas de preservação e sequestro de carbono em suas propriedades.

O uso de subprodutos da agroindústria para a geração de bioenergia e biogás deve ser ampliado, transformando resíduos em ativos energéticos. A bioeconomia representa uma nova fronteira de renda para o produtor, integrando a produção de alimentos, fibras e energia de forma sinérgica e sustentável.

8.3.9. SIMPLIFICAR A BUROCRACIA – PROGRAMA RURAL SIMPLES

Produzir no campo já é difícil. A burocracia não pode ser mais um obstáculo. Licenciamentos lentos, cadastros redundantes, legislações sobrepostas e processos analógicos consomem tempo e recursos que poderiam estar sendo investidos na produção. A simplificação não significa flexibilização de direitos ou de proteções ambientais: significa que o Estado deve ser um parceiro eficiente do produtor, não uma fonte adicional de custo e imprevisibilidade. Um ambiente regulatório claro, digital e ágil beneficia todos os produtores, e especialmente os menores, que têm menos capacidade de absorver os custos da conformidade legal.

Diretrizes:

A desburocratização é essencial para que o produtor foque na produção. O programa “Rural Simples” propõe a unificação de cadastros e a digitalização completa dos serviços públicos voltados ao setor. A simplificação dos processos de licenciamento ambiental, sem abdicar do rigor técnico, e a agilização da regularização fundiária são pontos centrais.

É necessário harmonizar as legislações estaduais e federais para evitar sobreposições e insegurança jurídica. O Estado deve atuar como facilitador, provendo assistência técnica eficiente e reduzindo o tempo gasto com obrigações acessórias. A meta é criar um ambiente de negócios ágil, onde a conformidade legal seja simples de ser alcançada e mantida pelo empreendedor rural.

8.4 - Cidades para viver bem em qualquer clima

8.4.1. Um pacto nacional pelas cidades

O Brasil tornou-se um país essencialmente urbano. Mais de 85% da população vive em cidades, onde se concentram os maiores desafios e, ao mesmo tempo, as maiores oportunidades para o desenvolvimento nacional. Habitação, acesso à terra urbana, mobilidade, saneamento, infraestrutura, desenvolvimento econômico, trabalho, inovação, preservação ambiental, adaptação às mudanças climáticas, democratização da gestão e universalização do direito à cidade deixaram de ser temas isolados para constituírem uma única agenda estratégica.

As cidades são o lugar da produção de riqueza, conhecimento, qualidade de vida, cultura e democracia. Nosso programa se fundamenta na gestão democrática, na cooperação federativa, na inteligência territorial, na inovação, na justiça urbana e na função social da propriedade e da cidade. O desenvolvimento urbano precisa ser concebido a partir dos recortes de renda, raça, gênero e ambiental, elementos que conformam o exercício da cidadania.

A crise nas cidades brasileiras vive um agravamento histórico. As desigualdades territoriais, as crescentes demandas por infraestrutura e serviços urbanos, associados aos impactos das mudanças climáticas, exigem uma nova geração de políticas públicas, capazes de aprofundar a integração entre planejamento, investimento e participação social.

Durante décadas, as políticas urbanas foram desenvolvidas de forma pontual e fragmentada, com ações

setoriais e territoriais muitas vezes desconectadas. Superar essa fragmentação e assimetria é condição essencial para construir cidades mais inclusivas, resilientes, inteligentes e sustentáveis. Políticas urbanas articuladas e transversalizadas exercem papel estratégico para a redução das desigualdades sociais, a promoção da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável das cidades.

O programa propõe um pacto nacional pelo desenvolvimento urbano, baseado na cooperação entre União, Estados e Municípios, na participação ativa da sociedade, na utilização inteligente dos instrumentos urbanísticos e na valorização dos distintos segmentos e sujeitos sociais como centro das decisões públicas. Seu propósito é potencializar a capacidade de intervenção do estado, retomar investimentos estruturantes e orientar políticas capazes de transformar as cidades em espaços de compartilhamento, interação, inovação, sustentabilidade e justiça social e territorial.

8.4.2. SANEAMENTO UNIVERSAL E SEGURANÇA HÍDRICA

O saneamento básico e o acesso à água são algumas das políticas públicas de maior impacto sobre a saúde das pessoas, a qualidade de vida, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico. Sua universalização requer planejamento integrado, financiamento público permanente, fortalecimento institucional e gestão pública eficiente, assegurando que água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduo sólidos e manejo das águas pluviais sejam tratados como componentes indissociáveis do desenvolvimento urbano sustentável. Precisamos criar fontes de recursos e adotar programas ambiciosos para universalizar o acesso à água, ao esgotamento sanitário, drenagem, coleta de resíduos e à infraestrutura hídrica.

Universalizar o acesso à água, ao esgotamento sanitário, drenagem, coleta de resíduos e à infraestrutura hídrica como direitos fundamentais, reconhecendo o acesso à água e ao saneamento básico como direitos fundamentais.

O saneamento básico é uma das políticas públicas de maior impacto sobre a saúde, a qualidade de vida, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico. A universalização requer planejamento integrado, financiamento permanente, fortalecimento institucional e gestão pública eficiente, assegurando que água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduo sólidos e manejo das águas pluviais sejam tratados como componentes indissociáveis do desenvolvimento urbano sustentável.

Ampliar investimentos da União e fortalecer a cooperação federativa, com a reorientação dos financiamentos públicos para projetos estruturantes

e fortalecimento institucional.

Fortalecer operadores públicos de saneamento básico por meio de modernização, inovação tecnológica e qualificação institucional, incluindo adaptar as infraestruturas hídricas às mudanças climáticas.

Instituir mecanismos permanentes de financiamento para universalização do saneamento, priorizando regiões e população situada nas menores faixas de renda e em situações de risco e vulnerabilidade. Consolidando o saneamento como instrumento permanente de justiça social e desenvolvimento territorial

Aperfeiçoar o marco regulatório para assegurar planejamento, modicidade tarifária, universalização e controle social, além de reduzir perdas operacionais, ampliar a eficiência energética e incentivar inovação. Incluindo universalizar programas voltados às áreas rurais, comunidades tradicionais e populações indígenas, e integrar saneamento, saúde pública, recuperação ambiental e desenvolvimento urbano.

8.4.3. ECONOMIA CIRCULAR, RESÍDUOS E DESENVOLVIMENTO VERDE

A gestão de resíduos deve evoluir para um modelo de economia circular, reduzindo desperdícios, ampliando a reciclagem, fortalecendo cadeias produtivas sustentáveis e reconhecendo os catadores como agentes estratégicos da transição ecológica. Resíduos deixam de representar um problema ambiental para se tornarem fonte de emprego, renda, inovação e competitividade econômica. Precisamos urgentemente transformar resíduos em riqueza, inovação e inclusão social.

Diretrizes:

Consolidar a economia circular como política permanente de desenvolvimento urbano.

Ampliar o papel de indutor do estado por meio da ampliação do uso de compras públicas sustentáveis e integrar resíduos às políticas de descarbonização, bioeconomia e desenvolvimento regional.

Fortalecer a logística reversa e a responsabilidade compartilhada pelos resíduos, além de criar incentivos tributários, financeiros e tecnológicos para a indústria da reciclagem e estimular inovação em design circular, remanufatura e reaproveitamento de materiais.

Expandir infraestrutura de coleta, triagem, reciclagem, compostagem e biodigestão para universalizar a coleta seletiva e eliminar definitivamente os lixões.

Reconhecer cooperativas de catadores como prestadoras de serviço ambiental essencial.

Incentivar pesquisas para valorização energética dos resíduos e implantar indicadores nacionais de cir-

cularidade e rastreabilidade.

Promover educação ambiental permanente voltada ao consumo consciente.

Estimular a política de utilização dos resíduos urbanos na produção de biogás e biometano.

8.4.4. MEIO AMBIENTE URBANO, RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E INFRAESTRUTURA VERDE

As mudanças climáticas exigem uma nova geração de políticas urbanas orientadas pela prevenção, adaptação e resiliência. Arborização, infraestrutura verde, drenagem sustentável, recuperação ambiental, eficiência energética e soluções baseadas na natureza devem integrar uma estratégia nacional capaz de proteger vidas, reduzir prejuízos econômicos e melhorar a qualidade ambiental das cidades. A orientação de todo o trabalho do governo federal deve ser construir cidades preparadas para enfrentar os desafios climáticos.

Diretrizes:

Incorporar critérios de adaptação climática em todos os investimentos públicos urbanos

Expandir, em diálogo com prefeitos, programas nacionais de arborização, infraestrutura verde e recuperação ambiental, bem como de ampliação de parques urbanos, corredores ecológicos e áreas de preservação.

Integrar drenagem urbana, recuperação de bacias hidrográficas e infraestrutura verde.

Fortalecer marcos legais para incentivar projetos urbanos de baixo carbono e eficiência energética, priorizar soluções baseadas na natureza para redução de riscos e incentivar agricultura urbana e produção sustentável de alimentos.

Desenvolver planos municipais permanentes de adaptação climática e fortalecer programas nacionais de cidades resilientes.

Fortalecer sistemas nacionais de monitoramento climático e gestão de riscos

Integrar biodiversidade, proteção da fauna, educação ambiental e saúde pública.

Articular ações com o Ministério das Cidades para consolidar a adaptação climática como eixo transversal das políticas urbanas.

Planejamento e governança das cidades

8.4.5. PLANEJAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

O desenvolvimento urbano sustentável depende de instituições sólidas, planejamento permanente e ampla participação social. A gestão democrática fortalece a legitimidade das decisões públicas, amplia a transparência, melhora a aplicação dos recursos e assegura que o inte-

resse coletivo prevaleça sobre interesses particulares, privados e corporativos.

A governança urbana deve integrar planejamento, orçamento, monitoramento e participação cidadã, consolidando uma cultura de cooperação entre União, Estados, Regiões, Municípios, Instituições produtoras de conhecimento e de saberes, como universidades, setor produtivo, sociedade civil e segmentos sociais produtores de saberes tradicionais e comunitários. Vamos fortalecer a democracia, o planejamento, a capacidade institucional e a participação cidadã como fundamentos do desenvolvimento urbano.

Diretrizes:

Fortalecer a Conferência Nacional das Cidades, os Conselhos das Cidades e demais instâncias permanentes de participação social, além de instituir processos contínuos de participação cidadã por meio de audiências públicas, consultas populares e plataformas digitais abertas.

Reforçar a capacidade técnica, administrativa e financeira dos municípios para planejar, executar e fiscalizar políticas públicas e auxiliar os municípios na territorialização dos mecanismos de participação, aproximando as decisões públicas das comunidades.

Promover programas permanentes de formação e capacitação para gestores públicos e lideranças comunitárias, bem como incentivar modelos de autogestão comunitária na produção habitacional e no desenvolvimento territorial.

Assegurar que todo tipo de possíveis parcerias e investimentos democráticos com a iniciativa privada preservem o interesse público, a universalização dos serviços e o controle social.

8.4.6. Integrar planejamento urbano, orçamento público e avaliação permanente de resultados.

Modernizar os sistemas de informação pública, garantindo transparência, dados abertos e acesso às informações governamentais para poder implantar sistemas nacionais de indicadores urbanos, sociais, ambientais e climáticos.

Aprofundar e consolidar a gestão democrática da cidade, reforçando o caráter representativo dos conselhos, como princípio permanente da política urbana brasileira.

8.4.7. SISTEMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Os desafios urbanos ultrapassam os limites administrativos dos municípios e exigem planejamento territorial integrado, cooperação federativa e visão estratégica de longo prazo. A integração setorial entre habitação, mobilidade, saneamento, infraestrutura, meio ambiente, segurança urbana, cultura e artes, desenvolvi-

mento econômico e adaptação climática deve orientar um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano capaz de promover crescimento sustentável e reduzir desigualdades. Adicionalmente, é preciso reforçar o sistema federativo estimulando a formação de arranjos institucionais que promovam o planejamento regional, objetivando otimizar recursos e universalizar o acesso a infraestrutura e serviços urbanos. Integrar políticas públicas para construir cidades mais eficientes, resilientes, inclusivas e democráticas, tendo o território como referência.

Diretrizes:

Instituir o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano como eixo estruturador das políticas urbanas e fortalecer programas permanentes de qualificação institucional dos entes federativos.

Integrar o planejamento da habitação, mobilidade, saneamento, infraestrutura, meio ambiente, segurança urbana, cultura, artes, desenvolvimento econômico e adaptação climática.

Fortalecer a cooperação interfederativa por meio de consórcios públicos, governanças metropolitanas e arranjos regionais para consolidar redes policêntricas de cidades, valorizando o papel estratégico das cidades médias e apoiar o planejamento integrado das regiões metropolitanas.

Implantar sistemas nacionais de inteligência territorial e indicadores urbanos e incentivar inovação tecnológica aplicada ao planejamento urbano e regional.

Promover desenvolvimento urbano articulado ao crescimento econômico e à redução das desigualdades, com especial ênfase nos recortes de renda, raça e gênero.

Consolidar o planejamento territorial como política permanente de Estado.

8.4.8. DESENVOLVIMENTO LOCAL, REGIONAL E GOVERNANÇA METROPOLITANA

O desenvolvimento nacional depende de uma rede integrada de cidades, fortalecendo poderes locais, regiões metropolitanas, cidades médias e pequenos municípios por meio da cooperação federativa, da interiorização dos investimentos e da redução das desigualdades territoriais. Vamos fomentar o desenvolvimento econômico local e regional a partir da construção de projetos setorialmente e territorialmente integrados.

Diretrizes:

Consolidar uma Política Nacional de Desenvolvimento Territorial, articulando as dimensões setoriais, locais e regionais.

Incentivar consórcios públicos e governanças metropolitanas e forta-

lecer cidades médias como polos regionais de inovação e serviços, fomentando a geração de trabalho.

Integrar planejamento urbano, infraestrutura e desenvolvimento econômico, em conjunto com políticas urbanas, industriais, logísticas e ambientais.

Interiorizar investimentos públicos estratégicos e apoiar o papel dos estados na coordenação regional e articulação local.

Integrar municípios por redes de transporte, inovação e serviços públicos, potencializando o fluxo de pessoas, bens e mercadoria.

Implantar sistemas permanentes de planejamento territorial baseados em indicadores para poder valorizar a diversidade territorial como ativo estratégico.

Incentivar cooperação internacional e integração sul-americana.

Consolidar o planejamento regional como política permanente de Estado.

8.4.9. TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA TERRITORIAL

Colocar a transformação digital a serviço das pessoas.

As cidades inteligentes devem utilizar tecnologia para melhorar a qualidade de vida, aumentar a eficiência da gestão pública, ampliar a transparência e fortalecer a participação cidadã. Dados, inteligência artificial e inovação precisam servir ao planejamento territorial e à inclusão social.

Diretrizes:

Buscar a universalização da conectividade digital como infraestrutura essencial, bem como digitalizar processos administrativos e ampliar transparência.

Integrar bases nacionais de dados territoriais para desenvolver plataformas públicas de dados abertos.

Incentivar pesquisa e inovação voltadas às soluções urbanas, entre outras coisas utilizando inteligência territorial para prevenção de riscos e planejamento urbano.

Fortalecer parcerias entre universidades, setor produtivo e poder público e estimular economia criativa e empreendedorismo tecnológico.

Garantir inclusão digital para populações vulneráveis.

Consolidar tecnologia e inovação como instrumentos permanentes da gestão pública, adotando uma Política Nacional de Cidades Inteligentes, com indicadores de impactos sociais, humanos e econômicos.

8.5 - Direito à cidade

8.5.1. HABITAÇÃO DIGNA, REQUALIFICAÇÃO URBANA E DIREITO À CIDADE

Precisamos ampliar e diversificar as modalidades da política habitacional e também transformá-la num instrumento permanente de cidadania, justiça territorial e qualidade de vida. Não devemos apenas garantir moradia, mas também acesso a infraestrutura e serviços, combatendo a gentrificação, o racismo ambiental e a exclusão social e promovendo direito à cidade. A política habitacional deve superar a lógica da produção isolada de moradias, ampliando uma visão integrada do território, combatendo a especulação da terra e a espoliação urbana. Moradia digna significa acesso à infraestrutura, mobilidade, emprego, educação, saúde, cultura e oportunidades econômicas, contribuindo para reduzir desigualdades, fortalecer a cidadania e o direito à cidade.

Diretrizes

Ampliar os investimentos em habitação de interesse social e fortalecer o Programa Minha Casa, Minha Vida, priorizando famílias de menor renda, reduzindo os déficits habitacionais quantitativo e qualitativo e explorando os novos instrumentos que permitem localizar novos empreendimentos próximos a empregos, serviços públicos e transporte coletivo.

Consolidar e reforçar programas ambiciosos de requalificação de imóveis ociosos, retrofits, revitalização de áreas centrais e adensamento sustentável, integrando habitação às políticas de saneamento, mobilidade, educação, saúde, cultura, esporte e desenvolvimento econômico e para aproveitar os espaços urbanos consolidados e dar qualidade de vida aos atendidos.

Ampliar as modalidades do MCMV Entidades e MCMV Rural, além de fortalecer modalidades de produção habitacional por autogestão e cooperativas.

Consolidar programas federais de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) como política pública permanente.

Ampliar programas de melhorias habitacionais, urbanização integrada e regularização fundiária sustentável, além de incorporar critérios de eficiência energética, sustentabilidade ambiental e adaptação climática.

Estruturar uma política multissetorial no Ministério para prevenir despejos forçados e fortalecer mecanismos de mediação de conflitos fundiários.

Priorizar grupos em situação de vulnerabilidade, assegurando acessibilidade universal e inclusão social.

Minha Casa Minha Vida + Cuidados: incorporar aos empreendimentos habitacionais do MCMV equipamentos e serviços de cuidado que atendam simultaneamente às demandas de quem precisa de cuidado e de quem cuida, como cuidotecas, lavanderias públicas e comunitárias, cozinhas comunitárias, espaços de convivência, de formação profissional e outros equipamentos.

8.5.2. QUALIDADE DE VIDA PARA A PERIFERIA E PARA AS ZEIS — O COMBATE À EXCLUSÃO, AO RACISMO AMBIENTAL, AO RISCO E A VULNERABILIDADE

Devemos combater a exclusão e a segregação socioespacial, em suas várias manifestações, e transformar as periferias em sujeitos sociais do desenvolvimento urbano sustentável. As periferias, favelas e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) devem deixar de ser vistas apenas como territórios de carências para serem reconhecidas como espaços de identidade, produção econômica, cultura, inovação social e organização comunitária. A urbanização integrada deve articular infraestrutura, inclusão produtiva, assistência técnica, equipamentos públicos e desenvolvimento humano incluindo e indo além das políticas focadas na sobrevivência das pessoas e comunidades e incorporando um repertório de ações para a melhoria da qualidade de vida e do bem estar dessas coletividades.

Diretrizes

Instituir uma Política Nacional Permanente de Urbanização Integrada das Periferias, Favelas e ZEIS, adotando metodologia de distribuição quantitativa de recursos para todas as realidades locais do país, valorizando cultura, esporte, lazer e economia criativa como instrumentos de transformação social.

Criar e regulamentar um Sistema Único de Inclusão e Integração Territorial, tendo como referência os seguintes elementos: Programa ATHIS – Assistência Social, Assistência Técnica e acolhimento de Vulneráveis, Regularização Fundiária, melhorias e construções habitacionais, Infraestruturas e Dotação de Espaços e Equipamentos Públicos para Educação, Saúde, política de cuidado, Esporte, Lazer, Cultura, Associativismo, Meio Ambiente e prevenção de riscos.

Fortalecer equipamentos públicos comunitários voltados à educação, cultura, inovação, esporte e convivência nos conjuntos habitacionais e nos bairros já consolidados.

Desenvolver um sistema nacional de diagnóstico das precariedades urbanas e implantar rede nacional de assistência técnica territorial envolvendo universidades e comunidades

Consolidar programas permanentes de regularização fundiária e combate a especulação imobiliária, a gentrificação, a exclusão social e o racis-

mo ambiental.

Promover inclusão produtiva, economia solidária, empreendedorismo local e qualificação profissional.

Priorizar investimentos em territórios e segmentos sociais em situação de risco e com maior vulnerabilidade social e climática e transformar as periferias em pólos permanentes de desenvolvimento humano, econômico e ambiental.

Integrar políticas voltadas às mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e demais grupos vulneráveis.

Fomentar a instituição de sistemas regulatórios e de participação de moradores das periferias, favelas e ZEIS, no processo de regularização e intervenção nestes territórios, estimulando a criação de estruturas de tomada de decisão coletiva e compartilhada.

Fomentar a participação das comunidades das periferias, favelas e ZEIS na tomada de decisão referentes às políticas previstas para os seus territórios.

8.5.3. CONSOLIDAR POLÍTICAS DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

A mobilidade urbana deve priorizar pessoas em vez de veículos, reconhecendo o transporte coletivo como direito social necessário para combater desigualdades sociais e a mobilidade ativa como uma necessidade urgente das cidades frente à crise climática. Sistemas integrados, acessíveis, sustentáveis e financeiramente equilibrados são fundamentais para ampliar oportunidades, reduzir desigualdades e assegurar a qualidade de vida nas cidades. A crise no setor, agravada pela pandemia, obrigou o governo federal a atuar de forma mais intensa no tema, promovendo boas práticas de infraestrutura e de gestão, além de exigir novas políticas de integração entre as cidades.

Diretrizes:

Aprovar o Plano Nacional de Mobilidade Urbana - PlanMob Brasil para continuar ampliando as políticas de mobilidade urbana apoiadas pelo Governo Federal, transformando as cidades e beneficiando o transporte coletivo, pedestres, ciclistas e pessoas com deficiência, reduzindo a desigualdade de acesso.

Promover a integração da mobilidade entre cidades vizinhas ou regiões metropolitanas, caminhando para a criação de um Sistema Único de Mobilidade como um instrumento nacional de coordenação das políticas de mobilidade.

Reforçar o Sistema de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU) para consolidar dados abertos de monitoramento e avaliação das políticas de mobilidade, incorporando indicadores de redução de poluentes, adaptação climática, acessibilidade e desigualdades de raça e gênero.

Ampliar programas para reduzir acidentes por meio de desenho urbano seguro, educação para o trânsito e políticas modernas de segurança viária, em linha com o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans).

8.5.4. GARANTIR O DIREITO AO TRANSPORTE

O transporte é um direito social é eixo central da mobilidade e do funcionamento das cidades. A crise do setor, que vem sendo agravada nos últimos anos, mostra que a forma desregulamentada com que o transporte funcionou historicamente nas cidades não consegue garantir a qualidade necessária para assegurar esse direito. Ao depender da tarifa para se manter, o serviço acaba se concentrando nos horários mais movimentados e nas regiões mais centrais das cidades. Periferias e outros horários acabam relegados a cortes de horários e de linhas, enquanto o transporte por trilho sofre com baixíssima expansão e péssima frequência. O poder público precisa fortalecer sua atuação no setor garantindo recursos básicos para um padrão mínimo de atendimento, frequência e cobertura das linhas. Além de investir diretamente na expansão da infraestrutura, provendo o transporte como um elemento de desenvolvimento das cidades e das pessoas, e não apenas como uma alternativa precária de deslocamento.

Diretrizes:

Consolidar e efetivar os instrumentos presentes no Marco Legal do Transporte Público Coletivo para melhorar a qualidade do transporte prestado nas cidades, com fontes mais robustas de financiamento, novas práticas de gestão e ampliação da infraestrutura.

Dialogar com prefeitos para formar consórcios intermunicipais com redes de ônibus e trens integrados, acessíveis, sustentáveis e financeiramente equilibradas, com fontes de recursos que assegurem ampliação da cobertura e frequência do serviço reduzindo a tarifa cobrada das pessoas.

Promover a acessibilidade no transporte, levando em conta as desigualdades territoriais, de renda, raça, gênero e para pessoas com deficiência, idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

Iniciar programas de apoio financeiro ao transporte em cidades pequenas e médias, fortalecendo o serviço e caminhando para a Tarifa Zero.

Ampliar os programas de modernização das frotas de ônibus e trens do transporte coletivo, promovendo modernização das formas de governança local e acelerando a descarbonização do transporte urbano.

Avançar no desenvolvimento de uma Política Nacional de Transporte Ferroviário de Passageiros para

conectar as regiões do país de forma ágil e sustentável, promovendo desenvolvimento regional e incentivando a indústria nacional de equipamentos ferroviários.

8.5.5. JUSTIÇA E SEGURANÇA URBANA, DIREITO À CIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Precisamos colocar as pessoas no centro das políticas públicas. O desenvolvimento urbano deve produzir segurança urbana, cidadania, oportunidades, qualidade do ambiente urbano e de vida. As cidades existem para garantir direitos, reduzir desigualdades e ampliar o acesso à moradia, infraestrutura, cultura, trabalho, inovação e bem-estar.

Diretrizes:

Garantir o Direito à Cidade como princípio estruturante das políticas públicas, universalizando o acesso à moradia, saneamento, mobilidade, cultura, esporte e serviços públicos, com especial ênfase na segurança urbana.

Reduzir desigualdades territoriais, sociais, econômicas, raciais e de gênero, formando cidades comprometidas com as próximas gerações.

Valorizar os espaços públicos como locais de convivência, cidadania e integração social.

Integrar segurança pública e urbana ao planejamento urbano por meio de desenho urbano seguro e provimento de serviços.

Incentivar agricultura urbana, alimentação saudável e segurança alimentar.

Fortalecer políticas voltadas às mulheres, crianças, idosos, juventude e pessoas com deficiência promovendo desenvolvimento econômico inclusivo e geração de oportunidades.

Valorizar o patrimônio histórico, a identidade cultural e a diversidade territorial.

Consolidar cidades inclusivas, resilientes, inteligentes e ambientalmente sustentáveis, centradas na cultura da participação cidadã e do controle social.

Saúde única e financiamento

8.5.6. BIODIVERSIDADE, SAÚDE E PROTEÇÃO ANIMAL

As políticas públicas devem integrar proteção animal, biodiversidade, educação ambiental e saúde pública como componentes da qualidade de vida urbana. A defesa dos direitos dos animais é uma das pautas que tem mais crescido e ganhado importância nas discussões de direitos humanos, e são de especial importância no ambiente urbano onde a questão ganha grande relevância. Precisamos valorizar todas as formas de vida, reconhecendo a importância do direito animal como uma política pública.

Diretrizes:

Instituir uma Política Nacional de Proteção e Bem-Estar Animal e es-

truturar Conselhos e Conferências de Proteção Animal.

Fortalecer programas permanentes de identificação, castração, vacinação e adoção responsável.

Valorizar organizações da sociedade civil e protetores independentes.

Combater maus-tratos mediante sistemas integrados de fiscalização e integrar Centros de Controle de Zoonoses às políticas de saúde pública.

Desenvolver programas permanentes de educação para guarda responsável.

Criar protocolos nacionais de proteção animal em desastres climáticos.

Incentivar pesquisas sobre biodiversidade urbana.

Integrar alimentação saudável, biodiversidade e educação ambiental para fortalecer ações voltadas à convivência harmoniosa entre fauna e cidades.

8.5.7. FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INOVAÇÃO FISCAL

Nenhuma política urbana será plenamente efetiva sem financiamento adequado, planejamento de longo prazo e fortalecimento institucional. O investimento público deve induzir desenvolvimento econômico, inovação, sustentabilidade e redução das desigualdades, utilizando de forma inteligente os instrumentos previstos na legislação urbanística. Fortalecer a capacidade de investimento do Estado e criar novos instrumentos para o desenvolvimento urbano.

Diretrizes:

Ampliar investimentos públicos em infraestrutura urbana.

Criar mecanismos permanentes de financiamento do desenvolvimento urbano, como fortalecer o papel dos bancos públicos como agentes de desenvolvimento local e regional.

Priorizar investimentos com base em indicadores sociais, territoriais e climáticos, para fortalecer a assistência técnica aos municípios.

Integrar planejamento orçamentário e políticas urbanas, e aproveitar públicos para execução compartilhada de investimentos.

Estimular inovação financeira voltada à sustentabilidade.

Aperfeiçoar instrumentos de captura da valorização imobiliária para reinvestimento no desenvolvimento urbano, bem como estimular operações urbanas, fundos urbanos e mecanismos inovadores de financiamento, assegurando o direito democrático de acesso à terra e serviços urbanos.

Consolidar o investimento público como instrumento estruturante do desenvolvimento local, regional e nacional.

8.6 - Transição energética sem deixar ninguém pra trás

O que o desmonte deixou, o que já foi reconstruído

8.6.1. Diagnóstico Governo Bolsonaro

No setor de energia, o método do desmonte bolsonarista foi simples: menos regulação e mais venda de patrimônio público. O caso mais emblemático foi a venda da Eletrobras por R$ 36 bilhões, quando o próprio TCU apontava valor mínimo de R$ 140 bilhões, deixando aos consumidores brasileiros uma conta extra de R$ 500 bilhões para pagar.

A abertura de mercado seguiu o mesmo roteiro em outras frentes: menor regulação da mineração e dos combustíveis, e transferência de ativos estratégicos para o setor privado. A Petrobras perdeu participação no abastecimento e no mercado de gás natural, reduzindo a previsibilidade das próprias ações de descarbonização do país e custando ao Brasil parte do protagonismo internacional que ocupava em energia limpa e descarbonização.

Diagnóstico Governo Lula 3

A reconstrução foi na direção oposta: manter o controle público sobre a renda energética e usá-la para reduzir emissões sem abrir mão de segurança de abastecimento.

Petrobras e segurança de abastecimento: o governo manteve petróleo e gás como base de segurança energética, avançando exploração e produção com redução de emissões de gases de efeito estufa. A Petrobras retomou investimentos e voltou a bater recordes de produção. A nova política de preços da companhia reduziu a volatilidade dos preços de diesel, gasolina e GLP, papel especialmente importante para segurar preços durante o período da Guerra.

Biocombustíveis: o mandato de mistura obrigatória avançou, de 27% para 30% de etanol na gasolina (E30) e de 10% para 15% de biodiesel no diesel (B15), fortalecendo a demanda por biocombustíveis e tornando o Brasil referência na descarbonização dos transportes.

Modernização da rede e renováveis: o governo estruturou uma agenda para fortalecer o papel do gás natural e do biometano na transição energética e avançou na modernização do setor elétrico, conciliando expansão da infraestrutura, segurança energética, competitividade e modicidade tarifária, com forte expansão das fontes solar e eólica na geração elétrica.

Combate à pobreza energética: o Luz do Povo já alcança 60 milhões de pessoas, o Luz para Todos chega a 3,8 milhões de famílias (17,8 milhões de pessoas) e o Gás do Povo atende 15 milhões de famílias (50 milhões de pessoas). A Política Nacional de Transição Energética (PNTE) foi criada para orientar a transformação da matriz energética rumo a uma estrutura que combine oferta estável, redução de emissões e desenvolvimento socioambiental.

Reconstruímos o controle público sobre a energia, ampliamos o acesso a ela e reduzimos a volatilidade que mais pesa no bolso das famílias. Mas o mesmo El Niño que ameaça a Amazônia também pressiona os reservatórios das hidrelétricas e testa a resiliência do sistema elétrico. Garantir segurança energética sob um clima cada vez mais instável exige ir além do que já foi feito. É isso que as propostas a seguir organizam.

8.6.2. Governança e transição energética

A transição energética depende de decisões coordenadas: quem governa o setor, como a matriz se expande, como a rede elétrica se moderniza e qual o papel do petróleo, do gás e da energia nuclear nesse caminho. As propostas abaixo organizam essas frentes para reduzir emissões sem abrir mão de segurança energética nem de controle público sobre o setor.

Governança integrada do setor energético

O Brasil possui um espaço formal de diálogo para a transição energética, o Fórum Nacional de Transição

Energética, mas seu peso nas decisões que definem o rumo do setor precisa ser fortalecido. Enquanto isso, política de energia elétrica, petróleo, gás, biocombustíveis e hidrogênio verde continuam sendo tratados como agendas separadas, cada uma respondendo aos seus próprios interesses setoriais, sem um comando estratégico único capaz de olhar para o sistema como um todo. Essa fragmentação também deixa a economia mais vulnerável a choques externos, já que preços internacionais de petróleo e gás afetam diretamente a inflação e o custo de vida da população. Fortalecer essa governança significa dar peso de fato às instâncias que já existem no papel e ampliar a participação social nelas, reduzindo o espaço para que interesses privados capturem a política energética.

Diretrizes:

Fortalecer a governança integrada, coordenando políticas de energia elétrica, petróleo, gás, biocombustíveis e hidrogênio verde em torno de estratégia nacional coerente de longo prazo alinhada às metas climáticas.

Fortalecer o Fórum Nacional de Transição Energética (FONTE).

Ampliar participação popular no CNPE e planejamento energético, incorporando representações sindicais dos trabalhadores dos setores elétrico, de óleo e gás, de carvão e de fontes renováveis.

Criar governança pública no âmbito da Presidência, integrando políticas industriais, tecnológicas, transformação ecológica e transição energética.

Instituir Política de Estado de Conteúdo Local para o Setor Energético como marco legal estruturante.

Criar Comitê de Gestão Estratégica da Renda Petroleira de composição tripartite permanente.

Criar Fundo Estabiliza Brasil para mitigar volatilidades de preços internacionais e implementar reservas estratégicas de derivados e biocombustíveis, financiado pela captura de rendas extraordinárias da cadeia de valor do óleo e gás.

Fortalecer o papel do gás natural e do biometano como fontes complementares às energias renováveis, ampliando a segurança energética, a flexibilidade do sistema elétrico e a competitividade da economia brasileira.

8.6.3. Matriz energética e renováveis

A matriz elétrica brasileira é predominantemente renovável, e a expansão recente de solar e eólica reforçou essa vantagem, mas isso não torna a transição automática nem livre de riscos. Abandonar o carvão é consenso, mas expandir a geração hidrelétrica sem critérios rígidos pode repetir erros do passado, deslocando populações e destruindo ecossistemas em nome de uma fon-

te que o país domina. Há também uma dimensão social que não pode ficar de fora da conta: trabalhadores de setores intensivos em carbono precisam de um caminho concreto de reconversão profissional, e não apenas de um cronograma de desligamento. O desafio é crescer em energia limpa sem transferir o custo ambiental e social para quem tem menos poder de decisão.

Diretrizes:

Expandir a geração renovável e reduzir a dependência do carvão, sem abrir mão de critérios socioambientais rígidos na expansão hidrelétrica.

Incrementar participação de fontes renováveis, investir em armazenamento e flexibilidade do sistema elétrico, e promover substituição progressiva de combustíveis fósseis por biocombustíveis e combustíveis de baixa intensidade de carbono.

Acelerar a redução da produção de carvão para eletricidade nesta década; até 2050, o carvão deve ser totalmente descartado da matriz elétrica e do uso industrial, com plano de descomissionamento que incorpore o reaproveitamento dos trabalhadores em outras atividades.

Expandir a geração hidrelétrica por critérios socioambientais, de segurança energética e flexibilidade do sistema à integração das renováveis, priorizando a modernização, a repotenciação e o aumento da eficiência do parque hidrelétrico existente, bem como o desenvolvimento de soluções inovadoras, como sistemas fotovoltaicos em espelhos d'água e usinas hidrelétricas reversíveis.

As pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deverão ser implantadas em bacias com comprovada capacidade de suporte, mediante avaliação integrada de seus impactos cumulativos.

Controlar de forma rigorosa os impactos ambientais de grandes hidroelétricas, restringindo empreendimentos de médio porte a localidades de maior resiliência socioambiental com as devidas salvaguardas.

8.6.4. Sistema elétrico e redes inteligentes

O mesmo El Niño que ameaça a Amazônia também pressiona os reservatórios das hidrelétricas brasileiras, testando a resiliência do nosso sistema elétrico. Secas mais longas, chuvas mais concentradas e uma demanda crescente de setores como data centers e inteligência artificial mudam as regras do jogo. Modernizar a rede virou uma questão de sobrevivência do próprio sistema, não só de tecnologia. Essa modernização precisa vir acompanhada de regras claras de mercado, para que a abertura do setor elétrico não concentre poder nas mãos de poucos agentes nem penalize o consumidor final com tarifas mais altas. O equilíbrio está em preparar a in-

fraestrutura para o futuro sem perder o controle sobre preço, acesso e justiça socioambiental.

Diretrizes:

A promoção da resiliência do sistema energético frente às mudanças climáticas constitui prioridade estratégica, exigindo a incorporação de riscos climáticos como variável obrigatória no planejamento; para isso, é necessário acelerar a diversificação da matriz energética, investir em armazenamento e atualizar os modelos hidrológicos do Operador Nacional do Sistema (ONS) com projeções climáticas, ao mesmo tempo em que se protegem tarifariamente consumidores vulneráveis em períodos de crise hídrica.

Implantar redes elétricas inteligentes (smart grids) e expandir a infraestrutura de transmissão em corrente contínua e alternada de alta e ultra-alta tensão, conectando grandes centros de geração às regiões consumidoras conforme necessidade técnica e econômica.

Ampliar a flexibilidade do sistema elétrico por meio de mecanismos competitivos para contratação de armazenamento e serviços de flexibilidade, além de mecanismos de resposta da demanda como recurso sistêmico — assegurando a participação de consumidores livres e regulados, agregadores, sistemas de armazenamento, geração distribuída e demais recursos energéticos distribuídos, com regras claras para remuneração, medição, verificação e liquidação.

Incrementar o Programa de Eficiência Energética com foco em modernização de processos produtivos, adoção de tecnologias eficientes, gestão inteligente da demanda industrial, cogeração e recuperação de calor residual.

Exigir salvaguardas socioambientais obrigatórias na expansão de data centers e infraestruturas de inteligência artificial: eficiência energética, utilização progressiva de fontes 100% renováveis e avaliação de impactos sobre o sistema elétrico e populações locais.

Planejar a expansão considerando atributos das fontes, custos sistêmicos, flexibilidade operativa e segurança do suprimento, expandindo a transmissão de forma coordenada e integrada com o planejamento da geração e com o desenvolvimento regional, incentivando o aumento da demanda industrial em outras regiões para reduzir restrições operativas e aumentar o aproveitamento dos recursos renováveis.

Na geração de energia: realizar planejamento integrado que considere demanda futura e incentivos à competição em leilões, garantindo atratividade para novos agentes e preços reduzidos; promover a eliminação gradual de subsídios cruzados, especialmente no uso das redes

por fontes incentivadas e geração distribuída, com transição justa para consumidores; criar mecanismos de resposta da demanda, incentivando consumidores livres e de GD a ajustar consumo em horários críticos; estimular projetos de usinas reversíveis e armazenamento em baterias para complementar fontes intermitentes.

Na transmissão de energia: revisar periodicamente os critérios de expansão para alinhar investimentos às necessidades do sistema; promover a otimização dos investimentos conciliando modicidade tarifária, segurança do suprimento e redução das restrições operativas, priorizando a absorção das renováveis; priorizar contratação de baterias para fornecimento de serviços ancilares; criar política de incentivos fiscais e regulatórios para instalação de eletrointensivos como data centers, fábricas de baterias e veículos elétricos em regiões com excedente de energia renovável.

Na comercialização e operação: redefinir o papel das UHEs como fornecedoras de energia e potência, valorizando sua flexibilidade; integrar novas fontes com recursos tradicionais, usinas reversíveis e baterias para reduzir curtailment e perdas; garantir que a abertura total do mercado até 2028 ocorra com regras claras, evitando concentração de mercado e assegurando proteção ao consumidor.

Na distribuição de energia: criar um agente regulado para atender consumidores que não migrem ao mercado livre, garantindo fornecimento seguro e tarifas justas; desenvolver um modelo de definição de tarifas que assegure sustentabilidade financeira das distribuidoras e tarifas mais baixas; dividir entre atividade de fio (infraestrutura) e comercialização, aumentando transparência e eficiência.

Promover a modernização da estrutura tarifária do setor elétrico, racionalizando subsídios e encargos, aperfeiçoando a alocação de custos e garantindo transparência, justiça tarifária e modicidade para consumidores residenciais, comércio, indústria e serviços, preservando a sustentabilidade econômico-financeira do setor.

8.6.5. Biocombustíveis e mobilidade

O Brasil ampliou o mandato de mistura obrigatória de etanol na gasolina de 27% para 30%, e de biodiesel no diesel de 10% para 15%, consolidando uma vantagem que poucos países têm: uma indústria de biocombustíveis madura, capaz de descarbonizar o transporte enquanto a frota elétrica ainda demora anos para se popularizar. O risco é deixar essa transição concentrada nos grandes centros urbanos e nas frotas corporativas, esquecendo microempreendedores do transporte e o transporte de carga rodoviária, que dependem

de crédito acessível para trocar de veículo. Também é preciso pensar além do carro, porque navegação marítima, aviação e transporte público coletivo têm rotas próprias de descarbonização que exigem políticas específicas. A lógica é avançar em todas as frentes ao mesmo tempo, sem deixar nenhum modal ou nenhum trabalhador para trás.

Diretrizes

Fortalecer a participação da Petrobras em biocombustíveis de forma integrada à Petrobras Biocombustíveis (Pbio).

Acelerar integração de unidades de coprocessamento de óleos vegetais ao parque de refino.

Aprimorar a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), incorporando diretrizes para desenvolvimento de 2ª e 3ª geração.

Implementar políticas de descarbonização da navegação marítima com proteção aos direitos das comunidades pesqueiras.

Adequar regulação do programa MOVER com metas diferenciadas entre veículos leves e pesados, priorizando IPI Verde e créditos de PD&I.

Ampliar linhas de crédito de baixo custo para substituição de frotas por veículos elétricos, biocombustíveis ou soluções híbridas para microempreendedores do transporte e frotas de carga rodoviária.

Incentivar participação da iniciativa privada na construção e operação de infraestrutura de carregamento de veículos elétricos.

Ampliar e modernizar o transporte público coletivo com eletrificação de frotas de ônibus e expansão de trens e metrô sob administração pública.

Promover a expansão dos combustíveis sustentáveis (SAF, biometano e combustíveis marítimos).

8.6.6. Petróleo, gás e transição energética

A Petrobras retomou investimentos e voltou a bater recordes de produção nos últimos anos, e sua nova política de preços reduziu a volatilidade do diesel, da gasolina e do GLP, um alívio real para quem sente o preço do combustível no orçamento doméstico. Há uma tensão em usar a renda do petróleo para financiar a saída do petróleo. A aposta é aproveitar o que resta da janela de exploração para construir a capacidade fiscal e industrial que vai sustentar a transição depois que essa renda começar a cair, com disciplina para não tratar a exploração como um fim em si mesma. Isso exige cronograma claro de redução progressiva dos combustíveis fósseis na indústria e recuperação do papel do Estado na definição do ritmo de exploração, hoje distribuída por um mercado que responde só à lógica do lucro imediato.

Diretrizes:

Explorar novas reservas, como da Margem Equatorial, com cuidados socioambientais e visão estratégica, maximizando aproveitamento durante a transição e respeitando princípios de consulta prévia.

Promover o descomissionamento de campos maduros ou marginais sem terceirizar responsabilidade.

Reorientar estratégia da Petrobras para transição energética, alinhando ao Acordo de Paris e à NDC brasileira, com investimentos em fontes de baixo carbono e redução efetiva de emissões operacionais.

Estabelecer cronograma de redução progressiva de combustíveis fósseis na indústria, com metas diferenciadas por subsetor e substituição planejada por hidrogênio de baixo carbono, biomassa e eletricidade.

Instituir tributação sobre exportação de petróleo cru, a partir de um determinado preço internacional elevado, de caráter regulatório e arrecadatório, destinando receitas a investimentos em resiliência econômica, segurança energética, adaptação climática e transição energética justa.

Readequar marco legal do REPETRO às necessidades de descarbonização.

Ajustar o modelo de Oferta Permanente de blocos exploratórios da ANP, restabelecendo coordenação estatal sobre ritmo e seleção de áreas.

Expandir abrangência legal do Regime de Partilha de Produção para novas áreas exploratórias estratégicas.

Ampliar capacidade nacional de refino por construção de novas unidades ou modernização das existentes.

Criar Programa Nacional de Abastecimento de Diesel (Programa +Diesel).

Criar Programa Combustível Sem Segredo, com mecanismo de transparência ao consumidor.

Implementar, com ajustes, a Lei nº 14.134/2021 (Novo Mercado do Gás) e o Programa Gas Release.

Promover o abrasileiramento dos preços do gás natural, baseado em condições domésticas de produção.

Ampliar a infraestrutura nacional de escoamento, transporte e distribuição de gás natural.

Fortalecer o papel do gás natural como combustível de transição, promovendo a integração entre gás natural e biometano, estimulando sua inserção nas redes de transporte e distribuição e ampliando a oferta de combustíveis de menor intensidade de carbono.

8.6.7. Petrobras, energia nuclear e soberania

A energia nuclear ocupa um espaço estratégico na matriz elétrica brasileira que precisa de mais clareza,

com Angra 3 em construção desde 1984 e um debate que se beneficia de critérios técnicos e transparentes sobre custo, segurança e necessidade real do sistema. A Petrobras tem o mesmo tipo de desafio pela frente: fortalecer sua governança corporativa e proteger ativos críticos, como refinarias, para que a estatal continue sendo instrumento de soberania energética, com previsibilidade suficiente para planejar além de um único ciclo de governo. Soberania energética, aqui, significa justamente isso, ter o direito de decidir com base em interesse público e critério técnico.

Diretrizes:

Petrobras: reformar sistema de governança corporativa, assegurando a prevalência do interesse público;

Criar marco legal vedando constituição de subsidiárias para deter refinarias e ativos de infraestrutura crítica;

Ampliar investimentos em exploração onshore e offshore, recuperar participação no controle de reservas nacionais e expandir investimentos em revitalização de campos maduros;

Priorizar uso de plataformas próprias e conteúdo local;

Retornar a Petrobras ao segmento de distribuição de combustíveis, expandir sua capacidade de refino e ampliar a atuação da Transpetro para logística de GNL.

Energia nuclear: preservar e fortalecer a competência nuclear brasileira como política de Estado, com uso exclusivamente pacífico, valorizando sua base científica, tecnológica e industrial e suas aplicações em energia, saúde, pesquisa, indústria e segurança radiológica;

Avançar na autonomia do ciclo do combustível nuclear e aproveitar de forma responsável as reservas nacionais de urânio, sempre condicionado à viabilidade técnica, econômica, ambiental e social

Atualizar os estudos e submeter ao CNPE decisão sobre Angra 3, com transparência, responsabilidade econômica e compromisso com o interesse público;

Fortalecer a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, com capacidade técnica e autonomia operacional;

Assegurar solução segura e de longo prazo para rejeitos radioativos, com transparência e monitoramento permanente;

Acompanhar o desenvolvimento dos SMRs e preparar a regulação brasileira, sem assumir compromissos prematuros;

Avaliar a energia nuclear como fonte complementar na matriz elétrica, especialmente por sua capacidade de geração firme e de baixa emissão de carbono.

8.6.8. Conta de luz que cabe no bolso

A transição energética só é justa se trabalhadores e comunidades afetadas por ela tiverem para onde ir, e se o custo da energia não pesar mais sobre quem já paga mais caro por ela.

8.6.9. Transição justa para trabalhadores e comunidades

Toda transição energética produz perdedores se não for desenhada para evitar isso: trabalhadores de setores intensivos em carbono, comunidades que dependem economicamente dessas cadeias produtivas, regiões inteiras cuja economia local gira em torno de uma única atividade. Anunciar o fim de uma fonte de energia sem construir, ao mesmo tempo, o caminho de requalificação e renda para quem depende dela é transferir o custo da mudança para quem tem menos condições de absorvê-lo. Isso vale também para comunidades vizinhas a novos empreendimentos de energia renovável, que muitas vezes sofrem impactos locais sem receber nenhum benefício direto do avanço da transição. Justiça, nesse sentido, significa que ninguém pode ser convocado a pagar sozinho o preço de uma mudança que beneficia o país inteiro.

Diretrizes:

Promover transição energética justa e inclusiva, garantindo que trabalhadores, comunidades e regiões dependentes de cadeias produtivas intensivas em carbono participem das novas oportunidades econômicas.

Instituir Política Nacional de Transição Justa com Plano Nacional com metas por setor e região, incluindo programas permanentes de qualificação profissional em setores de baixo carbono, critérios de emprego decente nos financiamentos de bancos públicos, proteção de povos originários e protocolos de preservação de empregos frente a eventos climáticos extremos, com renda mínima emergencial equivalente a um salário-mínimo e linhas de crédito especiais para trabalhadores informais, MEIs e microempresas atingidas.

Regular mais rigidamente a coibição de impactos negativos sobre as comunidades locais da implantação de parques eólicos e solares.

8.6.10. Superar a pobreza energética

Programas como o Luz do Povo alcançam 60 milhões de pessoas, o Luz para Todos chega a 3,8 milhões de famílias e o Gás do Povo atende 15 milhões de famílias, uma escala de acesso que mostra o tamanho do problema que ainda existe. Pobreza energética também significa pagar, mesmo quando conectado, proporcionalmente mais caro por uma energia de pior qualidade, a realidade de quem vive na periferia, em terra indígena, quilombola ou comunidade tradicional. Resolver isso exige reconhecer que existe uma dívida histórica com territórios que seguem fora do alcance das redes

convencionais de distribuição e não apenas ampliar o número de beneficiários dos programas existentes. A resposta passa por construir autonomia energética real, com geração própria e comunitária.

Diretrizes:

Instituir uma política nacional de combate à pobreza energética, integrando ações de acesso universal, modicidade tarifária, eficiência energética, geração distribuída de interesse social, acesso a combustíveis para cocção e melhoria da qualidade dos serviços energéticos.

Isentar ou reduzir tributos sobre painéis solares a residências de consumidores vulneráveis, ampliando acesso à geração distribuída de interesse social.

Aprimorar dimensionamento de eletricidade fornecida por programas como Luz Para Todos.

Promover soberania energética comunitária de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, apoiando soluções de maior eficiência energética, bem como a instalação de sistemas de geração descentralizada de energia renovável de pequeno porte (solar fotovoltaica, mini-hídrica, biogás) de propriedade e gestão comunitária.

Avançar na regulamentação da Renda Básica Energética (PL nº 624/2023).

Garantir segurança energética nas periferias urbanas com investimento em Geração Distribuída de Interesse Social (GDIS) por meio do Programa Luz para Todos.

Reformar a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), transferindo progressivamente 50% dos encargos para o Orçamento Geral da União em transição de 10% ao ano.

Garantir que expansão de energia eólica e solar não prejudique comunidades tradicionais, com consulta prévia obrigatória e respeito às decisões.

8.7 - Transição energética sem deixar ninguém pra trás

Reduzir emissões na indústria e financiar a transição exige mudar a estrutura de incentivos da economia: taxar o que polui mais, apoiar quem inova e transformar a renda do petróleo em investimento de longo prazo.

8.7.1. Indústria e energia limpa

Energia limpa deixou de ser um custo extra para a indústria e passou a

ser um fator de competitividade internacional, porque países e blocos econômicos cobram, nas fronteiras, o conteúdo de carbono dos produtos que compram. Se o Brasil não condicionar seus grandes investimentos e financiamentos públicos a metas reais de baixo carbono, corre o risco de continuar competindo com uma indústria mais suja e, por isso, menos competitiva lá fora. Isso também é uma oportunidade geopolítica, uma vez que a energia limpa brasileira pode se tornar um ativo de cooperação regional, não só um insumo interno.

Diretrizes:

Promover o acesso da indústria brasileira a energia segura, competitiva e de baixa emissão como fator de aumento da produtividade, agregação de valor e inserção internacional.

Ampliar a atuação da Petrobras na América Latina através de parcerias com empresas petroleiras estatais para autonomia energética regional e integração produtiva sustentável.

Articular regulamentação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) com objetivos da Nova Indústria Brasil.

Aperfeiçoar o Plano Nova Indústria Brasil (NIB), incorporando metas progressivas, setoriais e factíveis para adoção de fontes renováveis nos processos industriais, considerando competitividade, empregos verdes, disponibilidade de energia limpa, salvaguardas ambientais e transição justa para os trabalhadores.

Vincular grandes projetos de infraestrutura ao modal ferroviário e aos objetivos da NIB, condicionando aprovação à incorporação de avaliações de risco climático e critérios de mitigação de emissões, com compensações ambientais direcionadas ao financiamento de programas de transição energética.

8.7.2. Ciência, tecnologia e minerais críticos

O Brasil tem os minerais críticos que o mundo precisa para a transição energética, mas ter a matéria-prima não garante nada se o país continuar exportando minério bruto e importando as baterias e os componentes de hidrogênio prontos. A disputa real está na cadeia de valor, onde quem processa, quem industrializa e quem detém a tecnologia captura a maior parte do ganho econômico, não quem extrai. Isso exige investimento público em ciência e tecnologia e uma postura mais assertiva na negociação de concessões, condicionando o acesso aos minerais à industrialização em território nacional. Sem essa virada, o Brasil corre o risco de repetir, na transição energética, o mesmo papel que ocupou historicamente nos ciclos de commodities.

Diretrizes:

Ampliar estruturalmente recursos

federais de Ciência, Tecnologia e Inovação para desenvolvimento de tecnologias de baixo impacto ambiental e monitoramento socioambiental sistemático.

Fortalecer Regime Especial de Incentivos para Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro), condicionando benefícios a metas de conteúdo local, aquisição de bens e serviços nacionais, investimentos mínimos em PD&I, transferência de tecnologia e formação de mão de obra.

Gerir estrategicamente minerais críticos, desenvolvendo cadeias industriais, mapeando reservas nacionais e condicionando concessões à industrialização local e economia circular.

Garantir implementação de sistema de políticas públicas para indústria nacional de baterias, com metas de conteúdo local, transferência tecnológica, exigência mínima de dispêndio em PD&I, reciclagem e logística reversa.

Eliminar o uso de mercúrio nas atividades de mineração artesanal e de pequena escala, priorizando comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas afetadas.

8.7.3. Instrumentos econômicos para a transição

Financiar a transição energética não exige necessariamente criar impostos novos. Exige, antes de tudo, parar de subsidiar quem mais polui e redirecionar esse dinheiro para quem está construindo a economia de baixo carbono. Hoje, boa parte do sistema tributário e dos subsídios públicos ainda favorece combustíveis fósseis e o consumo de luxo de alto impacto climático, uma inversão de prioridades que precisa ser corrigida. O princípio que deveria orientar essa reforma, aplicado em outros países, é que quem mais contribui para a crise climática deve arcar com uma parte maior do custo de resolvê-la.

Diretrizes:

Estimular a indústria verde como vetor de desenvolvimento econômico e geração de empregos qualificados.

Utilizar imposto seletivo como instrumento de incentivo à economia de baixo carbono, calibrado conforme impacto ambiental dos produtos.

Criar mecanismos tributários sobre bens de consumo de luxo com alto impacto climático (jatos privados, iates, voos em primeira classe, supercarros).

Eliminar subsídios governamentais à produção e consumo de combustíveis fósseis, direcionando recursos à transição energética justa, exceto como medidas emergenciais durante períodos de alta substancial dos preços internacionais.

Avançar na Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) com critérios transparentes e cientificamente fundamentados.

Estabelecer critérios rigorosos de adicionalidade, permanência e transparência para mercados voluntários de créditos de carbono.

Instituir imposto sobre lucros extraordinários de empresas de combustíveis fósseis.

Exigir compromissos de descarbonização de grandes empresas emissoras com contrapartidas sociais mensuráveis.

Criar o Fundo Soberano de Transição Energética Justa, financiado pela destinação de fração da renda petroleira.

Reorientar receitas não vinculadas do Fundo Social do Pré-sal a metas de transição energética justa.

8.7.4. Bioenergia e biocombustíveis

O Brasil é referência mundial em biocombustíveis de primeira geração, tendo ampliado recentemente o mandato de etanol e biodiesel na matriz de combustíveis, mas essa vantagem não é permanente. Outros países estão investindo pesado em combustíveis sintéticos e biocombustíveis avançados que podem tornar a tecnologia brasileira atual obsoleta em poucas décadas. Manter a liderança exige investimento contínuo em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, tratando a bioenergia como um campo permanente de inovação, e não como um capítulo resolvido da matriz energética. Essa frente também gera empregos qualificados e agrega valor a uma cadeia produtiva que o Brasil domina, em vez de deixar essa próxima geração de tecnologia ser desenvolvida e patenteada em outros países.

Diretrizes:

Incorporar as cadeias produtivas da bioenergia e dos biocombustíveis entre os eixos estratégicos da transformação produtiva nacional, estimulando inovação, industrialização, agregação de valor e geração de empregos qualificados.

Fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em combustíveis sintéticos e em biocombustíveis avançados, ampliando a competitividade das cadeias produtivas nacionais.

8.8 - Florestas em pé com quem sempre cuidou da terra

8.8.1. Da fiscalização desmontada à floresta em recuperação

Diagnóstico: Governo Bolsonaro

O governo Bolsonaro tratou a fiscalização ambiental como obstáculo a ser removido e o resultado apareceu rápido. A Amazônia e o Cerrado atingiram picos de destruição, com alta de 60% do desmatamento na Amazônia, a maior variação percentual em um mandato presidencial desde 1988. Por trás do número estava um desmonte deliberado da governança socioambiental. O IBAMA teve seus fiscais reduzidos de 1.800, em 2008, para apenas 700, em 2022; a criação de Unidades de Conservação foi paralisada e apenas 0,4% do Cadastro Ambiental Rural chegou a ser validado, comprometendo a própria aplicação do Código Florestal.

O dinheiro também sumiu. Dos R$ 4,6 trilhões previstos no orçamento de 2022, menos de R$ 3 bilhões foram de fato usados em políticas do Ministério do Meio Ambiente. Comunidades e povos tradicionais foram perseguidos ou esquecidos, apesar de sua importância comprovada para a proteção da biodiversidade e para a atração de financiamentos internacionais. As consequências recaíram sobre a população, sobre as barreiras comerciais internacionais impostas ao Brasil, sobre a restrição de crédito ao país e sobre sua credibilidade no mundo. O Brasil perdeu protagonismo internacional nas agendas de clima, florestas, biodiversidade, povos indígenas, água, Amazônia e oceano, uma lista que resume o tamanho do recuo.

8.8.2. Diagnóstico Governo Lula 3

Lula assumiu o compromisso de reverter essa demolição e agiu em várias frentes ao mesmo tempo, recompondo o Estado, contendo o desmatamento, criando financiamento novo e reposicionando o Brasil no debate internacional.

Reconstrução institucional: o orçamento do MMA cresceu 120%, de R$ 865 milhões para R$ 1,9 bilhão. O ministério recompôs sua força de trabalho com concursos públicos e nomeação de centenas de servidores entre 2025 e 2026, e realizou a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente.

Resultados na floresta: desde 2022, o desmatamento caiu 40% na Amazônia e 34,2% no Cerrado. A área queimada recuou 39,5% em 2025, com a contratação de 4.385 brigadistas. 3,4 milhões de hectares entraram em processo de restauração, e 16 novas Unidades de Conservação federais foram criadas, somando 1,6 milhão de hectares.

Novos instrumentos de financiamento: o Fundo Clima, o Eco Invest, o Fundo Amazônia e o TFFF juntos somam mais de R$ 170 bilhões para a transformação ecológica.

Políticas estruturantes: o Plano Clima 2024–2035 foi aprovado, com 8 planos setoriais de mitigação e 16 de adaptação, e a NDC Brasil 2035 foi fortalecida. Foram lançados a Estratégia Nacional de Bioeconomia, o Programa Nacional de Sociobioeconomia (Prospera Sociobio) e o PlanPCT, para valorizar povos tradicionais, além da retomada do combate à desertificação com o Programa RECAATINGAR e o 2º Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação.

Resultados na arena internacional: a COP30 trouxe resultados concretos, com o lançamento do Balanço Ético Global e compromisso de 128 lideranças de 49 países, o Roteiro Baku-Belém para financiamento climático de US$ 1,3 trilhão e o Mapa do Caminho para transição energética justa e fim do desmatamento até 2035.

Reconstruímos a capacidade do Estado de proteger o meio ambiente e reduzimos o desmatamento de forma consistente. Mas fizemos isso sem ainda ter zerado o desmatamento, meta que segue para 2030, e o Brasil vai atravessar o próximo pico de El Niño, entre o fim de 2026 e o início de 2027, com uma Amazônia e um Cerrado ainda em processo de recuperação.

8.8.3. Meio Ambiente e Clima

A crise climática exige metas concretas de desmatamento zero, financiamento estável para adaptação e fiscalização ambiental que realmente funcione. As propostas abaixo cobrem do compromisso internacional à ação local.

Desmatamento zero e compromissos climáticos internacionais

A COP30 trouxe resultados concretos para o Brasil, com o lançamento do Balanço Ético Global, o compromisso de 128 lideranças de 49 países e o Roteiro Baku-Belém, que mobiliza US$ 1,3 trilhão para financiamento climático. Mas ter reduzido o desmatamento em 40% na Amazônia e 34,2% no Cerrado desde 2022 não é o mesmo que ter zerado o desmatamento, meta que segue para 2030 num país que ainda vai atravessar um novo pico de El Niño com os biomas parcialmente recuperados. Compromissos internacionais só têm peso se vierem acompanhados de instrumentos internos capazes de verificá-los e de sustentá-los mesmo sob pressão econômica.

Diretrizes:

Engajar-se ativamente na construção de mapa do caminho para eliminação global do desmatamento, articulando instrumentos nacionais com compromissos internacionais.

Revisar e fortalecer NDC, aprovando PEC do Clima.

Criar um Fundo de Adaptação Climática com recursos públicos e privados.

Defender a criação do Mecanismo de Belém-Antalya (BAM) na COP31 como instrumento de coordenação internacional.

Acompanhar e participar do debate internacional sobre a construção de um mapa do caminho para longe dos combustíveis fósseis, preservando soberania energética, responsabilidade ambiental e social e previsibilidade regulatória.

Reconhecer o legado da Cúpula da Amazônia e a Declaração de Belém como pilares de estratégia regional de clima.

Posicionar o Brasil como liderança na Década da Ciência Oceânica da ONU e na implementação dos compromissos da CDB (30x30 marinho) e do Acordo de Paris para ecossistemas costeiros.

Comprometer-se com a eliminação do desmatamento em todos os biomas até 2030, recuperando 30 milhões de hectares até 2035.

Implementar planos de controle e prevenção do desmatamento com coordenação interministerial e implementação plena do Plano Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

Defender a plena efetividade do Código Florestal e da Lei da Mata Atlântica.

Garantir destinação de 100% das terras públicas não destinadas a UCs, territórios indígenas ou assentamentos até 2035.

8.8.4. Conservação, biodiversidade e restauração

Nos últimos anos, 3,4 milhões de hectares entraram em processo de restauração e 16 novas Unidades de Conservação federais foram criadas, um avanço real que ainda não resolve a pergunta mais importante: quem se beneficia dessa recuperação. É preciso um critério de qualidade que valorize o protagonismo comunitário e os saberes tradicionais tanto quanto o resultado ecológico final, garantindo que a comunidade que mantém a floresta em pé seja também quem colhe os benefícios econômicos dessa proteção. Essa mesma lógica de reconhecimento vale para o mar e oceanos, que possuem importância crescente para o clima e a segurança alimentar.

Diretrizes:

Dinamizar o Fundo Amazônia e criar novos fundos para outros biomas, incluindo o Arco de Proteção do Pantanal (ARPAN).

Incentivar criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

Instituir uma Política Nacional de Valorização dos Parques Brasileiros, integrando conservação ambiental, turismo sustentável, desenvolvimento

regional e educação ambiental, com metas de visitação nos 75 parques nacionais.

Promover a qualificação da infraestrutura e dos serviços de visitação por meio de concessões, parcerias e investimentos, integrar os Parques Nacionais às principais rotas turísticas do país e fortalecer programas de educação ambiental, visitas escolares, voluntariado e valorização do patrimônio natural, ampliando a geração de emprego, renda e oportunidades para as comunidades do entorno.

8.8.5. Criar Zonas de Risco Ecológico e proibir atividades degradantes.

Desenvolver programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) voltados à biodiversidade.

Criar corredores ecológicos e passagens de fauna em áreas com infraestrutura viária.

Monitorar continuamente espécies ameaçadas com base em dados científicos e participação de universidades.

Reconhecer legalmente a restauração biocultural como estratégia de Estado, distinta e complementar à restauração florestal convencional, incorporando as dimensões cultural, epistêmica, territorial e econômica como critérios obrigatórios nos instrumentos de planejamento, avaliação e financiamento ambiental.

Adotar critérios qualitativos além da contagem de hectares recuperados ou toneladas de carbono sequestrado, para possibilitar canalizar recursos para novas fronteiras de valorização patrimonial beneficiando prioritariamente as comunidades que mantêm a floresta em pé. Os indicadores devem incluir: protagonismo comunitário, preservação e transmissão de saberes tradicionais, segurança alimentar, geração de renda nas cadeias da sociobiodiversidade e soberania territorial.

Articular a restauração biocultural como uma das dimensões da estratégia nacional de desenvolvimento amazônico, ao lado da bioeconomia da sociobiodiversidade, do trabalho digno, da economia solidária, da ciência e tecnologia territorializadas e da governança democrática, superando a fragmentação setorial entre meio ambiente, agricultura, cultura, saúde e educação.

Regulamentar e implementar integralmente a Lei do Mar (PL 2673/2025), instituindo uma Política Nacional para o Oceano com objetivos, metas e mecanismos permanentes de coordenação interministerial, incorporando o oceano como tema transversal nas políticas de clima, biodiversidade e segurança alimentar.

8.8.6. Caatinga e Semiárido

Tratar a Caatinga e o Semiárido como parte estratégica da política climática, com financiamento permanente

à altura dos outros biomas.

Diretrizes:

A política climática brasileira deve reconhecer a Caatinga como ativo estratégico para a adaptação às mudanças do clima e para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa. Além de sua extraordinária biodiversidade e de sua importância para milhões de brasileiros, a Caatinga possui elevada capacidade de retenção de carbono, especialmente em seus solos, desempenhando papel relevante na estabilidade climática, na proteção dos recursos hídricos e na resiliência dos ecossistemas do Semiárido.

O governo deverá estruturar mecanismos permanentes de financiamento climático para o Semiárido brasileiro, reconhecendo que adaptação climática, combate à desertificação e restauração ecológica constituem investimentos estratégicos para o desenvolvimento nacional.

8.8.7. Governança federativa da transição ecológica

Uma política climática nacional só funciona se tiver capacidade de chegar igual em todo o território, e essa é justamente a fragilidade da transição ecológica brasileira hoje, com municípios pequenos e estados de menor capacidade técnica ficando para trás enquanto grandes centros avançam sozinhos. Sem coordenação entre os três níveis federativos, cada território acaba reinventando suas próprias soluções, desperdiçando recursos e tempo que a urgência climática não permite perder. O desafio não é criar mais uma política de cima para baixo, mas construir arranjos que compartilhem capacidade técnica e financiamento sem sufocar a autonomia local.

Diretrizes:

Fortalecer arranjos regionais de planejamento e governança para a Transformação Ecológica, envolvendo União, estados, municípios, consórcios públicos, universidades, instituições financeiras e setor produtivo, para acelerar a implementação de políticas climáticas, compartilhar capacidades técnicas, estruturar projetos de escala regional e ampliar a eficiência dos investimentos públicos.

8.8.8. Fiscalização ambiental, licenciamento e segurança hídrica

Fortalecer a capacidade do Estado de fiscalizar, licenciar e proteger os recursos hídricos diante do avanço do desmatamento e da escassez de água.

Fortalecer embargos ambientais como instrumento essencial de fiscalização do desmatamento ilegal.

Estabelecer mecanismos obrigatórios de rastreabilidade e devida diligência nas cadeias produtivas.

Preservar procedimentos rigorosos de licenciamento ambiental para

grandes empreendimentos.

Reforçar expressivamente orçamento e estrutura do IBAMA, ICMBio e órgãos estaduais.

Intensificar a fiscalização de veículos a diesel e outros poluidores.

Expandir monitoramento satelital e uso de inteligência artificial no combate a crimes ambientais.

Implantar o Plano Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas.

Estabelecer moratória para uso intensivo de água em áreas de escassez crítica.

Incorporar segurança hídrica como componente estrutural da transição energética.

Priorizar restauração de nascentes, cabeceiras e áreas de recarga hídrica na Bacia do Alto Paraguai.

8.8.9. Adaptação climática, desastres e educação

A adaptação climática é uma pauta de longo prazo em teste imediato de capacidade de governo: eventos climáticos extremos vão se repetir e o país que não se prepara para conviver com eles paga o preço em vidas, moradias e produção agrícola perdidas a cada novo episódio. Essa preparação também é uma questão intergeracional, porque as crianças que estão na escola hoje vão passar a vida inteira lidando com um clima mais instável do que o que seus pais conheceram, dessa forma a educação climática é o que prepara essa geração para não ser pega de surpresa.

Diretrizes:

Ampliar o investimento em políticas de prevenção e redução de riscos de desastres.

Construir o Plano Nacional de Combate ao Calor Extremo.

Institucionalizar a adaptação climática como eixo permanente do planejamento público.

Assegurar continuidade e fortalecimento do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima.

Garantir que o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e os planos estaduais e municipais de enfrentamento a eventos extremos priorizem a proteção de crianças, adolescentes e gestantes em situação de vulnerabilidade.

Criar planos estaduais e municipais de enfrentamento ao calor extremo.

Fortalecer capacidade municipal de prevenção e resposta a eventos climáticos extremos.

Criar Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos, com direitos garantidos à saúde, educação, moradia e trabalho.

Garantir financiamento estável para órgãos de monitoramento climático (Cemaden, INPE, ANA, SGB, INMET, IBAMA).

Fortalecer políticas de enfrentamento aos impactos da mudança do clima sobre a saúde pública.

Ampliar políticas de proteção social, recuperação ambiental e reconstrução resiliente para comunidades afetadas por desastres climáticos.

Incluir Educação Ambiental e Mudanças Climáticas como disciplina curricular do ensino infantil ao ensino médio.

Fortalecer a resiliência climática da infraestrutura escolar brasileira, com soluções baseadas na natureza e planos de contingência a eventos climáticos extremos, como extensão da Educação Ambiental já prevista no currículo.

8.8.10. Implantar Núcleos de Educação para a Sustentabilidade nas redes públicas de ensino.

Criar Canal Público de Educação Climática e desenvolver campanhas massivas.

Aprovar Proposta de Emenda Constitucional do Direito da Natureza, reconhecendo ecossistemas como sujeitos de direito.

8.9 - Quem decide o futuro do clima

A transição energética só é legítima se quem mais sente seus impactos também decide seus rumos. As propostas abaixo buscam garantir lugar à mesa para povos indígenas, comunidades tradicionais e mulheres na governança da energia e do clima.

8.9.1. Povos indígenas e comunidades tradicionais

A legitimidade da transição energética depende de povos indígenas e comunidades tradicionais terem lugar na mesa de decisão desde o início do processo, principalmente porque são esses povos que historicamente mais protegeram a floresta e mais sentem os efeitos da crise climática. Isso significa fortalecer a Consulta Livre, Prévia e Informada como etapa real do planejamento de novos empreendimentos de energia, com atenção especial aos impactos que costumam ser irreversíveis. Prevenir o racismo ambiental também precisa entrar como critério nas escolhas de onde instalar infraestrutura e de como distribuir os benefícios da transição, reconhecendo o vínculo histórico desses povos com o território.

Diretrizes:

Garantir Consulta Livre, Prévia e Informada em todos os processos que afetem povos e comunidades tradicionais, com especial atenção aos empreendimentos de energia cujos impactos são frequentemente irreversíveis.

Incluir princípio do Bem Viver na or-

dem econômica, reconhecendo cosmovisões dos povos originários como fundamento de desenvolvimento sustentável e soberano.

Incorporar combate ao racismo ambiental como diretriz transversal da política energética, garantindo que populações mais expostas aos riscos sejam priorizadas tanto nas decisões de localização de infraestrutura quanto no acesso aos benefícios da transição energética justa.

Destinar recursos para pesquisas afirmativas em energia, mitigação e adaptação climática, promovendo envolvimento de pesquisadores negros, indígenas e de comunidades tradicionais e incorporando saberes tradicionais como referência para soluções de baixo carbono.

8.9.2. Gênero na transição energética

A transição energética se fortalece quando mulheres, principalmente indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, participam de verdade da governança do setor, pois são elas quem mais sentem, no dia a dia, em uma sociedade machista, o peso da pobreza energética. O objetivo é assegurar espaço real para mulheres nas instâncias de decisão da transição energética, da ponta até o nível federal.

Diretrizes:

Garantir acesso prioritário de mulheres, especialmente indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, a programas de energia limpa para cocção, combinando subsídios a fogões eficientes, sistemas de biogás e GLP acessível com iniciativas de formação técnica e apoio à autonomia econômica feminina.

Garantir proteção específica a mulheres e meninas em contextos de instalação de projetos de energia e reassentamento de populações afetadas, com diagnósticos e protocolos de gênero como condição de aprovação dos licenciamentos.

Assegurar metas de participação paritária de mulheres nas instâncias de governança do setor energético, incluindo CNPE, FONTE e conselhos de administração de empresas estatais, com indicadores desagregados por gênero e raça nos sistemas de monitoramento da transição energética.

9. Amazônia e nordeste na política nacional de desenvolvimento sustentável e solidário.

O Programa de Governo 2027–2030 representa uma inflexão relevante no debate sobre o desenvolvimento regional ao tratar o equilíbrio territorial como critério permanente de todas as políticas públicas, reconhecendo que o desenvolvimento nacional não se realiza pela soma dos crescimentos regionais, mas pela capacidade do Estado de corrigir ativamente as assimetrias que perpetuam a concentração de riqueza e de oportunidades em parcela do território nacional.

O programa reafirma a Política nacional de desenvolvimento regional (PNDR) como marco orientador, com os fundos constitucionais de financiamento — FNE (Nordeste), FNO (Norte) e FCO (Centro-Oeste) — como instrumentos centrais de sua operacionalização. Esses fundos devem articular financiamento produtivo, planejamento territorial e as capacidades econômicas locais, a partir de uma atuação integrada com as políticas de infraestrutura e inovação.

No âmbito da reforma tributária (EC nº 132/2023), foi criado o Fundo Na-

cional de Desenvolvimento Regional (FNDR), a ser regulamentado no próximo período. Seus recursos, disponíveis a partir de 2029, destinam-se a apoiar investimentos e políticas redutoras das desigualdades sociais e regionais, em substituição à predatória guerra tributária do ICMS. O objetivo estratégico é reter nos territórios o valor gerado por sua produção, por meio da industrialização, do emprego qualificado e da inovação local. Para isso, o fomento à inovação, as compras públicas e os programas de infraestrutura passarão a operar sob critério explícito de equilíbrio territorial, revertendo a concentração regional dos investimentos.

O terceiro governo Lula recolocou a Amazônia no centro da ação estatal: a retomada do Fundo Amazônia, a Cúpula da Amazônia de 2023, o fortalecimento da OTCA, a COP30 em Belém, o Plano Clima e o Plano de Transformação Ecológica configuraram uma reorientação estratégica sem precedentes. Em 2025, registrou-se o menor índice em 11 anos e o terceiro ano consecutivo de redução do desmatamento na Amazônia Legal. O amadurecimento dessa nova arquitetura institucional permitirá um novo ciclo de desenvolvimento, conectando inovação, financiamento climático, política externa e integração regional.

O programa para o quarto mandato rompe com a visão da Amazônia como periferia extrativa ou reserva passiva de recursos naturais. A região é posicionada como eixo estratégico do desenvolvimento nacional — formulação que implica um conjunto ativo de políticas, e não apenas instrumentos de preservação. O programa propõe expandir iniciativas que estimulem atividades industriais, farmacêuticas, alimentares e cosméticas derivadas da biodiversidade, ao mesmo tempo em que reforça a regularização fundiária como condição de segurança jurídica para produtores rurais, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Na seção “promover sustentabilidade ambiental e climática” propõe-se o reconhecimento legal da restauração biocultural, distinta e complementar à restauração florestal convencional, como instrumento de política socioambiental integrada, e não apenas como técnica ecológica.

Na segurança pública, está previsto o fortalecimento das Forças integradas de combate ao crime organizado (FICCOs) como política de Estado na Amazônia Legal, com patrulhamento fluvial e aéreo, monitoramento por satélite e inteligência artificial, e combate prioritário à mineração ilegal com investigação financeira obrigatória. A cooperação com os países da Organização do tratado de cooperação amazônica (OTCA) é apresentada como plataforma de ação conjunta em bioeco-

nomia, ciência e financiamento verde, articulando a agenda ambiental à de segurança nas fronteiras.

Na infraestrutura, a conclusão da Linha de transmissão Manaus-Boa Vista integrou Roraima ao Sistema Interligado Nacional, eliminando uma vulnerabilidade histórica do abastecimento elétrico da região. O Luz para Todos seguirá como política de combate à pobreza energética na Amazônia Legal, com fontes renováveis. Na saúde, o programa expande as maternidades, a ambulância perinatal e as enfermeiras obstétricas na região, enfrentando indicadores de mortalidade materna que ainda superam a média nacional.

O Nordeste ocupa posição relevante no programa de transição energética a partir de um dado estrutural: a região concentra hoje cerca de 70% da geração eólica e solar do país. Essa vantagem comparativa, consolidada ao longo de duas décadas de expansão das renováveis, cria condições inéditas para reorientar o perfil produtivo regional. O programa propõe transformar o Nordeste em polo de plantas industriais eletrointensivas — aquelas que demandam energia renovável, previsível e de custo competitivo para produzir com baixa emissão. Os setores identificados incluem siderurgia verde, fertilizantes, química, cimento, alumínio e hidrogênio de baixo carbono.

Essa estratégia tem potencial transformador porque aponta para a superação da especialização histórica em setores de baixo valor agregado. A industrialização eletrointensiva pode gerar emprego qualificado, dinamizar cadeias produtivas locais e posicionar o Nordeste nos mercados internacionais de produtos de baixo carbono — segmento que deve crescer significativamente com os mecanismos de ajuste de fronteira carbono adotados pela União Europeia.

Na segurança hídrica, o Novo PAC retomou investimentos de R$ 15 bilhões em obras complementares da transposição do Rio São Francisco, em 2.800 km de canais e adutoras, recuperação de 162 barragens e construção de 172,4 mil cisternas. O programa prevê a continuidade e expansão do Programa Cisternas em regiões com estresse hídrico. A Caatinga será incorporada como ativo estratégico para adaptação climática e mitigação de emissões, com financiamento permanente para o Semiárido — reconhecendo que adaptação, combate à desertificação e restauração ecológica são investimentos estratégicos para o desenvolvimento nacional.

O turismo foi identificado como pilar crescente da economia regional, com proposta de roteiros temáticos — gastronomia, arte, cultura e ecoturismo — capazes de dinamizar destinos em regiões de menor densidade econômica. O programa

reforça também a articulação entre polos de inovação, universidades e centros de pesquisa com prioridade para Norte e Nordeste. A neoindustrialização não é apenas setorial: é territorial. Depende da construção de capacidades locais de pesquisa e desenvolvimento para que o valor gerado nas novas indústrias permaneça nas regiões produtoras e não migre para centros tecnológicos já consolidados.

O Programa de Governo 2027–2030 apresenta uma concepção de desenvolvimento regional que vai além da redistribuição fiscal. Ao tratar o equilíbrio territorial como critério transversal, ao posicionar a Amazônia como eixo de desenvolvimento sustentável e ao apostar na vantagem energética do Nordeste como vetor de industrialização de baixo carbono, o programa sinaliza uma reorientação estrutural da política territorial brasileira. Os instrumentos propostos — FNDR, Fundos Constitucionais reformados, Fundo Amazônia, política industrial eletrointensiva, segurança hídrica no Semiárido — são potencialmente convergentes. O desafio do próximo ciclo será regulamentá-los, operacionalizá-los e integrá-los para reduzir as assimetrias regionais no Brasil.

No âmbito das diretrizes traçadas pelo Programa, este caderno apresenta contribuições ao debate de proposta para a Amazônia e para o Nordeste. Essas regiões apresentam os piores indicadores econômicos e sociais do país. O PIB per capita (IBGE-2023) é de R$36,67 mil no Norte e de R$27,68 mil no Nordeste, representando, respectivamente, apenas 54% e 41% do PIB do Sudeste. São as regiões que concentram proporcionalmente, os maiores contingentes de beneficiários do Bolsa Família, as menores taxas de emprego formais do Brasil, os piores índices de saneamento básico e, proporcionalmente, os maiores índices de favelização do país.

Ao mesmo tempo, as dimensões territoriais dessas regiões, somadas, representam cerca de 70% do território nacional. A floresta Amazônica atua como um dos maiores estabilizadores do clima do planeta e ambas as regiões se destacam pela cultura, biodiversidade e potencial energético renovável e podem liderar a transição brasileira para um novo modelo de desenvolvimento, mais justo, menos desigual e sustentável, em cenário desafiador criado pelas mudanças climáticas.

9.2 - Amazônia

A Amazônia é um território de vida, de conhecimento e de futuro — habitado por povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, agricultores familiares, trabalhadores urbanos, cientistas e gestores públicos que constroem, a partir de dentro, formas próprias de existência, saber e desenvolvimento. É dessa premissa que parte este documento que sistematiza diretrizes e propostas de um programa para a Amazônia no governo Lula IV - ciclo 2027–2030, estruturadas em treze diretrizes que contribuem para a construção de uma Amazônia soberana, justa e sustentável.

O fio condutor é o conceito ampliado de soberania territorial: não apenas a defesa de fronteiras, mas a capacidade pública de garantir que os amazônidas vivam com qualidade de vida, trabalho, educação, saúde, moradia, segurança e alegria. Soberania que se constrói com os povos da região, a partir do respeito às suas identidades plurais, etnoculturais e às suas relações ancestrais entre natureza e cultura. Soberania que enfrenta, ao mesmo tempo, o avanço do crime organizado, o colonialismo verde, a concentração fundiária, a invisibilidade epistemológica e as assimetrias federativas que, historicamente, colocaram a Amazônia a serviço de interesses externos.

A questão fundiária — reforma agrária, regularização, titulação coletiva e combate à grilagem — é o ponto de partida incontornável de qualquer projeto de soberania territorial para a região. A governança para a Amazônia exige, ao mesmo tempo, presença estatal permanente e democracia real. O Estado que chega de fora, de forma pontual e sem escuta, não produz soberania — produz dependência. A reconstrução dos or-

ganismos federais nos territórios, a territorialização da participação social, a reforma do modelo federativo de financiamento e o Pacto Amazônico de Governança Territorial são condições para que o poder público deixe de ser ausência e passe a ser parceiro das populações que guardam e transformam a floresta.

As políticas de saúde, educação e cultura não são acessórias ao desenvolvimento — são seu núcleo.AAmazônia concentra indicadoresde morbimortalidadeentreos maiscríticos do país, déficits educacionais históricos e expressões culturais que resistem à invisibilidade com que foram tratadas pelas políticas nacionais. SUS universal, escola de qualidade e cultura amazônica não cabem em modelos concebidos para outras realidades: exigem territorialização, reconhecimento da soberania epistemológica dos povos e comunidades tradicionais da região.

A Amazônia deve ser compreendida não como periferia extrativa, mas como eixo estratégico do desenvolvimento nacional — um lugar decisivo para o futuro do Brasil e do mundo. Os territórios regularizados, as cadeias da sociobiodiversidade, a inovação ecossistêmica, a diversidade cultural e a participação dos povos amazônicos são fundamentos de uma nação soberana — não passivos a administrar.

As diretrizes aqui sistematizadas emergem das vozes de quem vive, pesquisa, governa e resiste na Amazônia — e expressam a convicção de que governar a região exige marcos jurídicos, estruturas orçamentárias e desenhos institucionais construídos a partir dela, com ela e para ela. São propostas comprometidas com o princípio enunciado por este Seminário: proteger a Amazônia exige que seus povos vivam nela com dignidade.

9.2.1. Política de Governança Democrática com e para a Amazônia

Instituir um Pacto Amazônico de Governança Territorial — instância interfederativa com participação decisória de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, periferias urbanas, ciência local e gestores públicos. O Pacto deve funcionar como articulador das demais estruturas de coordenação federativa como a SUDAM, o Consórcio da Amazônia Legal, e as instâncias interministeriais setoriais -, com competências claramente delimitadas para evitar sobreposição de mandatos. Paralelamente, propõe-se a convocação de uma conferência nacional de reforma do sistema político, o aperfeiçoamento das consultas prévias e audiências públicas, e a implementação de um orçamento participativo nacional.

A democracia na Amazônia exige que os beneficiários diretos dos investimentos — povos e comunidades tradicionais, agricultores familia-

res, moradores de periferias urbanas — tenham poder de voto, de veto e de proposta nos fóruns de decisão sobre políticas e programas na região, tanto em instâncias nacionais quanto internacionais. No plano nacional propõe-se uma reforma eleitoral que inclua lista partidária, paridade de gênero e proporcionalidade racial, reconhecendo que a sub-representação amazônica nos parlamentos é uma das causas estruturais da ausência de políticas adequadas à região.

9.2.2. Políticas de Provisão de Serviços Públicos de Qualidade nas Cidades e no Campo

Fortalecer o Estado e a governança territorial: reforçar as capacidades institucionais dos governos federal, estaduais e municipais para formular, implementar e monitorar políticas públicas territorializadas; fortalecer mecanismos de coordenação interfederativa; investir na formação e valorização dos servidores públicos; e fortalecer sistemas de informação territorial adequados ao planejamento participativo. Ampliar a presença da CONAB, Embrapa, INCRA, IBAMA, Serviço Florestal e outras autarquias federais nas microrregiões estratégicas para o desenvolvimento regional .

Organizar a arquitetura do Estado em um modelo inclusivo, presente e estratégico com mecanismos robustos de controle, planejamento regional participativo e equalização federativa que considerem a extensão territorial, a baixa capacidade arrecadatória e as especificidades socioambientais dos municípios amazônicos. O planejamento estratégico de Estado — e não a negociação parlamentar — deve orientar o investimento na Amazônia, com estruturas descentralizadas do governo federal, serviços públicos digitalizados com conectividade real, inovação nos modelos de gestão e incorporação do planejamento ecológico como vetor da ação pública. Propõe-se ainda a reconstrução da Sudam e das estruturas federais de desenvolvimento regional como âncoras institucionais desse modelo.

A ampliação da presença do Estado na Amazônia é uma questão de soberania: sem escola, saúde, saneamento, infraestrutura, renda e ciência e tecnologia nos territórios onde o Estado tem os piores índices de presença do país, a soberania não se sustenta.

9.2.3. Política de Segurança Pública e Soberania Territorial

Instituir uma Estratégia Nacional de Segurança Pública para a Amazônia Legal — permanente, territorializada, multidimensional e transnacional —, que incentive a cooperação entre União, estados e municípios; consolide as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs) como política de Estado permanente

— não como operação emergencial; integre a estratégia nacional de defesa à segurança pública, e amplie a presença das Forças Armadas nas fronteiras com investimentos em radares, drones, sensores e centros integrados de comando e controle.

Combater a mineração ilegal nas zonas de fronteira — com destaque para a tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Colômbia — e priorizar a investigação financeira em todos os procedimentos de desarticulação de organizações criminosas. Retomar a centralização regulatória da comercialização de ouro, designando um órgão central como única porta legal de compra do ouro extraído no país.

Integrar a política de segurança pública às políticas ambientais, de igualdade racial e de direitos humanos. Fortalecer o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humano com atenção prioritária às lideranças indígenas, quilombolas e dos movimentos sociais ameaçadas pelo crime organizado. A reforma do sistema prisional amazônico deve combater a superlotação, o controle do crime sobre os presídios e fortalecer programas de reinserção social como condição de sustentabilidade da política de segurança.

As políticas de segurança devem ser sustentadas por métricas de intervenção com indicadores de participação comunitária e resultados mensuráveis de redução da violência, reconhecendo que a retomada dos territórios do crime organizado é, antes de tudo, um ato de afirmação da soberania nacional.

9.2.4. Políticas de Educação Pública de Qualidade

Adaptar o financiamento da educação à realidade amazônica: incorporar ao Fundeb fatores de ponderação específicos para territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos, urbano-amazônicos e de fronteira, superando a lógica de tratamento uniforme que perpetua desigualdades. Promover a educação escolar indígena como espaço de fortalecimento cultural, com autonomia pedagógica para currículos e calendários. Reconhecer o modelo pedagógico das escolas de alternância como estratégia adequada às realidades ribeirinhas, extrativistas e da agricultura familiar.

Considerar a soberania epistêmica amazônica na formação de professores, integrar conhecimentos sobre sociobiodiversidade, história e cultura dos povos da região, e incluir perspectivas de gênero, combate ao racismo ambiental e epistêmico e educação antirracista e decolonial. Interiorizar a educação profissional e tecnológica — com a criação de institutos federais e escolas técnicas nos municípios do interior — e a garantia de assistência estudantil específica para jovens do campo e ribeirinhos, democratizando o aces-

so ao ensino superior.

A produção de materiais didáticos nos territórios, por professores e comunidades amazônicas, o fortalecimento dos programas de pós-graduação em todos os estados da Amazônia, a criação de bancos de dados de saberes tradicionais e a implementação de planos de carreira com adicionais para professores em áreas remotas são propostas que articulam soberania epistêmica com valorização docente. A governança da política educacional exige instância de coordenação no Ministério da Educação especificamente dedicada à Amazônia, com participação de representantes dos estados amazônicos.

9.2.5. Política de Soberania, Equidade e Inovação em Saúde na Amazônia

Universalizar a atenção primária por meio do fortalecimento do SUS Fluvial — com expansão das Unidades Básicas de Saúde Fluviais equipadas com saúde digital, ampliação das equipes Ribeirinha e da Saúde da Família, criação do Barco Hospital para especialidades, transporte aeromédico de emergência e valorização dos Agentes Comunitários de Saúde ribeirinhos e florestais como mediadores culturais. Expandir o Programa Mais Médicos como estratégia central de provimento e fixação de profissionais nos municípios do interior, articulado com valorização das carreiras públicas, fortalecimento da pós-graduação regional e telemedicina satelital integrada aos Hospitais Universitários Federais.

Reestruturar a Rede Oncológica com equipamentos de radioterapia e quimioterapia, implementação do Programa Genoma SUS para medicina de precisão adaptada às especificidades genéticas de indígenas e ribeirinhos, linha de cuidado específica para pessoas afetadas por mercúrio com vigilância ambiental continuada, fortalecimento da vigilância epidemiológica integrada e criação de centros de saúde e clima em Rondônia, Amapá, Santarém, Belém, Roraima e Rio Branco. A produção local de soros antiofídicos e antiescorpiônicos e o fomento a arranjos produtivos de fitoterápicos são tratados como imperativos de soberania sanitária.

Adaptar a saúde mental às realidades amazônicas implementando CAPS fluviais e itinerantes, equipes matriciais e leitos de atenção integral, integração de lideranças comunitárias, pajés e parteiras como recursos terapêuticos e protocolos de atenção psicossocial para situações de desastres climáticos. Organizar a saúde indígena com orçamento adequado para o SESAI, formação de Agentes Indígenas de Saúde e atenção específica ao suicídio, alcoolismo e trauma territorial. A governança das políticas de saúde deve ser interfederativa — articulan-

do Ministério da Saúde, SESAI e secretarias estaduais e municipais —, com participação e controle social como princípios estruturantes e articulação intersetorial com educação, segurança territorial, regularização fundiária e combate ao crime organizado.

9.2.6. Políticas de Cultura, Memória e Identidade Amazônica

Fomentar a criação artística amazônica com linha específica de editais e bolsas do Ministério da Cultura; criar o estatuto do trabalhador cultural amazônico, reconhecendo artistas, artesãos, mestres de cultura popular, benzedeiros e parteiras como trabalhadores com direito a previdência social e seguro-desemprego. Estruturara a economia criativa na Amazônia com financiamento adequado, mapeamento das cadeias criativas existentes, capacitação em gestão cultural e criação de selos de origem cultural amazônica.

Proteger as línguas e os patrimônios culturais, criando centros de documentação linguística em parceria com universidades federais para produção de gramáticas, dicionários e acervos audiovisuais. Criar um programa de registro e proteção do patrimônio arqueológico e um projeto emergencial de digitalização de acervos em risco, articulando MinC, IPHAN, FINEP e universidades regionais. Construir um marco legal dos direitos intelectuais coletivos amazônicos para proteger os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, às práticas medicinais e às expressões culturais, com mecanismo de repartição justa de benefícios em caso de uso comercial.

Reconhecer a medicina tradicional — pajelança, benzedura, fitoterapia, parteria — como patrimônio cultural imaterial, com Casas de Saberes Tradicionais nas comunidades para prática e transmissão desses conhecimentos. Criar o Sistema Amazônico de Acervos Culturais e Científicos — plataforma integrada que reúna o Museu Emílio Goeldi, o INPA, a Fiocruz Amazônia, os museus estaduais, as universidades federais e os acervos de comunidades tradicionais — e a governança interministerial com participação paritária dos nove estados amazônicos e dos povos. Combater a biopirataria cultural com registro preventivo de expressões culturais e monitoramento de patentes internacionais.

9.2.7. Políticas de Trabalho e Proteção Social

A política de trabalho para a Amazônia deve articular geração de emprego e renda com proteção social e redução da precarização, fortalecendo o Ministério do Trabalho, promovendo a economia solidária e a qualificação para as cadeias da sociobiodiversidade. O reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres nessas cadeias — com

acesso a crédito, ATER e previdência — e o fomento às iniciativas produtivas indígenas, com prioridade para demarcação, desintrusão, proteção territorial e crédito específico, são eixos estruturantes da política de trabalho com equidade.

O trabalho tradicional amazônico exige regime previdenciário especial para trabalhadores da floresta — análogo ao da agricultura familiar, com critérios adequados à realidade regional —, reconhecendo extrativistas, pescadores artesanais, coletores de sementes, seringueiros, quebradeiras de coco e ribeirinhos. O fortalecimento do sistema de fiscalização do trabalho na Amazônia Legal deve proteger contra o trabalho escravo e análogo à escravidão nas cadeias produtivas da fronteira (garimpo, pecuária extensiva, desmatamento criminoso), com quadro próprio de inspetores e ação territorial.

A formação profissional vinculada às cadeias produtivas da bioeconomia — articulando SENAI, Institutos Federais, escolas técnicas e arranjos produtivos locais — é condição para a qualificação dos trabalhadores amazônicos e incentivo à permanência dos jovens nos territórios. A proteção coletiva do trabalho exige a revogação dos dispositivos da reforma trabalhista que flexibilizaram a negociação individual em prejuízo das coletivas, a ratificação da Convenção 169 da OIT em sua dimensão trabalhista e a regulamentação dos trabalhadores de plataforma na Amazônia conforme a Convenção OIT aprovada em 2025, com atenção às especificidades urbanas de Manaus e Belém.

A proteção das mulheres amazônidas exige políticas que reconheçam as especificidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas — com expansão das Casas da Mulher Brasileira e Delegacias Especializadas (DEAM) para municípios amazônicos, criação de protocolo de atendimento a mulheres indígenas vítimas de violência e articulação do Pacto contra o Feminicídio com lideranças de povos e comunidades tradicionais. Uma política nacional de cuidados com dimensão amazônida deve considerar as distâncias, a dispersão territorial e a ausência de redes de apoio formais, estruturando o tripé de familiarização do cuidado, regulamentação do trabalho de cuidadoras e políticas para o envelhecimento.

A solidariedade deve ser ressignificada como princípio produtivo amazônico, reconhecendo que as formas coletivas de organização econômica já existentes nos territórios — mutirão, puxirum, ajuri, manejo comunitário — são economia solidária em ação, e que a política pública deve reconhecê-las, protegê-las e escalá-las. A territorialização dos instrumentos da economia solidária exige

a adaptação do microcrédito, das compras públicas e do cooperativismo às realidades fluviais, ribeirinhas e indígenas, com inclusão de produtos da sociobiodiversidade nas metas de compras governamentais (merenda escolar, farmácias populares, hospitais) e criação de fundo de aval específico para empreendimentos solidários amazônicos.

9.2.8. Políticas Conectadas aos Modos de Vida e às Múltiplas Dimensões Socioculturais das Cidades Amazônicas

Criar o Estatuto das Cidades Amazônicas — marco jurídico-institucional que supere modelos padronizados formulados para o Centro-Sul e reconheça a "amazonicidade" como critério organizador da política urbana, incorporando a mobilidade fluvial, a habitação comunitária, as ruralidades, os usos coletivos da terra e a adaptação climática como dimensões indissociáveis do planejamento urbano. Adaptar os programas habitacionais às condições climáticas, culturais e construtivas da região, com reconhecimento das formas coletivas de ocupação da terra e qualificação do Minha Casa Minha Vida com equipamentos comunitários, serviços para idosos, mulheres e crianças, e instrumentos de desapropriação para ampliar a oferta em terrenos públicos bem localizados.

Priorizar o transporte hidroviário e fluvial, expandindo políticas de tarifa zero no transporte coletivo e desenvolvendo sistemas integrados de mobilidade entre municípios e regiões metropolitanas com critérios de adaptação climática. Universalizar o saneamento básico; revisar o modelo de concessões privadas; promover as estratégias de economia circular na gestão de resíduos e políticas específicas para áreas vulneráveis. O fortalecimento da CT&I voltada às realidades urbanas amazônicas, com financiamento de pesquisas valorizando o conhecimento local e programas permanentes de formação técnica para gestores públicos, é condição para a gestão qualificada dessa nova agenda urbana.

9.2.9. Políticas de Produção de Alimentos Saudáveis com redução das desigualdades sociais e assistência e tecnologia adequadas

Garantir a segurança alimentar fortalecendo a agricultura familiar, a agroecologia e a integração das políticas de regularização fundiária, conservação ambiental e desenvolvimento rural. Expandir os sistemas agroflorestais; incentivar a agricultura urbana e periurbana; consolidar as compras públicas da agricultura familiar; regionalizar a alimentação escolar; combater os desertos e pântanos alimentares; implantar de entrepostos regionais para armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção.

Promover a bioeconomia e o desen-

volvimento sustentável por meio do apoio às cadeias produtivas sustentáveis de produtos florestais, da inovação tecnológica voltada às economias da floresta, da revisão de incentivos fiscais para economias predatórias e criação de mecanismos tributários favoráveis às atividades sustentáveis. A permanência de jovens nos territórios por meio da formação profissional e da inovação e a expansão de cursos de especialização em bioeconomia e desenvolvimento territorial são componentes estratégicos.

A base da política de equidade para a Amazônia é o direito à terra: priorizar os direitos territoriais de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultura familiar; incorporar a ecologização do direito, integrando direitos humanos, ambientais e climáticos; promover ação efetiva contra a especulação imobiliária rural e a grilagem. A reestruturação do INCRA, o fortalecimento da FUNAI como estrutura permanente de Estado e a recomposição dos marcos jurídicos de proteção territorial são condições imprescindíveis para a redução das desigualdades sociais na região.

A sociobioeconomia de escala territorial é o eixo produtivo da política de equidade: desenvolver redes territoriais de pesquisa, extensão, agroecologia, manejo comunitário, restauração biocultural e agregação de valor, com fortalecimento da Embrapa, das universidades e dos institutos federais como âncoras regionais. A política exige ainda metas públicas e mensuráveis por território — IDH/IPS, presença estatal, cobertura de ATER, regularização fundiária, proteção a defensores e redução de violência —, além de serviços públicos territorializados para povos e comunidades tradicionais que garantam transporte fluvial seguro, habitação adaptada e proteção territorial com segurança jurídica.

9.2.10. Políticas de Meio Ambiente e Transição Justa

A política ambiental deve integrar as três Convenções do Rio — Mudança do Clima, Diversidade Biológica e Combate à Desertificação —, hoje tratadas de forma isolada e desarticulada, e adotar a meta de 1,5°C como parâmetro da política climática, reconhecendo o risco de se alcançar 3,5°-4°C na região. Um “Mapa do Caminho” da transição energética para a Amazônia deve articular desmatamento zero com industrialização ecologicamente responsável e universalizar a energia solar nas comunidades. Fortalecer a cooperação científica Sul-Sul e pan-amazônica para o monitoramento das mudanças climáticas, o compartilhamento de dados sobre biodiversidade e o desenvolvimento conjunto de tecnologias de adaptação e mitigação.

O monitoramento do desmatamen-

to e da degradação florestal — que vai além do corte raso e inclui incêndios, extração ilegal e garimpo — exige redes de instrumentação adequada, fortalecimento do INPA e priorização de tecnologias desenvolvidas na Amazônia (satélites, sensores, drones e geoprocessamento). A adaptação climática deve ser feita localmente, vinculando o financiamento climático internacional a planos elaborados com participação de ribeirinhos, indígenas e quilombolas. Os serviços hidrológicos prestados pela Amazônia ao restante do território nacional — os "rios voadores" — devem ser reconhecidos como ativo estratégico da segurança energética brasileira e incorporados nas contas nacionais e nos argumentos de financiamento climático internacional.

A estratégia de restauração biocultural articula recuperação ecológica, serviços ecossistêmicos, cultura, saberes tradicionais e protagonismo comunitário, integrando PLANAVEG, PSA, Floresta Mais e instrumentos climáticos. Os direitos das comunidades tradicionais sobre os conhecimentos e recursos genéticos da biodiversidade amazônica devem ser protegidos com mecanismos de repatriação de conhecimentos historicamente apropriados. Uma rede ou plataforma de governo dedicada a povos indígenas e comunidades tradicionais deve enfrentar o abandono municipal, garantir o cumprimento dos protocolos de consulta e tratar o conflito entre a expansão da soja e a segurança das comunidades no Tapajós como nó crítico do planejamento territorial.

Construir marco institucional que articule soberania nacional, direitos territoriais e desenvolvimento sustentável. Conduzir o processo de Consulta prévia, livre e informada previsto na Convenção 169 da OIT antes de qualquer licenciamento; garantir participação direta das comunidades nos royalties — não como beneficiário passivo, mas como parte da governança do empreendimento. Participação estatal obrigatória na cadeia de valor, vedando a concessão ao mercado privado; compromisso de uso civil e pacífico dos minerais estratégicos, impedindo que o nióbio e as terras raras amazônicas alimentem complexos militares de potências estrangeiras.

9.2.11. Desenvolvimento Amazônico, Bioeconomia da Sociobiodiversidade

A floresta amazônica deve ser reconhecida como o maior sistema produtivo do planeta, com políticas públicas para todas as atividades industriais, farmacêuticas, alimentares e cosméticas derivadas da biodiversidade, e crédito diferenciado para o desenvolvimento de cadeias biodiversas.

Elaborar o Plano Nacional para a Bioeconomia da Sociobiodiversidade Amazônica que reconheça a flo-

resta, os povos e seus saberes como sujeitos centrais, estruturar redes territoriais de CT&I e ATER para apoiar a agroecologia, o manejo comunitário e os polos industriais regionais de bioindústria, alimentos, cosméticos, fármacos e madeira manejada. Reorientar o BASA, o Fundo Amazônia e o FNO para as economias territorializadas com critérios de protagonismo comunitário, rastreabilidade e valor de origem.

Criar o programa nacional de assentamentos agroflorestais para uma nova geração de reforma agrária — orientada à produção agroflorestal, à restauração ecológica e à bioeconomia —, com destino prioritário de terras públicas para agricultores familiares, agroextrativistas, povos e comunidades tradicionais, e estrutura completa de fomento.

A política de minerais críticos exige marco institucional que articule soberania, direitos territoriais e desenvolvimento sustentável, com consulta prévia obrigatória, participação direta nos royalties, participação estatal na cadeia de valor e compromisso de uso civil e pacífico dos minerais estratégicos. Vincular as concessões minerais a exigências de P&D local; criar programas de graduação e pós-graduação em metalurgia de minerais estratégicos; desenvolver tecnologia nacional de processamento de nióbio e terras raras. Elaborar plano de recuperação ambiental das áreas mineradas; integrar a política de mineração à estratégia nacional de defesa e de segurança pública na Amazônia.

Expandir o Polo Industrial de Manaus (PIM) para o interior do Amazonas por meio de Distritos Industriais Temáticos Territoriais (DITTs) organizados por calha de rio, com protagonismo dos governos estadual e municipais e das comunidades locais, foco em biotecnologia, bioenergia e produtos da floresta. A articulação entre instâncias regionais e federais exige instância interministerial coordenadora da política de desenvolvimento para a Amazônia, ampliação do Consórcio da Amazônia Legal e concursos públicos territorializados que assegurem acesso de quadros técnicos formados na Amazônia a cargos do governo federal.

A política fiscal é fundamental para garantir soberania orçamentária para o desenvolvimento sustentável: enfrentar o debate sobre as emendas impositivas do Congresso Nacional que sequestram parte da riqueza coletiva; revisar o Decreto-Lei 288/1967 da Zona Franca de Manaus para adaptar os incentivos à lógica da sociobioeconomia, e utilizar instrumentos tributários como fator de desincentivo a atividades que degradam o meio ambiente (garimpo, madeira ilegal, agronegócio predatório). Favorecer as atividades estratégicas da bioeconomia ama-

zônica com incentivos fiscais seletivos; tributação progressiva sobre a exportação de matéria-prima bruta combinada com desoneração do produto processado e industrializado na Amazônia.

Criar um sistema nacional de cobrança de royalties sobre o uso comercial da sociobiodiversidade amazônica, invertendo a lógica colonial em que o Brasil exporta matéria biológica e importa o produto patenteado. A regulação do mercado de carbono como instrumento de financiamento cruzado deve vincular parte da receita a um fundo específico para a Amazônia com gestão territorial. Para os minerais estratégicos, propõe-se desonerar o produto acabado produzido na Amazônia e onerar a exportação do minério bruto.

Os incentivos fiscais estaduais que vencem em 2033 exigem alternativas definidas com antecedência, sob pena de provocar nova onda de desmatamento por reconversão das atividades industriais a atividades primárias. A política fiscal deve ser tratada como instrumento ativo de transformação estrutural da economia amazônica — e não apenas como mecanismo de arrecadação ou de atração de investimentos genéricos.

9.2.12. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação Territorial

Implantar o sistema regional de CT&I da Amazônia como instância permanente de coordenação, articulando CNPq, CAPES, FINEP, BNDES, Embrapa e MCTI em torno de uma agenda comum de pesquisa e inovação territorial, com conferência regional permanente e participação de universidades, institutos federais, movimentos sociais e governos estaduais. A Subsecretaria de CT&I para a Amazônia deve ser transformada em Secretaria Nacional com autonomia operacional, quadros técnicos regionais e capilarização nos nove estados. Um Programa Nacional de Superação das Desigualdades Regionais em CT&I deve definir metas quantitativas públicas de investimento, corrigir as distorções nos editais do CNPq, CAPES e FINEP que penalizam as instituições amazônicas, e ampliar as cotas de bolsas de doutorado e mestrado destinadas à Amazônia Legal com metas escalonadas até 2030.

Criar uma plataforma nacional de integração conhecimento-território, proporcionando arranjos produtivos que articulem IES, ICTs, organizações de povos e comunidades tradicionais, cooperativas, agricultura familiar e governos municipais —, além de um programa público que incentive a permanência de egressos, pesquisadores e técnicos nas regiões onde foram formados, por meio de bolsas de residência científica e tecnológica pagas pela CAPES ou CNPq. As Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos estados

amazônicos devem ser fortalecidas como instrumentos centrais do fomento regional, com ampliação dos repasses federais automáticos e integração ao projeto de articulação das fundações estaduais.

Estabelecer um fundo de inovação territorial para a Amazônia com o objetivo de financiar tecnologias sociais, inovações agroecológicas, laboratórios comunitários de beneficiamento e projetos de pesquisa aplicada em redes integradas. A CT&I deve ser orientada por critérios de impacto local e regional, soberania sobre dados, interdisciplinaridade, diálogo de saberes e inclusão social. A criação do Instituto de Pesquisa da Foz do Amazonas, com apoio da Petrobras, é proposta como salvaguarda científica prévia a qualquer decisão sobre exploração de hidrocarbonetos na região.

9.2.13. Política Externa e Soberania: Dimensão Geopolítica da Amazônia

Fortalecer a Organização do Tratado de Cooperação Pan-Amazônica (OTCA), com liderança ativa do Brasil, reafirmando a soberania dos países da região e rejeitando qualquer tentativa de internacionalização da Amazônia. Incorporar o conceito de "colonialismo verde" como categoria oficial nas negociações multilaterais de clima — denunciando regulações ambientais unilaterais do Norte Global. A soberania sobre biodiversidade, carbono e bioindústria exige que os acordos internacionais sejam submetidos ao escrutínio das populações afetadas, com consulta livre, prévia e informada como requisito para qualquer compromisso que afete territórios e modos de vida amazônicos.

Afirmar a soberania produtiva dos países da Pan-Amazônia, priorizar a industrialização com valor territorial, a transição energética soberana e o desenvolvimento tecnológico da região. A janela histórica aberta pela realização da COP30 em Belém deve ser aproveitada para consolidar compromissos de financiamento climático, cooperação Sul-Sul e Pan-Amazônica que coloquem a floresta, seus povos e suas economias no centro da agenda geopolítica do século XXI.

Controlar a expansão da fronteira agrícola na Pan-Amazônia. Construir um Plano de Ordenamento Territorial Pan-Amazônico, participativo e pactuado entre os estados nacionais e governos subnacionais, que defina zonas prioritárias para produção sustentável, corredores ecológicos e territórios indígenas, com monitoramento em tempo real por satélite e harmonização das legislações nacionais com padrão mínimo de proteção ambiental.

9.3 - Nordeste

9.3.1. A Evolução das Ferramentas da Nova Política do Plano de Governo Lula/Alckmin

A diversidade regional brasileira e as desigualdades construídas requerem ver o Nordeste nas diversas políticas nacionais e de desenvolvimento regional. Com a implementação da Reforma Tributária e o fim dos incentivos via ICMS, o Nordeste precisa ser priorizado em pelo menos três/quatro políticas: a) de investimentos em infraestrutura econômica; b) de incentivo à C, T & I; c) de capacitação de recursos humanos; e d) de estímulo as governanças compartilhadas.

Durante o atual governo Lula/Alckmin foram promovidas reformas políticas e de modernização do Estado que beneficiaram o combate à corrupção e a promoção da transparência, mas também de Conselhos e Conferências nacionais, visando ampliar a participação popular da sociedade civil no controle das decisões de um governo democrático e de gestão compartilhada das políticas públicas. A Política econômica procurou focar em crescimento econômico, inclusão social, responsabilidade fiscal, inovação e soberania. Os investimentos foram ampliados com créditos do BNDES e dos Fundos Regionais (FNE, FNO, FCO), e direcionados à infraestrutura e logística, a agricultura e a indústria.

Para o quadriênio 2027-2031, o Programa de governo Lula/Alckmin apresenta um conjunto integrado de diretrizes e propostas que visam avançar numa Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Territorial Sustentável e Solidário, reafirmando a valorização da magnifica diversidade regional brasileira e a busca de reduzir as desigualdades

(regionais, econômicas e sociais) e fortalecer a democracia, a soberania, a justiça social e a sustentabilidade promovendo financiamento, planejamento territorial e fortalecimento de capacidades locais, para transformar o Brasil em um país mais justo e democrático. As diretrizes políticas estão interligadas, abrangendo as dimensões econômica, social, cultural e ambiental. O foco é continuar governando para todas as pessoas, especialmente para quem mais precisa, promovendo inclusão, equidade e participação social, fortalecimento dos direitos sociais e a transformação estrutural do país.

O Plano apresenta diretrizes regionais para a Região Nordeste como um todo, destacando a necessidade de políticas integradas e estratégicas.

Para promover a descentralização planejada do desenvolvimento nacional com inclusão federativa da Região, o Governo Lula/Alckmin deverá reafirmar o protagonismo da Sudene no soerguimento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), quase aniquiladas pelo Governo Jair Bolsonaro, para enfrentar as principais dificuldades das desigualdades socioespaciais e desequilíbrios entre as redes de cidades, os conflitos de uso do solo, a fragmentação social e exclusão urbana, as pressões sobre comunidades tradicionais e as deficiências na gestão de bens e patrimônios públicos. E para valorizar as oportunidades e as numerosas vantagens competitivas do Nordeste para contribuir para um projeto de Brasil sintonizado com as novas tendencias do século XXI.

Como o PPA se constitui no principal instrumento para orientar políticas públicas e ações de governo, descentralizadas nas diferentes esferas, na direção do desenvolvimento sustentável e solidário, com inclusão e diversidade social, iniciativas e projetos estratégicos para o Nordeste foram valorizadas.

O PPA está articulado com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE). Muitas plenárias estaduais do PPA Participativo foram realizadas na Região, com ampla mobilização social. Propomos agora aprofundar a participação social por meio da recriação de conselhos de políticas públicas, realização de conferências nacionais, estaduais e municipais, e a instituição do Sistema de Participação Social. O PPA atual foi construído de forma participativa, com mais de 1,4 milhão de participantes.

O uso dessas ferramentas e as escutas regionais materializa a diretriz petista de governança federativa regional e territorial compartilhada, com controle e diálogo social direto. O governo deve buscar superar as desigualdades na prestação de ser-

viços entre regiões, estados e municípios, promovendo maior cooperação entre as políticas públicas, compartilhamento de infraestrutura digital e formação de servidores públicos.

Nos estados do Nordeste governados pelo PT/PSB (Bahia, Piauí, Paraíba, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte), a experiência da Governança Regional e Territorial compartilhada conecta a gestão dos Conselhos e Conferências Estaduais de Políticas Públicas em pactos federativos de descentralização das políticas públicas com a União, estimulando os municípios do interior dos estados a buscarem o desenvolvimento local integrado, sustentável e solidário.

9.3.2. O Nordeste: hoje e potencial.

A Região Nordeste, terceira maior região geográfica do Brasil em extensão territorial, tem aproximadamente 1.554.291 km², o que corresponde a cerca de 18% de todo território nacional. A Região possui nove estados e cerca de 57,2 milhões de habitantes, segunda mais populosa do Brasil, distribuídos dispersamente em 1.794 municípios, reunidos em 154 Regiões Geográficas Imediatas, que estão agrupadas em 42 Regiões Geográficas Intermediárias.

A extensão litorânea da Região Nordeste é de aproximadamente 3.338 Km de lindas praias distribuídas em 231 municípios costeiros, sendo 156 deles municípios litorâneos que banham o Oceano Atlântico diretamente.

A Região liderou o avanço da urbanização no Brasil no período de 2019 a 2022, de 16,5% em áreas urbanizadas e loteamentos vazios. O acréscimo foi de 1.961 km². O avanço é o maior em termos proporcionais e absolutos. Os dados mostram que os 443 municípios costeiros da Região ocupam apenas 5,0% do território nacional, mas reuniram 19,5% da área total das feições urbanizadas do país em 2022. (IBGE).

Os avanços da urbanização com diversidade econômica, social e cultural é significativa entre os estados do Nordeste. Nas áreas urbanas e rurais diferenciadas e metamorfoseadas, o programa Lula/Alckmin propõe reconhecer diretrizes específicas para fortalecer a economia regional, o direito a cidade e a participação cidadã como vetores de transformação para o avanço ambiental, econômico e sociocultural da Região, gerando empregos qualificados e agregando valor à produção local.

Durante o atual governo Lula/Alckmin foram promovidas reformas políticas e de modernização do Estado que beneficiaram o combate à corrupção e a promoção da transparência, mas também de Conselhos e Conferências nacionais, visando ampliar a participação popular da sociedade civil no controle das decisões de um governo democrático

e de gestão compartilhada das políticas públicas. A Política econômica procurou focar em crescimento econômico, inclusão social, responsabilidade fiscal, inovação e soberania. Os investimentos foram ampliados com créditos do BNDES e dos Fundos Regionais (FNE, FNO, FCO), e direcionados à infraestrutura e logística, a agricultura e a indústria.

Emerge a percepção de que o Nordeste vive hoje uma janela de oportunidade única para romper a armadilha de crescimento à qual está atado. A participação no PIB nacional segue estancada na casa dos 14%, para uma população que representa 27% da brasileira, além de uma desigualdade de renda persistentemente alta.

É preciso planejamento estratégico e compromisso institucionalizado para que essa chance não seja desperdiçada, permitindo à Região fomentar e atrair uma nova onda de investimentos produtivos de alto valor agregado, geradores de salários acima da média hoje observada, sustentados por uma gestão pública compartilhada e eficiente. Não é simples, mas é possível.

Em várias frentes, a Região demonstrou capacidade de construir soluções para superar seus atrasos, como na educação, com políticas que se tornaram referência nacional. No campo energético, ela entrou no radar global por seu potencial de produção renovável, solar e eólica, a custos competitivos. A proximidade geográfica com Estados Unidos e Europa favorece a atração de cadeias produtivas voltadas ao comércio exterior. A concentração de cabos submarinos, sobretudo no litoral cearense e pernambucano, amplia ainda o potencial da região como plataforma para serviços digitais, centros de dados e atividades intensivas em tecnologia, com demanda crescente impulsionada pela inteligência artificial.

Assim, o Nordeste tem se mostrado terreno fértil para projetos de natureza disruptiva, com um ecossistema de inovação em desenvolvimento em franca aceleração. Enquanto a região representa 18% dos CNPJs do país, entre startups essa participação sobe para 25%. A região possui hoje cerca de 19% das unidades da rede nacional de infraestrutura de conhecimento. Todos esses resultados refletem, em parte, o crescimento dos programas de pós-graduação na região, que têm atraído mais pesquisadores para produzir ciência e tecnologia dentro das universidades.

O ranking de competitividade dos estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública e pela Tendências Consultoria, mostra que no cômputo geral o primeiro estado nordestino mais bem-posicionado, a Paraíba, aparece na 11ª colocação. No

quesito inovação, porém, a região coloca quatro estados entre os dez primeiros: Alagoas (5º), Paraíba (6º), Sergipe (8º) e Pernambuco (10º).

Diante desses resultados, para o quadriênio 2027-2031, o Plano de Governo Lula/Alckmin enfatiza o Nordeste como prioridade nacional, com um conjunto integrado de políticas para promover o desenvolvimento sustentável. As ações são orientadas para fortalecer as potencialidades locais e garantir melhores condições de vida para a população nordestina.

O Plano de Governo apresenta um conjunto integrado de diretrizes e propostas que visam avançar numa Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Territorial Sustentável e Solidário, reafirmando a valorização da magnifica diversidade regional brasileira e a busca de reduzir as desigualdades (regionais, econômicas e sociais) e fortalecer a democracia, a soberania, a justiça social e a sustentabilidade promovendo financiamento, planejamento territorial e fortalecimento de capacidades locais, para transformar o Brasil em um país mais justo e democrático. As diretrizes políticas estão interligadas, abrangendo as dimensões econômica, social, cultural e ambiental. O foco é continuar governando para todas as pessoas, especialmente para quem mais precisa, promovendo inclusão, equidade e participação social, fortalecimento dos direitos sociais e a transformação estrutural do país.

Na proposta de Programa de Governo, privilegiamos o papel do setor público, federal e subnacional em inúmeras iniciativas. Por um lado, como regulador, eliminando entraves que comprometem a alocação eficiente de recursos produtivos, a atração de atividades de maior valor agregado, bem como de investimento privado em infraestrutura para a região. Por outro lado, como financiador, eliminando desinteresses do setor privado que comprometem o desenvolvimento humano, bem como do apoio técnico e investimentos em infraestrutura, habitação e saneamento básico.

O Programa prevê a implementação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional criado no âmbito da reforma tributária, que apoiará investimentos e políticas redutoras das desigualdades regionais, e promotoras de suas potencialidades, substituindo a guerra fiscal e promovendo o desenvolvimento da Região Nordeste.

Ressalta-se que esse Fundo deve ter caráter incremental, ou seja, deve representar recursos adicionais para os Estados da Região Nordeste, e não mera substituição de políticas ordinárias do orçamento da União. Diferentemente do fundo atual, que acaba por se confundir com

dotações orçamentárias ordinárias destinadas aos demais estados e também aos estados nordestinos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional não pode perder sua função precípua que é a redução das desigualdades regionais.

É preciso maior regionalização das políticas nacionais de implementação de iniciativas disruptivas no Nordeste, movimento que já começa a se observar no âmbito da Nova Indústria Brasil (NIB). Portanto, coordenar e financiar políticas nacionais com demandas regionais no Nordeste é, nesse sentido, o desafio central da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Nisso, o BNB (sobretudo via FNE) tem papel estratégico, além do BNDES.

Um dos desafios para ampliar o financiamento está em dinamizar a subvenção descentralizada, modalidade de cooperação entre governos estaduais e federal hoje concentrada na região Sudeste. Um olhar mais atento às especificidades regionais contribuiria para planejar melhor a desconcentração econômica e a descentralização política do desenvolvimento.

Portanto, para promover a desconcentração e a descentralização planejada do desenvolvimento nacional com inclusão federativa da Região Nordeste, o Governo Lula/Alckmin deverá reafirmar o protagonismo da Sudene e do Banco do Nordeste, em articulação com o Consórcio Nordeste, no soerguimento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), quase aniquiladas pelo Governo Jair Bolsonaro, para valorizar as oportunidades e as numerosas vantagens competitivas do Nordeste visando um projeto de Brasil sintonizado com as novas tendências do século XXI, com olhar tecnológico e conectado com o semiárido. São pontos essenciais a valorização de cadeias produtivas locais coordenadas com demandas de mercado em cidades médias do interior, para enfrentar as principais dificuldades das desigualdades socioespaciais e desequilíbrios entre as redes de cidades, os conflitos de uso do solo, a fragmentação social e exclusão urbana, as pressões sobre comunidades tradicionais e as deficiências na gestão de bens e patrimônios públicos, além de incentivar a agropecuária de baixo carbono

O desafio de promover um padrão de crescimento que conviva com restrições climáticas, historicamente imposto à população do semiárido, se converteu em questão global. Pensar o desenvolvimento em bases regenerativas, considerando a crise ambiental é imperativo dessa agenda, e deve estar contemplado na estratégia de atração de investimento produtivo em cidades médias do interior, com olhar tecnológico e integrado a universidades e institutos federais.

Como o PPA se constitui no principal instrumento para orientar políticas públicas e ações de governo, descentralizadas nas diferentes esferas, na direção do desenvolvimento sustentável e solidário, com inclusão e diversidade social, iniciativas e projetos estratégicos para o Nordeste foram valorizadas.

O PPA está articulado com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE). Muitas plenárias estaduais do PPA Participativo foram realizadas na Região, com ampla mobilização social.

Propomos agora aprofundar a participação social por meio da recriação de conselhos de políticas públicas, realização de conferências nacionais, estaduais e municipais, e a instituição do Sistema de Participação Social. O PPA atual foi construído de forma participativa, com mais de 1,4 milhão de participantes.

O uso dessas ferramentas e as escutas regionais materializa a diretriz de governança federativa regional e territorial compartilhada, com controle e diálogo social direto. O governo deve buscar superar as desigualdades na prestação de serviços entre regiões, estados e municípios, promovendo maior cooperação entre as políticas públicas, compartilhamento de infraestrutura digital e formação de servidores públicos.

Nos estados do Nordeste governados pelo PT/PSB (Bahia, Piauí, Paraíba, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte), a experiência da Governança Regional e Territorial compartilhada conecta a gestão dos Conselhos e Conferências Estaduais de Políticas Públicas em pactos federativos de descentralização das políticas públicas com a União, estimulando os municípios do interior dos estados a buscarem o desenvolvimento local integrado, sustentável e solidário.

As estratégias de Governança Regional e Participativa devem ser discutidas de forma abrangente e estruturada em cada estado, valorizando o protagonismo do Consorcio Nordeste e dos consórcios intermunicipais da Região, com foco em alcançar o bem-estar da população, a centralidade do interesse político em fortalecer a democracia, modernizar o Estado, promover a participação social, garantir a transparência do poder público e o combater a corrupção.

Num contexto global marcado por políticas industriais mais fortes, impulsionadas por disputas geopolíticas, pela urgência da transição energética e pela busca de resiliência nas cadeias de suprimentos, mais do que apresentar diretrizes regionais e estratégicas de integração, o Plano Lula-Alckmin sugere que a gestão governamental participativa seja apoiada em evidências, revisões periódicas e capacidade institucional para ajustar ou descontinuar medi-

das quando necessário. Essa agenda perseguida em nível nacional é muito bem-vinda no Nordeste.

9.3.3. Diretrizes regionais: Visão nordestina das 13 diretrizes nacionais.

Em vários aspectos, discriminados a seguir, todos esses temas abordados nas 13 diretrizes estratégicas do Plano Nacional de Governo Lula/Alckmin beneficiam direta e indiretamente a Região Nordeste.

Incentivar ativamente a sociedade civil organizada do Nordeste para fortalecer a Participação Social e o Controle Democrático das políticas e contas públicas do Estado, fortalecendo e ampliando a criação de Conselhos, Colegiados e Conferências.

Essa participação social e democrática deve ser expandida ao acesso à internet e letramento digital para ampliar a participação cidadã e a redução de assimetrias, inclusive em área rurais e periferias urbanas.

Os principais mecanismos de participação da sociedade civil nas políticas públicas dos estados do Nordeste, governados pelos partidos aliados ao governo Lula/Alckmin, incluem instâncias institucionais de diálogo permanente, planejamento regionalizado e controle social. São exemplos mais conhecidos os Conselhos Gestores, as Conferências Setoriais e as Audiências Públicas.

Incentivamos o fortalecimento de Conselhos Gestores e Conferências Setoriais, órgãos colegiados paritários e plurais permanentes nos estados, formados por representantes dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade civil organizada, com funções deliberativas ou consultivas que atuam na formulação, acompanhamento, avaliação e fiscalização de políticas públicas setoriais, tais como: assistência social (CEAS), saúde (CES), educação (CEE), juventude (CEJOVEM-MA, CEJUVE-BA, CONJUCE-CE, CEJUP-PB, CEDJUV-PI, CEJUV-RN), direitos humanos (CEDDH/BA/PI/PB/CE/RN, SEDIHPOP/MA), agricultura familiar (Consórcio Nordeste, CEDRUS-MA, CEDRS-BA) e meio ambiente (CONSEMA-AL/MA/PI, CONEMA-BA/RN, CONSEPA-PB, COEMA-CE).

Apoiamos as experiências de controle social do Portal OSC no Rio Grande do Norte, do Orçamento Participativo Digital (OPA) no Piauí, do Orçamento Democrático Estadual (ODE) na Paraíba, da Plataforma Digital Participa Maranhão, dos Conselhos de Desenvolvimento Territorial (CODETER) no Planejamento Participativo Territorial na Bahia e do PPA Participativo e Regionalizado no Ceará.

Nesses estados, essas instâncias institucionais foram criadas com a finalidade de promover o diálogo local das demandas da sociedade civil com as instituições públicas, na elaboração de projetos planejados de políticas de Governo visando a qualificação das

políticas públicas e o desenvolvimento territorial sustentável e solidário.

Apoiamos as novas experiências utilizadas nos estados do Nordeste que buscam democratizar o acesso à tecnologia para populações vulneráveis, para subsidiar metas de expansão de fibra óptica e conectividade 5G no campo e mapear gargalos específicos por meio do planejamento regional. Na Economia Solidária, propomos direcionar a digitalização para pequenos negócios e cadeias produtivas locais nos municípios desconectados.

Incentivar a Realização de Reformas para fortalecer a modernização do Estado desenvolvimentista e aprimorar a transparência das ações públicas no Nordeste, abandonando a tradição de Estado centrado na execução orçamentária e concessão de incentivos para uma postura que sinalize compreensão das vocações econômicas e oportunidades convergentes com esses potenciais.

Propomos duas diretrizes estratégicas para: (i) incentivar a realização de reformas visando fortalecer a modernização dos Estados do Nordeste, aprimorar a transparência das ações públicas e a aceleração das obras estruturantes, por meio do cumprimento de normas na aplicação de diretrizes de transparência ativa alinhadas a padrões nacionais e internacionais de governança geridas pelo Portal da Transparência; e (ii) incentivar a cooperação entre as prefeituras, por meio dos consórcios públicos, e os agentes locais visando ampliar a capacidade institucional dos municípios nordestinos que tendem a ganhar arrecadação com o novo sistema de impostos sobre o consumo, para gerir e alocar esses recursos com eficiência.

Na Modernização e Eficiência do Estado – propomos implementar uma gestão pública eficiente, com reestruturação de servidores e uso estratégico de dados. Investir na valorização dos servidores públicos, com retomada de diálogo e gestão de pessoas, por meio de mesas de negociação permanente. Investir na adoção de ferramentas digitais para ampliar a eficiência da administração pública, direcionando a gestão por evidências e resultados, o que inclui a política fiscal.

Na Reforma Tributária – propomos preparar a estratégia dos estados para o fim da guerra fiscal e a redução dos recursos disponíveis para políticas de benefício fiscal. Com a mudança da cobrança do tributo da origem para o destino e o esperado fim da guerra fiscal como hoje existe, a região terá de substituir uma competição baseada em renúncia fiscal por uma inserção econômica mais duradoura, apoiada em vantagens comparativas reais.

Na Reforma Política – propomos aprimorar o Sistema Eleitoral que

amplia a representatividade de grupos historicamente excluídos, como mulheres, negros, indígenas, quilombolas e populações do Semiárido nordestino.

Na Transparência e Combate à Corrupção – propomos o fortalecimento do Portal da Transparência com investimentos em plataformas digitais para acompanhamento de gastos públicos e políticas, e o aprimoramento dos mecanismos de Ouvidoria, observatórios e consultas públicas, facilitando o controle social.

Proteger a vida com um Sistema de Segurança Pública e Defesa Social Integrada mais eficiente para combater o crime organizado e a previsão da violência com cooperação federativa da Lei Anti-facção de 2026; e ampliar os investimentos em inteligência policial, controle de armas, sistema prisional, fronteiras e ações que serão intensificadas para valorização dos profissionais de segurança e proteção dos direitos humanos, para reduzir a violência urbana e os crimes ambientais, em todo o Nordeste.

Propomos diretrizes estratégicas da segurança pública estruturadas e orientadas pelo modelo de governança baseado nos eixos da chamada Solução dos 3Is: Integração, Inteligência e Investimento. Em cada estado, o planejamento da segurança pública deve fortalecer as articulações das ações integradas da Secretaria da Segurança Pública (SSP), da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e do Departamento de Polícia Técnica.

Os objetivos e metas do Planejamento da Segurança Pública devem prever: (i) Redução da Criminalidade, com foco na diminuição dos crimes violentos letais intencionais e crimes contra o patrimônio; (ii) Modernização Institucional, com Universalização de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na gestão pública da segurança; (iii) Prevenção e Cidadania, com promoção de programas de segurança cidadã e articulação com políticas sociais voltadas para a paz social; e (iv) Erradicar a violência policial contra a população negra e o racismo institucional.

Garantir o Direito à Educação regionalizada e com equidade territorial no Nordeste para transformar a vida das pessoas e o país, visando universalizar o acesso a alfabetização e combate ao analfabetismo; expandir as escolas em tempo integral valorizando os professores com dedicação exclusiva; ampliar as creches e a assistência estudantil; fortalecer os institutos federais e as universidades, democratizando o acesso à educação superior e técnica, priorizando os municípios e as regiões do interior com baixa oferta de cursos técnicos e superiores. A Educação será ampliada através de Programas como MEC Livros, MEC Idiomas, am-

pliação de universidades federais e apoio à formação de professores serão priorizados para democratizar o acesso à educação.

O Governo Federal deve priorizar a universalização das políticas de equidade e de direitos humanos, além da educação e saúde, para alcançar: a) promoção da igualdade racial e de gênero e de comunidades tradicionais; b) proteção à infância, juventude e idosos; e c) acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência física.

Propomos fortalecer o estabelecimento de diretrizes orientadoras que guiem as ações das Secretarias da Educação, tais como:

(i) Erradicação do analfabetismo através do fortalecimento da aprendizagem; (ii) Universalização do atendimento escolar em todas as etapas básicas; (iii) Superação das desigualdades educacionais, com foco no desenvolvimento integral, na cidadania e no combate a todas as formas de discriminação; (iv) Formação para o trabalho e para a cidadania, pautada em valores éticos e morais; (v) Promoção da gestão democrática do ensino na rede pública estadual; (vi) Desenvolvimento humanístico, científico, cultural e tecnológico do estado; (vii) Valorização dos profissionais da educação, abrangendo carreira, formação e condições de trabalho; (viii) Respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Na prática, os Governos do Nordeste desdobram essas diretrizes em frentes pedagógicas e de gestão específicas para os municípios e territórios de cada estado. Deve-se buscar um aprimoramento contínuo e disseminação de instrumentos de transmissão das políticas de educação bem-sucedidas do Nordeste, que já são referência nacional. Adaptar o componente de incentivo financeiro dessas políticas às mudanças trazidas pela reforma tributária.

Fortalecer a Saúde Regionalizada com Equidade Territorial, apoiando a expansão e qualificação do aparato prestador desses serviços, valorizando, especialmente polos que vêm se destacando, como os de PE e PI.

A Saúde será universalizada com o SUS, que será ampliado com mais unidades básicas, teleconsultas, exames, medicamentos gratuitos e atenção à saúde da mulher, criança e idoso, e de forma regionalizada com a instalação de Policlínica de Saúde, como no modelo de consórcio interfederativo (estado e municípios) implementado por Ceará e Bahia. A universalização deverá ser ampliada através de combate ao negacionismo, com investimentos em ciência, tecnologia e inovação com pesquisa, produção nacional de insumos e com soberania sanitária a todo o povo brasileiro do Nordeste.

Propomos aprimorar as diretrizes

estratégicas da política de saúde dos estados estruturadas pelas Secretarias da Saúde por meio de seus instrumentos de planejamento, como os Planos Estaduais de Saúde e as Agendas Estratégicas em Saúde, que orientam a consolidação do SUS no território Nordestino em eixos norteadores, tais como: (i) Regionalização solidária para descentralizar e aproximar o atendimento especializado da população no interior do estado; (ii) Atenção integral e redes de cuidado contínua entre a Atenção Básica, os serviços ambulatoriais especializados e a rede hospitalar; (iii) Gestão democrática e participativa permanente com os conselhos de saúde e a sociedade civil; (iv) Valorização do trabalhador para qualificar os profissionais do sistema; (v) Equidade e humanização direcionada a populações vulneráveis ou historicamente excluídas.

Ampliar o acesso a Economia Criativa articulada a Cultura e ao Turismo, para reforçar o apoio ao audiovisual, ao patrimônio histórico material e imaterial, aos programas de circulação e formação de plateia etc. O apoio a manifestações culturais regionais será fortalecido pelas leis de incentivo (Aldir Blanc, Rouanet), descentralização de recursos, valorização de mestres da cultura popular do Nordeste. O desenvolvimento de destinos turísticos terá como foco a diversidade da riqueza natural da paisagem nordestina no ecoturismo (praias, rios, cachoeiras) e nas culturas locais (crenças, religiões, músicas, ritmos), promovendo roteiros que possuem grande importância cultural e artística, além das gastronomias ricas e cheias de sabor (acarajé, arroz de cuxá, baião de dois, carne do sal com macaxeira, moqueca de dendê).

Propomos estimular diretrizes estratégicas da economia criativa nos estados da Região Nordeste, que podem ser estruturadas no planejamento oficial dos governos estaduais.

Elas devem organizar o fomento, a produção e a circulação de bens e serviços culturais em grandes eixos de atuação, tais como: (i) Regiões e Territórios Culturais, para valorizar e integrar a produção criativa de acordo com a diversidade regional de cada estado, fortalecendo redes produtivas locais; (ii) Promoção e Acesso para ampliar a difusão de produtos e serviços criativos nordestinos nos mercados regional, nacional e internacional; (iii) Fomento Especializado para financiar cadeias produtivas da cultura por meio de editais direcionados, como os da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), estimulando o empreendedorismo; (iv) Formação e Qualificação de recursos humanos para capacitar artistas, técnicos, autores e gestores em práticas de mercado, uso de novas tecnologias e gestão de negócios criativos; (v) Informação e Reflexão

para produzir dados e monitorar o setor de turismo e lazer por meio de iniciativas como os Observatórios da Economia Criativa e o Centro Nacional da Economia do Mar (CEMBRA), fundamentando políticas públicas mais assertivas.

Fortalecer o acesso ao Esporte e Lazer no Nordeste com ampliação do Bolsa Atleta, para reforçar a construção de Arenas Brasil, programas de incentivos de auto rendimento e de base, criação da Universidade do Esporte e realização da Copa do Mundo de Futebol Feminino.

Propomos estimular diretrizes estratégicas da política de esporte e lazer do Nordeste que busquem utilizar o esporte como ferramenta de cidadania, inclusão social e enfrentamento à violência em bairros vulneráveis, comunidades rurais, indígenas, quilombolas e o paradesporto, tais como: (i) Promover a formação de atletas desde a base de forma integrada com a comunidade; (ii) Incentivar a prática formal e não formal do esporte em todas as suas vertentes e atender aos interesses públicos diversos; Mapear e apoiar a busca de novos talentos do esporte amador e de alto rendimento; (iii) Ampliar e aprimorar a infraestrutura de esporte e lazer em todos os estados; (iv) Levar programas comunitários a municípios prioritários, periferias e bairros com altas taxas de vulnerabilidade social.

Fortalecer o Direito à Cidade e garantir o desenvolvimento urbano com inclusão territorial no Nordeste, dando continuidade ao Programa Minha Casa Minha Vida para: a) integração da habitação com investimentos em saneamento básico, mobilidade urbana e sustentabilidade ambiental; b) ampliação do acesso à moradia digna, com urbanização de favelas, saneamento, transporte público, regularização fundiária em periferias de capitais e cidades médias pouco favorecidas de serviços públicos; e c) preparação das cidades nordestinas em redes para enfrentar as mudanças climáticas.

Propomos fortalecer diretrizes estratégicas da política urbana no Nordeste com base no Estatuto da Cidade visando planejar as cidades nordestinas para as pessoas. Focar na redução das desigualdades sociais e regionais por meio de eixos integrados, tais como: (i) Planejamento Regional e Territorial para Integrar o desenvolvimento urbano ao planejamento regional, coordenando ações entre municípios, estado e união (como nos planos de desenvolvimento integrado para regiões metropolitanas); (ii) Habitação de Interesse Social para Ampliar o acesso à moradia digna para populações de menor renda e promover melhorias habitacionais e regularização fundiária; (iii) Mobilidade Urbana para Qualificar o trânsito e o transporte público de massa interurbano, inter-

municipal e intrarregional, integrando os deslocamentos às diretrizes de uso do solo e preservação ambiental; (iv) Saneamento e Meio Ambiente para Executar ações voltadas ao manejo adequado de águas pluviais, saneamento básico e à gestão integrada de resíduos sólidos urbanos; e (v) Gestão Democrática para Garantir a participação social ativa e a transparência por meio de instâncias como o Conselho Estadual das Cidades e as Conferências Setoriais.

No saneamento, deve-se assegurar que a regionalização prevista no marco atenda municípios de baixa densidade e em áreas remotas, seja por companhias privadas de médio porte, seja por empresas municipais devidamente capacitadas.

Sobre os resíduos sólidos, a solução deve vir por meio do apoio aos consórcios intermunicipais, configurando-se como estratégia fundamental para enfrentar um dos maiores desafios socioambientais da região, uma vez que a gestão compartilhada entre municípios permite superar limitações técnicas, financeiras e administrativas que impedem a implantação de sistemas adequados de coleta, tratamento e destinação final de resíduos. Ao fortalecer esses arranjos cooperativos, promove-se a universalização do saneamento ambiental, reduzindo a poluição do solo, da água e do ar, além de mitigar riscos à saúde pública e contribuir para a preservação dos ecossistemas locais, especialmente em áreas de caatinga e manguezais. Paralelamente, essa abordagem fomenta a geração de emprego e renda, pois a estruturação de cadeias produtivas ligadas à coleta seletiva, à reciclagem e à compostagem cria oportunidades econômicas para catadores, cooperativas e pequenos empreendedores, promovendo a inclusão sócio produtiva de populações historicamente marginalizadas. Dessa forma, os consórcios intermunicipais não apenas resolvem a questão do saneamento ambiental, mas também se consolidam como instrumentos de desenvolvimento territorial sustentável, integrando justiça social, proteção ambiental e dinamização econômica do nordeste brasileiro.

Garantir e ampliar a Segurança Alimentar e Nutricional, o desenvolvimento rural e a produção agrícola com apoio à agricultura familiar sustentável, fomentando o crédito e a assistência técnica específica, a agroecologia e beneficiamento da produção orgânica para a cesta básica, fortalecendo as Cooperativas Familiares, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Florestas Produtivas e a expansão de linhas específicas do Plano Safra para apoio à agroindústria, a inovação e a inclusão rural de mulheres, jovens e cooperativas em parceria com o PAS Nordeste – Programa de Produção e Consumo de

Alimentos Saudáveis nos Territórios do Nordeste protagonizado pelo Consórcio Nordeste.

O Brasil saiu do Mapa da Fome fortalecendo programas de renda, alimentação escolar e agricultura familiar, com foco na produção sustentável.

O Programa Bolsa Família como principal programa de transferência de renda do Brasil é fundamental para (i) combater a insegurança alimentar (ii) e estimular o comércio local nos pequenos municípios (o valor ultrapassa o FPM), mas também para promover condicionalidades importantes, tais como (iii) a permanência escolar das crianças (impacta evasão e trabalho infantil), (iv) o acompanhamento à saúde (reduz a mortalidade infantil) e (v) a titularidade feminina (autonomia). Significa valorizar o Programa conforme a realidade local.

A agricultura nas cidades do interior do Nordeste se mantém importante como núcleo econômico, social e cultural, sobretudo nas cadeias produtivas de precisão do agronegócio voltada à produção agroexportadora de commodities vegetais (soja, algodão, milho e café) e minerais (ouro, vanádio, ferro, níquel e cobre). Estas estruturas produtivas disputam áreas com outros territórios que estão umbilicalmente ligados a agricultura familiar, na produção nacional de produtos básicos para alimentação das populações urbanas.

Olhar especial será colocado nas mudanças em curso no amplo espaço semiárido, onde a caatinga vem sendo valorizada e novas oportunidades produtivas vêm se destacando (especialmente produtos farmacoquímicos e alimentares) e onde a presença das águas do PISF é fato novo relevante para aproveitamento de potenciais nordestinos até aqui pouco aproveitados (como as várzeas férteis, antes pouco produtivas por conta das restrições hídricas).

Propomos ampliar diretrizes estratégicas da segurança alimentar e da produção agrícola nos estados do Nordeste que orientam-se pela promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), pelo fortalecimento da agricultura familiar com foco na sustentabilidade econômica, pelo estímulo à produção de alimentos orgânicos e de base agroecológica com redução do uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, pela expansão da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por meio de um Sistema Nacional de ATER, envolvendo os três entes federativos, voltada para as especificidades locais e de manejo sustentável, e pela convivência sustentável com o bioma do Semiárido nordestino e a Resiliência Climática, integrando ações do Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN).

O Nordeste tende a liderar a Segu-

rança Energética e a Transição para a economia de Baixo Carbono no Brasil, com desenvolvimento e inclusão produtiva industrial e tecnológica em cadeias produtivas locais estratégicas, fortalecendo setores de alta e média tecnologia e promovendo digitalização industrial, para se transformar em um polo de atração de indústrias eletrointensivas que buscam instalação de parques e atração de indústrias limpas em energias renováveis (eólica, solar, hidrogênio verde), em minerais críticos e terras raras para produzir com baixa emissão de carbono, principalmente nos estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte.

Ampliar a coordenação federativa dos investimentos da Nova Indústria Brasil (NIB) na política de neoindustrialização do Nordeste, visando garantir a regulação adequada para a expansão da geração renovável, bem como a mitigação de gargalos na distribuição, estimulando cadeias produtivas locais e atraindo novos investimentos industriais. Expandir a conectividade (fibra óptica, 5G) para o Nordeste, facilitando a digitalização de processos logísticos e a integração com as cadeias produtivas nacionais e internacionais.

Essa nova dinâmica industrial visa organizar cadeias produtivas, agregar valor e inserir a Região e o Brasil nas cadeias globais com sustentabilidade, inovação regional e apoio à pesquisa. Os investimentos em geração, transmissão, gás natural e exploração de petróleo garantem autonomia energética e redução de dependência externa. É a nova política industrial das “substituições das importações” em pleno século XX.

Propomos fortalecer diretrizes estratégicas da política de segurança energética e transição de baixo carbono. O principal objetivo dos governos nordestinos é transformar o potencial de recursos naturais em industrialização verde, evitando apenas “exportar” vento e sol. As diretrizes estratégicas devem dividir-se em pilares fundamentais, tais como: (i) Diversificação e Expansão de Fontes Limpas (ii) Atração de indústrias sustentáveis e de Investimentos em Infraestrutura; (iii) Transição Justa e Inclusão Social; (iv) Governança estatal; e (v) Pesquisa em inovação tecnológica

No cenário mundial atual, o Semiárido nordestino destaca-se como uma potência estratégica para a transição energética global, a bioeconomia sustentável e a segurança alimentar.

Energias Renováveis – Na liderança em energia limpa, a Região produz grande parte da energia solar e eólica do país, impulsionada pela alta incidência de sol e ventos constantes. No Hidrogênio Verde (H2V), o excedente de energia renovável na Região viabiliza a produção de hidrogênio e amônia verdes, insumos

vitais para descarbonizar a indústria e a agricultura mundial.

Bioeconomia Sustentável – Na captura de carbono, a vegetação nativa da Caatinga possui alta eficiência na absorção de carbono, abrindo espaço para mercados de compensação ambiental. Nas culturas resilientes, espécies adaptadas à seca, como o abave e a macaúba, ganham espaço na fabricação de biocombustíveis e fibras naturais. Na biodiversidade local, o manejo sustentável de frutos nativos, como o umbu e o caju, fortalece cadeias de Arranjos Produtivos Locais (APL) orgânicos e fitoterápicos.

Segurança Alimentar – Nos Arranjos Produtivos Locais (APL) considerados polos de exportação, a agricultura irrigada e resiliente em áreas com manejo tecnológico avançado produzem frutas e alimentos em larga escala durante todo o ano. Na convivência com o clima, práticas de base ecológica e tecnologias sociais transformam a escassez de água em gestão eficiente de recursos, garantindo o fortalecimento de APLs da agricultura familiar.

Estas mudanças estruturais aumentam a atração de investimento de grandes corporações globais, que financiam projetos de economia verde e de transição energética para os estados nordestinos. Na pesquisa aplicada, o trabalho de instituições como a Embrapa desenvolve sementes e sistemas produtivos resistentes às mudanças climáticas, bem como os programas de pós-graduação aplicados que desenvolvem cursos de formação profissional superior que influenciam as políticas públicas e capacitam as regiões às mudanças competitivas.

Promover a Sustentabilidade Ambiental e Ecológica com a inclusão da Segurança Hídrica no Nordeste, para fortalecer os investimentos do novo PAC, investindo na ampliação da infraestrutura hídrica em obras complementares da transposição do Rio São Francisco, como o do Canal do Sertão (eixo sul), na ampliação do Programa de Cisternas, adutoras, barragens e revitalização de Bacias Hidrográficas, para garantir água potável para a população e para a produção agrícola, especialmente em áreas de estresse hídrico do Semiárido nordestino, beneficiando milhões de famílias. Continuar investindo em programas de reestruturação ecológica e de proteção da biodiversidade do Nordeste, para o combate à desertificação com a estruturação de mecanismos permanentes de financiamento nacional e internacional para o Semiárido, reconhecendo a valorização da Caatinga como ativo estratégico para adaptação às mudanças climáticas.

O governo do Brasil criou o Plano de Transformação Ecológica, promoveu a sustentabilidade com redução do desmatamento, ampliando uni-

dades de conservação, restauração florestal e regularização fundiária no Nordeste. O Plano de Transformação Ecológica (PTE) criou instrumentos financeiros inovadores na Região, como títulos públicos vinculados a projetos sustentáveis, captando R$ 27 bilhões. O Eco Invest Brasil mobilizou mais de R$ 141 bilhões em investimentos privados, além de lançar LCD, debêntures incentivadas e de infraestrutura. Propomos aprimorar diretrizes estratégicas de sustentabilidade ambiental do Nordeste, que priorizem a integração entre economia e ecologia, a transição energética limpa, a proteção dos biomas locais (Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga) e dos mares e oceanos por meio da gestão descentralizada com participação social. Entre as principais diretrizes, destacam-se:

(i) Gestão Territorial e Proteção de Biomas, através do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que orienta o uso do solo e a ocupação do território com base na capacidade de suporte dos ecossistemas; da Conservação da Biodiversidade, com foco na proteção e recuperação de áreas degradadas na Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica, e na Gestão de Recursos Hídricos, com fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas e uso racional da água;

(ii) Transição Energética e Economia de Baixo Carbono, através da expansão de Energias Renováveis e o estímulo às práticas sustentáveis e agroecológicas, e a Expansão da matriz energética com foco em energia solar, eólica, biocombustíveis e projetos de hidrogênio verde;

(iii) Governança e Educação Ambiental por meio da Implementação transversal do Programa Estadual de Educação Ambiental (PEA) e do Controle e Fiscalização por meio da Modernização do licenciamento ambiental e do monitoramento do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos.

Fortalecer a expansão e modernização da Infraestrutura de Transportes e Logística (rodoviária, ferroviária e moderna infraestrutura de comunicações), C, T & Inovação no Nordeste, para aumentar a integração nacional, a competitividade e a produtividade da produção local na Região, com políticas de inovação tecnológica voltadas para o desenvolvimento industrial, com recursos públicos do Novo PAC para investimentos em obras de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia, saneamento e segurança hídrica. Além disso, Garantir outros instrumentos adequados de financiamento com capacidade de coordenação de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) e ferramentas para modernizar a administração municipal.

Propomos fortalecer diretrizes estratégicas de expansão e modernização da infraestrutura rodoviária e logística do Nordeste, com foco

na manutenção e gestão de ativos e recursos proativa de longo prazo, por meio de resiliência climática das vias, de integração da Articulação Intermodal com modais ferroviários e portuários, e de avanços na melhoria de acessos regionais e escoamento da produção agrícola.

O novo mapa ferroviário da América do Sul, com forte protagonismo do Brasil, insere o sul da Bahia, mas o restante do Nordeste precisa ver replanejada sua inserção, inclusive pela restrita prioridade atual a trechos da Transnordestina.

No que se refere à promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação, será prioridade ampliar o esforço que vem sendo realizado no Nordeste nas políticas nacionais, inclusive valorizando potencial resultante da interiorização da nova rede de Universidades e Institutos Federais. A preocupação também se estende para dentro da região, quanto à interiorização da atividade produtiva. Duas estatísticas alimentam esse cuidado: o envelhecimento da população nordestina e a alta concentração da atividade em poucas cidades.

O Nordeste também expandiu sua rede produtora de inovação, com aplicações mais fortes em água, desertificação, biodiversidade, saúde, agricultura, telecomunicações e energia. Mas, persistem a concentração de doutores nas universidades, o frágil vínculo com empresas e o acesso desigual ao financiamento.

A região vai ser priorizada em áreas que incluem conectividade e 5G (UFRN, IFRN), digitalização, tecnologias educacionais, logística inteligente, inteligência artificial, fintechs e infraestrutura de internet, além de redes de pesquisa em biodiversidade, bioeconomia, economia do mar, saúde e alimentos. O objetivo é transformar produção científica em inovação empresarial e solução de problemas regionais.

Instituições como a Finep, Embrapa, BNDES e BNB oferecem crédito, subvenção, recursos não reembolsáveis e operações indiretas para aproveitar esse potencial. Reforçar presença no Nordeste é fundamental!

Apesar dos avanços, é importante destacar que a distribuição dos recursos para Inovação continua desigual. São Paulo e Rio de Janeiro concentram grande parcela da execução para instituições científicas; as fundações estaduais do Nordeste dispõem de muito menos recursos que a Fapesp; e a participação regional no FNDCT total caiu quando se considera o crédito reembolsável às empresas. Em 2024, dos recursos não reembolsáveis do FNDCT, 63% foram para o Sudeste e 11% para o Nordeste. O problema não é apenas a regra de distribuição, mas a menor capacidade das empresas do NE de preparar propostas, assumir risco e oferecer contrapartidas.

Defender a Soberania Nacional , em parceria com o Consórcio Nordeste, com apoio ao protagonismo internacional do Nordeste no Comércio Exterior para buscar estratégia de exportações industriais, mercados e produtos de maior valor agregado, com fortalecimento da soberania e defesa comercial, por meio de investimentos em infraestrutura digital, datacenters, inteligência artificial e conectividade, incluindo 5G, garantindo soberania digital e proteção de direitos. Segundo a Constituição Federal, a inserção do Brasil no Comércio Exterior é de competência exclusiva da União. A eleição presidencial novamente coloca frente a frente um projeto democrático e soberano liderado por Lula/Alckmin e um projeto autoritário e subordinado liderado pelo clã Bolsonaro.

Propomos alinhar as diretrizes estratégicas de desenvolvimento e inserção externa dos estados do Nordeste às políticas federais de fortalecimento da soberania nacional, priorizando a cooperação internacional, a diversificação de parcerias comerciais e a promoção da sustentabilidade e da inovação tecnológica.

Entre as principais diretrizes de inserção internacional, destacamos:

(i) a Cultura de Exportação por meio da estruturação de Planos Estaduais voltados para ampliar a base exportadora e inserir micro, pequenas e médias empresas nos mercados globais; do estímulo da Diversificação de Mercados por meio da exportação de produtos da agricultura familiar (como o cacau e o chocolate) e de itens regionais para novos destinos internacionais; da Atração de Investimentos por meio de missões empresariais e acordos bilaterais estratégicos com economias emergentes e parceiros do Sul Global, voltadas a ampliar laços de cooperação e atração de capital (ex: parcerias com os governos e empresas dos Brics);

(ii) Sustentabilidade e Agenda Climática, por meio do Desenvolvimento Sustentável implementando diretrizes alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU e de parcerias com organismos internacionais como o PNUD; da promoção da Transição Ecológica de matrizes econômicas sustentáveis e projetos ligados à transição energética e à economia verde e azul, reforçando o papel do Brasil nas negociações ambientais globais;

(iii) Infraestrutura e Conectividade Global, por meio do apoio a Logística e Integração de projetos estruturantes de longo prazo voltados para escoamento e comércio, como a implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e do Porto Sul; da ampliação do Turismo Internacional ´por meio da conectividade aérea e de campanhas conjuntas de promoção do destino Nordeste no exterior

em parceria com órgãos federais.

9.3.4. Conclusões

No Programa Nacional para a reeleição da chapa Lula/Alckmin, todas as diretrizes estratégicas devem ser implementadas no Nordeste de forma transversal para fortalecer a integração federativa entre os estados da Região Nordeste alinhadas às diretrizes nacionais, sempre considerando as prioridades e diversidades econômicas e culturais dos estados, com ênfase nas potencialidades e especificidades dos seus ativos e recursos territoriais, que podem ser incentivados pelas ferramentas das denominações de origens, das indicações geográficas e de procedência.

Essas ações devem estar integradas e adaptadas à realidade de cada estado da Região, visando garantir oportunidades diferenciadas, dignidade e cidadania plena integrada para toda a população da Região.

Essas diretrizes do governo federal da construção de um Projeto Regional e Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário no Nordeste exigem a contrapartida de um elevado e inédito grau de organização da sociedade civil, politização e mobilização dos setores populares e de suas expressões/representações (partidos, associações, sindicatos, movimentos sociais, cooperativas etc.), com o objetivo de modificar a agenda dos investimentos e a correlação de forças políticas no Estado para protagonizar as mudanças estruturais em prol do desenvolvimento sustentável e solidário.

Estes investimentos – que enfraqueceram o poder oligárquico e abriram novos horizontes para a agricultura de base familiar – se sobrepõem aos programas em regiões e territórios vulneráveis das populações ribeirinhas, periferias urbanas segregadas que apresentam fortes índices de pobreza, deficiências em saneamento básico e fragilidades na rede de saúde. Estas estratégias se alinham ao objetivo no século XXI, de descentralizar os frutos do desenvolvimento territorial sustentável e solidário das áreas privilegiadas das capitais regionais e regiões metropolitanas da Região Nordeste.

O desafio estratégico do novo Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais consiste agora em aprofundar a regulação da participação federativa multifacetada e a coordenação descentralizada das regiões e território locais, dos atores e agentes participantes dessas diretrizes estratégicas, para ampliar as capilaridades regionais e territoriais e fortalecer as suas capacidades de enfrentarem as dificuldades estruturais que historicamente marcaram a formação social brasileira.

10. EQUIPE

Ordem	Cadernos	Equipe	Sub grupo	Detalhe	Pessoas	(empty)
0	Preparação	1 Coordenação Geral:	(empty)		Jose Sergio Gabrielli de Azevedo	
		2 Coordenação Executiva	(empty)		Luciana Mandelli	
		3 Representantes Fundações	João Mangabeira		Alexandre Navarro Carlos Siqueira	
			Leonel Brizola-Alberto Pasqualini		Jose Carlos Rassier	
			Mauricio Grabois		Adalberto Monteiro Walter Sorrentino	
			Perseu Abramo		Brenno Almeida	
			Presidente PSOL		Paula Coradi	
			Rede		Pedro Ivo	
			Verde Herbert Daniel		Ivanilson Jose Carlos Lima	
		4 Agradecemos a importante leitura de partes dos programas e políticas de pessoas impossibilitadas de participar ativamente por estarem em cargos públicos limitados pelo período do defeso eleitoral. As leituras foram feitas em horários pós-expediente.				
		4 Relatores dos GTs	2 Primeiros relatorios		Bete Santos Carlos Árabe Carlos Eduardo Gabas Claudinha Lima Clemente Ganz Eduardo Tadeu Elisa Guaraná de Castro Esther Bermerguy Felipe Freitas Jose Xaides Alves Juca Ferreira Luciana Mandelli Marcelo Zero Nelson Fujimoto Nilma Gomes Norberto Montani Martins Rubens Diniz Selma Rocha Verena Hiltner William Nosaki	
3	Brasil de todos: por um Brasil democrático, seguro e soberano	1 Coordenação	6. BRASIL DE TODOS: POR UM BRASIL DEMOCRÁTICO, SEGURO E SOBERANO	GT POLÍTICA EXTERNA	Mariana Xavier	
		1 Coordenação e redação	8. GT 01 Democracia - Participação Cidadania "A reforma política"		Wagner Romão	
			Segurança	BRASIL SEGURO: ENFRENTAR AS VIOLÊNCIAS PARA UMA VIDA LIVRE DO MEDO	Eli Torres	
		2 Colaboradores	6. BRASIL DE TODOS: POR UM BRASIL DEMOCRÁTICO, SEGURO E SOBERANO	BRASIL DEMOCRÁTICO: GOVERNAR MAIS PRÓXIMO DAS PESSOAS	Alfredo Andrade Eli Narciso Torres Flavia Brazuna Bicudo Mattos Leonardo Martins Barbosa Thiago Rodrigues	
				GT POLÍTICA EXTERNA	Amanda Harumy Ana Prestes Diego Azzi Douglas Ferreira Eduardo Secchi Fernando Pacheco Franciéli Barcellos de Moraes Francisco D. Pereira Leandro Fontes Corrêa Michel Szurkalo Mônica Bruckman Pedro Prola Pedro Silva Barros Tatiana Berringer Verena Hitner	

		Participantes dos grupos de trabalho que contribuiram para os primeiros relatórios	8. GT 01 Democracia - Participação Cidadania "A reforma política"		Bianca Borges Felisberto Seabra Luisi Joao Fontoura Kátia Lima Márcia Quadrado Paulo Machado Guimarães Romi Bencke Tassia DE PINHO ubiratan de souza	
			Plano Participativo Pelo Brasil		Carlos Gabas Ceres Hadich Diego Pessoa (Consórcio Nordeste) Elson Pires Fernanda Natasha Flávia Retamar- S.Livramento/RS Márcio Cruz (Usideias) Pérola Sampaio (Porto Alegre/RS) Renato Simões Silvia Cervellini (Delibera Brasil) Tânia Giordano/Assessora política Valmor Schiochet Ver.Ryan Rosa	
			Reunião GT2 - Trabalhando no relatório final		Ademário Costa Andréa Mostaço Bispo da Cultura Luiz Fernando Saraiva Luiza Brazuna Bicudo Mattos Milton Coelho Rogério Gomes	
		Redatores	6. BRASIL DE TODOS: POR UM BRASIL DEMOCRÁTICO, SEGURO E SOBERANO	BRASIL SEGURO: ENFRENTAR AS VIOLÊNCIAS PARA UMA VIDA LIVRE DO MEDO	Ana Paula Lima. Danton Mello Isabel Couto Leandro Corrêa Marco Cepik Ruan Bernardo	
				BRASIL SOBERANO: LIDERAR A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MAIS PLURAL E MENOS DESIGUAL	Carlos Abicalil Rodolfo de Carvalho Cabral	
		Relatoria	6. BRASIL DE TODOS: POR UM BRASIL DEMOCRÁTICO, SEGURO E SOBERANO	(empty)	Carlos Árabe	
4	Desenvolvimento com inclusão e redução das desigualdades.	1 Coordenação do Eixo	Geral	(empty)	Ana Clara Ferrari Elias Sampaio Vivian Farias	
		Participantes dos grupos de trabalho que contribuiram para os primeiros relatórios	Desenvolvimento / GT Desigualdades		Letícia Péret Marcos Lopes Ramatis Jacino Rosilene Rocha Sonia Coelho MMM Vivian Farias	
			Desenvolvimento Social		Aldaiza Sposati Ana Clara Ferrari Ana Motta Aurora Fernandez Rodriguez Bruna N Carnelossi Claudiney Generoso Denise Motta Dau Edson França Edson Silva Eleonora Menicucci Elias Sampaio	

					Marcos Lopes Nazareth Paulo de Tarso Priscilla Cordeiro Ricardo Marcelo Fait Gorchacov Rosa Nonato - Setorial Nacional Assistência Social Vivian Farias	
			Eixo Desigualdades – Lula 4		Ana Clara Ferrari Bruna Brelaz Divaneide Basilio Eleonora Menicucci Eliane Aquino Elias Sampaio Flávia Calé In memoriam - Maria do Carmo Guido Laís Abramo Leandro Ferreira Letícia Péret Luciana Mandelli Mônica de Melo Nilson Rafaela Elisiario Ramatis Jacino Roseli Oliveira e Silva Rosilene Rocha Sonia Coelho Tássia Rabelo Tatau Godinho Tiago Tomás Paes de Carvalho Vera Soares Vivian Farias	
5	Brasil Produtivo: desenvolvimento econômico e social, ciência, tecnologia, inovação, crescimento, soberania e trabalho	1 Coordenação	2. Economia, Nova Economia, Economia Solidária	GT	Daniela Salomão Gorayeb Verena Hitner	
			Brasil Moderno	GT	Renata Mielli	
			Trabalho	GT	Eneida Dutra	
		1 Coordenação e redação	Brasil Moderno	GT	Nelson Fujimoto	
			Trabalho		Marilane Teixeira	
		2 Colaboradores	2. Economia, Nova Economia, Economia Solidária	GT	Anne Sena Daniela Carvalho Dao Real Diogo Santos Felipe A. Machado Gabriel Dourado Guilherme Klein James Görgen Jean Moreira Rodrigues Jorge Luiz Golvea Laura Carvalho Luiz Antonio Elias Marcelo de Carvalho Lopes Marcelo Fernandes Marcelo Lopes Marco Baleeiro Miguel Manso Paulo Gil Pedro Rossi Rafael de Azevedo Ramires Leão Ricardo Dagnino Rildo Simões Victor Medeiros Weslley Cantelmo	
			Brasil Moderno	GT	Ana Paula Bernardes Andreia Ingrid Michele do Nascimento Beatriz Vasconcelos Felipe Machado Gabriel Medina Handerson Leite - FAPESB Iago Montalvão	

					Joao Cassino Jorge Bittar Júlia Cruz Lucas Mazoti Mauro Borges Miriam Chaves Neide Freitas Ricardo Bimbo Rodrigo Assumpção Tica Moreno	
		Participantes dos grupos de trabalho que contribuiram para os primeiros relatórios	CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação)		Cláudio C. Maretti (pesq., consul. e volunt.) Cláudio Langone Ederon Marques Handerson Leite João Cassino Mariano Laplane ROGERIO GOUVEIA Rogerio Mamão - Nuclear Sergio M. Rezende Sócrates Santana	
			GT - Economia		Cristina Reis Elen Coutinho Luiz Alberto Carvalho Marco Antonio Martins da Rocha Maria Regina Paiva Duarte Renato Dagnino rodrigo.toneto sergio roberto rodrigues	
			TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação)	GT	Uirá Porã Valmir Braz	
					Adriana Polez Alessandro Azevedo Ana Brandao Azilton Viana Daniel Daniela Gorayeb Delso Andrade Denis Soares Dra. Karinna Malacarne Bueno Everton Rodrigues Gabrielliazevedo735 Guilherme Flynn Paciornik Henrique Pereira Jader Gama José Vital Juliana Fonteles Larissa G. Luiz Sérgio Canário M ZASSO Márcia Honda Marcos Mazoni Mauro Leonardo Cunha Mauro Salles Machado Mendez Pamela Kenne Rafael Rubem Reinaldo Soares Renezito Junior Rogério Alves Thiago Skárnio Yuri Santanna	
6	Brasil que avança: mulheres,equidade e autonomia	1 Coordenação da escuta	Primeira Infância		Ana Clara Ferrari Vivian Farias	
		1 Coordenação e redação	Mulheres		Ana Clara Ferrari	
		Contribuição	Primeira Infância		Ana Clara Ferrari Ana Potyara BEATRiZ ABUCHAiM Daniel Becker Eleonora Menicucci Eliane Cruz Eutalia Barbosa	

					Fernanda Lima Giliate Coelho Neto Gustavo Paiva João Victor Salge Karina Fasson Karol Ferreira Lizandra Dawany Luana Bezerra Luana Rodrigues Mariana Lavez Miriam Praguita Sofia Guimarães Sofia Rebehy Tânia Portella Thiago Vizioli Vivian Farias	
		Participantes dos grupos de trabalho que contribuiram para os primeiros relatórios	Mulheres		Ana Clara Ferrari Ana Maria Ribeiro Analine Specht Andreza Xavier Anne Moura Beatriz Tibiriça Carolina Miranda Clara Lis Coelho Denise Mota Dau Eleonora Menicucci Estela Bezerra Eutalia Barbosa In memoriam - Amelinha Teles Laís Abramo Laysi Moriére Leticia Peret Luciana Mandelli Luiza Costa Magda Barros Biavachi Márcia Lopes Marcia Viana Maria Lucia da Silveira Marilane Teixeira Mazé Morais Mila Frati Mônica de Melo Regina Brunet Suellen Gonçalves Tatau Godinho Vera Soares Vilenia Aguiar Vivian Farias Viviana Mesquita	
			Seminário de Economia dos Cuidados		Adriana Marcolino - DIEESE Alessandra Ceregatti Alexandre-Santini . Ana Clara Ferrari Ana Claudia M. de Figueiredo Ana Garcia Ana Gilda Soares dos Santos Ana Lira Ana Paula Frazão Ana Rosa Tendler Analine Specht Andreia Michele Anna de holanda Antonia Cariongo Artur Henrique BEATRiZ ABUCHAiM Bernadete Esperança Carolina Miranda Caromano Comunica MMM Conceição santos Daniella Jinkings Débora Freire Dehonara de Silveira	

					Denise Vianna Amador Dulce Maria de souza Edcleia Santos Edinesia _ SNM/PT Edna Calabrez ES Edson Valadares Eleonora Menicucci Eliana zavask Eliane Aquino Eliane rgs Eliete borges dos santos Elisabeth cardoso Eutalia Barbosa Fernanda RJ Gabi Trindade Helena Abramo Hilda De Souza Gomes JOÃO PAULO Jumara Payayá Karla Garcia Luiz Karla Giacomin Kelly silva Kézia silva Laís Abramo Letícia Péret Lisane Marques louisa huber Lourdinha Lôbo Luana Pinheiro lucia moreira silva de castro Luciana Mandelli Luciana Servo Luciane Lucivanda silva Luiza batista Macaé Evaristo Madalena Peixoto Malu Barbará Marcela de brito moreira santos Márcia Lopes Marcio Pochmann Maria Carolina Maria do Carmo Guido Maria Faria - CUT-BRASIL Maria Rosa Rodrigues Mariana Carvalho Marilane Teixeira Marlene MMM e Marcha Mundial das Mulheres Mazé Morais Mônica de Melo Naira Rodrigues Neuza Tito Patricia De Lima Quenes Gonzaga Payayá Rachel mendonca Ranna Mirthes Raquel Carlesso Renata Reis (SOF) Roberta Souza Rodrigo Toneto Rosilene Rocha Sandra de mello vieira de mello Selma Rocha Sthefanny Capelos Sthefanny Silva Tania Santos Tatau Godinho Tatiana Sato Vera Soares Verônica Ferreira AMB Vivian Farias Zeila Albuquerque	
8	Brasil para Todos: Educação, saúde, cultura e lazer	1 Coordenação e redação	Educação		Selma Rocha	

			Esporte e Lazer		Cezar Leiro	
			Saúde		Eliane Cruz	
		2 Colaboradores	GT Saúde		Adriano Massuda	
					Agenor Álvares	
					Aletlehe Santos	
					Alexandre Medeiros	
					Alexandre Padilha	
					Amaro Silva de Souza	
					Ana Estela Haddad	
					Ana Paula Lima	
					Ana Paula Sóter	
					Ana Pimentel	
					André Bonifácio	
					André Longo	
					Andreia Ventura	
					Aristides Oliveira	
					Arthur Chioro	
					Carlos Gadelha	
					Célia Maria Teixeira de Sousa.	
					Cida Diogo	
					Claudia Maria Afonso de Castro	
					Conceição Rezende	
					Cristian Ribeiro da Costa	
					Cristiane Pereira dos Santos	
					Crystina Aoki	
					Dione da Conceição Garcia	
					Ederson Alves da Silva	
					Eduardo Jorge	
					Estella Maris da Silveira Dutra	
					Etel Matielo	
					Fabiano Pimenta	
					Fátima Ali	
					Fausto Santos	
					Fausto Soriano	
					Felipe Garcia	
					Felipe Proenço	
					Fernanda de Negri	
					Fernanda Magano	
					Fernanda Vasconcelos Spitz Britto	
					Fernando Pigatto	
					Florentino Leônidas	
					Francisco Batista Junior	
					Franklin Félix	
					Gabriela Marciano da Silva Viveiros	
					Gabriela Soares Mendes da Silva	
					Gilberto Barrichello	
					Giliate Coelho	
					Heider Pinto	
					Henrique Fontana	
					Humberto Costa	
					Ilano Barreto	
					Isadora Taffarel Marques dos Santos	
					Ismael dos Santos Muniz	
					Jacklene Mirne Gonçalves Santos Elesbão	
					Jerzey Timóteo	
					João Constantino Pavani Motta	
					Jorge Solla	
					José Gilderlei Soares	
					José Gomes Temporão	
					Juliana Acosta	
					Juliana Cardoso	
					Juliana Carneiro	
					Julio Bittencourt	
					Laura Feuerwerker	
					Leandro Safatle	
					Lenildo Morais	
					Lígia de Gaia Azevedo de Oliveira	
					Lilian Terra	
					Lohayne Almeida Belbuche Casula	
					Lucia Souto	
					Luciana Maciel	
					Luciano Bezerra Gomes	
					Lucicleide Maria da Costa Pedrosa	
					Lucilene Martins	
					Lumena Furtado	
					Marcelo Castro	

					Marcia Leopoldina Montanari Corrêa Marco Antônio dos Santos Maria Aparecida Sina Maria Celeste de Souza da Silva Maria da Ajuda Luiz dos Santos Mariana Seabra Souza Pereira Mariângela Simão Mozart Sales Nilton Pereira Nísia Trindade Osvaldo Peralta Bonetti Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira Pedro Guilherme Sousa Martins Pedro Tourinho Quelen Tanize Alves da Silva Regina Brizolara Regina Marchiore Reneide Muniz Ricardo Fernandes de Menezes Ricardo Haesbaert Roberta Sampaio Roberta Santana Rodrigo Leite Rodrigo Oliveira Rodrigo Portella Guimarães Rosangela Dornelles Rosangela Oliveira Rosano Freire de Carvalho Rute Andrade da Silva Sandra Fagundes Sandra Kennedy Viana Saraiva Felipe Silvana Pereira Solange Oliveira Suzana Cristina Silva Ribeiro Suzana Vieira Franco de Oliveira Swenderberger Barbosa Tania Mara Theresa Cristina de Albuquerque Siqueira Thiago Campos Tulio Franco Valcler Rangel Valdevir Both Valério Lopes Vaumik Ribeiro da Silva Vitor Quarenta Vivian Mendes Wadih Damous Walkes Jacques Vargas Wanessa Emanuelle Dutra Dantas Fialho Wesley Diniz Furtado	
		2 ex-ministros	GT Saúde		Agenor Alvarez	
		4 Relatores dos GTs	Cultura		Luciana Mandelli Marcio Tavares Margareth Menezes	
			Mulheres		Luciana Mandelli	
		Participantes dos grupos de trabalho que contribuiram para os primeiros relatórios	GT PROG GOV. EDUCAÇÃO E SAÚDE		Jorge Venancio Maria Nayan Aviz UNE Rafael Tavares - DN PT Yann Evanovick	
			Instituições Culturais, Serviço Público e Transformação Social		Adolfo MinC Ibram MA Alexandre Muniz Ali Celestino Ana Amália Pedroso Curtarelli Ana Lúcia Pardo Ana Paula Cusinato Andre Angulo - Brazil Angelo Raniere Anita Dutra Anna Maria Martins Aristides de Oliveira Áurea Pinheiro Berenice Reis da Silva	

					Camila Cabeça Cecília Sá Cléber Ribeiro Cleberson Carlos Cristina Iodi D Sergio Pinto Daniel Ribeiro Pinheiro Davi de Oliveira santos Diogo Albuquerque Eduardo de M S Lima Eliana Maciel Emerson Caldas Fabiana Ferreira Fabiano Piúba Flavio Helder Gabriel de Andrade Silva Gisele Perim Gladys Sales - IPHAN Idilvan Alencar Jacira da Silva João Guerreiro JOAO MEHL João Pontes Jorge paixão Joseane Brandão - RJ Junior Sampaio Lucas Cassab Lopes Luiz Augusto Maicon Marcante Marcelo Carôso - Secult BA Maria de Fatima Maria Paula Adinolfi Marina Costa Matheus Guerra Miqueias Oliveira miricius gomes Monica Nogueira Pedro Vasconcellos Pedro Verdino Rafael Barros Ramon Tisott Rejane Beatris Schneider Renata Barbatho Renata Bezerril Renata Magioli Rozane Dalsasso Ruan Octávio SANTIAGO - MinC Silvia Linhares Silvio de Oliveira Vinicius Paiva Vivi Martins Wany do Bloco de Ouro Yara mara da silva moreira viana	
			Plenária do Eixo Cultura Transformadora (Parte 1)		americo Ana Lúcia Canetti Ana Paula Kummer Antonio Albino Canelas Rubim Cacau Nascimento Celia Pinto Celso Pansera Chris Franília Clara de Deus Cristiana B. de Moraes Cristina De Marco Débora Queiroz dulce aquino Eliana Rocha Lana Oliveira Eurilinda Fátima Soares Felipe Freire Guilardo Veloso Inti Queiroz Izabel Alves Jéferson Assumção	

					Jerfeson Nascimentoi João Paulo Silva João Roberto Peixe Nascimento Joãor Roberto Peixe Nascimento Jorge Bichara José Artur Vieira Schiling Júnior Leticia Helena Luhh Souza Mara Esteves Marconi Stylebrasil Maura Rezende Mônica Jácome Natália Brayner - AsMinc Pat Ferraz Paulo Leônidas Pedro Cacheado Pedro Vieira Preciawá Porângueté Ramon Tisott - Dep. Denise Pessôa PT/RS Raphael de Souza Reinaldo Freire Roberto Rodrigo Che Sandra Dias Silvana Melo Tude Simone Cavalcante Simone Figueiredo Tamires Black telma saraiva	
			Quem conta o Brasil? Comunicação, cultura e democracia na era digital		Alexandre Arns Gonzales Ana Fraga Camila Vieira Carla Bezerra CARLOS ALBERTO PEREIRA MARQUES Carlos Arabe Celia Pinto - Belém-Pará Débora Cruz Douglas Melo Emerson_PT_SLM-PE Fernando Guimarães Rodrigues Fernando Oliveira Paulino Flavio Gonçalves Helena Martins (DiraCom / FNDC / Internet Legal) Ian Angeli Ieda Leal (Nuala Leal) Isadora Salomão João Brant (S20 FE de João Brant) Jonas Rodeghiero Jonas Valente - NAPP Comunicação José Aloir José Lima José phillip (phillip) Katia Marko (FNDC/BDF) Lalo Leal Lidia Neves Lizely Borges Luana Guarani Luciana Capiberibe Marcelo Carvalho Mirtes Santa Rosa Murilo César Ramos Paulo Rená da Silva Santarém Pedro Camarão - FPA Pedro Rafa Vilela Renata Maffezoli Ricardo de Holanda [Montenegro] Rodrigo Tembiú Rosane Steinbrenner (nanani) - UFPA Sheila Oliveira PT/PE Taís Ladeira Thais Brito (Brasil) Thiago Guimarães	

9	Brasil soberano é país que alimenta: comida de verdade, do campo à cidade: meio ambiente e energia	1 Coordenação	5. *Caderno Campo, Cidade, Transição Energética, Clima e Meio Ambiente*	Eixo 10	Saulo Dias Kalunga	
				Eixo 6	Rafael Calabria	
			Cidades	GT	Rafael Calabria	
			Meio ambiente e energia	4. Meio ambiente e energia	Saulo Dias Kalunga	
		1 Coordenação e redação	5. *Caderno Campo, Cidade, Transição Energética, Clima e Meio Ambiente*	Eixo 5	Marcos Lopes Moisés Savian	
					Luciano Frontelle	
		2 Colaboradores	5. *Caderno Campo, Cidade, Transição Energética, Clima e Meio Ambiente*	Eixo 10	Eron Bezerra Ivan de Andrade Paixão Ivana Groff João Otavio Bachega Lorena Cândido Fleury Mahatma Ramos dos Santos Murilo Parrino Amatneeks Rafael Rodrigues da Costa	
				Eixo 5	Elisabetta Recine José Graziano da Silva Lilian Rahal Paulo Petersen Renato Maluf Rose Rodrigues Valéria Burity	
				Eixo 6	Alexandre Panosso Ana Lúcia Ribeiro Benedito Roberto Barbosa Carina Serra Carolina Baima Celso Carvalho Clareana Cunha Claudia Pires Eleonora Mascia Evaniza Rodrigues Fabio Giori Felipe Nim Ferreira Germana Pires Giancarlo Gama Gilmar Avilla Ion de Andrade Joao Maria de Oliveira João Pedro Korak da Silva Jose Severino da Silva Lucia Mendonça Marcilene de Oliveira Barros Maria Luiza da Costa Maria Salete Ramos da Silva Maurício Guerra Paula Bernardes Paulo Campos Paulo Cesar Ramos Ricardo Gouvea Rodrigo Iacovini Sandra Aparecida Miquelin Sergio Gonçalves Silmara Vieira Socorro Pirâmides Setorial Vanderlecia Maria da Silva	
			Cidades	GT	Alexandre Panosso Ana Lúcia Ribeiro Benedito Roberto Barbosa Carina Serra Carolina Baima Celso Carvalho Clareana Cunha Claudia Pires Eleonora Mascia Elisabete Santos	

					Evaniza Rodrigues Fabio Giori Felipe Nim Ferreira Germana Pires Giancarlo Gama Gilmar Avilla Ion de Andrade Joao Maria de Oliveira João Pedro Korak da Silva Jose Severino da Silva Lucia Mendonça Marcilene de Oliveira Barros Maria Luiza da Costa Maria Salete Ramos da Silva Maurício Guerra Paula Bernardes Paulo Campos Paulo Cesar Ramos Ricardo Gouvea Rodrigo Iacovini Sandra Aparecida Miquelin Sergio Gonçalves Silmara Vieira Socorro Pirâmides Setorial Vanderlecia Maria da Silva Xaides Alves	
			Meio ambiente e energia	4. Meio ambiente e energia	Eron Bezerra Ivan de Andrade Paixão Ivana Groff João Otavio Bachega Lorena Cândido Fleury Mahatma Ramos dos Santos Murilo Parrino Amatneeks Rafael Rodrigues da Costa	
		Participantes dos grupos de trabalho que contribuiram para os primeiros relatórios	Meio ambiente e energia	4. Meio ambiente e energia	Adler Barros Edilaine Cola Da Silva Fernanda Lima Jânio Coutinho Jefferson Rodrigues Maciel Joel Araujo Marco Vidal murilo amatneeks Nilto Tatto Ricardo Guterman Roberto Ricardo Vizentin Rosalvo de Oliveira Junior Rosi Batista Sarah Darcie	
		Redação	Meio ambiente e energia	4. Meio ambiente e energia	Luciano Frontelle	
		Redação e Revisão	Meio ambiente e energia	4. Meio ambiente e energia	Ticiana Alvares	
		Relatoria	5. *Caderno Campo, Cidade, Transição Energética, Clima e Meio Ambiente*	Eixo 10	Luciano Frontelle Ticiana Alvares	
				Eixo 6	Inamara Melo	
			Cidades	GT	Inamara Melo	
		Revisão	5. *Caderno Campo, Cidade, Transição Energética, Clima e Meio Ambiente*	Eixo 10	Ticiana Alvares	
					Ticiana Alvares	
10	Amazônia e nordeste na política nacional de desenvolvimento sustentável e solidário.	1 Coordenação	Caderno Regional	Caderno Regional	João Batista	
			Soberania territorial na Amazônia		Esther Bermerguy	
		2 Colaboradores	Caderno Regional	Amazonia	Ima Vieira Marilene Corrêa Raimunda Monteiro Tania Bacelar de Araujo Tatiana Sá.	

				Nordeste:	André Spínola Carina Vitral Costa Thiago Xavier.	
		Participantes dos grupos de trabalho que contribuiram para os primeiros relatórios	GT Nordeste		Augusto Madeira Flavia Brazuna Flavio Tonelli Glauber Piva	
			Plano Participativo pelos Brasileiros - Centro Oeste		Abner Santos Adilson Vieira Aldecy Moraes Blanca Perez David Terra Diego Santoro Elza Medeiros Geane Fernandes Joana Horta KID WILL MATOS VACA Lenine Guevara Marynaiara Nayara Costa PI Selma Rodrigues Shaolin Barreto Tácio Dê	
			Plano Participativo pelos Brasileiros - Nordeste		Ana Maria Ribeiro RJ Carlson Aquistapasse Dani Portela Dedé Pacheco DEMETRIO Eddy Santana Emerson Araújo Francisco Neto gracielis regina Sousa Oliveira Hugo Manso igor bruno José Alberto dos Santos Lila Silva Luisa Cela Maria do Carmo Silva Mauricéa Nana Medeiros Pedro Igor Pimentel Prazeres Rafael Fontes Renato Galvão Rogério Bezerra Sheila Oliveira Vanessa Queiroga vereadora Kari Santos Xaui Peixoto	
			Plano Participativo pelos Brasileiros - Sudeste		Adilson Cabral Adriano de Angelis Akemi Nitahara Ana Luíza Pradella - Secult PT SP Ana Paula de Carmo da Mata-MG BENEDITA SOUZA Bruno Lima - Vitória-ES Camilla maura Carine Martins Carolina Werkhaizer Du Morales Edu Nascimento Eliane Caffe Fabio Domingues Felipe Brait Flavio Helder (Flavio NA / SPH) Francisco Miguel Lopes da Silva Gilmar José de Almeida Isabelle Medeiros (Coletivo Nacional de Cultura do PT) izaira França Jacqueline Baumgratz Junia Bessa	

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores
Fundação Maurício Grabois
FUNDAÇÃO VERDE
Herbert Daniel
FLB - AP
Fundação
João Mangabeira
FUNDAÇÃO
REDE

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Maurício Grabois

Fundação Herbert Daniel

FLB - AP

Fundação João Mangabeira

FUNDAÇÃO REDE